



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS-MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Érica Nayara Santana do Nascimento

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
ROSELI NUNES, MIRASSOL D'OESTE-MT: ESTRATÉGIAS DE (RE)CRIAÇÃO DA
JUVENTUDE CAMPONESA

Três Lagoas-MS

2025

Érica Nayara Santana do Nascimento

EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
ROSELI NUNES, MIRASSOL D'OESTE-MT: ESTRATÉGIAS DE (RE)CRIAÇÃO DA
JUVENTUDE CAMPONESA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul para a obtenção do título de Doutorado em Geografia.
Orientadora: Prof. Dr^a Rosemeire Aparecida de Almeida

Três Lagoas-MS

2025

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Érica Nayara Santana do Nascimento
EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
ROSELI NUNES, MIRASSOL D'OESTE-MT: ESTRATÉGIAS DE (RE)CRIAÇÃO DA
JUVENTUDE CAMPONESA

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul (UFMS)

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul (UFMS)

Profa. Dra. Sinthia Cristina Batista
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Universidade Estadual de Goiás
(UEG)

Profa. Dra. Maria Celma Borges
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul (UFMS)

Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina
(UEL)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em Geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Orientadora

Três Lagoas-MS, 2025.



Dedico esta pesquisa à juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes que busca, a todo tempo, formas de se (re)criar e permanecer no campo.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas, por diferentes formas, contribuíram na realização deste estudo. A minha imensa gratidão não caberá em poucas linhas, mas, de maneira sintetizada, tentarei expressar os meus singelos agradecimentos aos que participaram desta caminhada.

Primeiramente a Deus:

Obrigada por me conceder sabedoria e a oportunidade de concretizar um sonho. Foi um desafio, mas, nos momentos de desânimos, me destes força para prosseguir.

À família:

Meu esposo Gustavo, companheiro de vida. Obrigada pelo apoio na minha trajetória acadêmica durante a faculdade, no decorrer do mestrado e nos anos de formação no doutorado. Agradeço por todo o estímulo, sempre me fazendo ter esperança nos momentos que a angústia e o medo tentaram me derrotar. Gratidão pela ajuda na elaboração do mapa do Assentamento Roseli Nunes, gratidão por entender a importância deste trabalho em minha vida.

Meu pai Pereira e minha mãe Marlene, razões do meu nascer e do meu viver, foram eles que me ensinaram desde criança a valorizar os estudos, pois não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria. Vocês acreditaram e torceram por mim, estiveram ao meu lado nas conquistas e também nas derrotas, mas, nunca me deixaram desistir dos meus sonhos. Mãezinha, obrigada pelos cafezinhos nas horas que estava à frente do computador, concentrada nas leituras e escritas. Obrigada meu pai, o seu apoio sempre foi incondicional.

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS:

Meus agradecimentos à essa instituição de ensino público ilustre por ofertar o Curso de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) no Campus de Três Lagoas-MS (CPTL), com professores conceituados e disciplinas prestigiosas.

Agradeço a orientadora desta pesquisa, Professora Rosemeire Aparecida de Almeida, pela acolhida ao projeto de doutorado. No caminho da dúvida, me colocaste no trilho da construção do conhecimento. Mostrou-me, que a caminhada seria difícil, mas, com persistência, seria possível encontrar a linha de chegada. E aqui chegamos! Considero-lhe mais do que uma

orientadora, pois para mim, representa um espelho de conduta e sabedoria nesta trajetória acadêmica. Obrigada pelo apoio constante, durante esses anos de trabalho.

Aos professores membros da Banca Examinadora: Rodrigo Simão Camacho, Sinthia Cristina Batista, Sedeval Nardoque, Edevaldo Aparecido Souza, Maria Celma Borges e Eliane Tomiasi Paulino, agradeço pela prontidão em contribuir com a avaliação desta tese de doutoramento.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Patrícia Milani, Sedeval Nardoque, Evandro César Clemente, Rodrigo Simão Camacho, Ary Tavares Rezende Filho, Marcelino de Andrade Goncalves, Thiago Araújo Santos, Rosemeire Aparecida de Almeida, obrigada pelos momentos de aprendizagens durante as disciplinas ministradas por cada um de vocês.

Aos camponeses e camponesas do Assentamento Roseli Nunes:

Agradeço pelos momentos de diálogos e vivências compartilhadas que enriqueceram esta pesquisa. Obrigada por me permitir consultar as memórias camponesas.

Agradeço em especial o senhor José Lemos, por conceder informações da luta pela terra iniciada no acampamento da Fazenda Facão, onde a esperança era o sentimento que impulsionava a prosseguir. Gratidão por não medir esforços para me ajudar, com seus relatos, contatos e fotos da lida no Assentamento Roseli Nunes.

À juventude camponesa:

Jovens egressos da Escola Estadual Madre Cristina, onde alguns tiveram a oportunidade de realizar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) em Agroecologia, todos os relatos foram primordiais a sustentação desta pesquisa. Obrigada por me conceder a oportunidade de mostrar neste trabalho que a juventude camponesa resiste, e como forma de (re)criação, luta pela efetivação da Reforma Agrária neste país, por educação de qualidade, trabalho, produção e políticas públicas que auxiliem na reprodução social da família e na sua permanência no campo.

Aos servidores da Escola Estadual Madre Cristina:

Gestão escolar, professores e colaboradores da Escola Estadual Madre Cristina, obrigada pelas memórias consultadas, pelos dados pedagógicos e materiais cedidos.

Agradeço à professora e diretora Maria José, educadora do campo e protagonista da luta pela terra e por Educação do Campo aos filhos dessa luta.

Aos técnicos da secretaria escolar, e ao apoio administrativo, sempre prestativos nas informações.

Professor Jair, educador do campo no acampamento e educador da vida no Movimento.

Professor Sidney, gratidão aos relatos e as fotos da horta agroecológica.

Ao ex-servidor Reginaldo, que de estudante da Escola Madre Cristina passou a colaborador dessa instituição da Educação do Campo, seus saberes estão enraizados na luta pela territorialização camponesa.

Obrigada a todos os colaboradores e colaboradoras pelos relatos.

Aos integrantes da Associação dos Produtores Agroecológicos (ARPA):

Sânzio, os contatos dos jovens e educadores da Escola Estadual Madre Cristina, foram essenciais para prosseguir com a pesquisa. As fotos dos momentos formativos na Arpa enriqueceram o visual do trabalho. Os relatos concretizaram a empiria na discussão teórica desta tese. Agradeço pela sua disposição.

Shirley, motorista da Arpa, obrigada pela atenção e partilha das informações.

Beatriz, jovem egressa do EMIEP em Agroecologia na Escola Estadual Madre Cristina, atualmente, trabalha na Arpa, agradeço aos seus relatos de experiências como parte da juventude camponesa que luta pela produção agroecológica e para permanecer no campo com dignidade e autonomia.

Aos pesquisadores do Assentamento Roseli Nunes:

Márcia Aparecida de Barros, Ronilson Farias Majjione Balbuena, Sandra Maria Soares.

Agradeço a atenciosidade ao me conceder relatos de grande importância à construção deste trabalho.

A todos:

Por fim, minha gratidão a todos que contribuíram nos pequenos e nos grandes detalhes na construção desta pesquisa. Muito obrigada!

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. Eu acredito que podemos aprender com o campesinato e que ainda sabemos muito pouco a seu respeito (Shanin, 2008, p. 29).

RESUMO

O Assentamento Roseli Nunes localiza-se na área rural do município de Mirassol D'Oeste-MT. A terra de Reforma Agrária é fruto de uma luta iniciada no acampamento do MST na Fazenda Facão, município de Cáceres-MT. O acampamento foi formado por famílias deslocadas de várias regiões do país, organizadas por núcleos de base para suprir as necessidades do coletivo, a saber: saúde, educação, alimentação, trabalho, higiene, finanças e comunicação. Os acampados permaneceram durante um ano na Fazenda Facão, pois aguardavam a vistoria de outra área, a Fazenda Prata, um latifúndio reivindicado ao INCRA pelo MST desde 1996. Somente no ano de 2001 a imissão de posse aconteceu e o imóvel rural foi dividido em 331 lotes. O objetivo desta tese é entender a importância da Educação do Campo e da Agroecologia como estratégias de (re)criação, resistência e permanência da juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes, para dar continuidade na reprodução do modo de vida camponês. O método de análise deste estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, acentuado no debate da categoria contradição para apreender as particularidades do Assentamento Roseli Nunes, palco de luta da classe camponesa marcada por conflitos territoriais e interesses das classes dominantes. No processo para territorializar-se, os camponeses encontraram na Agroecologia e na Educação do Campo maneiras de (re)criação e enfrentamento ao capital, logo, construíram a Escola Estadual Madre Cristina, uma simbologia da força de resistência, sobretudo, referência de organização por carregar em sua matriz curricular a Agroecologia e a formação de jovens críticos e participativos. Contudo, entendemos que a Educação do Campo e a produção agroecológica, permitiu a juventude camponesa ter alternativas para seguir no campo, sem a necessidade de abandonar a terra conquistada. Os jovens camponeses que permaneceram no Assentamento Roseli Nunes, carregam consigo o respeito pela terra e a contínua resistência ao modelo hegemônico rentista e reprodutivista das monoculturas. Nesta luta, a Agroecologia destaca-se como centralidade na (re)criação da juventude camponesa, carregada de conhecimentos tradicionais fundamentados na inter-relação com a natureza para a continuidade da vida humana.

Palavras-chave: (Re)criação camponesa; Assentamento; Juventude camponesa; Resistência; Produção Agroecológica.

ABSTRACT

The Roseli Nunes Settlement is located in the rural area of the municipality of Mirassol D'Oeste-MT. The Agrarian Reform land is the result of a struggle that began in the MST camp at Fazenda Facão, in the municipality of Cáceres-MT. The camp was formed by families displaced from various regions of the country, organized into grassroots groups to meet the needs of the collective, namely: health, education, food, work, hygiene, finance and communication. The campers stayed at Fazenda Facão for a year, as they were waiting for another area to be inspected, Fazenda Prata, an estate that the MST had been claiming from INCRA since 1996. It was only in 2001 that possession was granted and the rural property was divided into 331 plots. The aim of this thesis is to understand the importance of Rural Education and Agroecology as strategies for the (re)creation, resistance and permanence of peasant youth in the Roseli Nunes Settlement, in order to continue the reproduction of the peasant way of life. The method of analysis in this study is based on historical-dialectical materialism, emphasizing the debate on the category of contradiction in order to grasp the particularities of the Roseli Nunes Settlement, a stage for the struggle of the peasant class marked by territorial conflicts and the interests of the dominant classes. In the process of territorializing themselves, the peasants found ways of (re)creating and confronting capital in Agroecology and Field Education, and so they built the Madre Cristina State School, a symbol of the strength of resistance, above all, a reference point for organization, since its curriculum includes Agroecology and the training of critical and participatory young people. However, we understand that Education in the Countryside and agroecological production have allowed young peasants to have alternatives to continue in the countryside, without the need to abandon the land they had conquered. The young peasants who have remained in the Roseli Nunes Settlement carry with them respect for the land and continued resistance to the hegemonic rentier and reproductive model of monocultures. In this struggle, Agroecology stands out as central to the (re)creation of peasant youth, loaded with traditional knowledge based on the interrelationship with nature for the continuity of human life.

Keywords: Peasant (re)creation; Settlement; Peasant youth; Resistance; Agroecological production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceitual: etapas da pesquisa.....	34
Figura 2 – Assuntos de debates na pesquisa.....	35
Figura 3 – Brasil: distribuição de áreas privadas (2020).....	58
Figura 4 – Dimensões do espaço de socialização na luta pela terra.....	67
Figura 5 – Acampamento do MST na Fazenda Facão – Cáceres (MT): estrutura da organização interna.....	89
Figura 6 – Jornal “Diário de Cuiabá”.....	92
Figura 7 – Projeto de Assentamento (PA): Roseli Nunes.....	94
Figura 8 – Assentamento Roseli Nunes: Mapa de localização.....	98
Figura 9 – Entrada do Assentamento Roseli Nunes.....	99
Figura 10 – ARPA: reunião do projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo”.....	108
Figura 11 – ARPA: Declaração da Organização de Controle Social.....	109
Figura 12 – ARPA: Declaração de produtor vinculado a OCS.....	10
Figura 13 – ARPA: Produção de Mudanças.....	112
Figura 14 – Feira municipal de Mirassol D’Oeste (MT): Produtos da ARPA.....	113
Figura 15 – ARPA: separação de produtos agroecológicos.....	114
Figura 16 – Assentamento Roseli Nunes: criação de animais.....	117
Figura 17 – Mirassol D’Oeste (MT): plantação de cana-de-açúcar próximo ao Assentamento Roseli Nunes.....	123
Figura 18 – Mato Grosso: projetos da Política de Educação do Campo e Quilombola.....	148
Figura 19 – Mato Grosso: Mapa Interativo Escolas Estaduais do Campo.....	149
Figura 20 – Mato Grosso: Cadernos Pedagógicos (2022-2023).....	150
Figura 21 – Mato Grosso: folder de divulgação do “I Encontro de Escolas Empreendedoras e Sustentáveis”.....	152
Figura 22 – Mato Grosso: localização das Escolas Agrícolas da rede estadual.....	155
Figura 23 – Revista CAMPOQUI: Primeira, Segunda e Terceira Edição.....	157
Figura 24 – Cáceres (MT): Escola Municipal Vera Ligia Baldo.....	161
Figura 25 – Mirassol D’Oeste (MT): Documento de criação da Escola Municipal Madre Cristina.....	163
Figura 26 – Revista Sem Terra.....	165
Figura 27 – Assentamento Roseli Nunes: Escola Estadual Madre Cristina.....	167

Figura 28 – Escola Estadual Madre Cristina: horta do EMIEP em Agroecologia.....	176
Figura 29 – Assentamento Roseli Nunes: possibilidades de permanência do jovem no campo.....	194
Figura 30 – ARPA: encontro formativo da ARPA.....	204
Figura 31 – ARPA: reflexões com a juventude na ARPA.....	205
Figura 32 – ARPA: Oficina Formativa de Calda Agroecológica.....	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Materiais Analíticos.....	37
Quadro 2 – Assentamento Roseli Nunes: Catálogo de dissertações e teses (2005 – 2022) – Plataforma Sucupira (CAPES).....	39
Quadro 3 – Abordagem de debates nas pesquisas acadêmicas.....	42
Quadro 4 – Recortes analíticos do Assentamento Roseli Nunes: elementos de discussão.....	44
Quadro 5 – Grupos e sujeitos sociais participantes da pesquisa.....	47
Quadro 6 – Grupos de entrevistados e datas do trabalho de campo.....	48
Quadro 7 – Jovens residentes no campo: diferentes denominações.....	81
Quadro 8 – Assentamento Roseli Nunes: jovem camponês – percepções e significados..	82
Quadro 9 – ARPA: associados cadastrados na OCS (2024).....	110
Quadro 10 – Mato Grosso: marcos normativos na Educação do Campo (2003-2022).....	139
Quadro 11 – Mato Grosso: eventos sobre Educação do Campo (2004-2006).....	140
Quadro 12 – Mato Grosso: metas do PEE-MT para Educação do Campo (2020-2024)...	144
Quadro 13 – Escola Estadual Madre Cristina: projetos.....	171
Quadro 14 – Escola Estadual Madre Cristina: Plano de Curso – EMIEP em Agroecologia.....	174
Quadro 15 – Brasil: eventos sobre a juventude do campo (2000-2006).....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisas de Pós-Graduações sobre o Assentamento Roseli Nunes (2005-2022).....	39
Tabela 2 – Universidades Públicas: Pesquisas sobre o Assentamento Roseli Nunes (2005-2022).....	41
Tabela 3 – Brasil: população total, população rural e urbana (1940-2020).....	57
Tabela 4 – Mirassol D’Oeste (MT): assentamentos rurais (1995 a 2012).....	71
Tabela 5 – Políticas sociais no campo: orçamentos e cortes (2015-2018).....	119
Tabela 6 – Brasil: área, produtividade e produção de cana-de-açúcar (2022/2023/2024)	124
Tabela 7 – Escola Estadual Madre Cristina: turmas do EMIEP em Agroecologia.....	182
Tabela 8 – Brasil: ano e tipo de publicação sobre juventude rural (1992-2004).....	186
Tabela 9 – Brasil: decréscimo na população juvenil – 15 a 29 anos (2004-2014).....	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: orçamento da Secretaria Nacional da Juventude (2013-2022)..... 192

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ARPA - Associação Regional dos Produtores Rurais

ASPROAC - Associação de Produtores Organizada na Agropecuária de Cáceres

BEMISA - Brasil Exploração Mineral S.A

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEFAPRO - Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica

CIPEC/MT - Comitê Interinstitucional e Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso

CNE - Conselho Nacional de Educação

COCQ - Coordenadoria da Educação do Campo e Quilombola

CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CNEC - Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERB - Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Rio Branco

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CPTL - Campus de Três Lagoas-MS

CTA - Centro de Tecnologia Alternativa

DRE - Diretoria Regional de Educação

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

DRC - Documento de Referência Curricular

EDM - Ensino Médio Diversificado

EEMC - Escola Estadual Madre Cristina

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMIEP - Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETI - Educação em Tempo Integral
FAEL - Faculdade Educacional da Lapa
FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante
FEISOL - Feira Solidária
FGB - Formação Geral Básica
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMAFLOA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA - Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA - Ministério de Agricultura e Pecuária
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NRE - Núcleo Regional de Educação
OCS - Organização de Controle Social
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário
PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE - Plano Estadual de Educação
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPP - Projeto Político Pedagógico
PQA - Paradigma da Questão Agrária

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
REM - Redd Early Mover
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNJ - Secretaria Nacional da Juventude
SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação
SUDI - Superintendência de Diversidade
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande Sul
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESP - Universidade Estadual Paulista
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

MEMORIAL DESCRITIVO	23
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	32
1.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	32
1.1.1 Levantamentos: teórico-metodológicos e documentais.....	34
1.1.2 Estudo analítico: Assentamento Roseli Nunes nas produções acadêmicas.....	38
1.1.3 Entrando nos territórios da pesquisa.....	43
1.1.4 Fontes Oraís: Construção dos roteiros de diálogos	46
1.1.5 Sistematização das informações	49
CAPÍTULO II – APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO, POLÍTICAS COLONIZADORAS EM MATO GROSSO E AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA CONTRA O CAPITAL	51
2.1 TERRITÓRIO: CATEGORIA DE ANÁLISE NA QUESTÃO AGRÁRIA	51
2.2 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO.....	53
2.3 PROJETOS TERRA-CAPITAL: MOLDAGEM DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO.....	59
2.4 AÇÕES DE RESISTÊNCIA PELA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: HERANÇA PARA A JUVENTUDE NO CAMPO	64
CAPÍTULO III – A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO E A VISIBILIDADE DA JUVENTUDE CAMPONESA.....	73
3.1 COMPREENSÕES TEÓRICAS SOBRE O CAMPESINATO.....	73
3.2 A JUVENTUDE ASSENTADA COMO CONTINUIDADE DA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO	79
3.3 JOVEM CAMPONÊS: EM BUSCA DE DEFINIÇÃO OU AUTODEFINIÇÃO	81
CAPÍTULO IV – ASSENTAMENTO ROSELI NUNES: O INÍCIO DE UMA LUTA CONTÍNUA	86
4.1 DO ACAMPAMENTO NA FAZENDA FACÃO AO COMODATO NA FAZENDA PRATA.....	86
4.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	96

4.3 O ENCONTRO DA LUTA CAMPONESA COM A AGROECOLOGIA: PARA RESISTIR E PERMANECER.....	104
4.4 OS BLOQUEIOS DO CAPITAL À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	116
CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA E A AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA DISPUTA DE PROJETOS PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO	129
5.1 EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: PAUTA DE LUTA DO CAMPESINATO.....	129
5.2 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE MATO GROSSO: MARCOS NORMATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	138
5.2.1 Ações do setor da Educação do Campo nas escolas estaduais de Mato Grosso	146
5.3 ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA: UMA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO CAMPONESA	159
5.4 AGROECOLOGIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA.....	169
5.5 A RETIRADA DO EMIEP EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA: RETROCESSO E CONSEQUÊNCIAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA	181
CAPÍTULO VI – A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE CAMPONESA EM QUESTÃO: CONQUISTAS E LIMITES NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	185
6.1 OS JOVENS DO CAMPO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: UM OLHAR SOBRE A PESQUISA.....	185
6.2 CONQUISTAS E POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA SOB A ÓTICA DA JUVENTUDE CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	191
6.3 PARCERIAS PARA SUPERAR OS LIMITES DA DISPUTA TERRITORIAL: EDUCAÇÃO DO CAMPO, ARPA E JUVENTUDE CAMPONESA.....	203
CONCLUSÃO.....	208
REFERÊNCIAS.....	211
APÊNDICES.....	226

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS CAMPONESES (AS) DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	227
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS COLABORADORES DA “ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA”.....	228
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA À JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES.....	229
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES EGRESSO DO EMIEP EM AGROECOLOGIA.....	230
APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA À ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS (ARPA).....	231
APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PESQUISADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO COM PESQUISAS SOBRE A JUVENTUDE CAMPONESA.....	232
ANEXOS.....	233
ANEXO 1 - CARTA DE COMPROMISSO DA JUVENTUDE SEM TERRA DO CENTRO-OESTE.....	234
ANEXO 2 - PA ROSELI NUNES.....	237
ANEXO 3 - CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES: A LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE.....	241
ANEXO 4 - MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO.....	246

MEMORIAL DESCRITIVO

Neste memorial descritivo, relato¹ sobre as experiências vivenciadas enquanto sujeito em formação e as reflexões construtoras desta pesquisa. Revisitar a memória é primordial para valorizar cada passo da trajetória acadêmica até a construção deste trabalho, portanto, descrevo nestas linhas o caminho percorrido a partir da Graduação, os desafios encontrados no processo de entrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia para formação no curso de doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas, com destaque também em passagens profissionais e pessoais.

Inicialmente, preciso destacar que a Geografia tem feito parte da minha vida desde o ano de 2012, ao adentrar na Graduação em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no Campus de Cáceres-MT. Durante a faculdade fui bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), momento que me proporcionou um comprometimento pela práxis geográfica no espaço escolar, nesse caso, participar do cotidiano da escola da rede pública trouxe facilidades para realização do estágio e elaboração da Monografia para conclusão da licenciatura. A colação de grau da graduação aconteceu no dia 20 de agosto de 2015 e no dia seguinte iniciei os estudos como aluna regular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Geografia da UNEMAT, na área de concentração “Organização do espaço e meio ambiente”. No mestrado, elaborei e defendi a dissertação intitulada por “Turismo pedagógico como prática educativa: reflexões a partir do Centro Histórico de Cáceres-MT”, orientada pela Professora Dra. Luciana Pinheiro Viegas.

Antes de finalizar o mestrado, concluí duas especializações, uma Pós-Graduação *Latu Sensu* em “Ensino de Geografia”, pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI), e a outra, em “Educação, Diversidade e Cidadania”, pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL).

Após a conclusão do mestrado em Geografia em 18 de setembro de 2017, vivenciei certas inquietações cuja investigação apontava para outras vertentes da Geografia, que compunham um caminho ainda não pesquisado pelas vias de estudos permeadas em meu currículo, entre a Graduação, as Especializações e o Mestrado.

Havia o desejo em adentrar ao curso de doutorado, todavia, minha consciência entendia as impossibilidades existentes naquele momento. No entanto, os questionamentos pairavam na

¹ No memorial descritivo, realizo a escrita em primeira pessoa do singular, por se tratar de um espaço que exporro particularidades, momentos referentes a minha trajetória acadêmica, de maneira individual. As demais seções foram escritas em primeira pessoa do plural, pois, trata-se de um trabalho que possui contribuições, ensinamentos e, relatos, de outros sujeitos.

minha mente, ao ponto da vontade em procurar por respostas e soluções ser maior que os empecilhos. Devido ao contrato temporário como professora na educação básica de uma escola pública da rede estadual, no município de Cáceres-MT, deslocar-se para outra cidade ou estado, seria uma situação complicada.

Mesmo ciente das dificuldades que estariam pela frente, no ano de 2021 realizei a inscrição no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS (UFMS/CPTL), passei por todas as etapas e garanti a adentrada como aluna regular 2021/1 no curso de Doutorado, vinculado à linha de pesquisa “Dinâmicas Territoriais na Cidade e no Campo”. Nesta universidade renomada, composta por um quadro docente de extrema competência, estive matriculada em disciplinas específicas e coerentes aos questionamentos incitados na construção do pré-projeto, que, por sua vez, acarretou na materialização desta pesquisa para qualificação orientada pela Professora Doutora Rosemeire Aparecida de Almeida, após 48 meses de estudos.

Vale ressaltar que no ano de 2021, a sociedade mundial passava por um cenário alarmante da COVID-19, que restringiu o contato entre as pessoas por meio do isolamento social para proteção contra o Coronavírus. Diante da pandemia, não houve a possibilidade de ofertar as disciplinas na modalidade presencial, devido ao protocolo do Ministério da Saúde² de prevenção da doença. Portanto, a UFMS organizou a grande curricular e as aulas aconteceram de forma síncrona e assíncrona, mediante o uso de plataformas digitais como o *Google Meet*, *Google Drive*, *Classroom*, *E-mail* e grupos do *WhatsApp*. Dessa maneira, durante o primeiro e segundo semestre do doutorado, cursei as disciplinas necessárias à obtenção dos créditos, a fim de, ampliar as reflexões teóricas e práticas na construção desta tese

E assim, fui caminhando a passos lentos, numa trilha que ainda não havia passado. Tudo era novidade, muitas dúvidas brotaram, entretanto, havia o anseio por pesquisar a juventude camponesa que se mobiliza para permanecer dignamente no campo. Uma luta por políticas públicas que incluam população juvenil dos assentamentos como sujeitos de direitos, sujeitos estes, que são o futuro da agricultura camponesa e que no processo de resistência encontraram na produção agroecológica uma estratégia de (re)criação para permanecer no campo.

Ao começar a escrever as primeiras linhas deste texto, meu olhar de geógrafa ampliava a ótica da investigação embrenhada em leituras e releituras que, por sua vez, ajudavam a discernir o objeto nucleante desta pesquisa: a Juventude Camponesa. As palavras

²RECOMENDAÇÃO Nº 022, DE 09 DE ABRIL DE 2020. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

esclarecedoras de Paulo Freire, trouxeram provocações para investigar aquilo que ainda estava subentendido: “Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Freire, 1996, p. 32). Como todo processo investigativo, a pesquisa precisa ser planejada e nesse percurso se faz necessário acompanhar o movimento da realidade investigada.

Todavia, faltava o *locus*, o cenário, a definição do recorte territorial. Onde estaria essa juventude que luta para permanecer no campo? Tão perto, territorializada pela reforma agrária no Assentamento Roseli Nunes, localizado no perímetro rural do município de Mirassol D’Oeste, no estado de Mato Grosso.

O Assentamento Roseli Nunes se destaca pelas práticas coletivas iniciadas na trajetória de formação do acampamento na Fazenda Facão, em Cáceres-MT, no ano de 1997. Atualmente, os camponeses do Assentamento Roseli Nunes juntamente com a juventude, encontraram na produção agroecológica maneiras de resistir contra o capital territorializado nos entornos da comunidade.

Definido o objeto de estudo “Juventude camponesa”, e o *locus* investigativo “Assentamento Roseli Nunes”, atravesso a etapa de aprofundamento nas fontes bibliográficas, que orientam a produção do material empírico. Nesse viés, outros questionamentos surgem. O que fazem os jovens do campo para se (re)criarem e permanecerem na terra? O que estão produzindo? Qual a procedência dessa produção? Valorizam os saberes e experiências agroecológicas na produtividade de alimentos mais saudáveis e de qualidade? As políticas públicas sociais têm amparado a permanência da juventude na terra de trabalho? A juventude camponesa se posiciona em contraposição à exploração e exclusão do sistema capitalista?

No ínterim das problematizações e reflexões, a minha posição na construção da tese não é neutra, uma vez que no intuito de responder as indagações, escolho pressupostos teóricos que sustentam os debates no interior da Geografia Agrária crítica, buscando articular a teoria e a prática para explicar a realidade contraditória construída tanto pelo projeto capitalista de agricultura como pela (re)criação camponesa.

Neste estudo, na condição de pesquisadora, apresento o produto final de uma investigação contextualizada no cenário da luta pela permanência no campo da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes-MT.

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada “Educação do Campo e produção agroecológica no Assentamento Roseli Nunes, Mirassol D’Oeste-MT: Estratégias de (re)criação da juventude camponesa”, é resultado da pesquisa desenvolvida no curso de Doutorado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Campus de Três Lagoas-MS (CPTL).

O uso da palavra (re)criação tem a intencionalidade de evidenciar dois processos: o de criação, considerando que estes jovens são filhos da luta pela terra que deu origem ao Assentamento Roseli Nunes e, o outro, de reprodução social e inovação do modo de vida camponês por parte da juventude camponesa.

A escolha em investigar os jovens que vivem no Assentamento Roseli Nunes, teve o propósito de estudar os caminhos da permanência no campo, buscando entender o papel da Educação do Campo, da Agroecologia e das políticas públicas para a efetivação do objetivo de ficar na terra conquistada. É nesta esfera de compreensão que a presente pesquisa se insere.

O Assentamento Roseli Nunes é terra de Reforma Agrária³, localizado no município de Mirassol D’Oeste no estado de Mato Grosso. A luta das famílias iniciou-se no ano de 1997, no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Fazenda Facão em Cáceres-MT, para reivindicar a desapropriação do latifúndio improdutivo na Fazenda Prata. Desde então, a caminhada seguiu uma longa trajetória reproduzida em manifestações, denúncias, acampamento, comodato, pré-assentamento, vistorias realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA)⁴, imissão de posse, parcelamento dos lotes, até oficialmente materializar a conquista do Assentamento Roseli Nunes no ano de 2002, momento que a grande concentração fundiária da Fazenda Prata se transformou em 331 unidades familiares.

Ao longo da pesquisa, buscamos dar respostas aos seguintes questionamentos que motivam nossa reflexão: Quais os principais desafios vivenciados pela juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes? Que perspectivas culturais e materiais os jovens vislumbram para permanecer no campo? Quais são os elementos que tecem a significação de ser um sujeito inserido na categoria juventude camponesa? Qual a importância da Escola Estadual Madre

³ De acordo com Fernandes (2008b, p.74) a definição de reforma agrária refere-se a “uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária”.

⁴ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, cuja missão encontra-se em executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

Cristina no processo formativo crítico, político e social da juventude camponesa? O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) em Agroecologia, ofertado pela Escola Estadual Madre Cristina, trouxe contribuições para a permanência dos jovens egressos? As práticas formativas desenvolvidas pela Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA) são importantes para a permanência da juventude camponesa? Nessas práticas, são considerados os saberes dos camponeses do Assentamento Roseli Nunes?

A partir desses questionamentos que permeiam as problemáticas deste estudo, organizamos o direcionamento da pesquisa, a fim de centralizar as metas, definir os objetivos a serem atingidos e os procedimentos metodológicos para alcance dos resultados.

Estabelecemos como objetivo geral da pesquisa: Entender a importância da Educação do Campo e da Agroecologia como estratégias de (re)criação, resistência e permanência da juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes, para dar continuidade à reprodução do modo de vida camponês.

A partir do objetivo geral, elencamos cinco objetivos específicos auxiliando-nos no caminho percorrido nesta investigação, a saber:

a) Identificar os desafios enfrentados pela juventude camponesa no tocante ao acesso às políticas públicas destinadas ao incentivo à Educação do Campo e à produção agroecológica para geração de renda e permanência dos jovens no campo;

b) Apreender os elementos determinantes para a formação da consciência de pertencimento à categoria juventude camponesa;

c) Identificar a contribuição do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Agroecologia, ofertado pela Escola Estadual Madre Cristina, para a permanência dos jovens no campo;

d) Apreender as dificuldades dos camponeses em produzir de forma agroecológica num contexto de expansão da agricultura capitalista de cana-de-açúcar, presente nos arredores do Assentamento Roseli Nunes;

e) Verificar as contribuições da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) para a permanência dos jovens camponeses integrantes dos grupos produtivos.

A tese encontra-se dividida em seis capítulos, antecidos pelo memorial descritivo, espaço que expresse particularidades referentes à minha trajetória acadêmica. Posteriormente, iniciamos nesta seção de introdução com apresentação do objeto investigativo, a justificativa do estudo em questão, as problemáticas que incidiram na busca por reflexões, os objetivos propostos e, de forma sintetizada, os caminhos percorridos na produção da pesquisa.

No primeiro capítulo estão dispostos os procedimentos metodológicos direcionados em cinco etapas: 1 - Levantamentos: teórico-metodológicos e documentais; 2 - Estudo analítico: Assentamento Roseli Nunes nas produções acadêmicas; 3 - Entrando nos territórios da pesquisa; 4 – Fontes Oraís: Construção dos roteiros de diálogos; 5 - Sistematização das informações.

A fundamentação e a contextualização teórica dos capítulos estão subsidiadas em bibliografias temáticas, com ênfase na luta pela terra, campesinato, juventude camponesa, Educação do Campo e Agroecologia. Consultamos obras selecionadas, desde autorias clássicas nacionais e internacionais, até as produções mais recentes, que proporcionaram grandes contribuições à construção do conhecimento epistemológico e empírico. Aproveitamos o ensejo analítico e levantamos dissertações de mestrado e teses de doutorado, cujo eixo temático permeia o Assentamento Roseli Nunes.

Na imersão em trabalho de campo, tivemos o propósito de identificar os elementos de discussões desta pesquisa, portanto, designamos cinco recortes analíticos: Sítios do Assentamento Roseli Nunes; Juventude Camponesa; Escola Estadual Madre Cristina; ARPA; e, as proximidades do Assentamento Roseli Nunes, devido a territorialização do monocultivo da cana-de-açúcar próximo à comunidade de Reforma Agrária.

Outra etapa metodológica refere-se à construção dos roteiros de entrevistas para obtenção das fontes orais. Os sujeitos sociais escutados foram classificados em seis grupos: Grupo A - Camponeses (as) do Assentamento Roseli Nunes; Grupo B - Educadores do campo, Secretaria escolar, Apoio administrativo da Escola Estadual Madre Cristina; Grupo C - Jovens egressos (as) da Escola Estadual Madre Cristina; Grupo D - Pais/Responsáveis de estudantes egressos do EMIEP em Agroecologia; Grupo E - Coordenação, colaboradores e associados à ARPA; Grupo F - Pesquisadores de Pós-Graduação que possuem como objeto de estudo a juventude do Assentamento Roseli Nunes. As informações resultantes das fontes orais foram fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa e enriqueceram as discussões dialogadas nesta tese.

No decorrer do texto, disponibilizamos documentos normativos, reportagens de jornais, imagens, acervos de fotos, gráficos, quadros, tabelas e transcrições das fontes orais apresentadas como resultados sistematizados da pesquisa.

Posteriormente, no capítulo dois, abordamos sobre a apropriação do território como forma de acumulação capitalista. Ressaltamos nesta seção, a trajetória histórica de favorecimento aos grandes proprietários de terras, iniciada no período Brasil-colônia e que se encontra estabelecida até os dias atuais por meio do domínio do sistema capitalista no campo

brasileiro. Trazemos, também, as ações de resistência pela territorialização camponesa frente à produção capitalista do modelo agroexportador, uma representação da cruel desigualdade na distribuição fundiária neste país, onde uma pequena parcela da sociedade detém o monopólio da terra via extensas propriedades e outra grande parcela da população brasileira, vive sem terra.

No terceiro capítulo, apresentamos, inicialmente, a reflexão de cunho conceitual do campesinato e do modo de ser camponês. Na dinâmica interna da unidade camponesa, os jovens exercem papel estruturante no desenvolvimento de estratégias de (re)criação no campo. Portanto, a categoria juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes, é composta por sujeitos que lutam pela permanência no campo, desse modo, se apropriam da Educação do Campo e da Agroecologia como formas de resistência para continuar no território camponês. Vale destacarmos que o termo jovem camponês encontra-se ancorado no sujeito vivenciador das práticas e valores do campesinato, pertencente à geração juvenil, portanto, transcende os limites da idade biológica.

O quarto capítulo está dividido em quatro momentos. Primeiramente, evidenciamos o processo de luta pela terra materializado em ações que sucederam na ocupação do MST, em 1997, no município de Cáceres, no estado de Mato Grosso, onde organizaram o acampamento na Fazenda Facão para reivindicar a desapropriação do latifúndio improdutivo na Fazenda Prata em Mirassol D'Oeste-MT. Diante da resistência e mobilização, aconteceu a conquista da terra - o Assentamento Roseli Nunes. A terra de negócio deu lugar à terra de trabalho familiar, momento em que se iniciou uma nova frente de luta pela territorialização camponesa. Nesse contexto, os assentados entenderam a necessidade de se organizar para resistir, processo que inclui estratégias de (re)criação camponesa construídas na Educação do Campo, no modelo produtivo da Agroecologia, nas relações de trabalho familiar e nas lutas de enfrentamento às amarras do capital.

Na pauta das ações dos movimentos sociais, insere-se a Educação do Campo como elemento da luta pela efetivação da Reforma Agrária. Para tanto, buscamos compreender, no quinto capítulo, os avanços na Educação para os povos do campo, com ênfase nos programas sociais que contemplam as suas peculiaridades. Demonstramos, também, os contornos na construção da Educação do Campo no estado de Mato Grosso, por meio de marcos normativos e políticas públicas que foram base para a ampliação do atendimento educacional nas escolas do campo e representam avanços decorrentes das mobilizações da população camponesa, em luta por seus direitos.

Ressaltamos, neste cenário de discussões, a trajetória da Escola Estadual Madre Cristina delineada em mão dupla com a luta pela Reforma Agrária e a conquistada pela persistência dos

camponeses. A escola entrelaça saberes desenvolvidos na via itinerante, nascida no ventre do acampamento do MST na Fazenda Facão, posteriormente, levada ao comodato na Fazenda Prata – latifúndio improdutivo desapropriado para formação do Assentamento Roseli Nunes. Nesse período inicial, haviam constantes dificuldades estruturais e temporais, instigando a mobilização dos assentados pela sobrevivência, por políticas públicas, recursos, estradas, energia elétrica e, especialmente, pela construção da escola para os filhos da luta estudarem, se formarem e prosseguirem comprometidos a continuar na caminhada popular do Movimento⁵.

Analisamos no capítulo seis, as possibilidades de permanência no campo sob a ótica dos jovens residentes no Assentamento Roseli Nunes. Destacamos, também, a relevância da parceria entre Escola-ARPA-Juventude, em razão de exercer papel fundamental não só na formação crítica dos jovens, como também, na influência da permanência dos sujeitos no campo.

Por conseguinte, apresentamos as conclusões deste estudo, as compreensões e possibilidades de permanência no campo sob a ótica dos sujeitos que vivenciam a luta na terra de trabalho. Posteriormente, inserimos a listagem das “Referências” que nortearam as reflexões teórica-metodológicas. Em seguida, temos o item “Apêndices” e finalizamos com os anexos, a estrutura desta tese.

Cabe destacarmos que aconteceram (re)arranjos durante o processo de construção desta tese, objetivos elencados que foram revisados e substituídos por outros e alguns retirados, bem como datas de visitas ao Assentamento Roseli Nunes alteradas. Igualmente, houve procedimentos metodológicos que não preencheram as necessidades da pesquisa, até mudanças de ideias e eixos temáticos, principalmente, a partir do aprofundamento nas leituras de referenciais que subsidiaram a contextualização teórica. Portanto, ocorreram diversas situações não previstas, todavia, foram entendidas como próprias das pesquisas que envolvem realidades diferentes e em movimento.

⁵ A palavra Movimento com a letra inicial em maiúsculo se refere nesta pesquisa, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

CAPÍTULO I – ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo apresentamos, de forma sintetizada, os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa para atingirmos o objetivo geral proposto, qual seja: Entender a importância da Educação do Campo e da Agroecologia como estratégias de (re)criação da juventude camponesa no Assentamento Roseli Nunes, para dar continuidade na reprodução do modo de vida camponês.

Etimologicamente, o método deriva da junção de duas palavras de origem grega: *meta* que significa “por meio de” e *hodos* traduz-se em “via, caminho” (Camacho, 2014). A construção metodológica perpassa pela produção do campo teórico para organização do conhecimento científico, como explica Sposito (2004, p. 59), o método precisa estar em coerência às ideias defendidas na pesquisa: “Essa coerência vai permitir a leitura adequada das categorias e dos conceitos explicitados na teoria, diferenciando-se de outras teorias que trazem do mesmo tema ou assunto”.

O método de análise deste estudo fundamenta-se no materialismo histórico-dialético acentuado no debate marxista, como base teórico-metodológica que direciona a pesquisa para compreensão das contradições nas relações de classes. Os trabalhos construídos no materialismo histórico-dialético apresentam a criticidade da realidade na dialética sujeito-objeto (Sposito, 2004).

No materialismo histórico-dialético, a categoria contradição é fundamental ao entendimento das diferentes faces das relações capitalistas concebidas por meio do trabalho. Portanto, ressaltamos no texto a categoria contradição para apreender as particularidades do Assentamento Roseli Nunes, palco de luta da classe camponesa marcada por conflitos territoriais e interesses das classes dominantes. Particularidades estas que são produtos do campesinato e de seus sujeitos, produtores de historicidades.

Adiante na subseção, descrevemos sobre os procedimentos da pesquisa com ênfase nas produções dos dados que fundamentaram o debate desta tese.

1.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Na proposta investigativa deste estudo, fundamentamos, nos procedimentos da pesquisa qualitativa, nas entrevistas, descrições, análises e debates sobre o território de vida dos camponeses, nas relações sociais, na dinâmica organizacional de resistência a partir do

acampamento, no comodato e no próprio Assentamento Roseli Nunes, na interação Escola-ARPA-Juventude, e nas formas de (re)criação encontrada pelos jovens para permanecer na terra.

Para Minayo (2014), a abordagem qualitativa permite ao pesquisador identificar as percepções e sentidos que os indivíduos dão às suas histórias de vida. Essa aproximação entre investigador e o objeto de estudo possibilita a obtenção de dados descritivos que identificam a significância da realidade vivida, retratada nos relatos dos sujeitos participantes. Conforme o diálogo avança, elementos podem surgir a partir das falas, choros, risadas e expressões, derivados importantes para as interpretações do pesquisador.

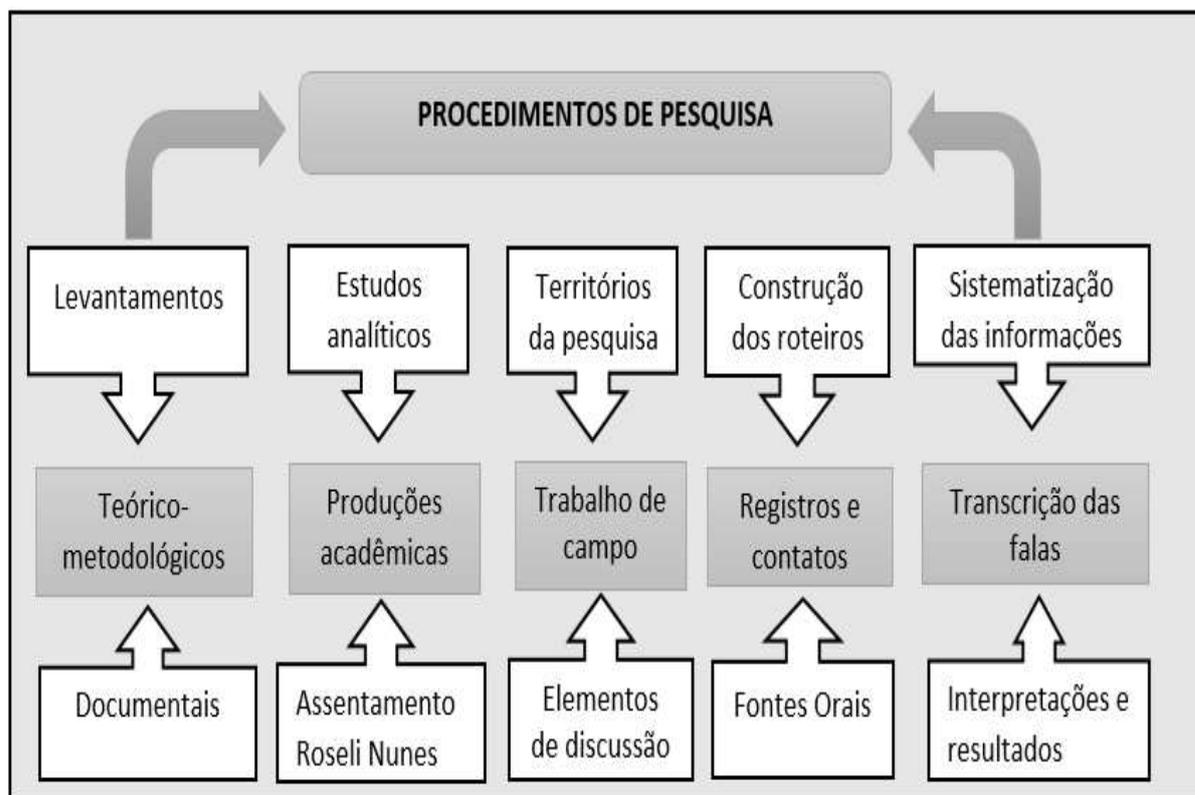
O pesquisador precisa estar atento aos pontos interpretativos dissolvidos no comportamento do sujeito, visto que, uma informação pode gerar questionamento para buscar outra informação, essa circunstância é uma característica marcante da pesquisa qualitativa: “[...] a coleta e a análise dos dados não são divisões estanques. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados” (Triviños, 1987, p. 131).

As etapas da pesquisa ocorreram integradamente aos objetivos propostos, direcionadas e divididas em cinco procedimentos:

- 1 - Levantamentos: teórico-metodológicos e documentais;
- 2 - Estudo analítico: Assentamento Roseli Nunes nas produções acadêmicas;
- 3 - Entrando nos territórios da pesquisa;
- 4 - Construção dos roteiros de diálogos e as fontes orais;
- 5 - Sistematização das informações.

De forma sintetizada, elaboramos um mapa conceitual (Figura 1) com os caminhos percorridos na produção da pesquisa:

Figura 1 – Mapa conceitual: etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Cada uma das etapas, dos procedimentos de pesquisa desta tese, será descrita nos próximos itens desta subseção.

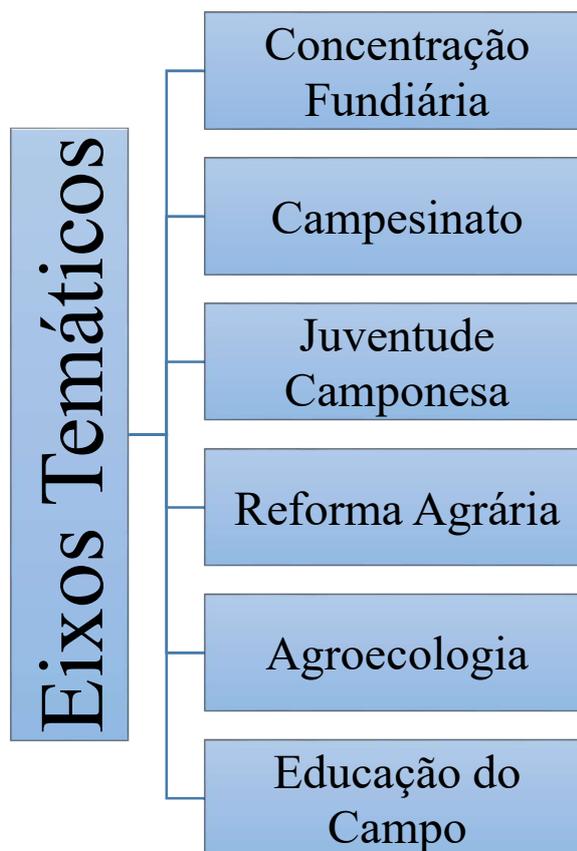
1.1.1 Levantamentos: teórico-metodológicos e documentais

A fase inicial de pesquisa é marcada pelo afloramento de motivações, dúvidas, hipóteses e possibilidades analíticas, ao mesmo tempo em que se constrói a escolha do método da pesquisa e do referencial teórico. Momentos principiantes que nos levaram ao aprofundamento do conhecer, identificar e sensibilizar pela realidade estudada, no caso, a juventude camponesa do o Assentamento Roseli Nunes.

Ao definirmos as centralidades das temáticas que compõem o plano de estudo, realizamos leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações e artigos científicos, procedimentos essenciais à contextualização teórica desta tese.

A seleção do material bibliográfico esteve criteriosamente articulada ao objetivo geral, portanto, seguimos os seguintes eixos temáticos como bases para engendrar os debates estruturantes da pesquisa (Figura 2):

Figura 2 – Assuntos de debates na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Das leituras realizadas para sustentar as discussões sobre a apropriação do território, partimos das obras de Oliveira (1982; 1990; 1994; 2001; 2003; 2016), Cortês (1958), Taglietti (2005), Martins (2010), Alentejano (2011), Smith (1990) Graziano da Silva (1998), Stétilo (2005; 2006), Mendonça (2013), Delgado (2010) e Fernandes (1999). Realizamos, também, a contextualização dos processos sobre a intensificação das políticas colonizadoras de terras no estado de Mato Grosso, com base nos estudos de Moreno (1999; 2007), Batista (2014), Chaves (2008), e Garcia (2001).

No aprofundamento analítico da questão camponesa, compreendemos, inicialmente a avaliação teórica realizada por três autores clássicos que apresentam ideários estruturantes da corrente do Marxismo Agrário: Karl Kautsky, Lênin e Alexander Chayanov. Buscamos ainda apoio nas reflexões de autores que se debruçam em estudos referentes à (re)criação do campeonato brasileiro, com enfoque na sua organização política expressa na luta pela terra a partir de movimentos sociais no campo, criando estratégias de resistência frente ao domínio do capital, a saber: Oliveira (1982; 1990; 2001; 2003; 2007; 2016), Martins (1980; 1994; 2010), Alentejano (2011; 2022), Almeida (2003a; 2003b; 2004; 2006a; 2006b; 2007; 2023), Almeida

e Paulino (2000), Fabrini (2002; 2008; 2011), Fernandes (1994; 1996; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2005; 2008a; 2008b; 2008c; 2012; 2013), Paulino (2006; 2008a; 2008b) Stédile (2005; 2006; 2021), Camacho (2010; 2014), entre outros autores que contribuem para efetivar o cenário científico da tendência camponista debatida na questão agrária.

Por conseguinte, no eixo temático sobre os estudos da juventude camponesa, destacamos nos escritos de Castro (2008; 2012) que expõe elementos configuradores da dualidade “Ficar ou sair de casa”, refletida na falta de amparo aos jovens por parte de políticas públicas. Os estudos primorosos de Weisheimer (2005; 2007), Sposito (2009), Carneiro (2007), Abramovay *et al* (1998), Castro *et al* (2009), Martins (2019), Bogo (1999), Botelho, Araújo e Codes (2016) também sustentam as discussões da juventude camponesa enquanto categoria analítica composta por sujeitos direcionados a adquirir autonomia para se manter dignamente no campo.

Nas abordagens epistêmicas da Agroecologia como uma ciência emergente – que busca contribuir para a sustentabilidade da agricultura, buscamos fundamentos teóricos em: Altieri (2008), Caporal, Costabeber e Paulus (2006), Rigotto (2011), Sarandón e Flores (2014), Almeida (2023) e Saquet (2014).

No que tange à discussão da Educação do Campo, trazemos as reflexões de Caldart (1999; 2000; 2002; 2004a; 2004b; 2009), Molina (2015), Arroyo e Fernandes (1999), autores que analisam o vínculo consolidado entre Educação do Campo e a luta pela democratização do acesso à terra que, por sua vez, são direitos reivindicados há décadas em nosso país. Para estes autores, a formação ofertada nas escolas do campo precisa considerar os saberes dos sujeitos que trabalham e vivem na terra, bem como, a sua cultura, o seu modo de vida, no sentido de fortalecer a identidade camponesa. No tocante ainda a educação libertadora utilizamos as seguintes referências: Freire (1967; 1981; 1987; 1996), Zart (2012), Camacho (2019; 2024a; 2024b). Também, consultamos obras elaboradas por autores que debatem a Educação do Campo no estado de Mato Grosso, como: Reck (2007), Senra; Vilela; Medeiros (2022) e Costa (2023).

O levantamento documental esteve associado ao debate temático, portanto, a seleção dos materiais analíticos que utilizamos para consultar informações e expor no texto, ocorreram em momentos diversos durante a elaboração desta tese. Sintetizamos no Quadro 1 a lista de materiais elementares ao aprimoramento das discussões neste estudo, como: filmagens; reportagens de jornais e revistas; dados de plataformas *online*; documentos oficializados por legislações, decretos, portarias e resoluções; cartas elaboradas pela sociedade; projetos e planos

de ensino da Escola Estadual Madre Cristina; cadernos pedagógicos; e mapas. Também fizemos uso de acervo de fotos, imagens, tabelas e gráficos.

Quadro 1 – Lista de Materiais Analíticos

FILMAGENS
“Terra para Rose” “O Sonho de Rose” “Fruto da Terra”
REPORTAGENS
Jornal “Diário de Cuiabá” Revista Sem Terra
PLATAFORMAS ONLINE
Brasil de Fato Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/ Plataforma Sucupira Comissão Pastoral da Terra (CPT) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) YOUTUBE
DOCUMENTOS NORMATIVOS
Lei de Terra - Nº 601/1850. Constituição Federal de 1988. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Nº 9.394/1996. Criação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Madre Cristina - Lei Nº 551 de 15 de junho de 1998. Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA) - Decreto Nº 10.252/1998. PAA - Lei Nº 10.696/2003. Conselho Estadual de Educação (CEE/MT) - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo - Resolução Nº 126/2003. Decreto Federal Nº 5.154/2004. Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) - Lei Nº 11.129/2005. Agricultura familiar - Lei Nº 11.326/2006. Transporte de alunos da rede estadual de ensino, residentes na zona rural do estado de Mato Grosso - Lei Nº 8.469 de 07 de abril de 2006. Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais – MT (2008/ 2009/ 2010). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Lei Nº 11.947/2009. Estatuto da Juventude - Lei Nº 12.852/2013. Oferta da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso - Resolução Normativa Nº 003/2013. Plano Estadual de Educação/MT (2014-2024) - Lei Nº 10.111, de 06 de junho de 2014. Novo Ensino Médio - Lei Nº 13.415/2017. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT) - Portaria Nº 810/2018/GS/SEDUC/MT. Plano Estadual de Educação/MT (2020-2024) - Lei Nº 11.422 de 14 de junho de 2021. Programa Educação 10 anos/MT - Decreto Nº 1497, de 10 de outubro de 2022.
CARTAS
Carta de compromisso da juventude Sem Terra do Centro-Oeste Carta do Assentamento Roseli Nunes: a luta por um território livre Manifesto das educadoras e educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro
E. E. MADRE CRISTINA

Projeto Político Pedagógico (PPP) Plano de curso do EMIEP em Agroecologia
CADERNOS PEDAGÓGICOS
Educação do Campo – Anos finais do ensino fundamental e ensino médio Educação Escolar Quilombola – Ensino fundamental (anos finais) e ensino médio Horta Pedagógica
MAPAS
Mapa de localização do Assentamento Roseli Nunes Mapa Interativo Escolas Estaduais do Campo em Mato Grosso

Fonte: Elaborado pela autora.

Os materiais descritos no quadro 1 foram fundamentais para darmos sentido e sustentação ao debate teórico. Os *links* de acessos às filmagens, reportagens, plataformas *online* e documentos normativos estão dispostos em nota de rodapé nos locais onde foram apresentados, já a “Carta de compromisso da juventude Sem Terra do Centro-Oeste”, a “Carta do Assentamento Roseli Nunes: a luta por um território livre” e o “Manifesto das educadoras e educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro” encontram-se nos anexos desta tese.

1.1.2 Estudo analítico: Assentamento Roseli Nunes nas produções acadêmicas

Aproveitamos o contexto analítico e realizamos um levantamento de produções acadêmicas que abordaram os seguintes objetos investigativos: Assentamento Roseli Nunes, Escola Estadual Madre Cristina, Associação Regional dos Produtores Agroecológicos, e a juventude camponesa do Assentamento. Para este procedimento, utilizamos o ambiente virtual “Coleta Capes” dentro da Plataforma Sucupira⁶ e, posteriormente, acessamos o item “Catálogo de Teses e Dissertações” com a finalidade de obtermos dados quantitativos e qualitativos de trabalhos ao nível de Mestrado e Doutorado que contemplassem as temáticas em questão.

Após o refinamento dos resultados, encontramos 20 produções acadêmicas no banco de dados fornecidos pela CAPES, sendo 17 dissertações de mestrado e três teses de doutorado, entre os anos 2005 a 2022. Na tabela 1 demonstramos o quantitativo de produções registradas.

⁶ A Plataforma Sucupira disponibiliza informações acadêmicas com base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

Tabela 1 – Pesquisas de Pós-Graduações sobre o Assentamento Roseli Nunes (2005-2022)

ANO	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
2005	1	-	1
2014	-	1	1
2015	3	-	3
2016	3	-	3
2017	2	-	2
2018	2	-	2
2019	3	-	3
2020	2	1	3
2021	-	1	1
2022	1	-	1
TOTAL	17	3	20

Fonte: Elaborado pela autora.

As informações que apresentamos na tabela 1 seguiram a ordem crescente, portanto, a primeira pesquisa encontrada foi concluída no ano de 2005 e a última no ano de 2022. De forma mais detalhada, elaboramos o Catálogo de dissertações e teses sobre o Assentamento Roseli Nunes destacando a autoria, o título, tipo de produção (Dissertação ou Tese), a instituição pública do programa de Pós-Graduação e o ano de conclusão.

Quadro 2 – Assentamento Roseli Nunes: Catálogo de dissertações e teses (2005 – 2022) –
Plataforma Sucupira (CAPES)

HACK, Leni. As concepções de corpo na escola do MST do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande Sul, 2005.
BATISTA, Sinthia Cristina. Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.
ARAÚJO, Devanir Oliveira de. Mulheres na produção de hortaliças - processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
OLIVEIRA, Silmara Santos. (Des) caminhos da resistência camponesa nos assentamentos de reforma agrária: avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental no assentamento Roseli Nunes – Município de Mirassol D'Oeste- MT. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
SAMPAIO, Patrícia Wolff. Campesinato, Estado, Reforma Agrária: Expressões territoriais da luta pela permanência na terra no Assentamento Roseli Nunes/MT. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.
SILVA, Édson Félix. Educação do campo: processos de formação política da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Município de Mirassol D'oeste/MT. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2016.

GODOI, Dayane Pricila Alves. Resistência camponesa frente à influência do sistema cárstico no contexto hídrico do Assentamento Roseli Nunes/MT. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2016.
CASTRO, Francileia Paula de. Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2016.
CALIXTO, Andréa Pereira. Assentamento Roseli Nunes como contra-espço: Trajetória e repercussões na dinâmica espacial de Mirassol D'Oeste-Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2017.
LIMA, Eloisa Aparecida Cerino Rosa. Educação do campo: Rompendo cercas e disputando territórios: Estudo das práticas do Assentamento Roseli Nunes e Escola Madre Cristina. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2017.
REIS, Vander Antônio dos. As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) no contexto da região Sudoeste de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2018.
CRUZ, Márcia Aparecida de Barros da. Processo de formação e organização para o coletivo, da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D'oeste/MT. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.
RIBEIRO, Cristiane Gonçalves. Vozes da Juventude: Práticas e aprendizados de jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'oeste-MT. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Mato Grosso, 2019.
PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez. Formação Dos/as Educadores/as do Campo e a Territorialização da Educação do Campo: Concepções e Práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.
GOMES, Maria José de Souza. Práticas educativas da educação do campo na escola estadual Madre Cristina, Assentamento Roseli Nunes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2019.
BALBUENA, Ronilson Farias Majjione. Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'oeste/MT: Território de luta e resistência. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
SOARES, Sandra Maria. A docência camponesa na escola estadual Madre Cristina e a pedagogia do trabalho associado camponês para a auto-organização da juventude do Assentamento Roseli Nunes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
AZEVEDO, Eva Emília Freire do Nascimento. Trabalho, educação e produção associada: Experiências de jovens e mulheres do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'oeste/MT. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.
SANTOS, Edinéia Natalino da Silva. Educação de Jovens e Adultos no campo: um estudo a partir das capturas de concepções do trabalho pedagógico que embasam as experiências educativas de duas escolas no estado de Mato Grosso 2018-2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, 2021.
SILVA, Valéria de Souza. Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual Madre Cristina: Práticas pedagógicas e processos de auto-organização associativa. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do considerável quantitativo de produções expostas no Catálogo de dissertações e teses, podemos afirmar que houve um crescente empenho nas duas últimas décadas em estudos que retratam a relevância do Assentamento Roseli Nunes e seus sujeitos, totalizando 20 produções acadêmicas, sendo dessas, 17 dissertações de mestrado e três teses de doutorado.

Esta diversidade de estudos sobre o Assentamento Roseli Nunes reforçam a nossa premissa de pesquisa acerca da importância histórica da conquista deste assentamento pelo MST em Mato Grosso, mas, sobretudo, o mérito do processo de luta contínua para permanecer na terra com enfrentamentos constantes ao projeto hegemônico de sociedade. Neste sentido, a Escola Estadual Madre Cristina ocupa papel de destaque na luta política.

Na oportunidade, realizamos a identificação das instituições públicas em que foram desenvolvidas tais pesquisas, bem como o tipo de produção acadêmica (dissertação e/ou tese) e a quantidade de produções por cada universidade. Os dados apresentamos na tabela 2:

Tabela 2 – Universidades Públicas: Pesquisas sobre o Assentamento Roseli Nunes (2005-2022)

INSTITUIÇÕES	DISSERTAÇÃO	TESE	TOTAL
UNEMAT	9	-	9
UFMT	2	1	3
UFSC	2	-	2
UFRGS	1	1	2
UNESP	1	1	2
FIOCRUZ	2	-	1
TOTAL	17	3	20

Fonte: Elaborado pela autora.

Quantificadas nove produções de dissertações pela UNEMAT, dentre essas pesquisas, contabilizamos seis do Programa de Pós-Graduação em Educação e três em Geografia, ambos localizados na cidade de Cáceres-MT.

Pela UFMT foram encontradas três pesquisas acadêmicas, sendo uma tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação e duas dissertações de Mestrado em Geografia.

As duas universidades públicas localizadas na região Centro-Oeste, especificamente, no estado de Mato Grosso: a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), totalizaram 12 produções. Notamos as temáticas abordando o Assentamento Roseli Nunes e seus sujeitos, as lutas da classe camponesa, as suas mobilizações, a Educação do Campo na Escola Estadual Madre Cristina e a resistência da juventude assentada na comunidade de Reforma Agrária. A UFMT e a

UNEMAT são parceiras do Assentamento Roseli Nunes, *lôcus* de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão pelas instituições de Ensino Superior.

Os demais trabalhos fazem parte de pesquisas conduzidas por instituições localizadas na região Sul e Sudeste do Brasil, sendo duas dissertações da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pelo Programa de Mestrado Profissional em Agroecossistemas, uma dissertação na Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), pelo Mestrado em Educação, onde também se produziu a tese de doutorado em Geografia. Na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro, houve duas dissertações do Mestrado Profissional em Saúde Pública. Pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), encontramos uma dissertação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (São Paulo), e uma tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (Rio Claro).

O interesse acadêmico revela-nos, também, a importância histórica deste assentamento como materialidade da luta pela terra e dos desafios para nela permanecer, reforçando o acerto desta pesquisa em se somar ao conjunto destas investigações, neste caso, na temática da (re)criação da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes.

Apesar da diversidade de abordagens, houve assuntos convergentes entre as pesquisas, porém utilizando diferentes métodos de análise. Sintetizamos no Quadro 3 os assuntos debatidos pelos pesquisadores em suas produções:

Quadro 3 – Abordagem de debates nas pesquisas acadêmicas

Ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Posição das mulheres na dinâmica produtiva	Trabalho associado de jovens e mulheres
Mapeamento comunitário	Disponibilidade hídrica	Produção agroecológica
Educação do Campo	Formação política da juventude camponesa	Práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos
Resistência camponesa	Processo formativo para os educadores do campo	Processo organizativo da ARPA

Fonte: Elaborado pela autora.

A sistematização destas pesquisas, revela-nos o predomínio de estudos tendo como objeto de estudo o Assentamento Roseli Nunes, em particular os processos formativos dos sujeitos. Todavia, não temos a pretensão de realizar análise aprofundada acerca dos desdobramentos destas pesquisas para a vida dos assentados. O objetivo é mais modesto, qual seja, apresentarmos o assentamento como um objeto/sujeito de significância para a Reforma Agrária e a produção familiar camponesa, inclusive aos jovens que anseiam em permanecer no campo. Por outro lado, as pesquisas possibilitaram-nos a extração de suporte reflexivo para sustentar a discussão da presente tese, que retrata a crítica permanente ao modelo de produção capitalista e a defesa pela continuidade da agricultura camponesa, neste cenário, os jovens são protagonistas no anúncio às transformações sociais do campo.

Contudo, apesar da quantidade expressiva de pesquisas, apontamos para a necessidade de continuidade, em especial de estudos contínuos que façam referência ao Assentamento Roseli Nunes como território de resistência dos camponeses que o compõe. “Cabe, portanto, na academia e fora dela entendê-los, dar-lhes visibilidade e, na luta, nos posicionar ao seu lado” (Paulino; Almeida, 2010, p. 58).

1.1.3 Entrando nos territórios da pesquisa

Cabe destacarmos, inicialmente, que o Assentamento Roseli Nunes compõe o território camponês desta pesquisa, pois “[...] falar em território sem demarcar de que território se está tratando é um propósito sem qualquer serventia, dada a polissemia que este conceito envolve” (Paulino, 2008b, p. 203).

Na imersão da pesquisadora em trabalho de campo, designamos cinco recortes analíticos do Assentamento Roseli Nunes, sendo esses:

- Sítios do Assentamento Roseli Nunes;
- Juventude Camponesa;
- Escola Estadual Madre Cristina;
- Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA);
- Proximidades do Assentamento Roseli Nunes.

Por conseguinte, durante os trabalhos de campo nos sítios, com os jovens, na escola, na ARPA e nas proximidades do Assentamento, identificamos os elementos fundamentais às

discussões desta pesquisa (Quadro 4), logo, foram articulados e inseridos nos roteiros de entrevistas.

Quadro 4 – Recortes analíticos do Assentamento Roseli Nunes: elementos de discussão

SÍTIOS DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES
Trabalho Produção Distribuição das tarefas na unidade familiar Comercialização (Associações, Feiras, Mercados, entregas a domicílio, PAA, PNAE, entre outras.) Renda familiar Participação em movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos Resistência
JUVENTUDE CAMPONESA
Condições de permanência Êxodo juvenil Participação em Movimentos Sociais, Sindicais e Militâncias Estratégias de (re)criação camponesa
ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA
Estrutura escolar Projeto Político Pedagógico (PPP) Plano de Curso – Técnico em Agroecologia Regimento Escolar (2014) Relação Escola-ARPA-Juventude
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS
Produção agroecológica Políticas públicas Projetos e parcerias
PROXIMIDADES DO ASSENTAMENTO
Monocultivo canavieiro Agrotóxicos Conflitos territoriais

Fonte: Elaborado pela autora.

Os sítios do Assentamento Roseli Nunes são parte do território camponês, terra de trabalho familiar, emergida na luta da Reforma Agrária. Nesse cenário, as dificuldades são agravadas por uma série de impasses não dirimidos pelo Estado: as tentativas de expropriação dos trabalhadores pela mineradora de ferro, o fechamento do curso técnico em Agroecologia ofertado à geração juvenil, a produção agroecológica danificada pelas consequências da expansão do monocultivo de cana-de-açúcar com uso indiscriminado de agrotóxicos, enfim, contínuas ameaças do capital.

A juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes, símbolo geracional de esperança pela continuidade da classe camponesa, são jovens marcados por conflitos territoriais, falta de oportunidades e limitações no acesso às políticas públicas e aos programas

sociais para manutenção na vida no campo, todavia, são construtores de práticas de resistência e enfrentamento à ordem capitalista.

A Escola Estadual Madre Cristina, edificada pelas mãos dos trabalhadores inseridos na luta da/na terra, desempenha um papel importante na emancipação dos sujeitos ao revelar as dinâmicas territoriais que o Assentamento Roseli Nunes vivencia. De acordo com Fernandes e Molina (2004, p. 60): “O território é um trunfo dos povos do campo e da floresta. Trabalhar na terra, tirar da terra a sua existência, exige conhecimentos que são construídos nas experiências cotidianas e na escola”. Portanto, na oferta e defesa da Educação do Campo, a Escola Madre Cristina realiza a reafirmação camponesa em contraposição à hegemonia do capital.

A ARPA protagoniza ações para fortalecimento do Assentamento Roseli Nunes por meio do modelo produtivo agroecológico, um modelo comprometido com a produção de alimentos saudáveis e a geração de renda das famílias camponesas. A associação desenvolve projetos direcionados à sustentabilidade, solidariedade e ao fortalecimento dos saberes tradicionais.

Como o Assentamento Roseli Nunes não é território isolado, ao contrário, é parte de uma realidade mais ampla, inclusive das contradições, foi necessário analisar a relação do assentamento com os “vizinhos” próximos. Neste sentido, foram escolhidas para esta análise as áreas em conflito aberto devido a territorialização do monocultivo da cana-de-açúcar próximo à comunidade de Reforma Agrária, e a tentativa de desterritorialização do campesinato com a aplicação de agrotóxicos e a contaminação dos elementos naturais, acometida pelos monocultivos nas proximidades do Assentamento Roseli Nunes. Estes territórios possuem divergentes modelos de desenvolvimento e uso da terra. Camacho (2014, p. 215) aponta os dois lados (território capitalista/território camponês) como opositores no tocante aos objetivos de uso da terra.

A oposição aqui se dá entre a busca funcional de auferir renda e lucro de um lado e o objetivo de se reproduzir modos de vida de outro. Portanto, o conflito se dá em torno da criação de territórios para ‘negócio’ ou de territórios para a reprodução de um ‘modo de vida’.

As disputas territoriais têm gerado conflitos que envolvem o Assentamento Roseli Nunes e o capital, portanto, realizar a leitura da organização do território camponês possibilita compreender a disputa territorial, as estratégias de territorialização camponesa e as tentativas de sua desterritorialização. Nesse embate, os camponeses se apropriam da luta política por Educação do Campo, trabalho, Agroecologia e reprodução de sua existência, para permanecerem na terra com sua família e anunciarem o seu modo de vida.

Ademais, nessa etapa de contato inicial com os recortes analíticos, realizamos os registros das ações pelo uso de anotações em caderno de campo, gravações e fotos. Todo o material selecionamos de acordo com o eixo de discussão e exposto no decorrer do trabalho.

1.1.4 Fontes Oraís: Construção dos roteiros de diálogos

O roteiro é um instrumento que conduz a conversa, portanto, na elaboração estrutural dos roteiros de diálogos direcionados aos sujeitos pesquisados, incluímos questões propícias à melhor dinamização no procedimento de obtenção das fontes orais, a fim de permitir aberturas aos depoentes para revisitar as marcas da memória. A opção por este caminho metodológico se deu como forma de romper com os questionários fechados, estruturados, que podem impor limitação de respostas.

Dessa forma, o pesquisador é privilegiado porque pode apreender as experiências vivenciadas por parte do entrevistado, referidas a um determinado contexto histórico, seja, temporalidades passadas ou presentes. Situação explicada por Almeida (2003a, p. 46) quando retrata a utilização das fontes orais em pesquisas que destacam os camponeses e o seu modo de vida:

[...] o trabalho com fontes orais se sustenta na concepção de que os camponeses são construtores cotidianos de sua própria composição enquanto classe, e que o trabalho com fontes orais, ao permitir a sua expressão, por meio do testemunho, busca resgatar suas experiências e utopias camponesas passadas e presentes que por não serem da classe hegemônica ou, para alguns, não serem nem mesmo de uma classe, tem tido pouca ou nenhuma possibilidade de deixar marcas.

No procedimento de obtenção das fontes orais torna-se relevante priorizarmos a problemática central, para não acometermos um desvio do objetivo proposto. Nesse caso, optamos por fomentar nos instrumentos de produção de dados, indicadores de assuntos dialogais com a realidade vivida pelos camponeses. Inserimos questões abertas, capazes de aflorar a memória e percepções dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nesta etapa. Os roteiros de todas as entrevistas realizadas para o alcance das informações, constam no item “Apêndices” desta tese.

O levantamento de informações por meio de fontes orais trouxe-nos significado ao contexto da pesquisa, ao rememorar fatos que permitiram nos aproximar das particularidades do fenômeno pesquisado, o que “[...] representou uma surpresa e uma experiência de aprendizado. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (Portelli, 1997, p. 17).

De acordo com Camacho (2014), as fontes orais são um instrumento de mudança social, uma vez que, na produção das falas a realidade é ouvida, interpretada e disseminada. Nesta direção, Almeida (2006a, p. 41) enaltece a importância do trabalho com as fontes orais para buscar na memória os momentos de luta, alegrias, conquistas e resistências, além de permitir o lugar de falas dos sujeitos pertencentes às classes subalternas.

[...] é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória, que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelos desejos da terra.

No momento das entrevistas (fontes orais), aconteceram os diálogos com os sujeitos sociais participantes, obtidas de forma consensual em contato direto com seis grupos (Quadro 5), representados por: camponeses (as) do Assentamento Roseli Nunes; educadores do campo, secretaria escolar, e demais colaboradores (as) da Escola Estadual Madre Cristina; jovens camponeses que estudaram na Escola Estadual Madre Cristina; pais e/ou responsáveis de estudantes egressos do EMIEP em Agroecologia; coordenação, colaboradores e associados à ARPA; pesquisadores (as) de Pós-Graduação que possuem como objeto de estudo o Assentamento Roseli Nunes e seus sujeitos.

Quadro 5 – Grupos e sujeitos sociais participantes da pesquisa

GRUPO A	Camponeses (as) do Assentamento Roseli Nunes
GRUPO B	Educadores do campo da Escola Estadual Madre Cristina, Secretaria escolar, Apoio administrativo
GRUPO C	Juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes
GRUPO D	Pais/responsáveis de jovens egressos do EMIEP na Escola Estadual Madre Cristina
GRUPO E	Coordenação, colaboradores e associados à ARPA
GRUPO F	Pesquisadores (as) de Pós-Graduação que desenvolveram pesquisas sobre a juventude do Assentamento Roseli Nunes

Fonte: Elaborado pela autora.

Optamos por resguardar a identificação de cada entrevistado para preservá-lo e evitar possíveis constrangimentos. Nesse caso, substituímos os nomes por letras e números, a depender do grupo correspondente.

No Quadro 6, inserimos os sujeitos sociais participantes de cada grupo com as respectivas datas de trabalho de campo:

Quadro 6 – Grupos de entrevistados e datas do trabalho de campo

GRUPO A – CAMPONESES (AS) DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Camponês A	20/03/2023
Camponesa B	12/04/2023
Camponês C	12/04/2023
Camponês (a) D	10/05/2023
Camponês E	10/05/2023
Camponês F	11/07/2023
Camponesa G	11/07/2023
Camponês H	11/07/2023
Camponês I	11/07/2023
Camponesa J	11/07/2023
GRUPO B – EDUCADORES DO CAMPO, SECRETARIA ESCOLAR, COLABORADORES DA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Educador (a) do campo 1	12/04/2023
Educador (a) do campo 2	12/04/2023
Educador (a) do campo 3	12/04/2023
Educador (a) do campo 4	12/04/2023
Educador (a) do campo 5	15/08/2023
Secretaria Escolar	11/07/2023 19/04/2024 05/06/2024
Colaborador (a) A	10/05/2023
Colaborador (a) B	08/11/2023
GRUPO C – JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Jovem camponês 1	10/05/2023
Jovem camponês 2	10/05/2023
Jovem camponês 3	10/05/2023
Jovem camponês 4	21/07/2023
Jovem camponês 5	21/07/2023
Jovem camponês 6	21/07/2023
Jovem camponês 7	21/07/2023
Jovem camponês 8	21/07/2023
Jovem camponês 9	21/07/2023
Jovem camponês 10	21/07/2023
Jovem camponês 11	21/07/2023
Jovem camponês 12	21/07/2023
Jovem camponês 13	19/06/2024
GRUPO D – PAIS/RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES EGRESSOS DO EMI EP EM AGROECOLOGIA	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Responsável 1	12/04/2023
Responsável 2	12/04/2023
Responsável 3	12/04/2023
GRUPO E – COORDENAÇÃO, COLABORADORES E ASSOCIADOS A ARPA	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo”	20/04/2023
Colaborador (a) da ARPA	20/04/2023
Colaborador (a) e associado (a) a ARPA	20/04/2023

GRUPO F – PESQUISADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO COM PESQUISAS SOBRE A JUVENTUDE DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES	DATA DO TRABALHO DE CAMPO
Pesquisador A	15/08/2023
Pesquisadora B	18/08/2023
Pesquisadora C	11/06/2024

Fonte: Elaborado pela autora.

Totalizamos 40 entrevistas, sendo: 10 camponeses (as) do Assentamento Roseli Nunes participantes da luta pela conquista da terra de Reforma Agrária; cinco Educadores do campo da Escola Estadual Madre Cristina; um colaborador (a) da secretaria escolar; dois colaboradores do apoio administrativo; 13 jovens camponeses egressos da Escola Estadual Madre Cristina; três pais e/ou responsáveis de estudantes egressos do EMIEP em Agroecologia; três entrevistados na ARPA; três pesquisadores de Pós-Graduação que desenvolveram dissertações de mestrado na UNEMAT, cujos temas compreendem o Assentamento Roseli Nunes e seus sujeitos.

Para localizarmos os entrevistados, contamos com a colaboração dos assentados e integrantes da ARPA e, desde então, a cada conversa realizada com os sujeitos participantes, adquiríamos um novo contato, seja endereço, nome do sítio, telefone, ou e-mail, para agendar visitas e/ou obter relatos. Importa justificarmos que algumas entrevistas aconteceram via *Whatsapp*, devido à falta de mobilidade por parte da pesquisadora, e em outras situações, foram escolhas dos sujeitos entrevistados, no entanto, esse procedimento não trouxe prejuízos à produção de dados.

Por conseguinte, as fontes orais transcritas e apresentadas no decorrer dos capítulos, manifestaram as situações da vida e do cotidiano, emoções, perspectivas, conquistas, frustrações e, diversos relatos importantes à construção da fundamentação teórica e empírica desta tese, cuja interpretação se encontra a partir das narrativas que elucidam os caminhos de luta para chegarem e permanecerem na terra de trabalho.

1.1.5 Sistematização das informações

Após o contato com os sujeitos na pesquisa de campo, passamos à sistematização das informações, momento de trazermos para o contexto deste estudo os relatos verbalizados. Esse procedimento foi um pouco mais delicado por se tratar de falas que expressavam angústias, valores, princípios e perspectivas de cada sujeito envolvido.

Para avaliação das conversas, não utilizamos nenhum cálculo de notas e nem gabaritos de decodificações das fontes orais. Todas as transcrições das falas aconteceram mediante a transição do gravador ao software *Microsoft Word* no computador de uso particular, posteriormente, realizamos a leitura das falas transcritas para facilitar a interpretação dos dados coletados nos diálogos das entrevistas. Este processo de interpretação coloca o entrevistador em uma posição participativa, seja porque faz a inserção do discurso enquadrando no contexto de abordagem dentro da pesquisa ou, então, porque o envolve na narrativa como parte do processo vivido. Desse modo, Almeida (2006b, p. 161), considera que:

[...] o depoimento oral não é algo neutro, desprovido de interesses do entrevistador e do entrevistado, sendo que a participação ativa do pesquisador se dá tanto no momento da entrevista, estimulando o 'fluxo rememorativo' e, posteriormente selecionando os fragmentos a serem discutidos à luz da teoria.

As falas foram expostas no decorrer do trabalho, com intuito de articularmos as informações provenientes dos entrevistados, conjugadas em meio às escritas apresentadas nesta tese, a fim de priorizarmos a emergência das vozes dos sujeitos, ao seguirmos de maneira fidedigna as informações verbais ditas por cada um.

Os resultados preliminares deste estudo foram divulgados por meio de publicações, na revista científica AGB-TL da UFMS⁷ e em obra coletiva intitulada como “Território, Ambiente e Sociedade: Perspectivas Geográficas em Mato Grosso do Sul”, no prelo.

Após a finalização e apresentação dos resultados conclusivos da pesquisa, nos comprometemos a entregar na Escola Estadual Madre Cristina uma cópia da tese, de modo que, os sujeitos sociais participantes tenham acesso ao material inspirado na luta pela conquista do Assentamento Roseli Nunes e nas formas de (re)criação camponesa para permanecer na terra, ou até mesmo auxiliar como direcionamentos reflexivos para futuras produções acadêmicas.

⁷ A mercantilização da educação pública nos moldes do capital: Agronegócio na escola. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/14359>>.

CAPÍTULO II – APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO, POLÍTICAS COLONIZADORAS EM MATO GROSSO E AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA CONTRA O CAPITAL

Trazemos neste capítulo a abordagem sobre o movimento combinado e contraditório⁸ do capitalismo ao se expandir no campo brasileiro para deter a terra como mercadoria e reserva de valor. Logo, o modelo de concentração fundiária no Brasil se manteve com o avanço do monocultivo por corporações privadas, subsidiadas pelas técnicas modernas destinadas à produção da agricultura capitalista no campo via incentivos públicos. No processo de exploração e disputa territorial, destacamos Mato Grosso e as condições políticas delineadas pela oligarquia dominante que levaram o estado a se tornar um dos mais concentradores de terras no país.

Além disso, este capítulo também agrega as estratégias de resistência dos trabalhadores camponeses pela democratização na distribuição de terras, em oposição ao desenvolvimento do capitalismo no campo, modelo este que busca expulsar os camponeses da sua terra de trabalho para expandir a terra de negócio, explorar a classe trabalhadora e acumular/centralizar riquezas para os burgueses e grandes proprietários de terra.

Partindo dessas premissas, julgamos importante fomentar uma breve interpretação em torno do conceito de território, com base em estudos da abordagem geográfica.

2.1 TERRITÓRIO: CATEGORIA DE ANÁLISE NA QUESTÃO AGRÁRIA

Debater sobre a questão agrária implica, necessariamente, em interpretar a categoria território para compreendermos as conflitualidades territoriais que emergem nas lutas de classes.

Na ciência geográfica, o estudo de território tem raízes no século XIX nas interpretações clássicas do precursor da ciência geográfica, Friedrich Ratzel, associado ao conceito de espaço vital. Recentemente, a categoria território se renovou nas discussões trazidas por teóricos

⁸ A lógica do movimento combinado e contraditório do capitalismo se realiza na expulsão dos trabalhadores do campo, todavia, a promessa de incluí-los na produtividade da agricultura industrial, acaba por subordiná-los (Caldart, 2009).

fundamentais às novas tessituras deste conceito, citamos, Raffestin (1986; 1993), Haesbaert (1997), Santos (1999) e Saquet (2010).

Destacamos a significância deste conceito nas palavras de Milton Santos que, para o autor, território é onde “[...] desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (Santos, 1999, p. 7). Essa abordagem nos remete a espacialidade do vivido, a dinâmica das relações sociais e de poder que moldam o território, produzindo territorialidades.

Nesse sentido, a compreensão de territorialidade está intimamente ligada aos processos territoriais, no “acontecer de todas as atividades cotidianas [...] revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações” (Saquet, 2010, p. 129).

Na contextualização de Raffestin (1993, p. 143), entendemos a ótica do território a partir da delimitação do espaço, composta por propriedades materiais e imateriais que vão construir, destruir e reconstruir o território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

O autor esclarece que no processo de apropriação do espaço realizado por um ator (ou grupos), acontece a produção territorial, portanto, “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço” (Raffestin, 1993, p. 144). Corroborando com essa reflexão, Haesbaert (1997, p. 39) destaca que a concepção de território está condicionada ao produto da apropriação, manipulado por interesses e domínios, “[...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”.

Diante da apropriação e/ou dominação do território, acontece a destruição procedida da reconstrução para produzir novos territórios, movimento articulado que Raffestin (1986) denominou de T-D-R: Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização. Para o autor, trata-se de um reordenamento dentro do espaço.

Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, no campo, são inerentes aos conflitos agrários existentes nas disputas territoriais entre o capital e o campesinato que, distintamente, se organizam para o uso da terra. Para Fernandes (2008c, p. 280): “As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades

diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”.

O território capitalista é instrumento de dominação produzido para expansão do capital, com intuito de auferir renda e controle territorial, logo, a sua organização tem ênfase na produção de mercadorias sob a lógica do lucro. Contrariamente, o território camponês “[...] pode ser entendido como fração ou como unidade é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas” (Fernandes, 2012, p. 746), desse modo, os camponeses precisam do território para reprodução do seu modo de vida e (re)criação.

As reflexões de Paulino e Almeida (2010, p. 16) são esclarecedoras para entender o antagonismo de classes na disputa territorial: “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa!”.

Nesse embate da luta de classes, formações territoriais são produzidas, destruídas e reconstruídas, como exemplo, citamos o Assentamento Roseli Nunes, conquistado na luta pela Reforma Agrária para dar lugar à territorialização da luta e à (re)criação camponesa.

2.2 CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO CAMPO BRASILEIRO

As relações capitalistas se desenvolveram no campo brasileiro a partir da apropriação da terra pela Coroa Portuguesa que, por sua vez, explorou o território do país e expropriou violentamente os povos indígenas. Para controle e ocupação das terras, Portugal cedeu terra via concessão aos seus aliados por meio das sesmarias, marco inicial que caracterizou o caráter concentrador da estrutura fundiária no país e implicou na alavanca de acumulação de capital (Alentejano, 2011).

O poder oligárquico recebeu amparo com a publicação da Lei de Terras - Nº 601 de 18 de setembro de 1850⁹ para transformar a terra em mercadoria. De acordo com Oliveira (1994), esse processo da terra-mercadoria favoreceu a concentração fundiária e instigou outros conflitos agrários, pois proibia adquirir terras por outro título que não fosse o de compra/venda, imposição que excluiu uma grande parte da sociedade, inclusive, trabalhadores livres.

⁹ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 20 jun. 2023.

A pretensão era regularizar a propriedade rural de procedência privada, todavia, os privilégios já estavam enraizados, nesse caso, a Lei de 1850 agiu mais no campo da ordem colonizadora do que reguladora (Cortês, 1958; Taglietti, 2005), como uma forma de contemplar a elite agrária na continuidade do modelo concentrador fundiário, iniciado na fase de expansão da Coroa Portuguesa no Brasil e repassado às classes dominantes. Martins (2010, p. 125) também interpretou o papel da Lei de Terras na apropriação territorial e os seus empecilhos para impossibilitar o acesso à terra aos trabalhadores do campo.

[...] seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.

Havia grandes interesses por trás do processo de “regularização” das terras devolutas para maior controle e domínio. Smith (1990, p. 336) salienta que a Lei de Terras foi objeto de controle social:

[...] era uma necessidade do próprio Estado em recobrar o controle sobre as terras devolutas, termo que já etimologicamente esconde o caráter de terras públicas, cujo destaque deverá ser objeto de um controle social vinculado ao interesse tanto da sua utilização produtiva, quanto da substituição de escravo por trabalhadores livres.

Lamentavelmente, a Lei de 1850 se tornou um canal de distribuição fundiária, pois, colocou a terra como mercadoria nas mãos daqueles que por ela pudessem pagar, devido ao seu alto preço destinada como valor de mercadoria à elite agrária, cujo objetivo sempre esteve alinhado ao acúmulo de capital, visto que, para os capitalistas, a terra é equivalente de mercadoria que rentável gera outras mercadorias.

Segundo Martins (1994, p. 129), a terra é substrato essencial no processo de acumulação de capital rentista, enquanto base de tributo e especulação fundiária no campo brasileiro: “profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra”.

A terra de negócio serve à apropriação capitalista que atribui preço a terra, pois, quando o proprietário fundiário compra a terra, “[...] compra-se o direito de auferir a renda da terra” (Oliveira, 2007, p. 57). Nesta linha de interpretação, destaca-se também o pensamento de Almeida (2003a, p. 93) a respeito da fundamental importância que a renda da terra possui no processo de acumulação capitalista: “um grupo de pessoas detém a propriedade do solo em

detrimento do restante da sociedade que, por sua vez, necessita pagar um tributo para que essa terra seja disponibilizada para a produção”.

Com base em Marx, conceitualmente, Stédile (2021, p. 642) considera a renda da terra como: “[...] sinônimo do valor do arrendamento de uma terra, que seu proprietário realiza a outro produtor, chamado de arrendatário”. Nesse caso, cobra-se um valor ao utilizar a terra como uma mercadoria finita.

Oliveira (1982, p. 15) traz elucidativo ensinamento à exploração advinda do monopólio da terra ao discorrer sobre o controle da renda fundiária (renda da terra):

Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura. O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada.

O modo capitalista avançou no território brasileiro entre o período de 1880 a 1960. Porém, foi a partir de 1960 que acentuaram-se as transformações devido a inserção da tecnologia agrícola no campo, período caracterizado pela “[...] crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial” (Graziano da Silva, 1998, p. 30).

Nesse arcabouço, uma poderosa aliança do modelo neoliberal foi consolidada no sistema financeiro, controlado por empresas do mercado agroexportador com parcerias estatais, que emergiram grandes transformações no espaço agrário do país. Stétilo (2006, p. 17) ao discorrer sobre o tema, afirma que o agronegócio é o produto da aliança entre fazendeiros capitalistas e empresas transnacionais:

Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio.

Agronegócio é a tradução da palavra *Agribusiness*, definida por Ray Goldberg e John Davis, em 1957, no livro “*A Concept of Agribusiness*”. O termo agronegócio corresponde a uma complexa fusão econômica que integra a agricultura e o mercado industrial. No Brasil, o conceito ganhou repercussão no campo empresarial e acadêmico, no entanto, a utilização deste modelo de desenvolvimento capitalista não é recente, conforme afirma Camacho (2014, p. 238):

Agronegócio foi o novo nome dado para denominar o modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Modelo este que não tem nada de novo, pois é uma forma

atualizada das *plantations* da época colonial. Mudam-se, apenas, as formas de exploração da natureza e do ser humano devido ao avanço tecnológico.

Nesta tese, optamos em substituir o termo agronegócio por agricultura capitalista a fim de melhor expor as características político-ideológicas desse modelo de acumulação que usa o discurso de combater a fome na sociedade como forma de justificar o uso intensivo de agrotóxicos, conjuntamente ao uso de sementes transgênicas, maquinários agrícolas de intensa tecnologia, esgotamento dos recursos naturais e exploração da classe camponesa e trabalhadora.

Em suma, gestado por estratégias capitalistas apoiadas no Estado, “[...] a agricultura capitalista na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento” (Fernandes, 2013, p. 179). Esta visão de “desenvolvimento” adentra o imaginário da sociedade, principalmente via mecanismos midiáticos que visam fortalecer a classe burguesa e a sua dominação social.

O Estado contribui com o processo de acúmulo de capital, assim, por vias facilitadas de políticas de créditos em benefício aos grandes proprietários rurais, “cumpre o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio, o que representa transferência de trabalho acumulado ou de mais-valia social, para financiar insumos industriais na agricultura, para o setor privado” (Mendonça, 2013, p. 34).

Em razão da lucratividade do capital, na década de 1970, o Estado priorizou o modelo capitalista de produção no campo empregado pelas grandes empresas do sistema agroexportador, alinhado à Revolução Verde. As políticas de créditos, para manter o cunho desenvolvimentista¹⁰ do país, foram intensificadas para contemplar os grandes proprietários de terras.

A posição de mediador ocupada pelo Estado na reprodução ampliada do capital, exerce a regulação para garantia do desenvolvimento capitalista na agricultura. Situação explicada por Oliveira (2016, p. 34):

O capital já unificou, articulou estruturalmente, a sua reprodução ampliada. Hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação. A mediação e a regulação do Estado têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital.

Delgado (2010) denominou essa articulação de pacto agrário, uma vez que a oligarquia recebeu patrocínio do Estado para dominar extensas propriedades de terras no país, como

¹⁰De acordo com Hespanhol (2014), as políticas desenvolvimentistas marcaram a década de 1970 no Brasil sob estratégia de estimular o desenvolvimento econômico no país, sem qualquer preocupação com os impactos consequentes desse processo.

resultado, desenhou-se no território brasileiro extensas propriedades rurais, mediante o apoio do Estado para beneficiar interesses das oligarquias que impulsionaram o caráter monopolizador da agricultura no país. Conforme Baratelli (2022, p. 67):

A forte presença da concentração fundiária no território brasileiro faz parte das relações históricas da utilização do Estado para cumprir com interesses particulares. Para tanto, estratégias ilegítimas, tais como as grilagens de terras – alicerçada na corrupção estatal e cartorial –, ou doações e concessões de posse de terras devolutas, baseadas em relações clientelistas, são capítulos importantes da essência de como se constituíram imensos latifúndios.

A opção pela pecuária extensiva, aliada à modernização agrícola dos latifúndios, marcou a inversão territorial de contingentes populacionais no Brasil, devido ao intenso processo de migração rural em direção às cidades, o que totalizou a expulsão de 30 milhões de pessoas do campo entre 1960 a 1980. De acordo com os estudos de Arroyo e Fernandes (1999, p. 44):

O campo brasileiro passou por profunda modernização, em alguns setores da agricultura, onde o capitalismo fincou a sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Esse processo gerou uma extraordinária migração rural, por meio da expulsão de 30 milhões de pessoas, entre 1960-1980, sendo que 16 milhões migraram somente na década de 70.

Segundo os autores, o cenário brasileiro sofreu uma inversão populacional, caracterizado pelo decréscimo no quantitativo da população rural, conseqüentemente, o crescimento da população urbana. Demonstramos na tabela 3 os dados estatísticos do IBGE sobre população total, urbana e rural, entre os anos de 1940 a 2020.

Tabela 3 – Brasil: população total, população rural e urbana (1940-2020)

Década	População Total	População Rural	População Urbana
1940	41.236.315	28.356.133	12.880.182
1950	51.944.397	33.161.506	18.782.891
1960	70.070.457	38.787.423	31.303.034
1970	93.139.037	41.054.053	52.084.984
1980	119.002.706	38.566.297	80.436.409
1991	146.825.475	35.835.485	110.990.990
1996	157.079.573	33.929.020	123.087.553
2000	165.715.400	32.233.000	133.482.000
2010	184.157.000	29.332.000	154.825.000
2020	200.306.000	26.985.000	173.321.000

Fonte: Arroyo e Fernandes (1999); Anuário Estatístico do IBGE (1996).

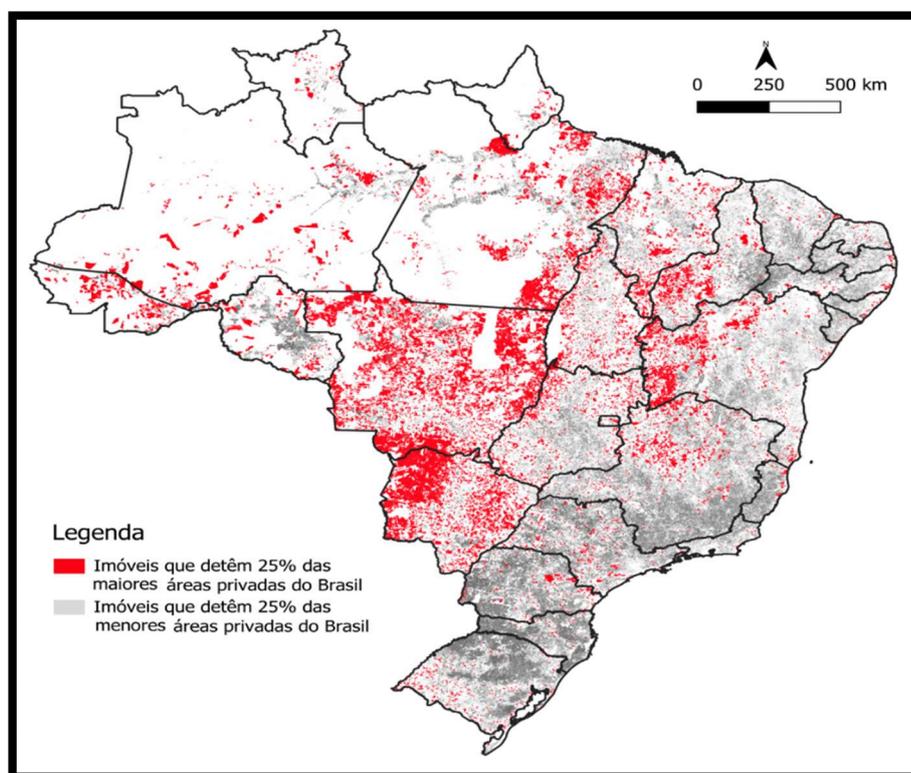
Os dados da tabela 3 nos revelam a alteração no quantitativo da população rural a partir da década de 1970, conseqüência do processo de apropriação do território realizada pelo poder hegemônico do capital agrário para modernização conservadora, que expulsou os camponeses

e trabalhadores do campo com suas famílias e realizou bloqueios para impedir o acesso à terra, dificultando a reprodução do campesinato. Alentejano (2011, p. 73) explica que:

A impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas resultante da concentração fundiária produz a expulsão dos trabalhadores do campo, o que é acentuado pela modernização da agricultura que reduz a necessidade de mão-de-obra no campo.

A negação em efetivar no Brasil uma Reforma Agrária massiva, deu potência a concentração de terras que alcançou proporções cada vez maiores. O país se destaca em sua extensão territorial, contabilizando uma área de 850,2 milhões de hectares, deste total, 170 milhões de hectares são terras devolutas, pertencentes à União, nesse caso, deveriam ser utilizadas para fins de Reforma Agrária por se tratarem de terras públicas (Camacho, 2014). A grande desigualdade na distribuição de imóveis foi analisada com base nos bancos de dados do INCRA e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), e publicada pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA), em 2020, na edição de número 10, da série “Sustentabilidade em debate¹¹”, como demonstramos na figura 3.

Figura 3 – Brasil: distribuição de áreas privadas (2020)



Fonte: IMAFLORA (2020).

¹¹Versão completa do estudo disponível em: <https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

O mapa expressa a alta concentração de áreas privadas, um quarto (25%) de toda terra agrícola do Brasil é ocupada pelos 15.686 maiores imóveis do país (0,3% do total de imóveis), acentuada na região Centro-Oeste, especificamente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os 3.847.937 imóveis que detém 25% das menores áreas privadas (ou seja, 77% do total de imóveis), incluindo lotes de assentamentos, possui a maior presença nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Os resultados da pesquisa também revelaram que os 10% dos maiores imóveis ocupam 73% da área agrícola do país, enquanto, os 27% restantes são ocupados pelos 90% dos menores imóveis (IMAFLOA, 2020).

A extensão territorial das maiores propriedades no Brasil caracteriza a desigual distribuição de terras. Oliveira (2003, p. 126-127) comparou as áreas dos maiores imóveis ao tamanho de alguns estados brasileiros: “A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual a de São Paulo e do Paraná”. Essas propriedades são territórios de negócios, onde a terra é reserva de valor para acumulação capitalista, ou seja, uma aliança formada entre a terra e o capital.

A estruturação do espaço agrário, moldada pela modernização agrícola, gerou conflitos, expulsou trabalhadores do campo e entregou territórios estaduais às empresas colonizadoras responsáveis por colocar a terra como mercadoria para exploração intensiva da agricultura capitalista e controle territorial, sobretudo, no estado de Mato Grosso.

No subcapítulo a seguir, descrevemos sobre a forte presença de projetos de colonização, uma política agrária para favorecimento da elite agrária no estado mato-grossense.

2.3 PROJETOS TERRA-CAPITAL: MOLDAGEM DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MATO GROSSO

O ordenamento da estrutura fundiária do estado de Mato Grosso foi historicamente marcado por interesses capitalistas iniciados pela Coroa Portuguesa ao criar a capitania de Mato Grosso, em 1748, para se apossar das terras, das riquezas, dos povos tradicionais e manter o controle territorial da fronteira aos rios navegantes. Conforme descreve Chaves (2008, p. 16-17):

Com a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 e a assinatura do Tratado de Madri (1750), os desafios iniciais da Coroa voltados para a fronteira mais ocidental do Império foram construir Vila Bela, como sede do governo, e procurar a todo custo manter o controle da navegação entre os rios Guaporé>Mamoré>Madeira. [...] Nessas

instruções havia um conjunto de medidas, desde a concessão de privilégios e mercês, distribuição de sesmarias, perdão de dívidas a colonos.

Para garantir o povoamento e evitar a perda dos territórios já conquistados, o governo português instalou, no ano de 1752, a sede da capitania, denominada de Vila Bela da Santíssima Trindade. Foram concedidos privilégios aos colonos estrangeiros, mineradores e comerciantes que se instalassem na região, incentivos com passagens, suspensão de três anos das dívidas, doações de lotes rurais, isenções de pagamentos de dízimos, entre outros estímulos fiscais (Moreno, 2007).

A exploração das minas de ouro na baixada cuiabana foi o impulso econômico e emergente para a criação da capitania, a fim de se evitarem contrabandos e garantir a fiscalização de impostos. Desde então, a ocupação territorial formava vilarejos, fazendas, destacamentos militares, além de quilombos e aldeias indígenas (Garcia, 2001).

A legislação fundiária de Mato Grosso seguiu a política de povoamento do território mediante os princípios da Lei de Terras de 1850, que ocasionou a apropriação da grande propriedade rural pela legitimação de títulos de domínio e a desigualdade na distribuição da terra. Stédile (2005, p. 23, grifo nosso) considera a implementação dessa lei como “**o batistério do latifúndio no Brasil**. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”, herdada do período de expansionismo da Coroa Portuguesa, deixou como legado, posses ao capital explorador por todo o país.

Por volta de 1860, com a decadência da mineração, os setores da agricultura e da pecuária tomaram lugar na base produtiva, inicialmente para o abastecimento da população que estava carente de alimentos, logo, também se desenvolveram as produções da poaia, borracha, erva-mate, cana-de-açúcar e gados, com ênfase na exportação. Essas atividades econômicas foram responsáveis pela concentração da propriedade privada da terra, controlada pelos grupos oligárquicos, compostos por extrativistas, usineiros, pecuaristas e comerciantes (Moreno, 2007).

Com a alteração de província à Unidade Federativa após a Proclamação da República, a política fundiária de Mato Grosso anunciava a burla nos processos de legalidade para aquisição de terras e favorecimentos à elite agrária. Como explica Batista (2014, p. 113):

O início desse processo de acesso à terra já anunciava os mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro, em especial em Mato Grosso, em sua política fundiária: a burla, o envolvimento político dos responsáveis pelos serviços de demarcações e registros para fim de transferência de grande volume de terras aos grandes proprietários e a contradição necessária do acesso à terra (e expulsão dela) pelos pequenos

proprietários, condição de sua expropriação, reprodução e produção no modo de produção capitalista.

No início do século XX, a corrida pela expansão territorial recebeu um aparato de incentivos fiscais subsidiado por políticas de desenvolvimento e projetos empresariais para regularização e venda de terras devolutas transformadas em terras privadas, como parte da estratégia para ocupar “espaços vazios” e fortalecer seus domínios nas áreas de fronteira, com a implantação de colônias agrícolas (Moreno, 1999; 2007). Nesse contexto agrário concentrador, empresas colonizadoras encontraram na estrutura fundiária mato-grossense a possibilidade de obter acúmulo de capital, por meio da apropriação de grandes extensões de terras no território estadual, até mesmo, de territórios indígenas como os Xavante, Kreen-Akoré, Apiaká, Kayabi, entre outras etnias expulsas de suas terras (Fernandes, 1999).

As concessões de terras para projetos de colonização permitiram aos grandes proprietários a legitimação de posses de extensas áreas e impediram o acesso à terra pelas classes subalternas. Nesse cenário de domínio territorial, havia uma grande demanda por parte das empresas colonizadoras, em aliança com o Estado, para acelerar a comercialização das terras mato-grossenses.

De acordo com Moreno (1999), o governo estadual criou, em 1968, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico territorial através da execução de diversos programas federais, como o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA¹²), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO¹³), Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE¹⁴), Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro Oeste (PLADESCO), Programa de Desenvolvimento do Centro

¹²Decreto nº 74.607, de 25 de Setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74607-25-setembro-1974-423225-norma-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

¹³Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

¹⁴ Decreto nº 86.029, de 27 de Maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1981/D86029.html>. Acesso em: 13 jun. 2024.

Oeste (PRODOESTE¹⁵), entre outros programas, criados para integrar a região e impulsionar a produtividade.

As regalias e os favorecimentos concentraram o poder, a terra e centralizaram o acúmulo de capital nas mãos da elite agrária, por meio de projetos de colonização privada, que além de atraírem especuladores de diversas regiões, também promoveram a inserção das terras mato-grossenses no circuito capitalista como mercadoria rentável. Conforme afirma Moreno (2007, p. 156):

Considerado como o Portal da Amazônia, Mato Grosso passou a integrar o processo de desenvolvimento extensivo do capitalismo, sendo agraciado com uma infinidade de programas especiais de desenvolvimento que serviram em primeira instância para patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos.

Oliveira (2016, p. 157) descreve sobre a expansão acelerada do capital dentro do estado, a partir de 1970, em benefício de grupos capitalistas “[...] para evitar, simultaneamente a necessária reforma estrutural do campo e, ao mesmo tempo, suprir-se de força de trabalho para seus projetos na fronteira”. De acordo com o autor, na parte Centro-Norte ocorreu uma forte atuação de empresas de colonização, e no extremo Norte colonos e garimpeiros se estabeleceram. Na parte Centro-Sul e Sul, aconteceu o domínio do monocultivo da soja como mercadoria mundial. No Oeste do estado, os projetos agropecuários tomam a frente na expansão territorial. E no Leste de Mato Grosso foram assentadas dezenas de cidades sobre o Cerrado.

Esta ocupação representou uma expansão acelerada do capitalismo na região, através de projetos vultosos para o estabelecimento de projetos agropecuários. Linhas de crédito foram fornecidas pelo governo chegando a cobrir em muitos casos, até 70% do capital das empresas, através da política de incentivos fiscais da SUDAM, além da isenção de impostos e outras vantagens fiscais (Oliveira, 2016, p. 336).

As consequências da apropriação das terras para produção e reprodução ampliada do capital dentro do estado, conforme descritas pelo autor, desenharam a estrutura agrária de caráter concentrador em Mato Grosso, colocaram a terra como mercadoria para gerar riquezas nas mãos de poucos, enquanto muitos, ficaram excluídos. A produção capitalista considera a terra como objeto de exploração, para fins de acumulação de capital, nas mãos de uma pequena parcela da sociedade que detém os meios de produção, e na consequência desse ato, encontra-se a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a expropriação dos trabalhadores do campo (Mendonça, 2011).

¹⁵Decreto nº 1.192, de 08 de novembro de 1971. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1192.htm. Acesso em: 13 nov. 2024.

Os projetos de colonização altamente rentáveis aos grupos econômicos arquitetaram o reordenamento fundiário estadual, que culminou na desigualdade social no campo, em decorrência dessa exclusão, os conflitos agrários se agravaram. Moreno (1999, p. 81) destacou a implantação de 268 projetos de colonização empresarial no estado, entre as décadas de 1970 a 1980, sendo a maior parte, direcionada à agropecuária:

Nas décadas de 70/80, foram implantados em Mato Grosso 268 projetos de “colonização empresarial”, sendo 84,9% voltados ao desenvolvimento da agropecuária. Muitos deles não foram executados, e outros dedicaram-se a exploração extensiva da pecuária de corte. Entretanto, todos serviram de pretexto para a privatização de grandes áreas, muitas vezes avançando sobre territórios indígenas ou áreas ocupadas por antigos posseiros, provocando o aumento de tensões e violências no campo e o fortalecimento da concentração fundiária no Estado.

O avanço do capital delimitou territórios dirigidos por interesses de grupos oligárquicos, através dos projetos de colonização empresarial para apropriação da riqueza. Neste contexto, o desenvolvimento agroindustrial no campo mato-grossense, mediado pela política de incentivos fiscais e a desburocratização de processos, resultou na criação de municípios, produzidos para atender as demandas da agricultura capitalista, logo, também serviram à instalação empresarial de grandes grupos controladores da produção de *commodities* agrícolas, como exemplos podemos citar Sapezal, Sorriso, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde, Sinop, entre outros municípios, emergidos nas décadas de 1980 e 1990, para servirem à territorialização da agricultura capitalista.

O uso da terra pela agricultura capitalista se constitui “como as plantations no Brasil colonial, num conjunto predador da sociobiodiversidade, tendo como características principais: a monocultura, o latifúndio e a exportação” (Camacho, 2010, p. 193). Ao recuarmos um pouco na trajetória histórica de desenvolvimento de Mato Grosso, fica evidente que o processo de colonização moldou a estrutura fundiária do estado, sob controle de sesmeiros, donatários, latifundiários e capitalistas, beneficiados com terras públicas.

De fato, a expansão capitalista no campo beneficiou a concentração fundiária e intensificou o processo de expulsão da população camponesa, para servir a modernização rural. Todavia, esse aparato do capital não acabou com o latifúndio improdutivo, prova disso foram as mobilizações de movimentos sociais com a participação de sujeitos excluídos do acesso à terra. Por meio do processo de luta pela Reforma Agrária, aconteceram as ocupações, os acampamentos e a criação de assentamentos em Mato Grosso.

Nos dados quantitativos de Projetos de Assentamentos Rurais catalogados pela Superintendência Regional do INCRA – SR 13, identificamos a criação de assentamentos em

Mato Grosso desde o final da década de 1970, totalizando 556 Projetos consolidados até o ano de 2024¹⁶ e um total de 84.679 famílias assentadas.

Diante das dificuldades e limitações ao acesso à terra, o camponês procura caminhos de enfrentamento para romper com as barreiras impostas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, os atos de ocupações, acampamentos e formações de assentamentos são produtos da resistência para sua reprodução social. A geração juvenil tem se apropriado das lutas que geraram a territorialização do campesinato, buscando ampliar oportunidades em âmbito social e político, para que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos sejam efetivados.

Por conseguinte, na próxima subseção vamos tratar deste processo de territorialização da luta por meio do conceito de movimento socioterritorial de Fernandes (2008a) – o pressuposto é que sem a territorialização da luta não haveria futuro para a juventude camponesa, logo a luta é sua herança maior.

2.4 AÇÕES DE RESISTÊNCIA PELA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: HERANÇA PARA A JUVENTUDE NO CAMPO

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas, marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer [...]

¹⁶Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

(Pra não dizer que não falei das flores – Geraldo Vandré)

Este subcapítulo inicia-se com a música “Pra não dizer que não falei das flores”, composição de Geraldo Vandré, que retrata as mobilizações dos trabalhadores expulsos do campo, indignados com a desigualdade social alicerçada na opressão.

Em resposta à contradição da monopolização agrária-agrícola, o campesinato buscou condições para resistir ao capital e lutar pela sua reterritorialização, pois, “[...] se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem a possibilidade de existência por meio de lutas e resistência” (Fabrini, 2002, p. 44). Fato que sucedeu o engrossamento dos movimentos sociais e colocou a questão agrária em debate no cenário político (Arroyo; Fernandes, 1999).

Diante das injustiças, a solução foi lutar coletivamente por uma ação política segmentada na transformação social - a Reforma Agrária, como possibilidade de vida digna na terra, contraposta à expansão acelerada do capital financeiro e industrial hegemônico no território brasileiro. Cabe aqui, enfatizarmos nas palavras de Martins (1980, p. 10), as ações do campesinato brasileiro ao resistir contra seus opressores, buscando posicionamento do Estado a favor da Reforma Agrária:

[...] camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra os seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas ou em sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos.

Ao assumir a condição de excluídos do acesso à terra, os trabalhadores organizaram-se para ter o seu próprio pedaço de chão, situação retratada no Hino da Reforma Agrária:

HINO DA REFORMA AGRÁRIA¹⁷

Agora nós vamos pra luta
 A terra que é nossa ocupar!
 A terra é pra quem trabalha
 a história não falha
 Nós vamos ganhar
 Já chega de tanto sofrer
 Já chega de tanto esperar
 A luta vai ser tão difícil
 Na lei ou na marra nós vamos ganhar
 Quem gosta de nós somos nós
 E aqueles que nos vêm ajudar
 Por isso confia em quem luta
 A história não falha
 Nós vamos ganhar
 (Composição: Benedito Monteiro)

¹⁷Hino da Reforma Agrária, Composição de Benedito Monteiro. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/maria-muniz-maya/hino-da-reforma-agraria/>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

No enfrentamento de classes - capitalistas e latifundiários versus camponeses e trabalhadores - acontece a luta pela terra em forma de ocupações, a fim de fazer acontecer a Reforma Agrária. Segundo Alentejano (2022, p. 02), a Reforma Agrária é um processo de “[...] democratização da distribuição da terra numa sociedade”, todavia, historicamente, em todo o país, as classes dominantes em parcerias com o Estado, colocaram entraves no acesso à terra por parte da classe camponesa.

Em contrapartida à grande concentração fundiária, os movimentos socioterritoriais foram ganhando força e destaque na luta pela terra emergindo ações em diferentes regiões brasileiras no início da década de 1980 (Fernandes, 2008a). A utilização do conceito movimento socioterritorial nesta pesquisa fundamenta-se nas reflexões de Fernandes (2005, p. 32) que, de acordo com o autor é possível compreender as formas organizativas de um movimento socioterritorial ao tomarmos “como referência o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais”.

A partir desta afirmação, torna-se subentendido que um movimento socioterritorial tem como principal interesse a conquista do território que, por sua vez, trata-se de uma categoria geográfica de fundamental importância, pois, de acordo com Fabrini (2011), é do território que se erguem as lutas sociais que manifestam as contradições.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, popularmente conhecido como MST, é um movimento socioterritorial devido a sua articulação nacional, mas, principalmente, porque tem como centralidade a disputa territorial. O MST foi criado em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel, no estado do Paraná, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para desenvolver ações de territorialização via ocupação como “[...] uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato” (Fernandes, 2008a, p. 33).

A participação no movimento socioterritorial permite enxergar a condição de oprimido e expropriado da terra, tão logo, ao ter consciência dessa exclusão, o sujeito integrante constrói a sua identidade de Sem Terra e seus filhos são chamados de Sem Terrinha. Conforme explica Caldart (1999, p. 8), Sem Terrinha é uma expressão usada pelo próprio Movimento ao se referir às crianças que desde cedo levantam a bandeira do MST e lutam por seus direitos juntamente com sua família.

Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo: *Sem Terra do MST!* Isto fica ainda mais explícito na construção histórica da categoria crianças Sem Terra, ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou

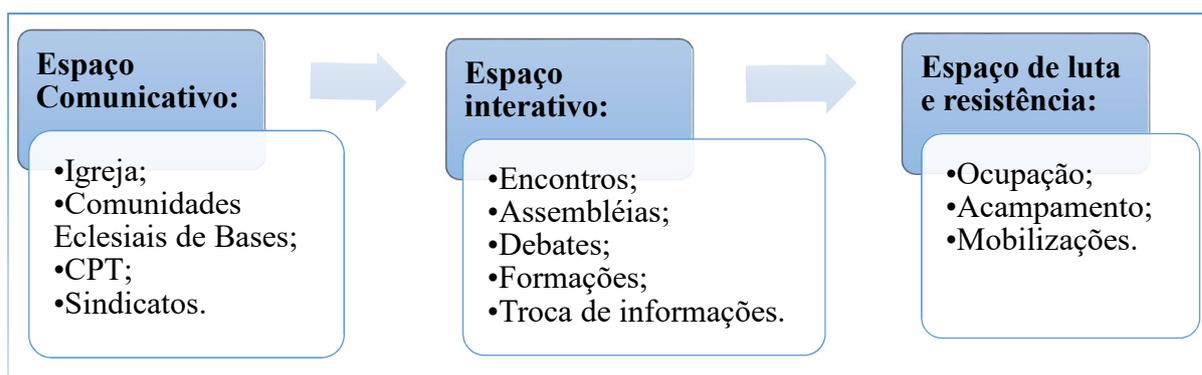
assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado (grifo da autora).

De acordo com a autora, a escrita da palavra Sem Terra (sem hífen e com letra maiúscula) designa-se a condição de nome próprio em referência ao sujeito envolvido nas lutas do MST, podendo se referir a mulheres, homens, crianças, jovens, idosos, acampados, assentados, pessoas de diversos estados com distintas características histórico-culturais, comprometidas com o Movimento.

Conforme salientado por Almeida (2003a, p. 245), na luta pela terra o MST cria condições de consciência de um novo sujeito social com identidade Sem Terra, “esta dimensão de novo sujeito social expressa-se tanto pelo caráter de sujeito coletivo que dá visibilidade ao Movimento Social como pelo processo de formação do sujeito enquanto ser individual”. Dentro da dinamicidade do MST, são elaboradas diferentes etapas de organização e resistência que fortalecem o contexto do Movimento, mediante encontros, debates das pautas reivindicatórias, mobilizações, ocupação, acampamento, comodato, formação do assentamento e ações para permanência na terra.

Fernandes (1994) descreve três dimensões do espaço necessárias para o processo de formação do movimento socioterritorial. Para o autor, essas três dimensões são denominadas por: espaço comunicativo, espaço interativo, espaço de luta e resistência (Figura 4).

Figura 4 – Dimensões do espaço de socialização na luta pela terra



Fonte: Fernandes (1994, 1996). Organizado pela autora.

A princípio ocorrem as primeiras ações num espaço de construção das ideias, para formação política da consciência de classe direcionada ao objetivo coletivo: lutar pela terra, pois, “[...] ter terra é o primeiro passo. Dessa condição nascem outras necessidades” (Fernandes, 2001, p. 39).

O espaço comunicativo, de acordo com o autor, é composto por militantes por meio do setor da frente de massa do MST, trata-se de um momento inicial de participação que visa

preparar os sujeitos e dar suporte na formação política e na consciência de classe camponesa – trabalhadora privada de seus direitos, mas posicionada a conquistá-los. A Igreja Católica atuou com grande importância no espaço comunicativo na época da ditadura militar (1964-1985), quando as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) ajudaram na organização de encontros dos trabalhadores para pensar nas estratégias da luta por seus direitos e contra as injustiças (Bauer, 2008). Outro espaço de apoio das lutas camponesas, refere-se à Comissão Pastoral da terra¹⁸ (CPT), criada em 1975, com ações em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Nesse espaço comunicativo, as falas, as angústias, os choros, o medo e os anseios são sentimentos iguais a todos e compartilhados coletivamente nas primeiras participações no Movimento. Fernandes (2001, p. 55) caracteriza as condições objetivas dessa etapa:

É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos. Sabem o porquê de estarem naquele lugar. Os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início de uma experiência de transformação de suas realidades.

Realizado o contato inicial no Movimento, os grupos familiares são direcionados ao espaço interativo, momento que acontece a maturação das ideias e troca de experiências entre os participantes, advindas às vezes de outros lugares ou outras ocupações, na construção da história dos Sem Terra, portanto, a interação entre os novos sujeitos sociais é elemento fundamental para a construção da estrutura organizativa da próxima etapa.

E assim, procedem ao terceiro espaço: a materialização da ocupação e a formação do acampamento. Para Fernandes (1999), a ocupação simboliza uma ação de resistência na história do campesinato, sendo também, a principal forma de acesso à terra. Quando uma família decide participar de um ou até mais processos de ocupação juntamente ao MST, significa que essa família retirou da exclusão a sua resistência, pois, mesmo diante do medo ao inesperado da caminhada, existe a esperança na ocupação para conseguir a tão sonhada terra de trabalho familiar.

A cada fase o MST fortalece a sua ação e concretiza a sua tese de ocupar para conseguir assentar as famílias – momento da territorialização da luta, pois, quando os sujeitos se juntam em luta popular, elaboram metodologias para conquistar a terra de trabalho num espaço de socialização, esse espaço é a ocupação, que é o ponto de partida. Portanto, considerar essas dimensões do espaço para a conquista do território (assentamento) como sendo elementos essenciais para explicar a formação e resistência dos movimentos sociais, gerou um

¹⁸ Reportagem na íntegra sobre a criação da CPT. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/06/08/ha-40-anos-nascia-a-comissao-pastoral-da-terra/>>. Acesso em: 28 set. 2024.

entendimento geográfico traduzido por Fernandes (2000, p. 61) no conceito de movimento socioterritorial.

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E os realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra.

O processo de ocupação é uma etapa organizativa de enfrentamento e resistência inserida na caminhada para desapropriação da terra de negócio e apropriação da terra de trabalho, “pode ser olhado como um grande espaço de socialização dos sem-terra que passam a viver um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade” (Caldart, 2000, p. 116).

Por visar a criação de assentamentos e o acesso às políticas públicas que viessem dar condições e amparo aos trabalhadores e trabalhadoras da terra, “o MST tornava-se uma forte organização no processo de formação do campesinato brasileiro” (Fernandes, 1999, p. 183), ademais, um Movimento com estrutura organizativa findada nas lutas dos trabalhadores da terra, expulsos muitas vezes de forma violenta usada de forças policiais e de milícias, posicionados ao enfrentamento do grande latifúndio no país.

Historicamente, as ocupações do MST, como forma de territorialização da luta, acontecem em diferentes *locus* para exercer pressão a depender da pauta reivindicatória, podemos citar como exemplos de ocupações os acampamentos à beira de estradas, prédios públicos, latifúndios improdutivos, manifestações, entre outras diversas formas criativas e representativas encontradas para mostrar a força de resistência, teimosamente reivindicar direitos que por vezes são negados, e, pela concretização justa da Reforma Agrária no país.

Para Gasparin; Witcel e Santos (2021, p. 24), o ato de acampar é um ato de denúncia explícita contra a violência e todas as formas de desigualdades no campo:

Ao organizar os acampamentos, o MST explicita o combate à desigualdade e à miséria no meio rural, a luta pela justa distribuição da terra contra um latifúndio violento e atrasado, a luta pela reforma agrária e por um novo projeto de agricultura e por transformações sociais profundas. As primeiras grandes lutas massivas por meio de acampamentos estão associadas às ocupações de terra, carregando consigo as principais formas organizativas do MST por meio desses objetivos explicitados. Assim, os acampamentos, por si só, contêm uma denúncia explícita: a da injusta distribuição da terra no Brasil.

Ao se destacar em sua organização social, o MST tornou-se “[...] o mais importante movimento da história camponesa do Brasil” (Almeida, 2003a, p. 156). Na sua linha de reivindicações e enfrentamentos, o movimento luta por Reforma Agrária, igualdade social e

pelas condições básicas para a permanência do seu povo na terra. Essa ampliação nas pautas reivindicatórias configura a organização do MST por meio de setores emergentes nas mais diversas frentes de atuação, com representantes participativos na escala local, estadual e nacional, estrategicamente enriquecem os discursos do Movimento sob caráter sindical, popular e político, conforme as reflexões de Stédile e Görgen (1993, p. 38):

[...] sindical porque luta pela terra para resolver o problema econômico das famílias; popular porque é abrangente, várias categorias participam, e porque luta também por reivindicações populares, especialmente nos assentamentos; e político não no sentido partidário, mas no sentido que quer contribuir para mudanças sociais.

Devido à notória abrangência que o povo Sem Terra conquistou pela sua organização ativa alavancada na persistência, a elite agrária brasileira e os demais setores sustentados pelo sistema capitalista, se incomodam com as formas de lutar que caracterizam o próprio jeito de ser Sem Terra. Caldart (2000, p. 21) elucida sobre a razão desse incômodo:

Este Movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que o seu próprio jeito de ser é que incomoda mais: suas ações, mas principalmente, os personagens que faz entrar em cena, e os valores que esses personagens encaram e expressam em suas ações, sua postura, sua identidade, que podem espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas.

O Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹⁹, juntamente ao ato de hasteamento da sua bandeira²⁰ são símbolos que representam a luta social pela democratização na distribuição de terras no país. Logo, “Ocupar, resistir e produzir”²¹ são palavras de ordem do MST, que em quatro décadas de existência percorreram os 24 Estados do Brasil a cantar o Hino como música da resistência nacional dos Sem Terra.

Hino do Movimento Sem Terra
 Vem, teçamos a nossa liberdade
 Braços fortes que rasgam o chão
 Sob a sombra de nossa valentia
 Desfraldemos a nossa rebeldia
 e plantemos nesta terra como irmãos!
 Vem, lutemos
 Punho erguido
 Nossa força nos leva a edificar
 Nossa pátria Livre e forte

¹⁹Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Letra de Ademar Bogo. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/07/06/nosso-hino/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

²⁰A bandeira do MST retrata forte significância expressa nas cores: verde (produção), branco (paz), vermelho (sangue) e preto (luto), além da ilustração do mapa do Brasil, da figura de um homem erguendo o facão como uma ferramenta de trabalho e da mulher ao seu lado (Fernandes, 1999).

²¹Documentário sobre o papel das feiras do MST. Disponível na plataforma do MST: <<https://mst.org.br/2018/04/23/ocupar-resistir-e-produzir-as-feiras-do-mst/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Construída pelo poder popular
 Braço erguido ditemos nossa história
 Sufocando com força os opressores
 Hasteemos a bandeira colorida
 Despertemos essa pátria adormecida
 O amanhã pertence a nós trabalhadores
 Nossa força resgatada pela chama
 De esperança no triunfo que virá
 Forjaremos desta luta com certeza
 Pátria livre, operária camponesa
 Nossa estrela enfim triunfará.
 (Letra de Ademar Bogo).

Na construção de ações em favor da Reforma Agrária, contra a lógica do capital, todos são chamados a lutar: “A luta é por terra, para ter as condições de existência, para se recriarem enquanto camponeses. A conquista da terra significa a territorialização de um modo de vida, lugar da morada e do trabalho, parte indivisa do ser camponês” (Mendonça; Júnior, 2011, p. 36).

No município de Mirassol D’Oeste-MT, a luta pela terra de trabalho se intensificou em meados da década de 1990, logo, possibilitou a formação de sete assentamentos rurais, criados como resultado da resistência por novas formas de produção, alimentação saudável, organização do trabalho no campo e possibilidade de (re)criação do campesinato. Destacamos na tabela 4 os assentamentos localizados no município de Mirassol D’Oeste, criados entre os anos de 1995 a 2012.

Tabela 4 – Mirassol D’Oeste (MT): assentamentos rurais (1995 a 2012)

ASSENTAMENTOS RURAIS	NÚMERO DE FAMÍLIAS	ÁREA (HECTARES)	DATA DE CRIAÇÃO
PA PROVIDÊNCIA I	68	3.983	14/12/1995
PA SANTA HELENA II	53	1.182	30/12/1996
PA MARGARIDA ALVES	145	3.902	09/05/1997
PA SÃO SATURNINO	114	2.927	04/08/2000
PA ROSELI NUNES	331	10.611	02/04/2001
PE VILA RURAL FITOTERÁPICOS ²²	25	32.236	09/09/2005
PA SILVIO RODRIGUES	160	4.522	23/05/2012
TOTAL: 7 ASSENTAMENTOS	896	59.363	

Fonte: INCRA/MT (2024). Organizado pela autora.

²²O PE Vila Rural Fitoterápicos, localizado na área rural de Mirassol D’Oeste (MT) é um Projeto de Assentamento Estadual de Mato Grosso. Disponível em: <<https://www.intermat.mt.gov.br/documents/3124425/3910803/Projetos+de++Assentamentos+-+D.A.+INTERMAT-+Mar%C3%A7o+2018.pdf/f55f7aa9-af79-7a79-ffba-826feb77c1b5>>. Acesso em: 14 dez. 2024.

Os sete assentamentos jurisdicionados pelo INCRA ocupam 59.363 hectares e beneficiam 896 famílias. A última desapropriação em Mirassol D'Oeste aconteceu no ano de 2012 com o PA Silvio Rodrigues, desde então, a política de reforma estrutural do campo não deu prioridade à criação de assentamentos, situação que reflete o descaso do Estado pela efetivação da Reforma Agrária em Mato Grosso e, de maneira geral, no Brasil. Salientamos que nem todos esses assentamentos foram resultantes das lutas do MST, todavia, essas conquistas fortalecem o processo de democratização de acesso à terra e ajudam a enfrentar as represálias do sistema capitalista. Conforme Silva e Binzstok (2015, p. 144), os assentamentos são possibilidades de continuidade do modo de vida camponês para anunciar a resistência camponesa perante as imposições do capital.

Isso significa dizer que os assentamentos rurais, com suas contradições, conflitos, similaridades e diferenças, são territórios de resistência camponesa, pois se apresentam, para os camponeses, como possibilidade de (re)criação do seu modo de vida, permitindo que eles se organizem para não serem desterritorializados e proletarizados. Isso revela, entre outras coisas, a persistência camponesa contra as impositivas do capital e das classes sociais que compõem o bloco no poder, pois os camponeses lutam não só para entrar, mas também para permanecer na terra de trabalho e de morada da vida.

Todavia, não podemos romantizar essa longa marcha de luta pela terra e para nela permanecer, pois, o caminho é árduo e contínuo. E o capital é ligeiro ao criar “entradas” para territorializar-se no campo. A realidade é conflituosa, portanto, enquanto houver concentração fundiária no país, em oposição, haverá a luta pela formação de assentamentos, para reprodução do modo de vida camponês na terra de trabalho dos camponeses.

Dessa forma, julgamos importante trazeremos à discussão no próximo capítulo as compreensões teóricas sobre a organização camponesa, incluindo a juventude, para garantir a sua existência enquanto classe social e a continuidade do modo de vida camponês, sobretudo, as estratégias de (re)criação a partir da resistência frente ao capital no campo.

CAPÍTULO III – A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO E A VISIBILIDADE DA JUVENTUDE CAMPONESA

Neste capítulo, apresentamos as contribuições teóricas ao debate do campesinato, o seu modo de vida, bem como a importância das históricas lutas pela terra de trabalho e de vida. Importante compreendermos o conceito de campesinato para entendermos que ele se (re)cria e, contraditoriamente, resiste, mesmo com a expansão e consolidação do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro.

Diante da resistência camponesa, os jovens herdeiros da luta, em oposição ao capital, organizam-se em busca de políticas públicas para reprodução social e continuidade do campesinato.

3.1 COMPREENSÕES TEÓRICAS SOBRE O CAMPESINATO

É pertinente enfatizarmos que a tônica deste estudo encontra-se fundamentada na compreensão da existência de um conflito de classes, portanto, cabe inicialmente salientar o nosso entendimento de classe fundamentado na ação, ou seja, no fazer da classe, pois, é na luta pelos propósitos específicos que os sujeitos sociais moldam a sua identidade. Nas palavras de Shanin, (2008, p. 36): “As classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal. [...] Porque é no fazer que as classes são definidas”.

A identidade de classe pressupõe um compartilhamento de experiências e acontecimentos, isto é, situações vivenciadas em comum e que vão distinguir as classes, todavia é na prática social que a classe se realiza. Thompson (1998, p. 102) nos explica este movimento teoria-prática para entendimento da classe.

Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando a mesma categoria de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento.

A sociedade sempre esteve marcada pela luta de classes, em razão da existência de interesses antagônicos cingindo as classes dominantes e as subalternas (Marx, 1998). Dessa forma, as classes dominantes usam o Estado, os meios de produção e comunicação como aparelhos para disseminar o discurso ideológico e exercer domínio sobre os oprimidos, este ao

buscar consciência classista, buscam estratégias pra resistir, nesse caso “a classe que está no poder tem a ideologia hegemônica e as classes subalternas produzem a contra-hegemonia” (Camacho, 2014, p. 62).

A formação de classe constitui-se como fenômeno histórico, sucedidos por interesses que são defendidos por sujeitos com consciência de classe. Portanto, quando o campesinato alcança a consciência da sua existência social e da radicalidade em oposição à expansão do capital, transforma-se em classe para si (Almeida, 2003b).

Nesse sentido, pessoas poderão emancipar-se ao lutar pela libertação da ideologia dominante, saindo da alienação. No modo de produção capitalista, o trabalhador está alienado à sua força de trabalho, essa condição não foi escolhida. Marx e Engels (1989, p. 13) evidenciam a produção e reprodução das ações do homem conforme as condições que lhe são dadas, posto que o seu modo de vida retrata a sua existência.

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* produzem quanto a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção (grifo do autor).

Lutar para tornar-se dono do seu meio de produção e resistir para viver dignamente no campo com a família como trabalhador livre, exige do camponês um comportamento de classe porque para permanecer no campo e reproduzir seu modo de vida é necessário no Brasil continuar lutando, uma vez que o capital quando não pode expropriá-lo busca sua constante subordinação. Nesta direção, Camacho (2014, p. 187) afirma que: “[...] o campesinato é uma classe social que se opõe ao latifundiário e é também um modo de vida que se reproduz por meio da tríade Terra-Família-Trabalho”.

É a capacidade organizativa do campesinato, do seu modo de vida, marcada pela flexibilidade, que faz dele (ou não) uma classe social, conforme nos ensina Shanin (2008, p. 37):

Daí, o quanto este ‘modo de vida’ pode dar origem a uma classe, é uma questão que depende das condições históricas. Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza.

No campo brasileiro, o modo de vida camponês tem uma peculiaridade regional com influências tradicionais enraizadas na sua localidade, como exemplos, “[...] os colonos do sul (origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), no caipira do interior

paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, meeiros, posseiros, assentados” (Almeida, 2006a, p. 212).

Os camponeses se distinguem da classe dos operários porque estes vivem como assalariados, da burguesia porque ela vive do lucro e também se diferenciam dos grandes proprietários rurais que vivem da renda. Nesse sentido, o campesinato é uma classe *sui generis*, devido ao seu caráter dúplice, por ser proprietária da terra e, ao mesmo tempo, ter o controle da sua força de trabalho. Conforme explica Almeida (2003b, 74), essa situação faz o campesinato não pertencer a uma classe “pura” ao possuir a terra e a força de trabalho, conjugadas no trabalhador camponês.

[...] podemos dizer que o âmago da especificidade camponesa reside no fato de os camponeses não constituírem uma classe “pura” do modo capitalista de produção, já que são, ao mesmo tempo, proprietários de terras e trabalhadores, acrescido ao fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não-capitalista.

As particularidades encontradas pelos camponeses como estratégias de sobrevivência às crises e organização da economia familiar são abordadas por Shanin (2008, p. 25-26) como sendo flexibilidade de adaptação:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

Para o autor, na economia familiar camponesa não existe trabalho assalariado, pois, a renda alcançada é resultado do trabalho realizado pelos membros da família, logo, é trabalho familiar.

Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa (Shanin, 2008, p. 27).

É oportuno citarmos o conceito de “unidade econômica familiar camponesa” que na concepção de Vélez (2012, p. 204) está baseado na relação terra e trabalho familiar, senão vejamos: “*El punto de referencia está determinado por la unidad de producción, en la cual, se insiste, es fundamental la combinación tierra – trabajo familiar, que da lugar a la unidad campesina por excelencia*”. A unidade de produção no campesinato também atua como uma unidade de consumo e de relações sociais entre os membros da família, diferentemente do modo

capitalista de produção, cujo centro é a exploração da mais-valia para fins de acúmulo de capital.

Segundo Marx (1974, p. 728), “[...] no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente)”. Portanto, a renda fundiária é mais-valia, produto do trabalho excedente, sobra acima do lucro já garantido na propriedade capitalista, na terra de negócio. Situação explicada por Paulino (2006, p. 30):

Dentro da propriedade capitalista, a terra constitui um objeto de negócio, seja pelo fato de consistir em instrumento de exploração do trabalho alheio, logo de extração de mais-valia, seja pelo fato de ser mantida como instrumento de especulação, em outras palavras reserva de valor.

Os estudos do campesinato e do desenvolvimento do capitalismo no campo podem ser entendidos a partir da construção teórica de dois paradigmas: Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Camacho (2014, p. 217), caracteriza a existência de um antagonismo dialético entre os paradigmas, no PQA a resistência do campesinato o faz recriar a sua existência social. No PCA, a passividade da classe camponesa ocasiona a sua transformação em proletariado ou agricultor familiar.

[...] a característica marcante que delimita o antagonismo dialético entre esses dois paradigmas é a afirmação da luta de classes e o campesinato como parte inerente, por parte do Paradigma da Questão Agrária, e a negação das classes sociais e a substituição do conceito de campesinato pela sua metamorfose em agricultor familiar, por parte do Paradigma do Capitalismo Agrário.

Na contextualização realizada por Camacho (2014), o Paradigma da Questão Agrária defende a (re)criação do campesinato como uma relação não-capitalista de produção, uma forma de resistência à alienação do capital. Em sentido contrário, no Paradigma do Capitalismo Agrário, o fim do campesinato é um pressuposto e, inevitavelmente, após a sua extinção, o camponês transforma-se em proletariado.

Para aprofundarmos de forma analítica os debates da questão camponesa, fez-se necessário compreendermos as interpretações teóricas realizadas por autores clássicos que apresentaram ideários estruturantes da corrente do Marxismo Agrário: Karl Kautsky, Vladimir Lênin e Alexander Chayanov.

No que tange a reprodução do modo de vida camponês, Kautsky (1980) ressalta que as transformações decorrentes da lógica do capital de mercado expandindo-se no campo levaria ao desaparecimento do campesinato pelo desenvolvimento da agricultura capitalista. Cabe aqui também enfatizarmos Lênin (1985, p. 10), outro defensor da teoria de desintegração do

campesinato que, para o autor, a expansão dos meios de produção do capitalismo tende a desaparecer com os camponeses, conseqüentemente, estes se tornariam pequenos agricultores capitalistas ou trabalhadores assalariados e uma pequena parte, burgueses.

[...] uma insignificante minoria de pequenos agricultores se enriquece, ‘sobe na vida’ e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária.

Para Kautsky (1980) e Lênin (1985), o camponês deixaria de existir com o avanço do capitalismo no campo. No entanto, essa tese de extinção foi desautorizada por Alexander Chayanov em sua obra “*Lá Organización de La Unidad económica campesina*”, ao mostrar que a lógica de resistência organizativa dos camponeses fundamentada no equilíbrio interno, com o trabalho dos integrantes da família na própria unidade familiar, portanto, “[...] *el trabajo de la familia es la única categoría de ingreso posible para um campesino* (Chayanov, 1974, p.10). Dessa forma, os camponeses não desaparecem, pois, encontram formas ancoradas no trabalho da família para se (re)criarem frente as amarras do capital para, assim, permanecer na terra e continuar reproduzindo o modo de vida camponês.

O autor reitera a importância do balanço “trabalho-consumo” para equilíbrio e prover o funcionamento da produção interna, todavia, o consumo na unidade camponesa aumenta de acordo com o número de trabalhadores na família, uma questão econômica que é demográfica baseada no núcleo familiar.

Paulino e Almeida (2010, p. 36) explicam a estratégia interna do campesinato, com base nos fundamentos de Chayanov:

[...] nas unidades familiares onde a relação consumidor-trabalhador encontra-se em níveis de inferioridade, ou seja, onde existem mais consumidores (bocas) do que trabalhadores (braços), o consumo aumenta na mesma proporção em que diminui a quantidade de capital disponível.

Supostamente, uma quantidade maior de consumidores se comparado ao número de trabalhadores, exige um aumento de esforço no trabalho para adquirir proporcionalidade entre o trabalho e o consumo na unidade, e, assim, satisfazer as necessidades da unidade camponesa. Em face do exposto, entendemos que a busca por esse equilíbrio interno não se vincula à obtenção de lucros ou na exploração da força de trabalho. A centralidade da propriedade camponesa acontece, sobretudo, a partir de três estratégias de organização do trabalho na terra: produção diversificada, autoconsumo da família e comercialização, não perante a lógica de negócio, mas perante a lógica da existência do campesinato. Conforme explica Martins (1980, p. 176):

Como sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês.

Na unidade camponesa, uma parte da produção se destina a princípio para alimentação da unidade familiar, o excedente da produção é comercializado nos mercados para obtenção de renda camponesa e aquisição de outras mercadorias, que sustentam o circuito simples mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), sem a conservação de vínculo sucessivo entre dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D) como acontece na produção capitalista. Essas fórmulas são representadas por Oliveira (2007, p. 40) para explicar o movimento de circulação do capital, e comparar a produção capitalista com a produção camponesa.

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D — M — D$ na sua versão simples, e $D — M — D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M — D — M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar.

Na versão simples (D-M-D) da produção camponesa, a mercadoria é elemento necessário tanto ao autoconsumo, como também para ser vendida e trazer dinheiro (renda) à unidade econômica familiar. Na versão ampliada (M-D-M), o dinheiro (lucro) é a chave do processo de acumulação na produção capitalista.

Sobre as diferentes formas de usos da terra na produção camponesa e na produção capitalista, Martins (1980, p. 60, grifo do autor) orienta considerar duas modalidades: “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma **em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio**; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em **terra de trabalho**”. A reflexão do autor retrata a dialética das relações sociais de produção com finalidades diferentes de uso da terra: na terra de trabalho desenvolve-se a agricultura camponesa, e na terra de negócio, a agricultura capitalista.

O conceito de “agricultura capitalista” utilizado nesta tese refere-se ao sistema de produção que usa a terra para acumulação de capital. Contrariamente, compreendemos a “agricultura camponesa” como uma relação de produção constituída pelo trabalho familiar, uma realização da tríade terra-família-trabalho para (re)criação do campesinato. Na agricultura camponesa a força de trabalho pertence ao grupo familiar, o que difere completamente da agricultura capitalista, pois a força de trabalho é explorada pelo capital. Utilizamos o conceito “força de trabalho” em substituição ao termo “mão de obra”, conforme os estudos de Marx

(2017, p. 242), por entendermos como “[...] o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem [...] ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos”.

Engendrada pela resistência contra a terra de negócio, a propriedade camponesa “[...] não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas de sobrevivência da família” (Paulino, 2006, p. 30), sobretudo, pela produção diversificada que oportuniza a geração de emprego aos membros da unidade familiar. Em face disso, a posição do campesinato é contra o capital, pela democratização no acesso à terra e (re)criação camponesa para permanecer com dignidade no campo.

São por essas vias da (re)criação e resistência do campesinato que se contesta a tese Leninista-Kautskyana de desaparecimento do campesinato e afirma-se o processo de (re)criação, fruto da resistência nas históricas lutas para conseguir um pedaço de terra e por políticas públicas que deem suporte à sua reprodução social no campo. Corroborando com essa reflexão, trazemos as palavras de Camacho (2014, p. 181, grifo do autor): “É nesta perspectiva que podemos pensar a questão da recriação do campesinato pela luta. Luta esta que é para **entrar na terra**, mas também, para **permanecer na terra**”.

Na dinâmica interna da unidade econômica camponesa, a juventude exerce papel estruturante com sua participação nas relações de produção, proporcionando o equilíbrio trabalho-consumo. Para além do trabalho, a atuação dos jovens no desenvolvimento de estratégias de (re)criação no campo simboliza a insistente e histórica luta camponesa de continuar no território.

Contudo, entendermos a juventude e as suas possibilidades de permanência é questão necessária, pois, o futuro da agricultura camponesa e a continuidade da luta pela Reforma Agrária, dependem do segmento juvenil.

3.2 A JUVENTUDE ASSENTADA COMO CONTINUIDADE DA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO

‘[...] um assentamento de Reforma Agrária sem a juventude,
é como uma árvore sem as flores’.
(Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponês I do
Assentamento Roseli Nunes)

Nesta pesquisa, o termo “jovens do campo” faz referência aos sujeitos sociais que possuem entre 15 a 29 anos de idade, conforme o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 5 de

agosto de 2013 (Brasil, 2013), e além da idade, consideramos também, a participação efetiva na organização do território camponês, na produção agroecológica e nas tomadas de decisões voltadas à transformação social do campo.

A referência de um jovem perante a quantidade de anos vividos determina uma condição particularizada. Portanto, a idade biológica não se impõe como único critério à sua determinação para o debate teórico-metodológico desta pesquisa, fundamentada na juventude camponesa enquanto categoria analítica composta por sujeitos que buscam na Educação do Campo e na produção agroecológica a (re)criação camponesa para obter renda, autonomia e permanecer na terra de trabalho.

A conceituação de juventude é socialmente variável. Nesse sentido, Bourdieu (1983) retrata que juventude é apenas uma palavra se não for considerada analiticamente as relações sociais construídas nesse processo, portanto, reduzir o seu sentido arremetido a um período de idade, não traduz a significância presente nesta categoria tão heterogênea e diversa.

De acordo com o pensamento de Abramo (1994), juventude é a transição para a vida adulta atravessada por um período de responsabilidades, mudanças e ações, como um ritual de passagem, o encerramento de um ciclo e o início de outro.

Na visão de Weisheimer (2007, p. 238), apenas a idade em si, não define ser um jovem: “[...] O significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. [...] Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica”.

Desse modo, não se trata de vincular a definição de um recorte etário, pois seria reducionista não considerarmos outros âmbitos conceituais abrangentes à juventude, como fatores socioeconômicos, histórico-culturais, políticos, gênero, auto-organização, mobilização, entre outras condições que moldam o ser juvenil, logo, “[...] o debate deve considerar juventude para além de um recorte de população específica, mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está imersa” (Castro, 2009, p. 182).

Isso implica na existência de grupos juvenis que possuem dificuldades diversas e oportunidades diferentes dentro da sociedade. Nesse caso, Abramovay, Andrade e Esteves (2007, p. 21) negam a existência de apenas um tipo de juventude e afirmam as múltiplas formas de conjugar os grupos de jovens:

Não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, [...] originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos

históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.

A diversidade na configuração juvenil traduz em diferentes possibilidades de denominar os sujeitos que compõem a categoria juventude, especialmente, aos residentes no campo. Weisheimer (2005) identificou 14 distintas denominações, conforme demonstramos no quadro 7.

Quadro 7 – Jovens residentes no campo: diferentes denominações

Alunos rurais
Jovens
Jovens agricultores
Jovens do campo
Jovens do interior
Jovens do sertão
Jovens empreendedores rurais
Jovens empresários rurais
Jovens filhos de agricultores
Jovens rurais ribeirinhos
Jovens sem-terra
Juventude em assentamento rural
Juventude escolar rural
Juventude rural

Fonte: Weisheimer (2005). Organizado pela autora.

A partir dessas denominações, enfatizamos nesta tese a construção social de um tipo de juventude - a camponesa, formada por jovens do campo no envolvimento e no diálogo com movimentos sociais e pelas vivências no processo de territorialização, onde a luta por acesso à terra constitui a sua reprodução enquanto sujeito social.

Os saberes da terra são repassados às novas gerações como movimento de partilha das experiências concebidas no modo de vida do campesinato, assim, a transitoriedade de aprendizados vai formando o jovem camponês. Essa condição não é identificada apenas por um corte etário, existem outros critérios construtores, como o posicionamento perante conflitos, a participação em movimentos sociais, organização do trabalho na unidade familiar, autonomia e resistência, são outros elementos que tecem a significação de ser um jovem inserido na categoria juventude camponesa.

3.3 JOVEM CAMPONÊS: EM BUSCA DE DEFINIÇÃO OU AUTODEFINIÇÃO

O Assentamento Roseli Nunes possui 945 moradores, deste total, 252 são jovens, ou seja, 24,55% da população de assentados (Silva, 2016). Alguns desses jovens acompanharam a luta pela terra, outros, acompanham a luta para permanecer na terra, desse modo, participam ativamente da dinâmica organizativa da comunidade camponesa de Reforma Agrária.

Portanto, vale pontuar as concepções de ser jovem camponês, descritas pelos próprios sujeitos conscientes do pertencimento à categoria juventude camponesa. Nesse contexto, nos posicionamos em favor da síntese de Weisheimer (2005, p. 24), ao dizer que: “Essa forma de categorizar é bastante interessante para a apreensão das identidades evocadas pelos atores sociais, sejam elas coletivas ou individuais”.

No quadro 8, destacamos as percepções e os significados da autodefinição enquanto jovem camponês, com a intenção de considerar os diferentes elementos construtivos dessa categoria.

Quadro 8 – Assentamento Roseli Nunes: jovem camponês – percepções e significados

Jovem camponês é aquele que permanece no campo buscando ter uma produção sustentável, ajuda o coletivo, porque foi assim que nossos pais chegaram aqui, em coletivo.
Eu me considero um jovem camponês, então acho que jovem camponês é aquele que trabalha em família no assentamento, no campo.
O significado de um jovem camponês, pra mim, é a pessoa mais nova que não quer ir pra cidade, quer ficar no sítio, conquistar sua terra, ter uma produção, sem precisar trabalhar pro agronegócio, que produz muito diferente da gente e ainda atrapalha o que a gente planta aqui.
Ser jovem camponês pra mim é ser alguém que pode ajudar em melhorias para o campo.
O jovem faz parte de uma fase da vida e camponês é uma condição que escolhemos ser, por exemplo, eu escolhi ficar aqui e continuar trabalhando a terra de maneira sustentável.
Uma pessoa que se identifica com a vida do campo, com as lutas do movimento.
Um jovem camponês é um cidadão envolvido nas mobilizações do MST, que vai atrás dos seus direitos e participa das ações pela Reforma Agrária e também por programas sociais que ajudam a gente a continuar com a produção.
Jovem camponês significa uma pessoa que vive a fase da juventude de forma diferente dos jovens da cidade, porque o jovem do campo precisa se aceitar como jovem do campo, buscar maneiras de se sustentar aqui e pra isso precisa se unir, ir atrás dos nossos direitos.
O jovem camponês é aquele que adquire os saberes de como tratar a terra, com os avós, os pais, é um conhecimento que vem passando de geração a geração, a gente aprende com eles e dá continuidade.
Hoje eu sou sim um jovem do campo, porque meus pais são daqui. Eles me ensinaram muita coisa sobre plantação, por exemplo, ver a fase da lua que isso influencia bastante, fazer caldas pra controlar as pragas, as doenças que dão nas plantas e no gado também.
Como eu estudei a vida toda na escola do assentamento que é considerada uma escola do campo, eu vejo que a escola do campo forma jovens do campo, claro que nem todos saem de lá se considerando assim, mas a maioria se sente pertencido.

Fonte: Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes.

As múltiplas concepções apresentadas revelam as propriedades de ser um jovem camponês, muitas concebidas nas suas raízes histórico-culturais associadas ao modo de vida camponês e como sujeitos-aprendizes dos saberes camponeses, mesclam a manutenção da herança cultural com os desafios da transformação social do campo. Essas características herdadas são referências das práticas camponesas que servem de base para a construção do protagonismo juvenil atuante na dinâmica organizativa do Assentamento Roseli Nunes, como horizonte do amanhã.

A vivência em coletivo ressaltada na fala “[...] porque foi assim que nossos pais chegaram aqui, em coletivo”, demonstra a etapa do espaço de socialização política construído e organizado pelos sujeitos, no período de acampamento na Fazenda Facão e durante o comodato na Fazenda Prata, logo, foram conduzidas ações estratégicas numa finalidade coletiva: a conquista da terra de Reforma Agrária.

O exercício do trabalho familiar é elemento inerente à reprodução do modo de vida camponês, particularidade evidenciada na fala “jovem camponês é aquele que trabalha em família”. De acordo com Camacho (2014, p. 333), o trabalho tem função educativa, pois, permite a transmissão de saberes da lógica camponesa, “[...] para que as futuras gerações continuem existindo como camponeses.

Visualizar um futuro no campo e se contrapor à agricultura capitalista, são posicionamentos políticos de iniciativa da juventude camponesa, ressaltados na narrativa: “O significado de um jovem camponês, pra mim, é a pessoa mais nova que não quer ir pra cidade, quer ficar no sítio, conquistar sua terra, ter uma produção, sem precisar trabalhar pro agronegócio, que produz muito diferente da gente e ainda atrapalha o que a gente planta aqui”.

Na luta contra hegemônica, a juventude se posiciona em rompimento ao trabalho assalariado, assim, propõem a organização produtiva inovadora potencializada pela Agroecologia, uma vez que, a produção agroecológica passa a ser possibilidade de transformação social da nova geração camponesa, portanto, “Ser jovem camponês [...] é ser alguém que pode ajudar em melhorias para o campo”. Soma-se a isso, a consciência da nocividade causada pela aplicação de agrotóxicos nos cultivos da agricultura capitalista: “[...] eu escolhi ficar aqui e continuar trabalhando a terra de maneira sustentável”.

A produção sustentável esteve explícita nas percepções dos jovens, pois refere-se a uma via de sustento à unidade familiar por um modelo socioeconômico realizado perante a lógica produtiva da Agroecologia com saberes tradicionais. Além disso, a produção da juventude proporciona renda para manter-se dignamente, no entanto, existe uma carência de políticas públicas de incentivo à população juvenil do campo.

A articulação com os movimentos sociais associada à identidade do ser jovem camponês, também comparece nos relatos, senão vejamos: “Uma pessoa que se identifica com a vida do campo, com as lutas do movimento”. Nesse caso, a participação na organização coletiva em espaços de debates e diálogos (socialização política) é caminho de reafirmação da categoria juventude camponesa, vejamos essa perspectiva reforçada em outra fala: “Um jovem camponês é um cidadão envolvido nas mobilizações do MST, que vai atrás dos seus direitos e participa das ações pela Reforma Agrária e também por programas sociais que ajudam a gente a continuar com a produção”.

A inserção da juventude nos movimentos sociais permite enxergar as contradições na sociedade, o acesso às informações de interesses, momentos de denúncias, formações, construções de propostas e, ao longo do processo, constituem-se como jovens militantes para intervirem nos debates que perpassam a luta pela/na terra. De acordo com Castro (2009, p. 183):

[...] os movimentos sociais rurais no Brasil são, hoje, palco do surgimento de novas organizações de juventude como ator político. Isto é fortemente observado em movimentos como no MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e em organizações religiosas evangélicas e católicas.

Ter a consciência de ser um sujeito de direitos e fazer o chamamento a partir deste corte geracional da juventude, a fim de gerar identidade e encontrar formas de resistência, são motivações marcantes na fala que segue: “[...] o jovem do campo precisa se aceitar como jovem do campo, buscar maneiras de se sustentar aqui e pra isso precisa se unir, ir atrás dos nossos direitos”. A participação da juventude potencializa a luta do campesinato, logo, esse envolvimento proporciona visibilidade à categoria juvenil, conforme demonstrado no subcapítulo anterior. Portanto, é um processo dúplice, em que a juventude se alimenta da luta camponesa como referência para ressignificar a sua própria permanência na terra, a exemplo da reprodução de outras estratégias como a produção agroecológica, ao mesmo tempo, em que esta permanência fortalece a luta geral do campesinato.

O respeito e a valorização dos saberes populares construídos nas experiências camponesas também foram evidenciados: “[...] é aquele que adquire os saberes de como tratar a terra, com os avós, os pais, é um conhecimento que vem passando de geração a geração, a gente aprende com eles e dá continuidade”. Ensinar sobre as plantações, a respeitar o ciclo da produção, a considerar o tempo de renovação que a natureza determina, são conhecimentos adquiridos na terra de vida e expostos na fala: Hoje eu sou sim um jovem do campo, porque meus pais são daqui. Eles me ensinaram muita coisa sobre plantação, por exemplo, ver a fase da lua que isso influencia bastante, fazer caldas pra controlar as pragas, as doenças que dão nas

plantas e no gado também”. A narrativa expõe uma riqueza de aprendizados e valores de um modo de vida que resistiu, mesmo diante da exclusão liderada pelo sistema capitalista.

A Educação do Campo representa o novo como instrumento de emancipação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que é parte estruturante na histórica luta do campesinato pelo acesso à terra. O papel que a escola exerce tanto na formação dos jovens, quanto no pertencimento ao modo de vida camponês, forma vínculos, valoriza saberes, fortalece a relação com a terra, trabalho e família, tais reconhecimentos são demonstrados pelo jovem camponês em sua fala: “[...] eu vejo que a escola do campo forma jovens do campo, claro que nem todos saem de lá se considerando assim, mas a maioria se sente pertencido”. A escola do campo proporciona oportunidades no campo, nela, o conhecimento crítico é aprimorado ao discutir questões que perpassam sobre as lutas para obter acesso à terra, como uma possibilidade de produzir alimentos e gerar renda, preservar a natureza e viver dignamente com o seu trabalho, uma vez que a luta é também pelo reconhecimento e valorização social do campesinato como produtor de alimentos saudáveis.

As narrativas da juventude revelaram a afirmação de ser camponês – herdeiros da terra. Em síntese, ser um jovem do campo é, necessariamente, ser um sujeito em (re)ação, que se nega às imposições do capital e ao modelo hegemônico de produção. Portanto, é necessário discutirmos a realidade enfrentada pelos jovens do campo na visão destes sujeitos, ou seja, quais as possibilidades de permanência, considerando as dificuldades atuais para reprodução do modo de vida camponês.

Contudo, a contradição do capital e a luta para superar as desigualdades socioterritoriais traz esperanças de futuro melhor, assim, no próximo capítulo daremos ênfase no processo de conquista e formação do Assentamento Roseli Nunes, território de resistência do campesinato, especialmente, da juventude camponesa que luta para na terra permanecer.

CAPÍTULO IV – ASSENTAMENTO ROSELI NUNES: O INÍCIO DE UMA LUTA CONTÍNUA

[...] A terra
Ela é sagrada
Nas mãos de quem trabalha a terra
Suor, vida, trabalho e terra
O direito a terra
É de quem trabalha.

(Trecho da música “Canto da Terra Sagrada” - Rubinho do Vale).

Para entendermos a formação e a consolidação do Assentamento Roseli Nunes no município de Mirassol D’Oeste-MT, foi necessário compreendermos as ações de luta para entrar na terra e a resistência para nela permanecer que sucederam na caminhada para a territorialização da luta camponesa.

Neste capítulo, contextualizamos a trajetória de luta pela terra de trabalho iniciada em 1997, por meio da ocupação do MST da Fazenda Facão, no município de Cáceres-MT, onde estabeleceram o acampamento e prosseguiram na formação do Assentamento Roseli Nunes. Conscientes de que estar na terra conquistada não significa o fim da luta, mas, a continuidade dela, os assentados e seus filhos seguiram com uma nova frente: organizar, resistir e permanecer.

Para tanto, no decorrer das subseções, inserimos as fontes orais com as narrativas dos sujeitos que participaram do processo de ocupação pela conquista da terra de Reforma Agrária.

4.1 DO ACAMPAMENTO NA FAZENDA FACÃO AO COMODATO NA FAZENDA PRATA

A partir dos anos 1990, as lideranças de mobilização do MST, juntamente com a Igreja Católica e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizaram as primeiras reuniões em Mato Grosso, visando organizar as ocupações e a constituição dos primeiros acampamentos no estado (Silva; Binzstok, 2015).

Dessa forma, o MST se organizou e realizou a sua primeira ocupação na região Sudeste de Mato Grosso no ano de 1995, no município de Pedra Preta. De acordo com Fernandes (1999, p. 205), a estratégia de ocupar a fazenda Aliança representava o enfrentamento ao latifúndio, com ações para denunciar a alta concentração fundiária de Mato Grosso, símbolo da distribuição desigual da terra.

No dia 14 de agosto de 1995, o MST-MT fez sua primeira ocupação. Nesse dia, aproximadamente mil e cem famílias ocuparam a fazenda Aliança no município de Pedra Preta, na região Sudeste Mato-grossense e batizaram o acampamento de Zumbi dos Palmares. Essa ação representou a inauguração de uma nova forma de luta pela terra no estado e procurava romper com a concepção das lutas isoladas e fragmentadas. Por outro lado, desafiava o argumento dos empresários e latifundiários que defendiam não haver terras na região para fazer assentamentos. Além de cortar a cerca do latifúndio, o MST quebrava o discurso político dos latifundiários, que sempre se organizaram para rechaçar as ocupações naquela região.

A caminhada do MST seguiu levando a bandeira da luta contra a concentração fundiária para surgir uma nova dinâmica de organização territorial representada pela tríade camponesa da terra-família-trabalho. No dia 08 de abril de 1996, aproximadamente 1.500 famílias acamparam na Fazenda Amélia próximo ao Distrito de Santo Antônio do Caramujo, pertencente ao município de Cáceres-MT, no local realizaram mobilizações, fechamento de rodovias, ocupações de órgãos públicos no interior e na capital do estado de Mato Grosso (Neves, 2015).

As famílias que não conseguiram ser assentadas neste processo, continuaram em busca de oportunidades na luta pela terra na região. Um camponês, que atualmente vive no Assentamento Roseli Nunes, nos contou como sucederam as primeiras ações, no qual os trabalhadores que reivindicavam a terra tiveram contato com o MST, para realização da ocupação:

O pessoal que é preparado que fala ‘fazer a frente de massa’, fala com o pessoal das comunidades. Aqui nós tivemos várias reunião com as pessoas que já são formadas no MST. Aí eles vieram, convidaram. A gente não sabia nem o que era isso né? Aí a gente participou de várias reunião, aí eles informaram que o objetivo era ocupar uma área pra pressionar os governos estaduais, federais pra colocar em prática a reforma agrária, que é uma coisa que está na Constituição Federal. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponês I do Assentamento Roseli Nunes).

No dia 17 de março de 1997, concentraram-se cerca de 600 famílias dentro da Fazenda Facão, localizada na BR 070 a 12 km do município de Cáceres, no entanto, esse número foi aumentando e, por fim, atingiu um total de 1.200 famílias oriundas de diversas cidades e estados (Batista, 2011). Essas pessoas se deslocaram de longe, de diversas regiões e, buscavam coletivamente a concretização de um sonho em comum: conquistar a terra de vida e trabalho. Segue o relato da camponesa, que vivenciou o momento inicial de ocupação do MST na Fazenda Facão e seguiu com o Movimento na luta pela efetivação da Reforma Agrária.

Então eles [Frente de Massa do MST] deixaram bem claro né? E aí conseguiram levantar um número de pessoas, mobilizar um número de pessoas muito alto, foi aonde o pessoal decidiu ir pro acampamento, teve sim várias reunião pra orientar e preparar o pessoal pra ir pro acampamento, que foi onde aconteceu. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponesa G do Assentamento Roseli Nunes).

Nesse anseio, vozes, rezas, místicas, choros e cânticos, irmanaram-se na construção do processo de resistência dentro do acampamento dos Sem Terra, formado na Fazenda Facão. Etapa, que proporciona também, “os encontros entre histórias de vida singulares, diferentes, porém amalgamadas num mesmo sentido: o assentamento como conquista da terra de trabalho, morada da vida” (Almeida, 2003a, p. 299).

No ato de acampar se edificam espaços de socialização e constantes interações para atender as demandas primordiais ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural. Conforme Fernandes (1998, p.43), “este processo dimensionado cria uma série de necessidades”, que são supridas em coletividade com regulamentos disciplinares criados pelos próprios Sem Terra, a fim de, delinear o bem comum a todos, relações de respeito e solidariedade no grupo.

A organização interna no acampamento na Fazenda Facão deu origem a criação de núcleos de base e, como a luta era coletiva, os espaços também eram coletivamente utilizados pelas famílias de origens diversas, algumas de municípios vizinhos e, até mesmo, de outros estados do país. Nessa etapa de acampar com diferentes realidades num pequeno espaço de mobilização, as experiências de organização marcaram a vida dos Sem Terra, conforme percebemos na fala do entrevistado que esteve no acampamento do MST com sua família e hoje reside no Assentamento Roseli Nunes:

A fase de acampamento lá era dividido assim, em vários núcleos, como o espaço era pequeno, a aglomeração de pessoas era muito grande, então era dividido em núcleo, mais ou menos aí de 30, 40, 50, variava de tamanho, então, porque cada comunidade geralmente formava um núcleo, quando era muito grande dividia-se em dois ou três núcleos. Aí ficava tudo mais organizado porque tinha muita gente (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes).

Lauer (2022, p. 62) explica que os núcleos de base são estruturas organizativas direcionados por gestão, com objetivo de suprir as necessidades do coletivo.

Os núcleos de base são por um lado, a coletividade primária, e por outro, a referência organizativa. Fundem-se em si. É onde os sujeitos se encontram, de certo modo, a sua família adotada. Os núcleos, necessariamente, implicam que todos devem se conhecer, e se reconhecer, viver consigo e com o outro, ou seja, uma forma de educar-se em todas as dimensões. Ocupando-se não mais apenas, com seus próprios problemas, mas com questões que interferem à coletividade, como questões de saúde, de trabalho, de convivência, entre outros.

A divisão das áreas por núcleos de base foi ressaltada no relato do camponês do Assentamento Roseli Nunes, que participou da fase de acampamento na Fazenda Facão: “[...] cada núcleo tinha um coordenador de núcleo, um coordenador de saúde, um de educação, um

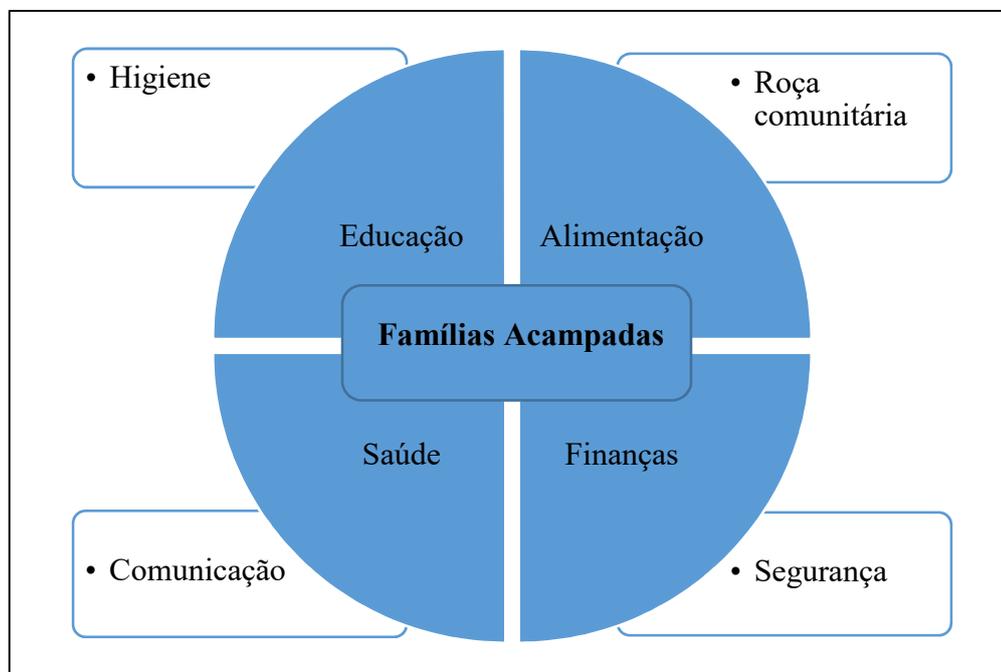
de higiene, um de segurança, um de alimentação, um de trabalho, e um de finanças” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês C do Assentamento Roseli Nunes).

Essas ações entre as famílias acampadas na Fazenda Facão transformaram o acampamento em espaço de socialização, onde as questões básicas de existência e resistência como a saúde, educação, segurança, comunicação, finanças, higiene, alimentação, entre outras, eram discutidas pelos núcleos de base. Também havia uma área destinada a roça comunitária, cultivada com objetivo de alimentar o povo que ali lutava.

A questão de planta, plantação, não tinha muito espaço né? Lá dentro, depois de muito tempo o pessoal passou a reservar um pequeno espaço, pra plantar pequenas hortas né? Mas geralmente o pessoal plantava um canteiro de cebola, porque era aglomeração muito grande né? Podia ter algum tipo de contaminação. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês B do Assentamento Roseli Nunes).

A partir das descrições dos sujeitos que estiveram acampados, sintetizamos, na figura 5, a estrutura organizativa do acampamento do MST na Fazenda Facão, dividido por núcleos de base.

Figura 5 – Acampamento do MST na Fazenda Facão – Cáceres (MT): estrutura da organização interna



Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo da denominação núcleo de base, entendemos que é o alicerce na estrutura organizacional do acampamento, haja vista, que a centralidade formativa começa a princípio nos grupos familiares, realizada por uma equipe de coordenadores, lideranças, militantes ou

mediadores do Movimento, fundamentados a desenvolver ações estratégicas de luta, mobilizações e resistência. O relato do camponês descreve essa organização dentro do acampamento na Fazenda Facão.

Toda essa equipe se reunia provavelmente semanalmente, de acordo com as necessidades. Se tivesse a necessidade de emergência. Geralmente os que mais reunia eram os de núcleos, e os de finanças. E além disso tinha um que coordenava geral né? Cada núcleo tinha um coordenador desses. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês D do Assentamento Roseli Nunes).

Essas ações fortalecem o espaço interativo do Movimento por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, onde as famílias passam a trabalhar em coletividade (Fernandes, 2001). Nesse caso, o trabalho coletivo se torna elemento primordial na instância organizativa para o bem comum no processo de acampamento.

Então, a questão do trabalho, o coordenador do trabalho, as vezes eles pegava serviço fora, aí aquela pessoa que queria ir trabalhar, então, não era obrigado né, aí cada um pegava e ia, pegava um serviço de forma coletiva, então, era mais ou menos dessa forma. (Entrevista cedida a Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês D do Assentamento Roseli Nunes).

Os acampados permaneceram durante um ano de ocupação na Fazenda Facão, aguardando sair o comodato²³, a vistoria e medição do imóvel rural “Fazenda Prata” localizada no perímetro rural do município de Mirassol D’Oeste, na região Sudoeste do estado de Mato Grosso, a 290 km da capital Cuiabá. O camponês, vivenciador das ações no Acampamento relata a trajetória de acampado até a fase do comodato, momentos de incertezas e esperanças de se concretizar o assentamento de Reforma Agrária.

A gente as vezes passa por várias etapas né, a etapa de acampamento, quando se negocia um acampamento as vezes negocia com a área que foi ocupada, aí um prazo de seis meses, um ano, pode tá renovando, até negociar uma área pro pessoal ir pra dentro da área, e quando se vai pra dentro da área, a gente negocia a fase de comodato, e esse comodato já é dentro da fazenda que tá em fase de parcelamento com o INCRA. (Entrevista cedida a Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês E do Assentamento Roseli Nunes).

O MST reivindicava a desapropriação do latifúndio desde 1996, por considerá-lo improdutivo. De acordo com Almeida (2004), por latifúndio improdutivo designa-se uma grande área mal explorada ou totalmente inexplorada, portanto, também pode ser caracterizado como latifúndio por exploração.

²³Comodato é uma modalidade de empréstimo gratuito, conforme os artigos 579 a 585 do Código Civil Brasileiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 28 nov. 2023.

A Fazenda Prata também chamada na época de “Agropastoril Prata LTDA”, tinha como atividade principal a criação de bovinos para corte, e, pertencia na época ao casal de proprietários Onísio Prata e Albertina De Grammount Machado Prata. Sem vínculo empregatício direto, as pessoas que trabalhavam no latifúndio eram exploradas. Viviam com suas famílias em situações desumanas, ao ponto de alimentar-se de carnes retiradas das vacas doentes de brucelose²⁴, vendidas pelo próprio fazendeiro no armazém da fazenda (Oliveira; Asevedo, 2014).

O território do Assentamento Roseli Nunes, antes era uma Fazenda, mais ou menos 11 mil hectares de um proprietário, e esse proprietário tinha mais ou menos 5 a 6 famílias que eram funcionários da Fazenda. E era um produtor de gado de corte, que mais era boi, então era criação de pecuária de corte. (Entrevista cedida a Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes).

O processo de vistoria da propriedade foi solicitado pelo MST juntamente ao Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Cáceres. Diante da pressão do Movimento, que denunciou a extensa concentração fundiária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) teve a incumbência de verificar se as terras designadas eram improdutivas e passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, conforme determina o Art. 184, Capítulo III, da Constituição Federal de 1988:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (Brasil, 1998).

A reportagem²⁵ de Anselmo Carvalho Pinto, publicada no dia 19 de março de 1998 no jornal “Diário de Cuiabá”, comentou a aprovação do processo de comodato na Fazenda Prata para as famílias que se encontravam instaladas no acampamento na Fazenda Facão (Figura 6).

²⁴Segundo o Ministério da Saúde, a Brucelose é uma doença causada por bactérias do gênero *Brucella spp* que pode ser transmitida ao ser humano por contato com animais e seus produtos derivados também contaminados.

²⁵Jornal “Diário de Cuiabá”, reportagem de Anselmo Carvalho Pinto. Disponível em: <<https://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/190398/cidades2.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Figura 6 – Jornal “Diário de Cuiabá”

FAZENDA PRATA

Inkra e MST "acertam" comodato

ANSELMO CARVALHO PINTO
Da Reportagem

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) acertaram ontem o comodato da fazenda Prata, próxima a São José dos Quatro Marcos, 334 quilômetros a oeste de Cuiabá.

O comodato ficou acertado após reunião da diretoria do movimento com o superintendente regional do Inkra, Elarmin Miranda, na sede do órgão. Apesar do acerto, eles continuaram acampados à frente do prédio.

Com a decisão, o movimento pretende levar para a fazenda Prata pelo menos 350 famílias, por enquanto instaladas no acampamento Roseli Nunes, próximo a Cáceres.

"Amanhã (hoje) estaremos realizando uma avaliação de nossas negociações", disse ontem à noite o diretor do movimento, Valdir Misnerovicz. "Algumas coisas avançaram, outras não".

Para hoje está marcada nova reunião entre MST e Inkra. De acordo com Misnerovicz, ainda faltam negociações com técnicos e membros do setor jurídico.

Elarmin Miranda recebeu ontem nova pauta de reivindicações. O MST pede o parcelamento das áreas Chico Mendes, em Araputanga, e São Francisco, em Rondonópolis.

Eles ainda pedem a realização de convênio para o parcelamento do projeto de assentamento Antônio Conselheiro, em Tangará da Serra.

O MST pede liberação de créditos de alimentação e fomento para famílias assentadas no Antônio Conselheiro, Nova Conquista, em Cáceres, Geraldo Pereira, em Juscimeira, Márcio Pereira, em São José do Povo, e São Francisco em Rondonópolis.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Inkra informou que todos pedidos foram encaminhados e deverão ser atendidos nos próximos dias.

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (1998).

Após o acerto do comodato, o MST levou cerca de 350 famílias acampadas na Fazenda Facão, para aguardarem os próximos passos dentro da Fazenda Prata. A organização interna nesta fase de comodato continuou inspirada nos núcleos de base, conforme ocorreu no acampamento inicial.

E aí sim, nessa fase de comodato continua o mesmo sistema dos núcleos, mas aí lá já tem um espaço maior que as pessoas já podem plantar uma pequena lavoura né? Um arroz, milho, um alimento básico né. Então são essas fases, que geralmente na fase de comodato costuma ficar um tempo maior. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês E do Assentamento Roseli Nunes).

O laudo de vistoria da propriedade rural só aconteceu dois anos depois, no dia 26 de setembro de 2000. De acordo com a avaliação, o resultado apresentou ser insusceptível de ação

expropriatória, pois a propriedade em questão preencheu os requisitos relativos ao cumprimento da função social da terra. Entretanto, o proprietário demonstrou interesse na venda do imóvel rural que, por sua vez, foi mediada pelo INCRA para a tramitação processual de compra (Godoi, 2016). Adquirir imóveis rurais para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda, tornou-se possível pelo INCRA, mediante o Decreto Nº 2.614, de 13 de Junho de 1998²⁶, caso o processo de desapropriação de imóvel rural não apresente laudo pericial de vistoria como improdutivo, ou seja, quando a terra não cumpre a função social.

Conforme o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), o valor de indenização do imóvel como pagamento de depósito inicial refere-se a R\$ 7.454.551,00 e a benfeitoria R\$ 1.277.632,78. Após o processo administrativo de compra da propriedade rural, foi liberado a imissão de posse em 16 de março de 2001, no mês seguinte ocorreu o ato de criação do Assentamento Roseli Nunes, em 02 de abril de 2001. Seguem as informações sobre o Projeto de Assentamento (PA) Roseli Nunes:

²⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2614.htm#art1>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Figura 7 – Projeto de Assentamento (PA): Roseli Nunes

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD		01 - CONTROLE 01 Código do Projeto MT0278000																															
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA INFORMAÇÕES DO PROJETO		02 DATA DA CONSULTA: 28/03/2023 PÁGINA: 1																															
02 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO																																	
01 NOME DO PROJETO (TABELA I) PA ROSELI NUNES																																	
02 TIPO DO PROJETO 1 -Assentamento Federal																																	
03 MODALIDADE DO PROJETO																																	
04 MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO		05 ÁREA DO PROJETO (ha)																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>CÓDIGO</th> <th>DENOMINAÇÃO</th> <th>UF</th> <th>% DE ÁREA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MUNICÍPIO 1</td> <td>902039</td> <td>MIRASSOL D'OESTE</td> <td>MT</td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 3</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 4</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 5</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA	MUNICÍPIO 1	902039	MIRASSOL D'OESTE	MT		MUNICÍPIO 2					MUNICÍPIO 3					MUNICÍPIO 4					MUNICÍPIO 5					10611,0000		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA																													
MUNICÍPIO 1	902039	MIRASSOL D'OESTE	MT																														
MUNICÍPIO 2																																	
MUNICÍPIO 3																																	
MUNICÍPIO 4																																	
MUNICÍPIO 5																																	
06 DISTÂNCIAS DA SEDE DO PROJ. EM RELAÇÃO A: CAPITAL DO ESTADO 300 (Km) SEDE DO MUNICÍPIO 25 (Km)		07 ESFERA DE RESPONSABILIDADE 1 - FEDERAL																															
08 APTO PARA TITULAÇÃO		09 Número Processo SEI:																															
03 - ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO																																	
01 PROCESSO DE CRIAÇÃO NÚMERO: 54242/00194/01-58 DATA: 22/04/2001																																	
02 CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO ATO DE CRIAÇÃO/RETIFICAÇÃO <table border="1"> <thead> <tr> <th>TIPO</th> <th>NÚMERO</th> <th>DATA</th> <th>CAPACIDADE DE FAMÍLIAS</th> <th>DATA DA PUBLICAÇÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>POR</td> <td>00003</td> <td>02/04/2001</td> <td>331</td> <td>26/04/2001</td> </tr> </tbody> </table>				TIPO	NÚMERO	DATA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	POR	00003	02/04/2001	331	26/04/2001																				
TIPO	NÚMERO	DATA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO																													
POR	00003	02/04/2001	331	26/04/2001																													
03 FASE 03 - Assentamento Criado		04 ADMINISTRAÇÃO 3 - BENEFICIÁRIOS+INCRA+OUTROS																															
05 EMANCIPAÇÃO <table border="1"> <thead> <tr> <th>DEC - DECRETO</th> <th>ATO</th> <th>NÚMERO</th> <th>DATA</th> <th>Nº FAMÍLIAS</th> <th>ÁREA (ha)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>POR - PORTARIA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>RES - RESOLUÇÃO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>OUT - OUTROS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>0,0000</td> </tr> </tbody> </table>				DEC - DECRETO	ATO	NÚMERO	DATA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (ha)	POR - PORTARIA						RES - RESOLUÇÃO						OUT - OUTROS					0,0000						
DEC - DECRETO	ATO	NÚMERO	DATA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (ha)																												
POR - PORTARIA																																	
RES - RESOLUÇÃO																																	
OUT - OUTROS					0,0000																												
04 - INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO PROJETO																																	
01 DESCRIÇÃO DA ORIGEM IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA PRATA, DESAPROPRIADO PARA FINS DA REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DO DECRETO DE 25 DE SETEMBRO DE 1998, CUJA IMISSÃO DE POSSE SE DEU EM 16 DE MARÇO DE 2001.																																	

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA
AGRÁRIA - SIPRA**

INFORMAÇÕES DO PROJETO

01 - CONTROLE

01 Código do Projeto

MT0278000

02 DATA DA CONSULTA: **28/03/2023**

PÁGINA: 2

05 - ASPECTOS DE OBTENÇÃO DO IMÓVEL

01 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

CÓDIGO: 9020120625024

NOME: PA ROSELI NUNES

02 MUNICÍPIO DO IMÓVEL (TABELA II)

DENOMINAÇÃO: MIRASSOL D'OESTE

CÓDIGO: 902039

03 ÁREA DO IMÓVEL (ha)

10611,4000

04 FASE/FAMÍLIAS EXISTENTES

NÚMERO DE FAMÍLIAS

DATA

VISTORIA/AVALIAÇÃO

331

26/09/2000

05 PROCESSO ADMINISTRATIVO OBTENÇÃO

NÚMERO: 215420003079616

DATA: 16/03/2001

06 FORMA DE OBTENÇÃO

01 - Desapropriação

07 ATO DE OBTENÇÃO

TIPO NÚMERO DATA

ÁREA (ha)

DEC 25

25/09/1998

10611,4000

TIPO DE OBTENÇÃO

DEC - DECRETO

POR - PORTARIA

ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA

OUT - OUTROS

DATA PUBLICAÇÃO D.O. **28/09/1998**

09 REGISTRO

MATRÍCULA/REGISTRO/AVERBAÇÃO LIVRO FOLHA/FICHA DATA

R-4/1191

2AI

252-A

06/02/1984

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

1º OFÍCIO

MUNICÍPIO

MIRASSOL D'OESTE

CÓDIGO TABELA(II)UF

902039

MT

08 IMISSÃO DE POSSE

DATA: 16/03/2001

10 VALOR DA INDENIZAÇÃO DO IMÓVEL

PAGAMENTO

DEPÓSITO INICIAL

DEPÓSITO DEFINITIVO

TERRA NUA

R\$ 7.454.551,00

R\$ 0,00

BENFEITORIA

R\$ 1.277.632,78

R\$ 0,00

DATA

De acordo com Godoi (2016), somente no ano de 2002 o parcelamento da área aconteceu, a antiga Fazenda Prata, composta por 10.611 hectares foi dividida em 331 lotes²⁷, com aproximadamente 25 a 30 hectares cada, somados a 2.170 hectares de área comunitária, os lotes foram distribuídos em sistema de sorteio, pois nem todos se encontravam em áreas de fácil acesso, havia 3 mil alqueires de pastos formados na parte norte, entretanto, o restante da área era mata.

O latifúndio Fazenda Prata foi dividido em núcleos familiares, a produção diversificada substituiu a produção de ordem capitalista, “[...] logo foram desenvolvidas novas formas de organização do trabalho e novos mecanismos de convivência social, recriando assim o modo de vida camponês” (Oliveira; Asevedo, 2014, p.22).

A partir da Reforma Agrária e de outra lógica organizativa, o latifúndio se transformou em terra de trabalho. Para Fernandes (2001, p. 41), essa “[...] transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território. É outra lógica de organização do espaço geográfico”, essa materialização da terra de trabalho se transforma com relações de sociabilidade próprias do modo de vida camponês, alicerçado no autoconsumo e na produção de excedentes para (re)criação do núcleo familiar.

4.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

“Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão”

(Trechos da música “Cio da terra”.

Composição: Chico Buarque e Milton Nascimento).

Após uma longa trajetória de luta iniciada em 1997, no acampamento da Fazenda Facão, criou-se o assentamento dos sem-terra²⁸ como forte expressão de territorialização da luta camponesa. Conforme Fabrini (2011, p. 103), um assentamento de Reforma Agrária antecedido de uma ocupação/acampamento, “[...] é uma conquista praticamente arrancada das mãos e domínio dos latifundiários, ou seja, trata-se da territorialização dos sem-terra e desterritorialização dos proprietários latifundiários”.

²⁷O INCRA utiliza o termo “lotes” para referenciar os recortes territoriais dentro do Assentamento, conforme a numeração recebida para sua identificação. Para os assentados, o termo lote é substituído por “sítio”, devido à simbologia que o mesmo representa como um lugar de morada e trabalho, conquistado perante muita luta.

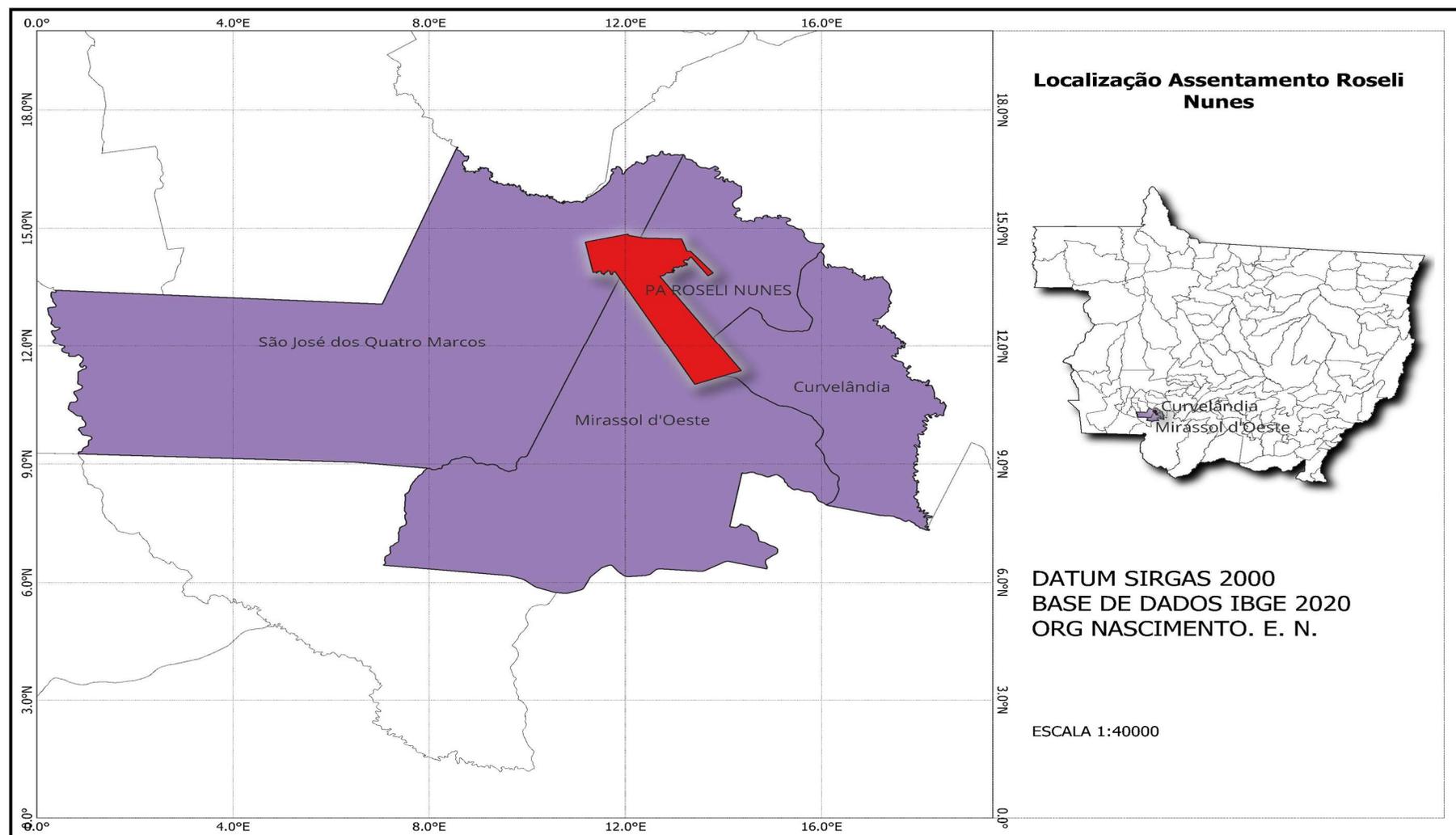
²⁸Como bem conceitua Fabrini (2002), um assentamento dos sem-terra é onde se materializa o território camponês.

Os sujeitos migrantes de distintas regiões do país se deslocaram em busca da terra de trabalho. As famílias assentadas são oriundas de vários municípios do estado de Mato Grosso: Reserva do Cabaçal, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Cáceres, Salto do Céu, Rio Branco, Curvelândia, Cuiabá, Mirassol D' Oeste e de outros estados, como Minas Gerais e São Paulo (Silva, 2015).

Então aqui no Assentamento Roseli Nunes hoje, tem três turmas, foi primeiro acampamento Margarida Alves, foi um pouco pra cada região, que tem um pouco aqui, o próximo foi Facão, e tem um pouco do pessoal do Facão aqui, e o outro um pessoal, outra turma que acampou por nome de Florestan Fernandes. Então eles passaram por vários processos de acampamento. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes).

O Assentamento Roseli Nunes encontra-se localizado entre os municípios de Mirassol D'Oeste, Curvelândia e São José dos Quatro Marcos, a Sudoeste do estado de Mato Grosso, a 290 km de Cuiabá, conforme demonstramos na figura 8.

Figura 8 – Assentamento Roseli Nunes: Mapa de localização



Fonte: Elaborado pela autora.

Os próprios sujeitos que acompanharam o processo, iniciado a partir da mobilização para ocupação da fazenda, chamaram a terra conquistada de Assentamento Roseli Nunes (Figura 9). A escolha da denominação teve o propósito de homenagear (*in memoriam*) a trabalhadora camponesa Roseli Celeste Nunes da Silva, uma militante social que lutou até a morte carregando o lema “Prefiro morrer lutando, do que morrer de fome”. Essa tradição de homenagear companheiros e companheiras na denominação de acampamentos, assentamentos e até escolas, faz parte da conduta social do MST, com intuito de deixar viva a história de luta dos sujeitos da terra.

Figura 9 – Entrada do Assentamento Roseli Nunes



Fonte: Trabalho de campo, 13 set. 2023. Foto: da autora.

Roseli Nunes fez parte da organização do MST para ocupação do latifúndio desapropriado denominado por Fazenda Sarandi-Annoni, sob domínio de José Ernesto Annoni (Dickel, 2017). No entanto, de forma brutal morreu atropelada aos 33 anos de idade durante um protesto do MST em 31 de março de 1987 na BR-386, em Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul, numa caminhada com participação de aproximadamente 5.000 pessoas. Durante a marcha em luta pela terra de vida, um caminhão invadiu a barreira humana, atropelou pessoas e ocasionou o óbito de Roseli Nunes e de outros dois militantes²⁹.

Certamente, a história de Rose continua viva na memória daqueles que caminham com esperança e, por sua vez, a reprodução da luta e resistência dos Sem Terra constam de forma

²⁹Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

documentada numa trilogia de documentários dirigidos pela cineasta Tetê Moraes. O seu primeiro lançamento aconteceu em 1987, com o filme “Terra para Rose³⁰”, o segundo lançamento de suas filmagens foi no ano 2000, chamado “O Sonho de Rose – 10 Anos Depois³¹”. E o terceiro da coletânea teve seu lançamento em 2008 - “Fruto da Terra³²”. Neste último filme, a cineasta retrata a trajetória de vida e superação do pequeno Marcos Tiaraju Correa da Silva, órfão da mãe Roseli Nunes com apenas 1 ano e 4 meses de idade. Hoje, Marcos segue carreira de renome como médico formado academicamente em Cuba e atuante pelo MST no Brasil.

Roseli foi exemplo de garra e perseverança para muitas pessoas, mostrou que, além de lutar para conquistar o seu chão, é necessário continuar lutando para permanecer. O ato de entrar na terra conquistada não representa a finalização do processo de luta. Ao contrário, representa a possibilidade de continuação da luta, seja na organização política e social do assentamento, nas mobilizações que fortificam o movimento, ao levantar a bandeira de reivindicações e, principalmente, nas tomadas de decisões coletivas que favoreçam o povo assentado, incluindo as crianças e os jovens do campo. Situação explicada por Fernandes (2001, p. 41):

Lutar pela infra-estrutura básica dos assentamentos é parte de um processo que acontece concomitantemente às ocupações de terra. Faz parte do universo da luta, que não acaba com a conquista do assentamento. Esse é um caro princípio do MST, que em seu movimento amplia a luta, dimensionando-a. Esse é o processo de territorialização, de crescimento, de multiplicação do Movimento que o governo tenta refrear.

Reiteramos que a luta dos Sem Terra não é apenas pela terra, é uma luta contra a territorialização do capital que exclui os camponeses. A busca pela efetivação da Reforma Agrária vai além de obter um pedaço de terra, significa ter uma estrutura fundiária igualitária no país, que as necessidades do povo do campo sejam contempladas nas políticas públicas sociais destinadas à produção camponesa nos princípios agroecológicos, que seja assegurado a alimentação da família e, principalmente, educação de qualidade às crianças e jovens do campo, para assim, obter renda e continuar vivendo dignamente na/da terra.

Portanto, as reflexões de Oliveira (2001, p. 189) deixam claro o fato de os camponeses no Brasil lutarem com foco em duas “frentes”, sendo essas, a entrada e a permanência:

É em decorrência deste conjunto de razões que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta

³⁰Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1ZlqjK4K1-0>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

³¹Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xP2Jm23RJ9Y>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

³²Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EzGqqYJIWZI>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas.

De início se deu a condição de acampados articulados pelo MST na Fazenda Facão em 1997. Posteriormente, veio a luta pela homologação legal do comodato na Fazenda Prata que perdurou até o ano de 2002, quando ocorreu a divisão da área, bem como a formação dos sítios que compõem o Assentamento Roseli Nunes. Todavia, a conquista da terra não representa o final da caminhada, ao contrário, chega o momento de lutar por outra “frente”: a permanência. Fernandes (1999, p. 76) explica sobre a importância de continuar em vínculo com o Movimento.

A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra, tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta.

A importância da conquista da terra de vida e trabalho é evidenciada na fala do camponês A do Assentamento Roseli Nunes: “[...] pra mim a terra eu considero assim, uma luz que brilhou no meu caminho”.

Então falando da importância da terra, pra mim a terra eu considero assim, uma luz que brilhou no meu caminho, porque antes eu era um bóia-fria, eu vendia a minha força de trabalho pros latifundiário pelo preço que eles queria né? Eu não tinha assim, aquela expectativa de vida, mas sempre tinha o sonho de conquistar um espaço, uma terra pra eu trabalhar, porque toda vida eu trabalho no sítio. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes).

Para o camponês, a terra não é qualquer coisa, ela representa a continuação do seu modo de vida camponês, “[...] é a sua raiz, a sua identidade construída” (Lauer, 2022, p. 47). Nesse sentido, a terra tem grande importância por ser a fonte de sustento para obter alimento e produção diversificada, realizada pelos próprios integrantes da família que, em cooperação³³, lavram a terra, plantam, colhem, cuidam da criação e comercializam para compor a economia familiar. Na terra de trabalho, a propriedade é configurada como “[...] **morada da vida**, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do auto-consumo” (Paulino; Almeida, 2010, p. 40, grifo nosso).

Destacamos também na fala do camponês, a denúncia da alienação que sofria em razão da exploração da sua força de trabalho na terra de negócio: “[...] antes eu era um bóia-fria, eu vendia a minha força de trabalho pros latifundiário pelo preço que eles queria”. No entanto, continuou na caminhada da resistência pela conquista do sítio para reprodução familiar e por políticas públicas que dão suporte à agricultura camponesa.

³³Para Zart (2017, p. 10), quando os sujeitos trabalham em cooperação, “os resultados do trabalho não serão apropriados por um único dono, mas serão distribuídos em conformidade com o trabalho de cada um/a”.

Foram inúmeras as dificuldades que os assentados enfrentaram no momento inicial de formação do assentamento de Reforma Agrária, as necessidades identificadas vão desde a construção das moradias, acesso à água potável e eletricidade para abastecer os sítios e as atividades diárias de consumo e higiene, organização da produção, preparo da terra, aberturas de estradas, escola para as crianças e jovens que acompanhavam as famílias, condições de saúde, falta de recursos, entre tantas situações de impedimento à permanência na terra devido à falta de amparo do Estado.

Sem organização não há possibilidade de permanência e sem a participação dos sujeitos também não é possível enfrentar os problemas que comprometem a reprodução do modo de vida camponês. Os sujeitos comprometidos com a luta de formação do Assentamento Roseli Nunes encontraram na solidariedade uma forma de enfrentamento às adversidades: “[...] se a gente não tivesse reunido forças, nem essa escola teria hoje. Por isso que eu digo, a luta da gente não acaba”.

Quando saiu o comodato, tem gente que achava que tava tudo certo, ia sair recursos pra construir a escola, arrumar a estrada, furar poço e tudo mais. Só que não foi nada disso, se a gente não tivesse reunido forças, nem essa escola teria hoje. Por isso que eu digo, a luta da gente não acaba. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês D do Assentamento Roseli Nunes).

A intenção de serem solidários uns com os outros a partir da organização do acampamento e, conseqüentemente, no processo de comodato, representa o olhar humano pela realidade de cada família que se encontrava à espera da terra. Nessa situação, a solidariedade é cultivada desde o início da luta coletiva, como expressa Caldart (2000, p. 116): “[...] um dos primeiros valores que se cultiva na situação de acampamento é o da solidariedade, exatamente o valor que é fundamental a ética comunitária. Solidarizar-se com o outro não é, nesta circunstância, uma intenção, mas uma necessidade prática”.

Diante do enfrentamento às dificuldades interpostas no dia a dia do camponês, o Assentamento Roseli Nunes se transformou num espaço vigorado pela resistência, onde as famílias buscam na terra de trabalho a continuidade da caminhada, portanto, organizam-se para ter uma vida digna no campo fortificados pelos valores comunitários inexistentes no latifúndio. Fabrini (2011, p. 103), explica:

Além de permitir a espacialização das lutas, a conquista do território camponês serve para potencializar a cooperação, solidariedade e construção da igualdade entre as pessoas. Nos assentamentos são recuperados e recriados um conjunto de saberes e conhecimentos que estavam perdidos no território latifundiário e do agronegócio. Assim, os valores comunitários, solidariedade, trabalho e ajuda mútua, produção de subsistência, por exemplo, não são varridos completamente do espaço agrário.

No espaço do acampamento, a solidariedade e a organização coletiva educam. O acampamento e o assentamento são os professores que formam para a luta, com muito sofrimento, infelizmente. Já as vivências e experiências lapidam os níveis de formação da vida na terra. Para os sujeitos que vivenciam essa luta, a “terra é mais do que terra, entendendo que a terra conquistada na luta deixa de ser apenas terra, para ser terra com pessoas, buscando encontrar o melhor jeito de trabalhar e de viver nela” (Caldart, 2000, p. 89).

Nesse sentido, a conquista da terra de trabalho para organização da produção camponesa simboliza uma oportunidade de garantir o sustento familiar.

Graças a Deus a gente entrou nessa luta dos movimentos sociais e fiquemos firme e fiel até o fim, e hoje graças a Deus a gente é reconhecido como agricultor. Porque cê sabia quem vende a força de trabalho pro latifundiário nem documento tinha que comprovava isso, e hoje a gente tem documento que comprova que a gente é agricultor, então, esse é o grande motivo da gente ter alegria e saber valorizar até o fim, enquanto a gente aguentar trabalhar, o objetivo é permanecer aqui né? Então, pra mim foi toda essa importância. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês C do Assentamento Roseli Nunes).

Portanto, o trabalho é elemento fundamental na unidade camponesa, pois, em família, trabalham a terra para gerar renda e autoconsumo. Essa realidade encontra-se evidenciada nas falas dos assentados ao reconhecer a importância participativa dos membros da família trabalhando no sítio do Assentamento Roseli Nunes:

No nosso sítio nós tudo trabalha, eu e meu filho mais velho vai pra roça cedo, e as duas meninas ajuda a mulher em casa mesmo, cuida da horta, da casa, faz doces pra vender na feira. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes)

Se os filhos e a mulher não ajudassem, seria difícil a lida na roça, em casa e ainda ter que vender. Um só não consegue, por isso que aqui a gente divide as tarefas. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês C do Assentamento Roseli Nunes).

O trabalho familiar fortalece a produção camponesa, uma vez que, seria complicado realizar sozinho todas as funções dentro do sítio, portanto, “[...] nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (Woortmann, 1990, p. 23), trata-se de uma relação articulada entre os três elementos “terra-família-trabalho” para realização da produção na unidade econômica familiar camponesa.

Aqui no sítio as tarefas são divididas, eu ajudo meu marido, cuido das galinhas enquanto ele tá tirando leite das vacas que vai pro laticínio. O meu menino estuda de manhã, então quando ele chega ajuda o pai dele a prender os bezerros. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponesa B do Assentamento Roseli Nunes).

Eu vejo que a ajuda em família é importante nas tarefas, porque aqui se todos se ajudam, não falta trabalho pra mim, pro marido, para os filhos. Aí a gente consegue até aumentar a produção, vender mais, pra ter uma rendinha a mais no final do mês. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jun. 2023. Camponesa J do Assentamento Roseli Nunes).

Os relatos das fontes orais obtidas nas entrevistas com os camponeses do Assentamento Roseli Nunes enfatizam a divisão das tarefas na unidade camponesa para manter a organização e o equilíbrio interno, evitando a contratação de trabalhadores de fora.

Eu nunca precisei arrumar ninguém de fora pra trabalhar aqui no sítio, porque o meu filho ajuda bastante, ele trabalha aqui comigo depois que chega da escola, aí no final do mês eu dou um dinheirinho pra ele. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês D do Assentamento Roseli Nunes).

Teve uma vez que eu precisei chamar um rapaz pra me ajudar com as vacas, porque eu fiquei doente uns dias, mas, foi coisa de pouco tempo, e ele mora no sítio aqui no assentamento também, já conhece o jeito que a gente trabalha, não foi gente da rua não, foi daqui de dentro mesmo. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Camponês E do Assentamento Roseli Nunes).

No processo de territorializar-se, os camponeses buscam maneiras para (re)criar e enfrentar o sistema capitalista como forma de resistência: “Por essa razão que a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida sobretudo como luta contra o capital” (Almeida; Paulino, 2000, p. 122). Nesse contexto, os assentados entendem que o enfrentamento ao capital vai além de conseguir a terra, pois trata-se de lutar para ficar na terra, em defesa de uma estrutura produtiva sustentável que conduza à obtenção de renda, autonomia e segurança alimentar. Assim, a Agroecologia se torna uma estratégia de (re)criação do campesinato e permanência dos jovens no Assentamento Roseli Nunes, portanto, isso significa, organizar para resistir.

4.3 O ENCONTRO DA LUTA CAMPONESA COM A AGROECOLOGIA: PARA RESISTIR E PERMANECER

Tenho um pedaço de terra /tenho um pedaço de chão
Para plantar bananeira / arroz, o milho e o feijão
Lá também planto mandioca/ vou plantar milho pipoca
E fazer um faturão.

Embaixo do pé de mangueiro/faço a reunião
Organizo a minha base/ faço a reflexão
Para tirar o sustento/ faço o meu planejamento
Para a minha produção.

Jogo restolhos pras vacas / tiro leite de montão
Faço doce e faço queijo / também faço

Estou sempre replanejando / pois faço tudo pensando
Em nossa alimentação.

A nossa horta é pequena / mas tem boa produção
Com o esterco do curral/ faço a adubação
Tem verdura todo dia/ Isto é a garantia
De uma boa nutrição.

Tenho uma porca no chiqueiro/ me da cinco ou seis leitão
Quando o porco fica gordo/ frito e boto no latão
E dos restos que não se come / dos cachorros eu mão a fome
E ainda faço sabão.

As galinhas no terreiro/ botam ovo encarreado
Botam dois em um só ninho/ todos grandes e bem corados
Bebem água limpa e fria/ comem milho todo dia
Que lá mesmo e triturado.

Tenho cocho pra ração/ tenho animal de arado
Tenho um canavial/ e um engenho pra melado
Lá tenho muita fartura/ faço doce e rapadura
É um farturão danado.

Se você não acredita/ e acha que é mentira
Que é papo de cantado/ vá lá em casa e confirma
Vá lá ver o meu quintal/ tomar um suco natural
E comer um frango caipira.

(Música: Vanerão da roça³⁴. Composição: José Paes Floriano³⁵)

Com o ápice da exploração capitalista e dos impactos decorrentes, torna-se imprescindível estabelecer com premência um novo paradigma produtivo na agricultura contraposto ao modelo de produção capitalista, de modo a estimular a sustentabilidade consolidada nos passos da Agroecologia. Sarandón e Flores (2014, p. 05) comentam sobre a importância de um novo paradigma para obter uma produção sustentável:

Es necesario entonces un nuevo paradigma que intente dar soluciones novedosas partiendo de la consideración de las interacciones de todos los componentes físicos, biológicos y socioeconómicos de los sistemas agropecuarios integrando este conocimiento en el ámbito regional para una producción sustentable.

Na reorganização do sistema agroalimentar, a Agroecologia representa uma resposta diante de tantos desastres irracionais na agricultura dita “moderna”, decorrentes do modelo produtivo implantado pelos oligopólios subsidiados financeiramente por parcerias com governos neoliberais, posicionados contrariamente à classe camponesa no país. Portanto,

³⁴Letra da música “Vanerão da Roça”, disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B2073p/B2073p.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

³⁵O compositor José Paes Floriano é morador do Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirassol D'Oeste.

fomentar a produção agroecológica significa fortalecer os saberes populares, cultivar alimentos saudáveis, alimentar a sociedade e respeitar o ciclo da natureza. Rigotto (2011, p. 130) nos orienta sobre a importância da Agroecologia que partindo de uma abordagem sistêmica, busca a integração de todos os elementos necessários ao equilíbrio da relação homem-natureza, como clima, solo, vegetação, animais, humanos, no sentido de promover:

[...] segurança alimentar, erradicação da pobreza, proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção de processos de auto-gestão e a participação comunitária.

A abordagem sistêmica da Agroecologia é potencializada pela autonomia camponesa que preza pela produção diversificada, pelo consumo e comercialização consciente tanto para obter renda e alimentar a sociedade, como também para fortalecer as ações da luta por terra, trabalho, comida e vida digna. De acordo com Caporal, Costabeber e Paulus (2006, p. 03):

A Agroecologia deve ser concebida como um paradigma científico caracterizado pelo enfoque holístico e abordagem sistêmica que pretende, entre outros fins, superar o modelo de desenvolvimento hegemônico fundado na monocultura, no latifúndio, na degradação ambiental, na exploração e exclusão social.

Para superação do modelo agrário-explorador, a Agroecologia passa a ser “[...] o único caminho da agricultura de futuro possível pela via da proteção das bases da nossa existência” (Almeida, 2023, p. 199), fomentada na produção e (re)criação dos camponeses, protagonistas centrais no desenvolvimento sustentável do campo. Nessa perspectiva, podemos dizer que há uma íntima relação entre a agricultura camponesa e a produção agroecológica, pois, os saberes dos camponeses acumulados pelas experiências de produzir e, ao mesmo tempo, respeitar todos os elementos que compõe o processo da produção, dão base e sustentação para a Agroecologia.

Julgamos relevante a distinção realizada por Saquet (2014, p. 132-133) entre agricultura camponesa com práticas agroecológicas e as práticas agroecológicas que contêm conhecimentos tradicionais do campesinato.

Nem toda agricultura camponesa é (agro)ecológica, mas as práticas (agro) ecológicas são camponesas, ou seja, não são empresariais, envolvendo conhecimentos, técnicas, tecnologias e princípios como a cooperação e a valorização do patrimônio ecológico e familiar bem como a organização política e luta num movimento de resistência à chamada Revolução Verde e à expansão do capital.

Nesse sentido, a Agroecologia cumpre um papel importante na construção da autonomia camponesa no Assentamento Roseli Nunes. Após a conquista da terra de trabalho, as famílias camponesas se reuniram e criaram a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), a fim de, implementar formas de produção em harmonia com a natureza nos princípios

da agricultura sustentável, da solidariedade e da cooperação. A ARPA foi um redesenho da Associação de Produtores Organizada na Agropecuária de Cáceres (ASPROAC), criada em 1997, por lideranças da ocupação na Fazenda Santa Amélia, localizada no município de Cáceres.

Atualmente, a sede da associação se encontra na Área Social Dezesete de Março no Assentamento Roseli Nunes. Devido a proporção tomada pela ARPA, a sua atuação se expandiu também a outros assentamentos rurais de Mirassol D'Oeste e de municípios da região, com ações coletivas direcionadas à autonomia, produção e comercialização.

A ARPA é instrumento político da luta camponesa, pois a luta pela terra gerou a luta pela produção de alimentos saudáveis para a permanência na terra com qualidade de vida, realizada em cooperação familiar. O integrante da coordenação da ARPA ressalta a ampliação da associação para inserir mais famílias assentadas:

Lá no acampamento nós já tínhamos uma produção, claro, sustentável, e a gente se alimentava desses produtos e também comercializava. Depois, conseguimos fundar a nossa associação aqui mesmo no Assentamento Roseli Nunes e também foi possível abraçar outros assentamentos da região e envolver mais famílias (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação da ARPA).

A ARPA desenvolve o projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” com a participação das famílias camponesas, o que reforça a associação ser referência, por organizar a produtividade em rompimento ao mercado capitalista.

Discutir e implementar formas de produção com bases tecnológicas sustentáveis, em harmonia com a natureza, antes, baseava-se nos princípios da agricultura sustentável ou, agricultura alternativa, terminologia usada à época e que hoje se definiu como agroecologia. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

A estratégia principal do projeto refere-se a implantação de quintais produtivos, mediante a organização coletiva dos assentados em negação ao individualismo dentro da terra conquistada pela Reforma Agrária para não ter que se subordinar ao capital, “[...]são grupos produtivos, de diferentes comunidades/assentamentos, da região vale do rio Jaurú, que produzem alimentos saudáveis, agroecológicos, podendo ser jovens, mulheres e homens, indiferente de gênero” (Entrevista cedida a Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

O projeto foi aprovado através da Chamada Pública 03/2020 do Programa *Redd Early Movers* (REM), cuja área de abrangência envolve sete municípios: Araputanga, Curvelândia, Cáceres, Mirassol D' Oeste, São José dos Quatro Marcos, Lambari D'Oeste e Porto Esperidião. A associação prioriza os produtos diversificados, de modo a gerar renda, autonomia e fortalecer

a agricultura camponesa. Conta com a participação aproximada de 60 famílias, distribuídos em 15 grupos produtivos. Existem 331 famílias no Assentamento Roseli Nunes, deste total, a ARPA conta com aproximadamente 30 associados até o momento. Essa situação revela o desafio interno de inovação nos processos produtivos.

Nós temos 15 grupos na ARPA, sendo aproximadamente 60 famílias. Estamos cadastrando todas essas famílias, até o momento tem 40 cadastros. [...] No assentamento Roseli Nunes, uma das localidades que a ARPA tem grupos produtivos, são pelo menos 30 sócios. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

Após a realização do cadastro, as famílias participantes recebem visitas técnicas da ARPA para o planejamento e implantação dos quintais produtivos com práticas agroecológicas, portanto, realizam com frequência, reuniões e formações juntamente aos grupos cadastrados (Figura 10).

Figura 10 – ARPA: reunião do projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo”



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

Para a organização econômica, realiza-se um desconto de 20% por cada produto vendido, esse valor arrecadado é uma contribuição destinada aos gastos da associação. Segue a descrição da dinâmica realizada entre o recebimento do produto e o pagamento pela produção.

Apenas é descontado das vendas de cada produto um valor de 20%, pois é uma ajuda para logística, gastos administrativos e de infraestrutura. Nós fazemos o registro dos produtos e da quantidade que foi entregue por cada associado e o preço também. Com a venda realizada, aí cada um recebe de forma justa equivalente a produção que

entregou para comercializar (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

A ARPA auxilia no processo de comercialização dos assentados, todavia, existe um padrão de exigências da ARPA que levam a inclusão ou a interrupção do grupo produtivo, caso o grupo não conduza a produção em um modelo sustentável, isso inclui a recuperação e o manejo do solo, a diversificação de produtos, conservação dos recursos hídricos, negação ao uso de fertilizantes químicos, entre outros critérios que são importantes para assegurar a qualidade dos produtos e o compromisso das famílias camponesas vinculadas no cadastro da Organização de Controle Social (OCS). A Lei nº 10.831/2003³⁶ permite a venda direta dos produtos agroecológicos sem certificação, nesse caso, ao se cadastrar nas Superintendências do Ministério de Agricultura e Pecuária (MAPA) e inserir todas as informações requeridas, será emitido um documento atestando a inserção da Associação na OCS, conforme a figura 11.

Figura 11 – ARPA: Declaração da Organização de Controle Social

	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Nº 002/2010
	Superintendência Federal de Agricultura do Mato Grosso	MT BR
Declaração de Cadastro de OCS		
<p>Declaro, para os devidos fins, que <u>ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PRODUTORES(AS) AGROECOLÓGICOS(AS) - ARPA</u> sediada a <u>PROJETO DE ASSENTAMENTO ROSELI NUNES</u> município de <u>MIRASSOL D'OESTE/MT</u> encontra-se cadastrada no <u>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</u> sob o número <u>002/2010</u> como Organismo de Controle Social estando autorizado a atuar no controle social na venda direta sem certificação, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.</p>		
 <small>Méd. Vet. Jean Keille Vieira Bif Fiscal Federal / Pecuária - Chefe Substituta Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuária - CPDAG/SPA/MT</small>		Várzea Grande, 22/11/2010.
Assinatura e carimbo do Responsável pelo cadastro		

Fonte: MATO GROSSO (2022b).

Portanto, o consumidor poderá garantir a credibilidade na compra de produtos com procedência agroecológica da ARPA, ao realizar a rastreabilidade do cadastro da associação

³⁶Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 29 nov. 2024.

fornecedora para verificar se há conformidade com as normas do regulamento ou também poderá solicitar a Declaração de Cadastro vinculado a OCS (Figura 12).

Figura 12 – ARPA: Declaração de produtor vinculado a OCS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura do Mato Grosso

Nº 007/2010
MT
BR

Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado a OCS

Declaro, para os devidos fins, que o (a) Sr. Miraci Pereira Silva estabelecido no Projeto de Assentamento Roseli Nunes, Município de Mirassol D'Oeste é produtor familiar orgânico cadastrado neste Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob número 07/2010, vinculado a Organização de Controle Social Associação Regional de Produtores Agroecológicos - ARPA, estando autorizado a comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

Cleiton Leonardo Nascimento de Souza
Cleiton Leonardo Nascimento de Souza
Agente de Atividades Agropecuárias
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento
Agropecuário - DPDAG/SFA-MT

Várzea Grande / MT, 09/08/2017

Fonte: MATO GROSSO (2022b).

Conforme os dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos³⁷, a ARPA possui trinta associados regulamentados na OCS com as suas declarações. Segue a listagem (Quadro 9) contendo o nome (abreviado) do associado e associada, os produtos comercializados por cada um e o município em que moram.

Quadro 9 – ARPA: associados cadastrados na OCS (2024)

ASSOCIADOS (AS)	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	MUNICÍPIO
A. C. C. S.	ALFACE, ALMEIRÃO, RÚCULA, POKAN, TOMATE CEREJA E CEBOLINHA	MIRASSOL D'OESTE
A. L. G. S.	MAMÃO FORMOSA, MARACUJÁ, MANGA, ABACATE E MANDIOCA	MIRASSOL D'OESTE
A. F. Q. S.	BANANA DA TERRA, BANANA NANICA, BANANA MAÇÃ, ABÓBORA, MILHO, QUIABO, MAXIXE, TOMATE CEREJA, ALMEIRÃO, SALSA, PIMENTA	MIRASSOL D'OESTE

³⁷A relação de produtores orgânicos de todo o Brasil com as respectivas organizações de controle encontra-se disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

	DE CHEIRO, LIMÃO ROSA E TAITI, PEPINO, BERINGELA, RÚCULA, POKAN, ALFACE E GOIABA	
A. P. S. M.	ALMEIRÃO, ABÓBORA, TOMATE CEREJA, LIMÃO ROSA, MAMÃO FORMOSA, MARGOTT, CARÁ E PEPINO	MIRASSOL D'OESTE
C. L. S.	ABÓBORA, MANDIOCA, ALMEIRÃO, BATATA DOCE, LIMÃO TAITI E ROSA	MIRASSOL D'OESTE
D. B. N.	BANANA DA TERRA, ABÓBORA, MELANCIA, MELÃO E MILHO VERDE	MIRASSOL D'OESTE
E. S. M.	ABÓBORA, MANDIOCA, LIMÃO ROSA, CARÁ, ALMEIRÃO, MAMÃO FORMOSA E TOMATE CEREJA	MIRASSOL D'OESTE
E. F. S.	MANDIOCA, MILHO, ABÓBORA E HORTALIÇAS	MIRASSOL D'OESTE
I. D. M.	MANDIOCA, ABACAXI, ABÓBORA E HORTALIÇAS.	MIRASSOL D'OESTE
J. G. S.	HORTALIÇAS, FRUTAS	MIRASSOL D'OESTE
J. L. P.	HORTALIÇAS, ABÓBORA, MANDIOCA, BANANA MAÇÃ, BANANA NANICA, MILHO VERDE, BATATA-DOCE E PEPINO.	MIRASSOL D'OESTE
L. A. S. G.	MARACUJÁ, LIMÃO ROSA, ABACAXI E MANDIOCA	MIRASSOL D'OESTE
L. A. S. G.	ALMEIRÃO, COUVE, LIMÃO TAITI E ROSA, PIMENTA DE CHEIRO, ALFACE E TOMATE CEREJA	MIRASSOL D'OESTE
M. A. P.	MANDIOCA, ABÓBORA, JILÓ, TOMATE CEREJA E MILHO VERDE	MIRASSOL D'OESTE
M. C. N.	ALFACE, ABÓBORA, ALMEIRÃO, RÚCULA, CEBOLINHA, SALSA E COENTRO.	CURVELÂNDIA
M. S. L. M.	MANDIOCA, ABÓBORA, BATATA-DOCE, PIMENTA DE CHEIRO, LARANJA, POKAN E MILHO VERDE	MIRASSOL D'OESTE
M. F. L.	ABOBORA, MANDIOCA, COUVE, LIMÃO TAITI E ROSA, PIMENTA DE CHEIRO, ALFACE E MILHO VERDE	MIRASSOL D'OESTE
M. C. M.	HORTALIÇAS, ABÓBORA, MANDIOCA, MAMÃO, BANANA NANICA, TANGERINA, MILHO, LARANJA E LIMÃO	MIRASSOL D'OESTE
M. P. S.	HORTALIÇAS, ABÓBORA, LARANJA LIMA, BANANA PRATA, LIMÃO, BATATA-DOCE, MILHO.	MIRASSOL D'OESTE
N. G. S.	HORTALIÇAS, ALFACE, RÚCULA, ALMEIRÃO, POKAN, TOMATE CEREJA, CEBOLINHA	MIRASSOL D'OESTE
O. R. P.	HORTALIÇAS, MANDIOCA, MILHO	MIRASSOL D'OESTE
P. V. S.	HORTALIÇAS, FRUTA	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
R. D. F.	HORTALIÇAS	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
R. C. C.	POKAN, ABÓBORA, MANDIOCA, MAXIXE E TOMATE CEREJA	MIRASSOL D'OESTE
S. A. C.	HORTALIÇAS, MANDIOCA, ABÓBORA, BANANA MAÇÃ, LIMÃO, BATATA DOCE E GADO LEITEIRO.	MIRASSOL D'OESTE
S. R. S.	ALMEIRÃO, ABÓBORA, COUVE, CEBOLINHA, MILHO VERDE, LIMÃO ROSA E JILÓ	MIRASSOL D'OESTE
S. B. S.	ABÓBORA VERDE, ABÓBORA, QUIABO, PEPINO E MAXIXE	MIRASSOL D'OESTE
S. T. R.	HORTALIÇAS, FRUTAS	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
V. G. S.	HORTALIÇAS, MANDIOCA, AMENDOIM, PIMENTA DOCE, MILHO VERDE, BATATA-DOCE E PEPINO.	MIRASSOL D'OESTE
V. R. S.	BANANA DA TERRA, ALFACE, ALMEIRÃO, RÚCULA, SALSA E CEBOLINHA	MIRASSOL D'OESTE

Fonte: Dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Organizado pela autora.

Há uma diversidade de produtos advindos da produção camponesa no Assentamento Roseli Nunes. Paulino (2006, p 112) explica que a diversificação na produção camponesa é uma estratégia de proteção contra os agentes do capital: “Assim, quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente”.

O cultivo dos associados está voltado à hortifruticultura, com destaque à produção de vegetais de raízes, verduras, legumes, grãos, frutas, ervas medicinais e ervas condimentares. Também realizam a produção de mudas (Figura 13) e sementes de diversas plantas nativas típicas da região mato-grossense.

Figura 13 – ARPA: Produção de Mudas



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

A comercialização dos grupos produtivos da ARPA realiza-se de forma diversificada, em feiras, mercados da região, por políticas públicas como o PAA e PNAE, entre outras formas de comercializar os produtos. As feiras podem ser comparadas às exposições de conhecimentos agroecológicos, protagonizadas por camponeses e camponesas, jovens e adultos, em espaços alternados que seguem um cronograma com dias e horários para as vendas dos produtos, dentro do próprio Assentamento Roseli Nunes, no pátio da Universidade do Estado de Mato Grosso Campus de Cáceres, onde acontece a Feira Solidária (FEISOL), e na Feira Municipal de Mirassol D’Oeste (Figura 14).

Figura 14 – Feira municipal de Mirassol D'Oeste (MT): Produtos da ARPA



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³⁸ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são políticas públicas sociais que fortalecem a produção camponesa, proporcionam autonomia e sustento no núcleo familiar. Nesse sentido, a ARPA acessa o PAA e o PNAE para comercialização dos produtos fornecidos pelos camponeses em mercados da região com preço justo e entrega alimentos nas escolas públicas para compor um cardápio saudável na merenda escolar.

Nesse sentido, a ARPA realiza o processo de separação dos produtos agroecológicos produzidos pelos grupos familiares (Figura 15) para atender as escolas públicas localizadas nas áreas urbana e rural do município de Mirassol D'Oeste e região, que compõem um público de estudantes da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

³⁸O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação adequada e saudável e incentivar a agricultura familiar. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-aquisicao-de-alimentos-2013-paa>>. Acesso em: 10 set. 2022.

Figura 15 – ARPA: separação de produtos agroecológicos



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

A alimentação é elemento prioritário à existência humana, logo deveria receber prioridade na elaboração de políticas públicas (Camacho, 2014). A aquisição de alimentos escolares diretamente da produção agroecológica, por meio do acesso ao PNAE, torna-se um apoio à geração de trabalho e renda camponesa, além da qualidade na alimentação escolar e de todos que consomem.

[...] a associação entrega seus produtos em 25 escolas públicas estaduais e municipais, são produtos variados de acordo com o cardápio, como batata doce, mandioca, abóbora, milho, tomate, alface, couve, cebolinha, tem frutas também, laranja, banana, melancia, abacaxi, e tem mais um monte de frutas, legumes e verduras (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Colaborador (a) da ARPA).

Se pararmos para analisar a merenda escolar oferecida aos alunos pertencentes às escolas públicas até o ano 2009, notaremos que antes do PNAE, a merenda era composta basicamente por bolachas industrializadas, sucos artificiais, alimentos enlatados, entre outros produtos de origem incerta e sem nenhum benefício nutritivo. Veremos, também, o quanto o cardápio oferecido ao consumo dos alunos mudou com a aquisição de produtos saudáveis, produzidos sem agrotóxicos, conseqüentemente, os estudantes podem fazer uma refeição mais

nutritiva no momento da merenda devido à procedência dos alimentos fornecidos às escolas, “[...] tem arroz, feijão, carne, salada, tem legumes também daqui do assentamento mesmo”.

Hoje em dia, a merenda tá mais completa, aqui na escola a gente sempre serve comida mesmo para os alunos, tem arroz, feijão, carne, salada, tem legumes também daqui do assentamento mesmo, porque, os alunos vêm dos sítios, aí alguns moram perto, outros mais longe, precisa comer uma merenda mais reforçada. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Colaborador (a) A da Escola Estadual Madre Cristina).

Fruto da luta camponesa e da conquista de apoio à produção e consumo, o PNAE e o PAA fomentam a comercialização das famílias associadas à ARPA, contribuindo na geração de renda no núcleo familiar e segurança alimentar³⁹ em promoção da saúde dos consumidores.

Hoje a ARPA atua na maioria de suas vendas nos programas institucionais (PNAE e PAA), venda direta aos consumidores através de cestas, para doação de alimentos em acampamentos e comunidades de imigração, vendas em mercados e feiras. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Colaborador (a) ARPA).

Regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, o PNAE é um importante programa que contribui na reprodução do campesinato, devido a destinação de 30% dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de produtos diretamente da agricultura familiar⁴⁰, a fim de fornecer alimentos saudáveis aos alunos de toda rede pública da educação básica, concomitante, com a geração de renda às unidades camponesas.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (Brasil, 2009, p. 04).

O PAA foi implementado em de 2 de julho de 2003 pela Lei nº 10.696 no Governo Lula, entretanto, o programa passou por um processo de reavaliação e atualização no ano de 2011, com alterações instituídas pela Lei nº 12.512, que compreende as seguintes finalidades:

I- Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;

³⁹Para Pimbert (2009) a conceituação de segurança alimentar, refere-se ao acesso a alimentação em quantidade e qualidade para todas as pessoas e em todos os dias.

⁴⁰A Lei nº 11.326/06 impõe os seguintes requisitos para definição de Agricultura Familiar: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

- II- Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III- Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV- Promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- V- Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI- Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII- Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (Brasil, 2011).

A consolidação do PAA e PNAE simboliza um avanço nas políticas do campesinato, pois, são instrumentos para a inclusão social dos camponeses no mercado e geração de autonomia econômica e política (Reis, 2018). No entanto, esses dois programas incomodam o grande capital agrário, por serem políticas públicas de fortalecimento do campesinato e estarem relacionados a Agroecologia, que se apresenta como um novo paradigma de produção sustentável, logo, a operacionalização do PAA e PNAE ainda requer aprimoramento para um benefício maior à produção de alimentos saudáveis com vias de comercialização, de modo a gerar renda às famílias camponesas, inclusive, à população juvenil do campo.

4.4 OS BLOQUEIOS DO CAPITAL À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

[...] lutar pela terra é central, mas não suficiente. É preciso buscar as condições que permitam permanecer na terra, o que inclui lutar para mudar o que impede a permanência nela e a vida com dignidade (Dalmagro, 2010, p. 164).

Iniciamos este subcapítulo com a citação de Dalmagro (2010), que nos instiga a refletir que o ato de conquista da terra não significa ser o fim da luta, ao contrário, inicia-se um novo tempo, o tempo de construir, formar o sítio, edificar a casa e cultivar a terra.

Nos sítios do Assentamento Roseli Nunes existem muitas variedades de produtos, em virtude da grande quantidade de árvores frutíferas cultivadas nos próprios quintais, que são comercializados pelas famílias em mercados e feiras, conforme relato do (a) jovem camponês:

No sítio dos meus pais, a gente planta de tudo que consegue, é uma variedade de coisas porque a gente aproveita cada espacinho do terreiro pra plantar árvores, cria galinhas, tira os ovos, faz horta, fazemos pães, biscoitos. E a gente vende tudo também, leva pra cidade, entrega nos mercados, vende na feira, dá uma renda boa pra continuar vivendo aqui. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 7).

Para Almeida (2007, p. 08), “a criação tem a função de garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista”, nesse sentido, a produção diversificada de verduras, legumes, frutas, ovos, leites, queijos, pães, doces, temperos, e, criação de animais, são fundamentais ao autoconsumo da família e para gerar renda à unidade camponesa com a venda da produção.

Figura 16 – Assentamento Roseli Nunes: criação de animais



Fonte: Trabalho de campo, 11 jul. 2023. Foto: da autora (2023).

No Assentamento Roseli Nunes, há também criações de galinhas, porcos, gado de corte, e, vacas leiteiras, as quais uma parte se tiram o leite para consumo da unidade familiar, e a outra parte destina-se ao laticínio de empresa privada. Conversamos com o sitiante do Assentamento Roseli Nunes, criador (a) das vacas leiteiras expostas na figura 16. Em sua fala, notamos o controle do capital ao determinar o preço a ser pago pelo produto do camponês, que precisa vender para compor a renda familiar e suprir as necessidades do sítio.

A produção minha aqui e de várias outras pessoas também, nós entrega pra uma empresa particular, então a gente tem um ponto de colocar, que é os resfriador né, aí a gente coloca nesse ponto dos resfriador, aí a cada dois dias o leiteiro pega, leva pra indústria. Então, aí eles paga por litro. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês C do Assentamento Roseli Nunes).

O capital procura “brechas” para adentrar a propriedade camponesa, isso ocorre via apropriação dos frutos do trabalho do camponês. Trata-se de uma apropriação da renda camponesa gerada a partir de relações não-capitalistas de produção. Vicini (2019, p. 27) explica que:

É inevitável que o capitalismo entre no campo, em propriedades camponesas, pois o capitalismo é em si contraditório e cria seus liames para se expandir e uma das formas de expansão é a produção capitalista assentada em relações não capitalistas de produção, ou seja, o capital age combinando os elementos não capitalistas que encontra no campesinato.

Desse modo, ocorre a reprodução do capital por empresas capitalistas sem a expropriação ou exploração direta do camponês, o que temos é a subordinação da renda camponesa ao capital – ou seja, a riqueza da terra escorre para as mãos dos capitalistas, para fazer do camponês um dependente sem desapropriá-lo dos meios de produção. Camacho (2014) explica que nesse processo acontece a recriação das relações camponesas a partir dos ditames do capital, pois o camponês entrega o produto do seu trabalho ao capitalista.

Por outro lado, para inserir o produto do camponês no mercado sem estar subordinado ao capital e não perder a sua autonomia, torna-se primordial, a efetivação de políticas públicas sociais de fortalecimento da agricultura camponesa, de modo que o camponês consiga fugir das amarras do capital.

Para Altieri (2008), os programas e projetos que contemplam a agricultura camponesa precisam ter ênfase, primordialmente, no alcance dos seguintes resultados: a) Melhorar a qualidade de vida daqueles que produzem ecologicamente em pequenas propriedades, ou até mesmo, em terras marginais; b) Aumentar a produtividade com a inserção de tecnologias de baixo custo; c) Promover a geração de renda e trabalho.

Os dados do INCRA dos orçamentos e cortes nas políticas sociais do campo entre os anos 2015 a 2018, conforme a tabela 5, expõem as mudanças no cenário político e econômico do Estado visando o desmonte da agricultura camponesa.

Tabela 5 – Políticas sociais no campo: orçamentos e cortes (2015-2018)

Políticas Sociais	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)	Corte 2017/2018 (%)
Reforma Agrária	800.000.000	333.401.507	257.023.985	34.291.966	86,7
Assistência Téc. Rural (Ater)	355.367.085	199.571.831	85.403.462	12.636.521	85,2
Crédito Fundiário	54.737.073	19.708.555	24.809.989	5.128.000	79,3
Educação no Campo	32.550.000	27.027.196	14.800.000	2.053.682	86,1
Assentamentos	261.394.900	168.218.894	242.524.796	73.349.622	69
Ater – Agricultura Familiar	607.367.389	205.967.667	235.221.780	133.221.789	43,4
PPA	32.843.942	13.682.203	11.484.028	3.294.750	71,3

Fonte: Dados do INCRA (2018). Adaptação: Balbuena (2020).

Se compararmos os dados quantitativos de 2015 aos anos de 2016, 2017 e 2018, notaremos que os recursos destinados às políticas sociais para os trabalhadores do campo sofreram consideráveis recuos em seus valores. Em 2015 foram 800 milhões destinados à Reforma Agrária no último governo da ex-presidente Dilma Rousseff, nos anos posteriores, os recursos caíram tanto que atingiram um saldo de 34,2 milhões nesta política de distribuição de terras, estes cortes representaram 86,7% para a Reforma Agrária no país entre o biênio de 2017 a 2018, período gestado pelo ex-presidente Michel Temer, após o golpe parlamentar de 2016.

Em meio a este desmonte institucional, coube aos moradores do Assentamento Roseli Nunes desenvolver estratégias para permanecer na terra de trabalho. A redução dos recursos interfere no processo de permanência do camponês e de toda a população tradicional, perante à terra de vida, impacta diretamente o campo e àqueles sujeitos que sustentam sua família com os frutos da terra.

As políticas públicas voltadas aos camponeses são primordiais à sua territorialização. Portanto, diante dessa redução drástica dos recursos pelo Estado, compreendemos que houve uma verdadeira paralisia orçamentária, objetivando abandonar a própria sorte a população do campo. O cenário de desmonte da agricultura camponesa iniciado no ex-governo de Michel Temer, deu sequência no governo conservador do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Porém, mesmo com a recusa estatal em priorizar recursos destinados às políticas públicas sociais do campo – com a intenção de esvaziar o espaço agrário no país, as unidades familiares camponesas seguem resistindo, com ações de oposição à lógica do capital e se (re)criam por meio da produção agroecológica, pois, lutar contra o capital é uma forma de resistência (Fernandes, 2001).

Em contraposição ao sistema de produção capitalista, os camponeses do Assentamento Roseli Nunes se ajudam nas ações cotidianas, lutam na terra para garantir a sua (re)criação, e assim, seguir com a produção agroecológica por meio da ARPA e de outras formas de resistência dentro das comunidades tradicionais camponesas. Nesse embate, mobilização, enfrentamento e resistência, são palavras que caracterizam o Assentamento Roseli Nunes na defesa contra a territorialização do capitalismo no campo, pois, “para resistir é preciso defender-se” (Almeida, 2003a, p. 290). Conscientes que a luta não se encerra após a conquista do assentamento, as famílias assentadas no Roseli Nunes se defendem das ameaças de expropriação por parte do capital, sobretudo, à inviabilidade da produção agroecológica.

No âmbito dessas ameaças do capital, no ano de 2010 ocorreu a identificação de jazidas de minerais realizada pela empresa Brasil Exploração Mineral S.A (BEMISA), controlada pelo Grupo *Opportunity* pertencente ao banqueiro de ativos minerais Daniel Dantas. A notícia foi anunciada na época pelo ex-governador de Mato Grosso Sival Barbosa (2010-2015) que caracterizou a região de Mirassol D’Oeste como um “novo pré-sal” - termo associado à descoberta de 450 milhões de toneladas de fosfato e 11 bilhões de toneladas de ferro⁴¹, localizado na área rural do município, inclusive se encontra também em áreas de assentamentos rurais, sendo esses, o Assentamento Roseli Nunes, Assentamento Santa Helena e Assentamento Silvio Rodrigues.

Alguns meses após o anúncio das jazidas de minérios, os assentados foram comunicados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre a possibilidade de expropriação da terra para fins de exploração mineral (Malerba, 2014). No ano de 2013 a BEMISA conseguiu um aval de liberação⁴², junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em Brasília, para extração do minério de ferro.

Na tentativa de desterritorializar os camponeses para expansão do capital, o grupo BEMISA pressionou os assentados com promessas de altos preços na compra de terras nos assentamentos, a fim de convencê-los a vender o seu chão de morada, conquistado a tanta luta. De acordo com o (a) educador (a) do campo da Escola Estadual Madre Cristina, que lecionava no ano de 2013: “A mineração estava batendo muito forte na porta dos assentados. O pessoal estava indo nos lotes, conversando com os assentados pra comprar os lotes, prometendo valores

⁴¹Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2010/09/mato-grosso-descobre-jazida-com-115-bi-t-de-minerio-6.html>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

⁴²Disponível em: <<https://mirassoldoeste.mt.gov.br/noticia/bemisa-consegue-licenca-a-para-retomar-explora-a-o-de-jazida-de-mina-rios-na-serra-do-caeta-em-mirassol-1667872695>>. Acesso em: 10 set. 2023.

exorbitantes” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 15 ago. 2023. Educador (a) do campo 5 do EMIEP em Agroecologia).

A estratégia de comprar as terras dos assentados para depois auferir renda da terra na especulação fundiária é por parte das ações de acumulação da empresa de minério, ou seja, faz parte do processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo: acumular via lucro e renda da terra. Oliveira (1990, p. 12) é pertinente ao explicar que o capital age de inúmeros formas para explorar os camponeses e obter renda capitalizada: “[...] pois assim ele, (o capital) pode subordinar a produção do tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra”.

Existe uma grande preocupação por parte dos assentados, não somente pelo impacto ambiental em decorrência da exploração de minério, mas, sobretudo, à saúde humana, à continuidade da vida. Portanto, seguem em luta para manter o Assentamento Roseli Nunes livre de mineração e, coletivamente, se organizam para discutir sobre o problema. Situação relatada pela camponesa:

O que o pessoal fez naquela época? Fez que o pessoal não concordava explorar minério dentro da área do assentamento, aí o pessoal se revoltou, todo mundo se revoltou, aí parou-se aquele assunto. Tem muito tempo que a gente não vê falar, agora, o que eu não posso informar se foi negado ou não né, mas tá tudo quieto, tá tudo em silêncio agora, até no momento. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponesa B do Assentamento Roseli Nunes).

Percebemos a persistência dos assentados ao resistir à pressão da empresa BEMISA exploradora de minério que em aliança com o Estado tentou expropriar os camponeses da terra de trabalho conquistada a duras lutas. O que essa corporação capitalista não esperava, era a força e união dos assentados, que coletivamente enfrentaram o sistema capitalista e reivindicaram aquilo que os pertence institucionalmente, a terra - igualmente como fizeram no início dessa luta para conquista da terra de trabalho familiar.

Nas ações de mobilização dos assentados, ocorreu a elaboração comunitária da “Carta do Assentamento Roseli Nunes: a luta por um território livre”⁴³, escrita pelos próprios sujeitos que vivem e trabalham na terra de Reforma Agrária, com a finalidade de expor os conflitos que colocam em risco a vida na comunidade.

Como não bastasse os impactos provocados pelo avanço do agronegócio, que nos acua cada vez mais, surge outro para nos aterrorizar, a Mineração. ‘Uma pratica que não condiz com a nossa realidade, que vai degradar a nossa terra e tirar a vida do nosso povo’. A ameaça da implantação de um projeto de Mineração dentro da área do assentamento vem nos tirando o sono, e causando transtorno para as famílias que

⁴³A “Carta do Assentamento Roseli Nunes: A luta por um território livre” encontra-se no Anexo 3 desta tese.

temem pela perda do seu território [...] (TRECHOS DA CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES-MT, 2017).

Houve também a edição de vídeos produzidos pela FASE, com o intuito de mostrar à sociedade os benefícios proporcionados pela terra e pelo trabalho na terra. “Manter o Assentamento Roseli Nunes livre de mineração é contribuir com a proteção da biodiversidade e com o direito dos assentados de permanecerem na terra”, são palavras expostas no vídeo “Mineração, Não! Nosso território, Sim!”⁴⁴. Os vídeos foram reproduzidos à sociedade, a fim de expor as aflições dos assentados diante da possibilidade de exploração mineral na região pela corporação BEMISA, empresa que opera sob a lógica mercantil da “terra de negócio”, conceito explicado por Oliveira (1982, p. 15): “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em negócio, em terra de exploração do trabalho alheio”. Tal processo visa o modelo de produção capitalista (terra de negócio), antagônico ao que se produz no assentamento (terra de trabalho), este embate gerou incerteza na comunidade assentada sobre a continuidade (ou não) da vida na terra de trabalho, que foi conquistada por meio da Reforma Agrária.

Para se contrapor à ofensiva do minério e denunciar as consequências do modelo produtivo de extração de riquezas, realizou-se no Assentamento Roseli Nunes a “Semana de imersão contra a mineração”, um evento de debate público que mostrou os impactos acarretados com a possível instalação da empresa mineradora na região de Mirassol D’Oeste-MT (Soares, 2020; Ribeiro, 2017).

No momento, as ações de exploração da BEMISA no Assentamento Roseli Nunes estão paralisadas, conforme a fala do camponês do assentamento: “[...] o tempo foi passando, aí parece que aquele assunto, pelo menos a movimentação, aqueles argumentos que o povo usava, parece que acabou, tá tudo em silêncio agora”.

Naquela época teve aquela movimentação, aquele converseiro todo né? Aí foi indo, o tempo foi passando, aí parece que parou aquele assunto, pelo menos a movimentação, aqueles argumentos que o povo usava, parece que acabou, tá tudo em silêncio agora. Até aonde era o escritório dela em Mirassol, lá já não tem mais nada, sabe? Eu lembro que o escritório dela era lá, que ela ia explorar em outra área próximo do Silvio Rodrigues também, que é outro assentamento. Mas, assim, se foi negado ou não, a gente aqui dentro do assentamento não sabe a certeza. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponês C do Assentamento Roseli Nunes).

Há também atuação de outras empresas da agricultura capitalista que cercam a comunidade e inviabilizam a produção agroecológica das famílias assentadas, devido ao uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e dessecantes utilizados no monocultivo da cana-de-

⁴⁴Vídeo produzido no Assentamento Roseli Nunes: “Mineração, Não! Nosso território, Sim!”. Disponível em: <<https://territorioslivres.org/criticas-ao-modelo-mineral/video-mineracao-nao-nosso-territorio-sim/>>. Acesso em 26 mai. 2023.

açúcar⁴⁵, como a Destilaria Novo Milênio pertencente a Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Rio Branco (COOPERB), que possui plantações de cana-de-açúcar em larga escala nos arredores do Assentamento Roseli Nunes (Figura 17), uma problemática que acarreta em prejuízos à produção agroecológica. Dessa forma, citamos Paulino e Almeida (2010, p. 58) para sintetizar este conflito territorial: “De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa!”.

Figura 17 – Mirassol D’Oeste (MT): plantação de cana-de-açúcar próximo ao Assentamento Roseli Nunes



Fonte: Trabalho de campo, 03 nov. 2023. Foto: da autora.

A expansão acelerada do capital no campo brasileiro colocou o país como maior produtor mundial de açúcar, o destaque na Safra 2023/2024 com estimativa de produzir de 652,9 milhões de toneladas de cana-de-açúcar é um aumento significativo de 6,9% em relação à Safra anterior (2022/2023). Apresentamos os dados na tabela 6 com um panorama geral de

⁴⁵O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. Conforme os dados da Companhia Nacional De Abastecimento – CONAB, a estimativa da safra brasileira 2022/23 de cana-de-açúcar deve alcançar 572,9 milhões de toneladas e na região centro-oeste a previsão é alcançar 129,97 milhões de toneladas, 2,2% maior que a obtida na safra anterior. Já para Mato Grosso, a projeção é que sejam colhidas 15,4 milhões de toneladas.

previsão que se tinha para a Safra 2023/2024⁴⁶ na cultura canavieira no país, especificado por regiões brasileiras e Unidades Federativas.

Tabela 6 – Brasil: área, produtividade e produção de cana-de-açúcar (2022/2023/2024)

Região/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %	Safra 2022/23	Safra 2023/24	VAR. %
NORTE	47,3	48,5	2,6	80.862	83.809	3,6	3.823,0	4.067,0	6,4
AM	3,8	3,9	0,3	56.653	71.484	26,2	218,0	276,0	26,6
PA	15,5	16,4	5,8	79.131	79.949	1,0	1.227,0	1.311,0	6,8
TO	27,9	28,3	1,2	85.160	87.732	3,0	2.378,0	2.480,0	4,3
NORDESTE	871,7	893,4	2,5	64.313	62.342	(3,1)	56.060,7	55.695,7	(0,7)
MA	28,3	29,9	5,8	76.231	76.944	0,9	2.158,1	2.304,3	6,8
PI	21,2	20,5	(3,3)	68.866	69.319	0,7	1.459,0	1.420,0	(2,7)
RN	66,1	66,9	1,1	55.370	54.468	(1,6)	3.662,3	3.643,8	(0,5)
PB	117,6	118,4	0,7	62.080	54.541	(12,1)	7.302,4	6.459,2	(11,5)
PE	237,4	236,7	(0,3)	61.510	58.163	(5,4)	14.605,0	13.764,9	(5,8)
AL	304,3	315,5	3,7	65.197	64.703	(0,8)	19.841,1	20.411,4	2,9
SE	39,6	39,6	-	59.929	56.780	(5,3)	2.375,2	2.250,4	(5,3)
BA	57,0	65,9	15,5	81.695	82.605	1,1	4.657,7	5.441,8	16,8
CENTRO-OESTE	1.767,5	1.785,9	1,0	74.422	78.915	6,0	131.539,2	140.933,3	7,1
MT	174,7	200,6	14,8	90.883	97.231	7,0	15.876,6	19.503,8	22,8
MS	636,0	648,1	1,9	70.174	75.206	7,2	44.627,1	48.744,6	9,2
GO	956,8	937,2	(2,1)	74.241	77.559	4,5	71.035,4	72.684,8	2,3
SUDESTE	5.127,1	5.194,0	1,3	75.629	77.919	3,0	387.755,3	404.710,0	4,4
MG	896,4	955,9	6,6	78.686	81.721	3,9	70.537,9	78.114,9	10,7
ES	47,5	49,6	4,4	58.082	60.521	4,2	2.759,7	3.002,3	8,8
RJ	35,5	35,5	-	44.442	44.272	(0,4)	1.578,2	1.572,2	(0,4)
SP	4.147,6	4.153,0	0,1	75.436	77.539	2,8	312.879,5	322.020,6	2,9
SUL	475,4	488,5	2,8	65.115	64.859	(0,4)	30.953,1	31.686,6	2,4
PR	475,4	488,5	2,8	65.115	64.859	(0,4)	30.953,1	31.686,6	2,4
NORTE/NORDESTE	919,0	941,9	2,5	65.165	63.448	(2,6)	59.883,7	59.762,7	(0,2)
CENTRO-SUL	7.369,9	7.468,4	1,3	74.661	77.303	3,5	550.247,6	577.329,9	4,9
BRASIL	8.288,9	8.410,3	1,5	73.609	75.751	2,9	610.131,4	637.092,6	4,4

Fonte: CONAB (Estimativa em agosto/2023).

⁴⁶Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar/item/download/47193_22dfa86f63aa61cd8e405419b30d9262>. Acesso em: 28 nov. 2023.

De acordo com os dados da CONAB, o estado de Mato Grosso contou com 194,2 mil hectares de cana-de-açúcar, e uma produção estimada a 16.959,2 toneladas na Safra 2023/2024. O que vemos é o capital se apropriando de extensas propriedades rurais e a função social da terra, como morada da vida e produção de alimentos, se torna irrelevante perante as toneladas de produtividade.

A expansão da agricultura capitalista afeta o sistema alimentar, agride a saúde de todos os seres, degrada a natureza e fragiliza holisticamente o ecossistema, concomitantemente, essa expansão gera um aumento expressivo no uso de agrotóxicos. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA), no ano de 2020 foram comercializados 142.738, 855 quilos em agrotóxicos no estado de Mato Grosso⁴⁷. Diante desta realidade, Stédile (2006, p. 17) afirma: “[...] O uso intensivo de agrotóxicos aplicados irresponsavelmente, combinado com monocultura, destrói a biodiversidade e compromete os recursos naturais para as gerações futuras”.

A monocultura canavieira estabelecida nos arredores do Assentamento Roseli Nunes, representa uma ameaça à produção agroecológica, coloca em risco a saúde humana, a alimentação e, tão logo, a existência do território camponês. Outros impactos negligenciados pelo plantio da cana-de-açúcar referem-se aos incêndios criminosos e a vinhaça, utilizada como fertilizante no cultivo, no entanto, possui elevado potencial de poluição ao solo e aos recursos hídricos.

O odor do veneno chega até os sítios através das pulverizações de aviões agrícolas que sobrevoam as lavouras dos latifúndios estabelecidos nos arredores da comunidade: “[...] A gente até sente o cheiro do veneno, é muito forte”.

Muita coisa que a gente plantava antes, agora nem vai pra frente mais. Querendo ou não, quando o avião faz a volta pra aplicar na lavoura de cana, tem agrotóxico pesado que acaba caindo na horta. A gente até sente o cheiro do veneno, é muito forte. Aí mata tudo, queima as folhas das verduras. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponês F do Assentamento Roseli Nunes, 2023).

Já pensamos em parar de mexer com hortaliças, mas é a forma de continuar tendo a nossa renda e continuar aqui no Assentamento, só que é difícil com tanta cana em volta. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponesa G do Assentamento Roseli Nunes, 2023).

Nós já sentimos na pele o que os agrotóxicos causam na saúde das pessoas. Direto tem algum vizinho reclamando de dor de cabeça, diarreia, vômito, falta de ar. Eu mesmo já senti tudo isso e a gente sabe que é dos produtos que eles jogam na lavoura de cana, acaba chegando aqui, faz um mal grande pra planta, para os animais e pra gente, principalmente. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 12).

⁴⁷Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_agrotoxico_2022.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2024.

Esse cenário de violência no solo e no ar acarreta um potencial de danos à produção agroecológica – fonte de alimentos saudáveis e geração de renda, logo, ocasiona o acirramento de conflitos socioambientais e a expropriação das comunidades tradicionais, resta eles não se calarem, denunciando a contaminação de seus territórios e o conluio do Estado com o capital em favor da implementação do modelo hegemônico de produção.

Como salientamos, as famílias do Assentamento Roseli Nunes, cultivam uma diversidade de produtos e criam animais em seus sítios, algumas são também integrantes dos grupos produtivos da ARPA, usam os seus quintais para produzir alimentos saudáveis destinados ao autoconsumo e à comercialização nas feiras agroecológicas, em mercados da região, escolas públicas e programas sociais. Por outro lado, nos arredores do Assentamento Roseli Nunes, o monocultivo canavieiro reproduz injustiças socioambientais denunciadas pelo integrante da ARPA:

A sede da ARPA se localiza pelo menos 7 km o mais próximo dessas monoculturas, mas existem grupos produtivos que estão mais próximos, alguns com 200 metros, muitos produtos não são possíveis cultivar devido à grande aplicação de agrotóxicos, por pulverização aéreas, nas plantações de cana de açúcar. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Colaborador (a) e associado (a) a ARPA).

Nessa ótica, fica explícito que as empresas monocultoras estabelecidas no entorno da comunidade têm atrapalhado a produção agroecológica. A regulamentação estadual que trata do uso e fiscalização de agrotóxicos alcançou maiores flexibilizações em Mato Grosso para atender aos interesses da agricultura capitalista, a exemplo do Projeto de Lei nº 1.833/2023⁴⁸ aprovado em primeira votação, que estabelece a redução de 300 metros para 25 metros de distância mínima das povoações, cidades, vilas, mananciais, moradia isolada, agrupamento de animais e nascentes, para pulverização de agrotóxicos em áreas terrestre e afins.

Portanto, não se trata de harmonia territorial entre o latifúndio produtivo e as unidades de produção camponesas, na verdade é uma realidade conflituosa de disputa territorial, em que a acumulação de capital feita pelos latifundiários e capitalistas é hegemônica, o desrespeito aos limites territoriais na tentativa de “engolir” a comunidade é constante, devido à grande quantidade de agrotóxicos pulverizados nas plantações de cana-de-açúcar, por meio de tratores e aviões agrícolas, que contaminam e prejudicam a produção agroecológica dos camponeses. Sem dúvida, o objetivo maior é gerar silenciosamente a expulsão do campesinato.

⁴⁸Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/cp/20230905084229170100.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

Essa indignação e tantas outras estão escritas, denunciadas e documentadas na “Carta do Assentamento Roseli Nunes/MT: A luta por um território Livre!⁴⁹”, neste documento as famílias assentadas mencionam sobre as contínuas pulverizações aéreas e terrestre de agrotóxicos, fazendo com que a produção agroecológica seja constantemente contaminada.

Hoje, o assentamento se encontra ameaçado de extinção pelo modelo de fazer agricultura imposto pelo agronegócio, que nos pressiona de todos os lados, que tem como base de produção a monocultura, o avanço da fronteira agrícola, o uso intensivo de agrotóxicos e o mau uso do solo. Isso vem dificultando a cada dia a permanência dessas famílias neste território. [...] Apesar de todos esses impactos vivenciados, permanecemos aqui e continuamos firmes na proposta de produzir alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos e transgênicos, para nossa sobrevivência e ainda matar a fome de outras famílias. Mas toda essa nossa resistência e persistência em fazer uma agricultura para a vida se encontra ameaçada [...] (TRECHOS DA CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES-MT, 2017).

A luta pela permanência do campesinato perpassa por distintas conjunturas “[...] manifestando-se tanto como sujeito político, na reivindicação e apropriação das políticas públicas, como na resignação diante da aliança estado-capital” (Silva; Almeida, 2014, p. 99). Desse modo, vemos a ação militante dos sujeitos assentados que não aceitam as imposições da agricultura capitalista, contraditoriamente, produzem resistência pelo caminho agroecológico visando a conservação da terra de trabalho, a renda e o futuro via permanência da juventude no campo. Mesmo com tantos bloqueios, os camponeses buscam se manter na terra e resgatam a dinâmica organizativa da Agroecologia e da produção diversificada como escudo, e na luta política denunciam seus opositores para dar visibilidade a sua existência e contornar os cercos do capital.

Ao finalizar esta contextualização de formação e atuação do Assentamento Roseli Nunes como espaço político, portanto, de luta permanente contra as classes dominantes, concluímos que a Agroecologia é uma forma de resistência dos camponeses no âmbito do trabalho e da produção, todavia, a ameaça não cessa, sobretudo, porque o agronegócio não coaduna com a produção agroecológica.

Diante do processo de disputa territorial contra a hegemonia capitalista, nos posicionamos na defesa do modelo produtivo da Agroecologia e da Educação do Campo, como caminhos de emancipação dos sujeitos sociais que lutaram pela terra de Reforma Agrária Roseli Nunes e, constantemente, se organizam para resistir e (re)criar no campo. Portanto, colocamos em discussão no próximo capítulo, a consolidação da Escola Estadual Madre Cristina, o seu papel educativo na organização de ações para a permanência do núcleo familiar no

⁴⁹Disponível no item Anexo 3 desta tese.

assentamento e, as contribuições das práticas educacionais consoantes ao modo de produzir na perspectiva agroecológica, como possibilidades de mudança social antagônica à produção capitalista.

CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA E A AGROECOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR: UMA DISPUTA DE PROJETOS PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO

A Educação do Campo se contrapõe ao agronegócio porque este é predador e explorador, desterritorializa e mata camponeses, produz agroecossistemas simplificados em seus latifúndios de monocultura, desterritorializando a cultura camponesa para a produção de commodities. Em seu lugar os movimentos socioterritoriais camponeses propõem a territorialização da agricultura camponesa, da Reforma Agrária, da agroecologia popular, da soberania alimentar etc. Por isso, a Educação do Campo é instrumento de combate ao agronegócio-latifundiário e de auxílio à territorialização de um modelo popular de agricultura, valorizando o trabalho, a economia e a cultura camponesa (Camacho, 2019, p. 70-71).

Iniciamos este debate com a reflexão de Camacho (2019) que vai ao encontro da intencionalidade deste capítulo, qual seja, contextualizarmos a Educação do Campo e a Agroecologia enquanto instrumentos de luta do campesinato contra a territorialização do capital, logo, essa relação intrínseca entre a Educação do Campo e a produção agroecológica são também, caminhos de (re)criação e permanência da juventude camponesa.

Ressaltamos a importância dos movimentos sociais atuantes na luta por Educação no/do Campo de qualidade aos sujeitos que vivem e trabalham na terra. Enfatizamos dois eventos nacionais que resultaram na formulação de políticas públicas em escala federal direcionadas ao setor de Educação do Campo: o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) e a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Posteriormente, realizamos um levantamento para identificar as políticas de Educação do Campo no estado de Mato Grosso. E neste cenário, evidenciamos a trajetória de formação da Escola Estadual Madre Cristina localizada no Assentamento Roseli Nunes e sua importância à promoção da Agroecologia como práxis pedagógica na grade curricular, componente educacional fundamental na dinâmica de permanência da juventude no campo. Nas subseções, inserimos as narrativas de educadores e colaboradores da Escola Estadual Madre Cristina, e de jovens camponeses egressos do EMIEP em Agroecologia.

5.1 EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO: PAUTA DE LUTA DO CAMPESINATO

‘Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola [...]’
(Não vou sair do campo - Gilvan Santos).

Nesta subseção iniciamos com a letra da música “Não vou sair do campo”, uma composição de Gilvan Santos que nos instiga a refletir sobre a importância da Educação do Campo como resistência do campesinato, pensada e organizada a partir das lutas dos trabalhadores da terra. Corroborando com essa concepção, Fernandes (2002, p. 67) escreve sobre a necessidade do acesso à escola a partir da realidade vivida dos povos do campo, no sentido de construir uma identidade.

Nosso pensamento é defender o direito de uma população que pensa o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que mora, vive, ou melhor, ainda a partir da sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

A formação dos sujeitos que trabalham e vivem no campo, necessariamente, precisa ser vinculada à sua cultura, ao seu modo de vida, ou seja, o trabalho com a terra e a cultura entrelaçados. Nessa perspectiva, o processo construtivo da Educação do Campo é proposto por Camacho (2014) a partir de três prioridades: qualidade, especificidade e emancipação. De acordo com o autor, a população do campo, historicamente, sofre com a desigualdade e a exclusão social, portanto, a oferta educacional deve priorizar índices qualitativos e desenvolver uma proposta emancipatória, posicionada contra a territorialização do capital e contextualizada na luta política do campesinato.

A construção da Educação do Campo passa pelo embasamento teórico da pedagogia freiriana. Nas análises de Paulo Freire, o sujeito, ao tomar consciência da condição de oprimido, buscará caminhos revolucionários para se libertar da opressão. Essa reflexão está engendrada na Pedagogia Libertadora, “[...] é a pedagogia que vai contra as classes e grupos dominantes. Não se trata de uma pedagogia para o oprimido, mas uma pedagogia construída dialogicamente com ele para a sua autoemancipação” (Camacho, 2014, p. 377).

Na educação, o homem é parte do processo construtivo e não pode ser um alienado do sistema educacional. Para Freire (1967, p. 44), a consciência crítica permite ao homem a posição de um ser ativo para transformar a sua realidade: “[...] saliente-se a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação [...]”.

Uma maneira de superar a condição de oprimido, diz respeito a organização dos sujeitos em defesa da mudança social, com propostas de libertação daquilo que os aprisionam na estrutura da contradição opressor-oprimidos. Conforme Freire (1987, p. 26):

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter, nos próprios oprimidos que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. [...] Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.

Em virtude da restauração da democracia no Brasil ocorrida nos finais dos anos 1980, depois de um longo período de governo ditatorial e autoritário, promulgou-se a Constituição Federal de 1988, denominada também de Constituição Cidadã. Destacamos o artigo 205 da Constituição, nele há referência à educação como direito de todos, nesse caso, subentende-se o direito de acesso à educação independente do indivíduo viver no campo ou na cidade. Todavia, as limitações na efetivação desse direito constitucional do cidadão, produto da omissão do Estado são até hoje sentidas pelos sujeitos que vivem e trabalham na terra.

Camacho (2024b, p. 59) comenta sobre a estrutura social desigual que excluí a classe oprimida em benefício da classe dominante.

Na sociedade capitalista, a leitura e a escrita são instrumentos de status/poder, quase sempre consideradas um privilégio da classe burguesa, por isso, conseqüentemente as classes e grupos sociais oprimidos tem poucas oportunidades de dominar os códigos da cultura letrada.

A construção da educação que prioriza os trabalhadores do campo nasce entrelaçada às lutas pela Reforma Agrária, mediada nas pautas reivindicatórias por educação de qualidade aos povos do campo. Segundo Molina (2015, p. 381):

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida.

Nesse sentido, as ações por terra e escola fazem parte da mobilização, sobretudo, na organização política e pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: “[...] a educação é uma das dimensões da formação, no sentido amplo da formação humana e do quadro organizativo e para o conjunto das lutas dos trabalhadores” (MST, 1996, p. 8).

Na construção de suas instâncias, o MST organiza os setores⁵⁰ de atividades. Cada setor tem a sua finalidade, no entanto, cabe aqui destacarmos o Setor de Educação, um grande aliado da luta pela terra, centralizado na formação das escolas de acampamentos e assentamentos

⁵⁰A estrutura organizativa do MST é composta por 14 setores: Frente de Massas; Formação; Educação; Produção; Comunicação; Projetos; Gênero; Direitos Humanos; Saúde; Finanças; Relações Internacionais; Cultura; Juventude; LGBT Sem Terra.

(Lauer, 2022), e atuante na busca pela efetivação de políticas públicas educacionais destinadas às crianças e jovens.

Como parte da conjuntura de ações que possibilitaram avanços na oferta da educação como direito de todos, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N° 9.394, instituída em 20 de dezembro de 1996, dispõe no artigo 28 da LDB, uma proposta de adequação pelos sistemas de ensino na oferta da educação destinada à população rural:

Art. 28°. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil; 1996).

A LDB promove a abertura para que os sistemas de ensino do país considerem as peculiaridades inerentes ao campo, bem como, flexibilizações no calendário escolar, metodologias e adequações ao trabalho. Todavia, seria preciso ir além de adequação e realizar articulação entre os conteúdos científicos e os saberes dos sujeitos do campo, a relação com a terra e seu modo de vida, ou seja, uma base curricular que fortalecesse a identidade camponesa a partir da relação dialógica sujeito e currículo. De acordo com o exposto em documentos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), os textos legais no âmbito da Educação do Campo, não expressam distanciamento do paradigma urbano:

A idealização da cidade, que inspira a maior parte dos textos legais, encontra na palavra adaptação, utilizada repetidas vezes, a recomendação de tornar acessível ou de ajustar a educação escolar, nos termos da sua oferta na cidade às condições de vida do campo (Brasil, 2012, p.19).

Nesse sentido, necessita-se de Educação No e Do campo, construída para os sujeitos que são protagonistas na luta pela terra e contra a territorialização do capital. Caldart (2002, p. 26) explica essa expressão: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Em busca de conquistar uma educação centrada na identidade camponesa, foram procedidos encontros, conferências, seminários, debates, entre tantas outras ações manifestadas pelo MST, que levantou a bandeira da Reforma Agrária, juntamente à educação. Para tanto, destacaremos três eventos marcantes com pautas reivindicatórias que fizeram o debate da educação do campo se ampliar: o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma

Agrária (ENERA), a primeira e a segunda Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (CNEC).

Em 1997 aconteceu o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, com a presença de organizações, sindicatos e MST para discussões sobre os direitos dos povos do campo negados por anos na história deste país. Camacho (2014, p. 320) relata sobre a importância deste encontro:

O marco inicial na história da Educação do Campo é quando, em 1997, o MST realizou, em conjunto com a Universidade de Brasília (UNB) e a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o I ENERA (I Encontro Nacional de Educadores de Reforma Agrária). Este encontro reuniu, na UNB, em torno de 700 participantes, entre professores de escolas de acampamentos e assentamentos, alfabetizadores de jovens e adultos, educadores infantis etc.

O I ENERA foi um evento de representatividade na construção da Educação do Campo, momento quando os educadores das áreas de Reforma Agrária em organicidade, manifestaram a indignação ao aumento da exclusão social exercida pelo poder das classes dominantes.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
4. Lutamos por justiça social! Na educação, isso significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a universidade.
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
10. Entendemos que, para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.
11. Lutamos por escolas públicas em todos os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica das escolas tenha a participação da comunidade sem-terra e de sua organização.
12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.

13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa pátria, nossos princípios, nosso sonho.

14. Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir (TRECHOS DO "MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO"⁵¹ - I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA, 1997).

No ano seguinte, o avanço do debate social se materializou na realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia-GO. A conferência aconteceu entre os dias 27 a 31 de julho de 1998 e contou com a participação de movimentos socioterritoriais, organizações, universidades, órgãos públicos, lideranças e apoiadores, reunidos para discutir e elaborar estratégias de luta por políticas públicas educacionais direcionadas aos sujeitos do campo. Para Zart (2012, p. 07):

A conferência foi um espaço político e filosófico que articulou sujeitos sociais de universidades, dos movimentos sociais do campo e gestores públicos, que não somente afirmam o campo como conceito e prática socioeducativa, cultural e econômica, mas construíram estratégias de mobilização e de organização para a conquista de direitos sociais a serem implantadas como políticas públicas.

Com base na legislação educacional, no ano de 2002 houve um marco na agenda de lutas dos movimentos socioterritoriais, a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, uma proposta para contemplar e respeitar a diversidade da vida no campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

No ano de 2004, aconteceu entre os dias 2 a 6 de agosto, a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, novamente no município de Luziânia-GO, para continuar com os debates iniciados na primeira CNEC em defesa do campo como um lugar de reprodução social e da educação articulada a um conjunto de direitos.

[...] Defendemos o campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, cultural e ambiental dos seus sujeitos. Dessa dinâmica social e cultural se alimenta a educação do campo que estamos construindo. Defendemos políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem a garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo. O direito à educação somente será garantido se articulado ao direito à terra, à permanência no campo, ao trabalho, às diferentes formas de produção e reprodução social da vida, à cultura, aos valores, às identidades e às diversidades. Defendemos que este direito seja assumido como dever do Estado [...] (Trechos da

⁵¹Ver na íntegra "Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro" - I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, disponível nos anexos desta tese e/ou na plataforma do MST: <<https://mst.org.br/download/manifesto-das-educadoras-e-dos-educadores-da-reforma-agraria-ao-povo-brasileiro/>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Declaração Final “Por uma política pública de Educação do Campo” – II CONEC, 2004⁵²).

Após a I e II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, tornou-se possível verificar alguns resultados na formulação de políticas públicas e programas sociais direcionadas à ampliação do acesso e qualidade na oferta da Educação do Campo.

Dentre os programas sociais desenvolvidos no âmbito da Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, representou um marco na formulação de políticas públicas para o campo, oriundo da luta de movimentos populares, com intuito de realizar o sonho de muitos camponeses de se alfabetizarem, dar segmento aos estudos em diferentes níveis de ensino, e possibilitar aos sujeitos da Reforma Agrária chegarem à universidade e conquistarem diplomas no Ensino Superior.

Seus beneficiários são jovens e adultos que, a partir de sua inserção no programa, reconhecem-se como sujeitos de direitos; como sujeitos capazes de construir suas identidades de povo camponês e produzir, no cotidiano dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante, que expulsa crescentemente os povos do campo do seu território. O Pronera é um instrumento de resistência que, através da educação, da escolarização e da formação, constitui sujeitos coletivos conscientes de seu papel histórico e social (II PNERA, 2015, p. 09).

Além de ampliar o acesso à escolarização para trabalhadores de assentamentos, o PRONERA desde sua iniciação buscou por melhorias no campo, ao considerar a produção camponesa, a segurança alimentar, o seu direito à terra, saúde e educação em seu próprio lugar de trabalho e morada. Dentre os 22 anos de funcionamento do PRONERA, mais de 190 mil pessoas foram beneficiárias em formações do EJA, graduações e pós-graduações. O programa manteve parcerias com 94 instituições de ensino que possibilitaram a oferta de 499 cursos (MST, 2023; Camacho, 2024a).

Houve muitos avanços, no entanto, as políticas públicas direcionadas ao âmbito educacional do campo sofreram um vazão a partir do golpe de 2016⁵³ contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, essa ação introduziu um período de retrocesso promovido entre as gestões presidenciais de Michel Temer (2016-2018) seguido de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)

⁵²Ver na íntegra a Declaração Final “Por uma política pública de Educação do Campo” – II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4537.pdf>>. Acesso: 11 nov. 2023.

⁵³Para aprofundamento deste debate, indicamos a leitura do “Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária”, publicado na Revista OKARA: Geografia em debate. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/issue/view/2129>. Acesso em: 8 mar. 2025.

situação que abalou a classe trabalhadora e camponesa no país pela retirada de direitos constitucionais, por meio da Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência.

E a cartada final foi dada na publicação do Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020, realizado no Governo Bolsonaro, que extinguiu a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, reduziu orçamentos financeiros do PRONERA, a quantidade de cursos e de pessoas atendidas pelo programa (Camacho, 2024a).

Apesar dos retrocessos sofridos pelo PRONERA, o programa resistiu e voltou a ser reestruturado⁵⁴ com a posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2023. Mediante o Decreto nº 11.342/2023, o atual governo autorizou a recriação da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE) e da SECADI que, por sua vez, são instâncias deliberativas de grande importância no quadro organizativo e estrutural do PRONERA, extintas na gestão de Bolsonaro (Camacho, 2024a).

Diante da ofensiva neoliberal, fortalecida com o pós-golpe de 2016, tivemos programas sociais encerrados, cortes orçamentais nos setores que envolvem os sujeitos do campo, extinção de ministérios, desmonte da agricultura camponesa, e além de tudo, houve um crescente número de escolas do campo que foram fechadas. De acordo com o levantamento realizado a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2018 o número de escolas do campo no país totalizava 57.609, já no ano de 2021 foram registradas 54.557, o que demonstra o fechamento de 3.052 escolas no campo entre 2018 a 2021.

Esse ciclo de fechamento marca o retrocesso nas políticas educacionais para o campo. Assim, crianças e jovens deslocam-se às escolas localizadas nas cidades, sujeitando-os a utilizarem transportes precários, estradas com péssimas estruturas, longas distâncias, entre os inúmeros desafios. Esse cenário representa a negação do direito ao acesso à Educação do Campo, portanto, fechar uma escola do campo, deixar estudantes sem poder estudar onde reside seu modo de vida, é introduzir um processo de desenraizamento e bloqueio educacional ao território de vida e trabalho.

Passadas mais de duas décadas da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, são contínuas as mobilizações do MST por políticas públicas que levem em consideração as especificidades das crianças e da juventude camponesa e valorizem a sua bagagem cultural, respeitem o tempo, a terra e o seu modo de ser, pois, a questão exposta se

⁵⁴PRONERA começa a ser reestruturado pelo Governo Federal. Notícia divulgada na página do MST. Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/10/17/pronera-comeca-a-ser-reestruturado-pelo-governo-federal/>>. Acesso em: 09 abr. 2024.

refere a luta por direitos. Direito ao saber, ao conhecimento e à cultura produzida socialmente (Arroyo; Fernandes, 1999).

Vinculada ao terreno dos direitos, a Educação do Campo propaga a abertura de diálogos articulada à formação política dos sujeitos envolvidos e mobilizados, sejam professores, colaboradores, estudantes, família e comunidade, em busca por oferecer suporte a uma vida melhor, na construção de outro modo de produção baseado em valores que promovam a dignidade humana, contrariamente, ao sistema capitalista que procura em todas as mazelas se adentrar no território do campesinato, obstruir a produção de base agroecológica que gera sustento ao núcleo familiar.

Ter acesso à escola e educação de qualidade é um direito de todos, portanto, devemos lutar pela concretização de mais programas sociais no setor da Educação do campo que considere as peculiaridades e a realidade vivida pelos sujeitos do campo, a sua bagagem cultural expressada no seu modo vida.

Na Reforma Agrária, a Educação do Campo é o ponto de partida para lutar por políticas sociais que subsidiam a permanência dos assentados, bem como, de seus filhos que anseiam em reproduzir o modo de vida camponês no núcleo familiar. Nas sábias palavras de Caldart (2004a, p. 10), uma escola camponesa conduz ao fortalecimento da população camponesa, enquanto sujeitos sociais que carregam consigo uma bagagem “com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito”, a fim de promover práticas educativas mediante os princípios da formação humana ao trabalho solidário, ao respeito e à produção de uma agricultura sustentável fora da lógica capitalista.

A educação não caminha sozinha, portanto, é preciso um trabalho em conjunto exercido pelo sistema educacional nacional, estadual e municipal dialogado com os movimentos sociais, sindicatos, organizações, comunidades, população do campo, jovens, adultos, crianças, enfim, toda a sociedade precisa se posicionar na cobrança do cumprimento por parte do poder público da elaboração de políticas públicas que deem suporte aos educadores e educadoras do campo no desenvolvimento das práticas pedagógicas, no acesso/permanência do estudante e na (re)produção de uma base curricular que faça sentido na vida do aluno, pautado na pluralidade dos saberes camponeses, na diversidade, no seu dia a dia - na Educação No/Do Campo com significativa aprendizagem.

5.2 A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE MATO GROSSO: MARCOS NORMATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

No estado de Mato Grosso há 3.658.649 habitantes (IBGE⁵⁵, 2022), desse total, 82% corresponde à população residente nas cidades e 18% no campo, o que incluem, assentados, remanescentes de quilombolas, povos originários, agricultores familiares, camponeses, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, entre outros sujeitos que vivem e trabalham no campo organizados ou não pela democratização dos seus direitos sociais.

A educação é um direito social de todos, a escola do campo é instrumento de propagação desse direito ao conhecimento historicamente produzido e à cultura do lugar onde se vive. Para Arroyo e Fernandes (1999, p. 19), necessariamente a escola deve reconhecer as pessoas como sujeitos de direito e construtores de suas histórias:

Quando situamos a escola no horizonte dos direitos temos que lembrar que os direitos representam sujeitos. Sujeitos de direitos, não direitos abstratos. Que a escola, a educação básica tem de se propor tratar o homem, a mulher, a criança, o jovem do campo como sujeitos de direitos. Como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social, por isso que a escola tem que levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo.

Para prover as condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo e assegurar igualdade de acesso à educação, necessitam-se de políticas educacionais amparadas por bases legais que contemplam a multiplicidade das realidades da vida cotidiana no campo.

No tocante à oferta da Educação do Campo, destacamos no quadro 10 os marcos normativos da legislação educacional de Mato Grosso. São conquistas que abrangem as escolas do campo e seu público-alvo, promovidas pela atuação de movimentos sociais junto ao estado.

⁵⁵Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>>. Acesso em: 02 mai. 2024.

Quadro 10 – Mato Grosso: marcos normativos na Educação do Campo (2003-2022)

ANO	MARCOS NORMATIVOS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO
2003	Resolução Nº 126/2003 - Conselho Estadual de Educação (CEE/MT) - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.
2006	Lei Nº 8.469 de 07 de abril de 2006 – Transporte de alunos da rede estadual de ensino, residentes na zona rural do estado de Mato Grosso.
2008	Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais – MT (2008/ 2009/ 2010)
2013	Resolução Normativa Nº 003/2013 (CEE/MT) - Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo no Estado de Mato Grosso.
2018	Portaria Nº 810/2018/GS/SEDUC/MT - Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT).
2021	Lei Nº 11.422 de 14 de junho de 2021 - Plano Estadual de Educação (2020-2024).
2022	Decreto Nº 1.497 de 10 de outubro de 2022 - Programa Educação – 10 anos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A Resolução Nº 126/2003-CEE/MT destaca-se por ser a base legal da materialização das políticas de Educação do Campo em esfera estadual. Alinhada às legislações nacionais, a referida Resolução instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no estado. O documento apresenta um conjunto de procedimentos para adequação das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais, a fim de construir a escola popular que trabalhe a identidade do camponês.

Art. 2º - Estas diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, à educação profissional de nível técnico e a formação de professores.

Parágrafo único - A caracterização da Educação do Campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, fortemente ancorada na teoria e prática. Uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do campo, não só como forma cultural diferenciada, mas, primordialmente, como ajuda efetiva no contexto específico de um novo projeto de desenvolvimento do campo (Mato Grosso, 2003).

A escola comprometida com os sujeitos do campo significa pensa-la a partir da realidade que os estudantes se encontram inseridos. Neste sentido, para compreendermos o processo de construção da Educação do Campo em Mato Grosso, é preciso apontar um conjunto de ações que assumiram caráter de representatividade na construção de propostas político-pedagógicas, em busca da efetivação de um ensino de qualidade. Dessa forma, sintetizamos no quadro 11 os eventos de debates fundamentais na formulação de políticas públicas direcionadas à Educação do Campo em Mato Grosso, após a instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.

Quadro 11 – Mato Grosso: eventos sobre Educação do Campo (2004-2006)

ANO	EVENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO
2004	1º Seminário Estadual da Educação do Campo
2006	1º Seminário de Educação do Campo do Norte de Mato Grosso
2006	Seminário Nacional de Educação do Campo
2006	1ª Formação de Educadores do Campo de Mato Grosso

Fonte: Dados de Reck (2007). Organizado pela autora.

Esses momentos configuram-se como canais discursivos, principiantes no percurso histórico da Educação do Campo no estado. Conforme Reck (2007), no 1º Seminário Estadual da Educação do Campo, sediado em Cuiabá, no ano de 2004, aconteceu a elaboração de uma Carta de Intenções, encaminhada ao Ministério da Educação (MEC). Ademais, em 2006, ocorreu, no município de Sinop, o 1º Seminário de Educação do Campo do Norte de Mato Grosso, evento importante onde se procederam propostas para subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação. No mesmo ano, aconteceu o Seminário Nacional de Educação do Campo, em Cuiabá, posteriormente, realizou-se a 1ª Formação de Educadores do Campo de Mato Grosso.

A partir dessa sucessão de encontros formativos, as bases legislativas que regem a Educação do Campo no âmbito estadual foram delineadas, mediante as pautas levantadas nos espaços de debates, em diálogos com o governo do estado e a sociedade civil (Senra; Vilela; Medeiros, 2022).

Ainda em 2006, foi instituída a Lei Estadual Nº 8.469 garantindo o fornecimento do transporte escolar gratuito aos estudantes residentes em área rural, matriculados nas escolas da rede pública de ensino em Mato Grosso. Desde então, o transporte escolar realiza o deslocamento no trajeto casa-escola-casa, no entanto, a atuação prioritária deve ser às unidades escolares do campo como destino, pois, “não basta ter transporte escolar, é preciso ter uma escola no/do território camponês” (Camacho, 2012, p. 62-63). Essa reivindicação é conduzida pelos movimentos que apoiam a Educação do Campo, para que os estudantes não sejam retirados de suas comunidades e levados a estudar em escolas que possuem currículos e pedagogias voltadas ao contexto urbano, além dos longos trajetos. A reflexão de Brandão (1999, p. 127) explica esse paradoxo:

[...] nunca estudaram porque “a escola é muito longe”; outras deixam precocemente os estudos porque não podem suportar por dois ou três anos a viagem de ida-e-volta. Famílias abandonam a residência rural e migram para a vila, ou para uma cidade, “por causa do estudo dos filhos”. Crianças moradoras “longe da escola” frequentam as aulas irregularmente, “porque não dá para ir todos os dias”.

No ano de 2010, a Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC) publicou o material intitulado “Orientações Curriculares – Diversidades Educacionais”, composto pelas seguintes áreas de abordagens: Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação das relações étnico-raciais, Educação de Jovens e Adultos e Educação Escolar Indígena.

Dentre a diversidade de temáticas, a Educação do Campo encontra-se inserida nas Orientações Curriculares com o propósito de auxiliar na construção das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do campo, a partir da realidade dos sujeitos, a fim de ressignificar valores em respeito à diversidade dos povos do campo. O documento contém uma breve exposição dos aspectos históricos que compõem a questão agrária brasileira a partir do Estatuto da Terra, ademais, apresenta a abordagem da Educação do Campo com foco na luta por políticas públicas educacionais que reconheçam a diversidade e as especificidades dos povos do campo no estado mato-grossense.

[...] essas orientações refletem uma das conquistas dos profissionais da educação e dos movimentos sociais que contribuem cotidianamente para que as diversidades educacionais continuem na pauta de prioridades da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Mato Grosso, 2010, p. 13).

Estas Orientações Curriculares representam uma conquista e foram elaboradas com a participação de Educadores do campo, estudantes, comunidades, movimentos sociais, juntamente aos formadores do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO) do estado de Mato Grosso, com o compromisso de projetar um processo ensino-aprendizagem articulado aos saberes, experiências e conhecimentos dos sujeitos que vivem no campo.

Em seguimento aos marcos normativos da Educação do Campo em Mato Grosso, identificamos a Resolução Nº 003/2013-CEE/MT, que estabelece a oferta da Educação do Campo nos níveis de Educação Básica e Superior. A princípio, a normativa trouxe esclarecimentos a respeito das conceituações: populações do campo e escola do campo.

§ 1º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I. Populações do campo: acampados, arrendatários, assalariados rurais, assentados, comunidades camponesas, comunidades negras rurais, meeiros, agricultores, extrativistas, pescadores, posseiros, povos das florestas, reassentados, atingidos por barragens, ribeirinhos e comunidades tradicionais, vilas rurais, agrovilas e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;
II. Escola do campo: unidade educativa situada em área rural, assim caracterizada por dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, e que atenda predominantemente populações do campo. (Mato Grosso, 2013, p. 1).

A referida Resolução considerou como população do campo os sujeitos que vivem e trabalham no meio rural e tiram da terra as condições materiais para a sua existência. A concepção de escola do campo foi considerada como aquela que pode estar em área rural, ou também urbana, com atendimento aos estudantes residentes no campo. Entendemos que reconhecer e utilizar essas expressões referentes às populações do campo e à escola do campo substituindo a denominação “escola rural”, um avanço nos marcos legais nas políticas educacionais em Mato Grosso que retratam os povos do campo como integrantes desse processo. Ao contrário da escola rural, a escola do campo tem princípios centrados na emancipação e nas lutas sociais. Como explica Fernandes (2002, p. 67-68): “[...] a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo”.

Um texto de caráter normativo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, homologado pela Portaria 810/2018/GS/SEDUC/MT e implementado no ano de 2019 nas redes de ensino estadual.

Observamos a concepção da Educação do Campo nas reflexões da DRC-MT, ao reconhecer e ressaltar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dialogado com os conhecimentos empíricos dos sujeitos do campo.

A concepção da Educação do Campo para o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso segue principalmente os princípios construídos para o processo político educacional do campo, estes por sua vez vão dialogar com a visão empírica, ou seja, de acordo com o cotidiano do ser humano que habita esse espaço. Esse olhar denomina-se conhecimento empírico da educação do campo, que vai se articular com os conhecimentos científicos, e estes conhecimentos serão sistematizados e fundamentados, dialogando assim com as ciências (Mato Grosso, 2018, p. 68-69).

Esta proposta metodológica trazida pela DRC-MT aponta a necessidade de articular a Educação do Campo aos conhecimentos empíricos dos povos do campo, permite aos educadores das escolas do campo desenvolverem práticas pedagógicas que reconheçam a identidade cultural e a diversidades dos estudantes, caminho fundamental para superação do modelo hegemônico de educação centrado no urbano.

As políticas públicas no âmbito da Educação do Campo são fundamentais à formação integral dos estudantes, além de minimizar as desigualdades educacionais. Por sua vez, estas políticas devem estar alinhadas às metas propostas ao Plano Estadual de Educação (PEE), no caso em questão de Mato Grosso, para propiciar oportunidades a todos que vivem e trabalham no campo, vinculadas à sua cultura, ao seu modo de vida e no trabalho com a terra.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é o instrumento basilar na construção dos planejamentos das redes estaduais e municipais, para a realização de um trabalho colaborativo entre os governos das diferentes esferas. Nesse contexto, o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso, instituído pela Lei nº 10.111 de 06 de junho de 2014⁵⁶, designado ao período de 2014-2024, foi elaborado com 17 metas e suas respectivas estratégias, com a finalidade de assegurar as condições necessárias ao acesso e permanência do estudante nas escolas pertencentes à rede pública de ensino do estado de Mato Grosso.

O plano seguiu os seus primeiros anos de vigência, no entanto, após o golpe parlamentar de 2016, reformas neoliberais foram instauradas nos diversos setores do país, houve retrocesso dos direitos sociais. A educação foi alvo de cortes e reduções drásticas nos recursos orçamentários, situação desafiadora que dificultou a execução do planejamento educacional em Mato Grosso.

De acordo com Costa (2023), uma equipe técnica da SEDUC, designada ao monitoramento contínuo e avaliação periódica, encaminhou ao Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso, no ano de 2017, uma proposta de reestruturação do plano. Esse processo de tramitação para revisão pelos órgãos responsáveis perdurou por um longo período até acontecer a adequação do documento final. Após sua reformulação, instituiu-se um novo PEE, aprovado pela Lei nº 11.422, de 14 de junho de 2021, em vigor ao período entre 2020 a 2024.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Estadual de Educação - PEE, com vigência por 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único, com vistas ao cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Mato Grosso, 2021).

Seguem as 20 metas do mais recente Plano Estadual de Educação, com vigência de cinco anos (Quadro 12).

⁵⁶Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/pde/plano-estadual-de-educacao>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Quadro 12 – Mato Grosso: metas do PEE-MT para Educação do Campo (2020-2024)

1 - Ofertar a educação infantil na pré-escola para 100% (cem por cento) de crianças de 4 e 5 anos até 2024 e ampliar a educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% de crianças de 0 a 03 anos até 2024.
2 - Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até o ano de 2024.
3 - Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento) até o ano de 2024.
4 - Universalizar até 2024, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
6 - Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.
7 - Fomentar a qualidade da educação básica em 100% (cem por cento) das unidades de ensino do sistema estadual de educação, com foco na melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem durante a vigência do Plano.
8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 94,5% (noventa e quatro e meio por cento) até 2022 e reduzir o analfabetismo absoluto e funcional em 50% (cinquenta por cento) até o final da vigência deste PEE.
10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos - EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
11 - Ampliar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, de modo a triplicá-las até 2024, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público até 2024.
12 - Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.
13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício na educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores.
14 - Elevar gradualmente o número de matrículas em 30% (trinta por cento) para os cursos de mestrado e doutorado.
15 - Garantir em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, formação específica inicial de modo que todos que atuam na educação possuam formação em nível superior até 2024.
16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica até 2024 e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada na sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.
17 - Promover continuamente o sistema único de ensino considerando as diferentes realidades sociais e culturais dos municípios.
18 - Garantir a existência e cumprimento de planos de carreira para os profissionais de educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino durante a vigência do Plano Estadual de Educação, tomando como referência o piso salarial nacional definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, para a educação básica pública.
19 - Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito do Estado e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho.
20 - Garantir a aplicação imediata e integral dos recursos financeiros públicos, destinados à educação, de acordo com a Legislação Estadual e Municipal, com a transparência pública dos recursos arrecadados.

Fonte: Mato Grosso (2021). Organizado pela autora.

As metas abrangem situações gerais da educação, no entanto, possuem estratégias específicas, direcionadas às diversas modalidades de atendimento e níveis de ensino. Nesse caso, verificamos a abordagem prioritária da Educação do Campo e seu público-alvo.

No que tange a oferta da Educação Básica do Campo, o Estado trouxe em evidência a realização de melhorias na infraestrutura dos prédios escolares, com instalações adequadas ao desenvolvimento das ações em espaços pedagógicos, culturais e esportivos, inclusive a inserção de adaptações à acessibilidade dos alunos especiais. Constam também, o apoio financeiro à projetos, programas e a implementação de cursos profissionalizantes integrados ao Ensino Médio, de modo a oferecer formação profissional técnica com ênfase na singularidade de cada região e suas diferentes formas de produção em promoção da sustentabilidade ambiental. Os cursos destinam-se aos jovens do campo e às pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada.

Para assegurar o acesso aos estudantes em todas as modalidades da educação, propõe-se no plano ofertar o transporte escolar de maneira segura nos termos de regularização do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). O transporte escolar é direito constitucional proporcionado aos residentes na área rural, matriculados na Educação Básica da rede pública de ensino, no entanto, é dever do município, em regime de colaboração com o estado, atender a demanda e respeitar o tempo de permanência dos estudantes dentro do veículo, sem ultrapassar a jornada total de quatro horas diárias, distribuídas no percurso de ida e volta, para não prejudicar o processo ensino e aprendizagem, devido aos longos deslocamentos no trajeto casa-escola-casa.

Com a finalidade de avançar na qualidade do trabalho pedagógico, fomenta-se aos profissionais da educação, das diferentes modalidades (Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Profissional e Tecnológica), oferecer formação inicial e continuada, disponibilizar materiais didáticos e condições adequadas ao processo educativo, além de inserir os docentes em programas de mestrado e doutorado. Destacamos que na Escola Estadual Madre Cristina, localizada dentro do Assentamento Roseli Nunes, existe um grupo de docentes atuantes em programas de mestrado e doutorado de universidades públicas, inclusive, desenvolvem suas pesquisas, cujo objeto de estudo é o próprio assentamento. Estrategicamente, são situações que repercutem de maneira significativa no processo ensino e aprendizagem e na valorização dos profissionais, o que implica na otimização da educação ofertada.

O incentivo às pesquisas relacionadas às práticas educativas das escolas do campo esteve em pauta nas estratégias. Essa ação apoia e fortalece a Educação do Campo, pois propicia a divulgação de pesquisas que contemplam o contexto que os estudantes estão inseridos.

A organização do ensino escolar, centrado na Pedagogia da Alternância, também se encontra em asserção nas estratégias do plano, com a finalidade de, proporcionar formação escolar alternada aos períodos de vivências em família. Nesse sentido, Camacho (2014) orienta que o ensino pautado na Pedagogia da Alternância, envolve sujeitos que são ao mesmo tempo, estudantes e trabalhadores, com saberes enraizados no cultivo da terra. Nessa experiência formativa, a aprendizagem dos estudantes acontece em espaços distintos, devido ao agrupamento entre os conhecimentos adquiridos nas aulas teóricas, colocados em prática no campo.

Ademais, destacamos a meta de elevação na escolaridade da população do campo que possui entre 18 a 29 anos de idade, de maneira a alcançar 12 anos de estudos até o final do decênio do plano. A baixa escolaridade da população residente no campo é um fato alarmante e fortemente associado às limitações de recursos nas políticas educacionais, aos fechamentos de escolas no campo, infraestrutura inadequada, desvalorização dos profissionais da educação, entre tantas desigualdades, refletidas nas escolas e nos sujeitos que trabalham e vivem no campo mato-grossense.

Para a consolidação das metas projetadas ao PEE-MT (2020-2024) que abrangem as escolas do campo, conta-se com a representatividade e atuação do Comitê Interinstitucional e Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso (CIPEC/MT), enraizado nas lutas dos movimentos sociais, a fim de assegurar melhorias significativas na oferta da Educação do Campo e na formação dos estudantes ao longo da vida.

Por essa razão, é relevante envolver a população camponesa, militantes e instituições, para que conheçam as metas e estratégias que contemplam o acesso à escolarização dos sujeitos, a partir do lugar onde encontram-se inseridos e acompanhar a construção de um processo educativo ancorado nas especificidades do campo.

5.2.1 Ações do setor da Educação do Campo nas escolas estaduais de Mato Grosso

Para alinhamento às metas elaboradas no PEE-MT (2020-2024), foi instituído pelo Decreto nº 1. 497 de 2022, o Programa Educação – 10 anos⁵⁷, desenvolvido para dar centralidade na qualidade educacional da rede pública de ensino estadual de Mato Grosso.

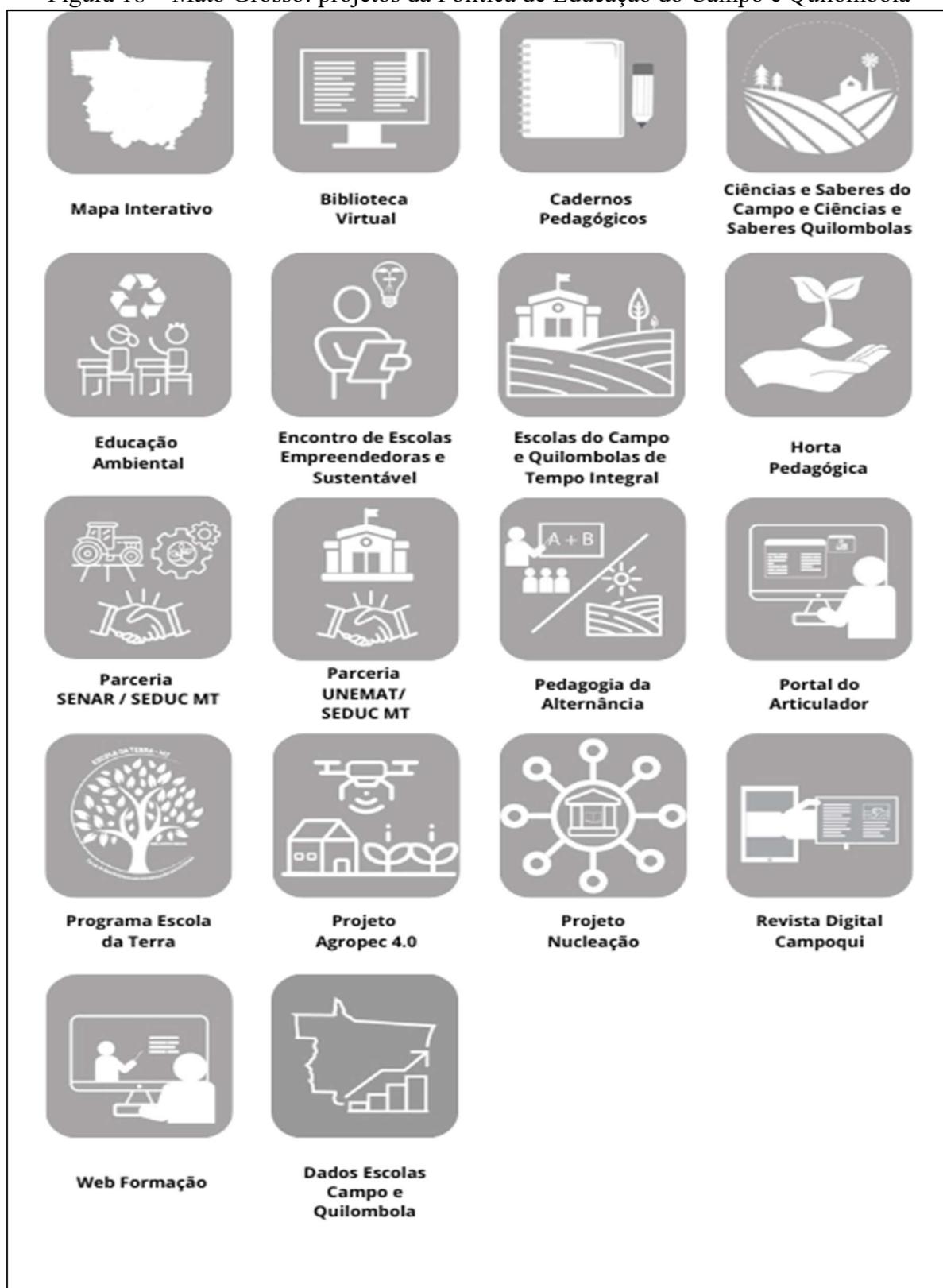
Art. 1º Fica criado o Programa Educação - 10 anos, política estatal com projetos e ações desenvolvidas para melhoria da qualidade e índices educacionais no âmbito do Estado de Mato Grosso, conforme parâmetros previstos no Anexo I, definidos com base nas metas delineadas pelo Plano Estadual de Educação - PEE (Mato Grosso, 2022a).

Para atingir resultados satisfatórios à formação integral do educando, o Programa Educação tem a finalidade de implementar políticas públicas que concedam suporte às metas do plano e suas respectivas estratégias.

Trataremos, em particular, da Política Pública de Educação do Campo articulada pela Superintendência de Diversidade (SUDI), junto à Coordenadoria da Educação do Campo e Quilombola (COCQ). Os setores citados desenvolvem em parcerias, ações, projetos, programas, plataformas digitais, encontros formativos, cursos e materiais bibliográficos, sendo esses (Figura 18): Mapa interativo, Biblioteca virtual, Cadernos pedagógicos, Ciências e saberes do campo e Ciências e saberes quilombolas, Educação ambiental, Encontro das escolas empreendedoras e sustentável, Escolas do campo e quilombolas em tempo integral, Horta pedagógica, Parcerias SENAR/SEDUC-MT, Parcerias UNEMAT/SEDUC-MT, Pedagogia da Alternância, Portal do articulador, Programa Escola da Terra, Projeto AGROPEC 4.0, Projeto nucleação, Revista Digital Campoqui, *Web* Formação, Dados escolas campo e quilombola.

⁵⁷Disponível em: < <https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato-grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso?q=1988>>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Figura 18 – Mato Grosso: projetos da Política de Educação do Campo e Quilombola



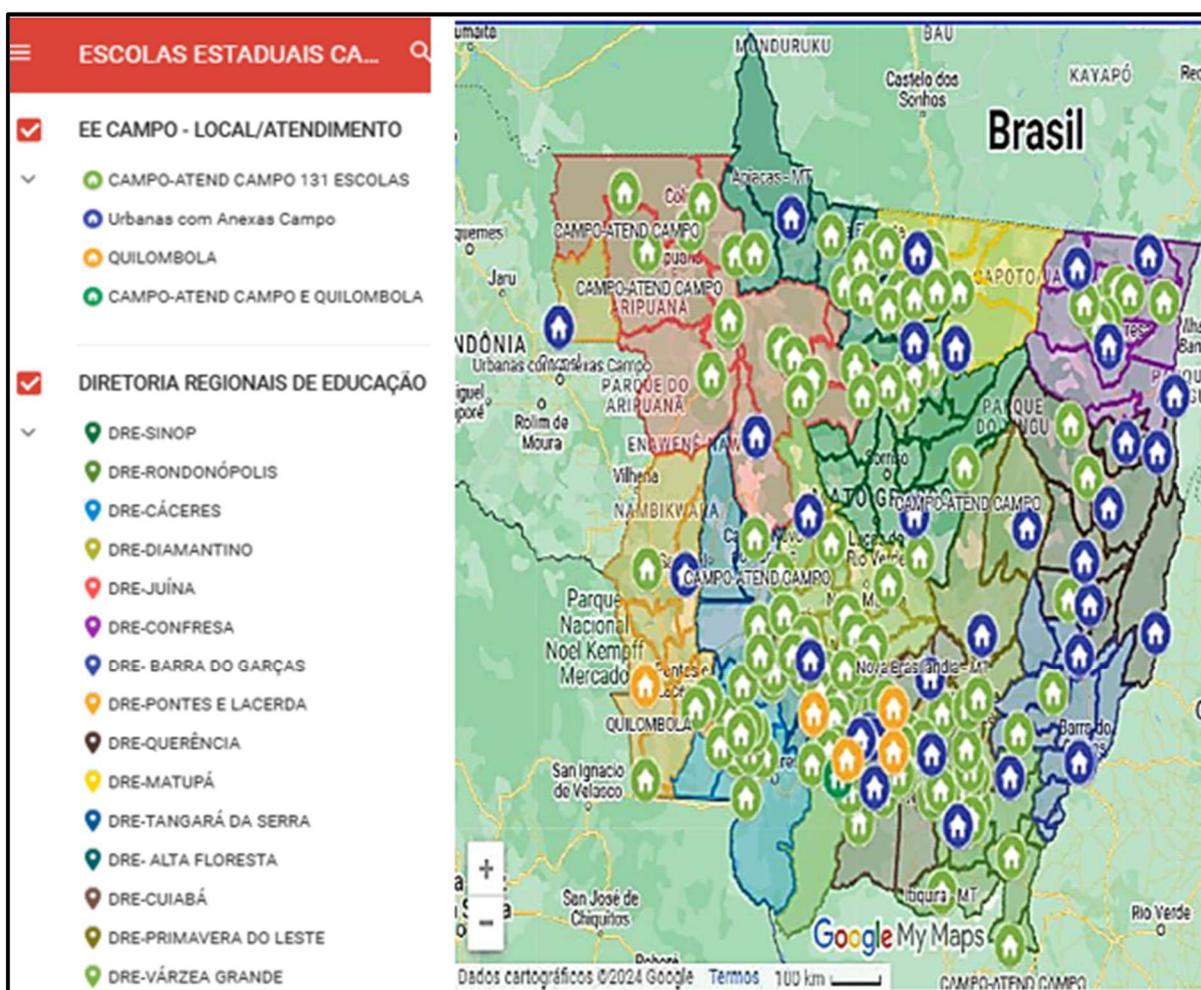
Fonte: SEDUC-MT⁵⁸.

⁵⁸Para mais informações sobre cada projeto da SEDUC/SUDI/COCQ, acesse a plataforma: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/projetos>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

O ícone inicial representa o Mapa Interativo dentro da Plataforma da SEDUC. O mapa permite obter a localização das escolas estaduais do campo e quilombolas no estado, e ainda filtrar as informações pelas seguintes indicações: Modalidade de atendimento (Campo, Regular, Campo-integral, Agrícola-integral, Quilombola, Quilombola-integral), Diretoria Regional de Educação (DRE), Núcleo Regional de Educação (NRE), município abrangente, unidade escolar, turmas, salas anexas, linhas-mestras do transporte escolar e o quantitativo de estudantes atendidos em cada etapa de ensino ofertado na escola selecionada.

Apresentamos o mapa interativo na figura 19, filtrado pela seleção das opções “Escolas Estaduais do Campo – Local/Atendimento” e “Diretorias Regionais de Educação”, representadas em cores diversas, conforme a legenda.

Figura 19 – Mato Grosso: Mapa Interativo Escolas Estaduais do Campo



Fonte: Dados da SEDUC-MT⁵⁹. Organizado pela autora.

⁵⁹Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1E0FZn-zZhwajPCo5s9pway7S9XOY8eA&ll=-12.80498813289493%2C-57.038538711229336&z=6>>. Acesso em: 09 jul. 2024.

Outra ação para acesso às informações e dados de forma gratuita refere-se à Biblioteca Virtual, desenvolvida com a finalidade de fornecer suporte na abordagem da Educação do Campo em sala de aula. Na biblioteca virtual estão disponibilizados para leitura e *downloads*: livros, filmes, documentários, legislações, incluindo Resoluções e Pareceres, e materiais orientativos.

Na sequência, apresentamos na figura 20 o projeto “Cadernos Pedagógicos” elaborado com o propósito de auxiliar a prática docente nas escolas do campo. Entre os anos 2022 e 2023, foram publicadas três edições dos cadernos pedagógicos: 1. Educação do Campo – Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio; 2. Educação Escolar Quilombola; 3. Caderno Horta Pedagógica.

Figura 20 – Mato Grosso: Cadernos Pedagógicos (2022-2023)



Fonte: SEDUC-MT⁶⁰

O Caderno Pedagógico: Educação do Campo – Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, publicado em 2022, inicia-se com breve contextualização da Educação do Campo no Brasil, em seguida, aborda os marcos legislativos em Mato Grosso que regem as temáticas em questão: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica, a Resolução Normativa Nº 003/2013-CEE/MT, as Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais, a Base

⁶⁰As três edições dos cadernos pedagógicos encontram-se disponíveis na plataforma da SEDUC-MT: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/cadernos-pedagogicos>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT) e a Parte Diversificada. Ao final, apresenta algumas sugestões de planos de aulas, modelos de atividades, listas de filmes e documentários, e relatos de experiências vivenciadas nas escolas do campo.

O segundo caderno pedagógico discute a respeito da formação do povo brasileiro e a história da Educação Quilombola no estado mato-grossense, também apresenta as leis e diretrizes que foram fundamentais à representatividade dos negros no currículo, e finaliza com um espaço sugestivo de produções de atividades articuladas à realidade das comunidades quilombolas.

A terceira edição refere-se ao caderno “Horta pedagógica”, uma ferramenta de aprendizagem da riqueza de saberes sobre a Agroecologia, agricultura familiar, economia solidária, horticultura, educação ambiental e alimentação saudável. Além disso, disponibiliza *QR-CODES* no decorrer da obra para que o leitor tenha acesso mais amplo a outras informações, como: manuais ensinando fazer uma horta na escola; legislações educacionais; revistas digitais; cartilhas do “MT Horticultura” e do “Reuso da Água”, guia alimentar da população brasileira; série “Sistema agrícola quilombola”; e Caderno das Eletivas.

Em continuidade, destacamos o Projeto “Ciência e saberes do campo”. Tratam-se de materiais sugestivos que abordam práticas pedagógicas inseridas nas disciplinas de Eletivas do Ensino Médio como Parte Diversificada nos currículos das escolas do campo. As atividades propostas seguem a seguinte estrutura: Introdução; Justificativa; Habilidades; Objetos do conhecimento; Práticas sugeridas; Recursos didáticos; Proposta para culminância; e, Avaliação.

Outra oportunidade destinada às escolas que ofertam Educação do Campo, refere-se ao Projeto “Educação Ambiental e Sustentabilidade”, implementado com o propósito de ampliar as aprendizagens dos estudantes sobre o meio ambiente. De acordo com o resultado final do projeto disponibilizado na plataforma da SEDUC⁶¹, cada unidade escolar contemplada recebeu recurso financeiro correspondente a R\$ 6.250,00 (Seis mil, duzentos e cinquenta reais) para desenvolvimento das ações, cujos temas foram: Preservação de espécies em extinção e/ou Perda de Biodiversidade, Arborização com espécies frutíferas, Reutilização da água, Reciclagem/ Reutilização de lixo, Biofertilizante líquido, Compostagem, Reutilização de alimentos, Queimadas e preservação de Biomas. A Escola Estadual Madre Cristina, objeto de estudo, consta na lista das unidades contempladas.

⁶¹Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/educacao-ambiental>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Para socializar as atividades desenvolvidas nos dois projetos “Educação Ambiental e Sustentabilidade” e “Hortas Escolares”, a Superintendência de Diversidade, junto à Coordenadoria da Educação do Campo e Quilombola, promoveram o “I Encontro de Escolas Empreendedoras e Sustentáveis” (Figura 21).

Figura 21 – Mato Grosso: folder de divulgação do “I Encontro de Escolas Empreendedoras e Sustentáveis”



Fonte: SEDUC-MT.

O evento aconteceu nos dias 30/11/2021 e 01/12/2021 no Hotel Fazenda Mato Grosso, contou com a participação de convidados atuantes na área ambiental e empreendedora, representantes das Diretorias Regionais de Educação (DRE's) e de integrantes dos projetos desenvolvidos nas unidades escolares para apresentação e divulgação dos trabalhos.

Também está em destaque a Educação em Tempo Integral (ETI) nas escolas do campo e quilombolas pertencentes à rede de educação básica de Mato Grosso, que vem sendo implantada desde 2016, e busca cada vez mais ampliar a sua oferta. De acordo com as

informações que constam na plataforma da SEDUC⁶², no ano de 2023, totalizaram dez escolas do campo e duas quilombolas, que passaram a ofertar aos estudantes um ensino integral.

Também merecem visibilidade as ações das Hortas Escolares, um projeto de grande importância à conscientização dos estudantes a respeito do meio ambiente. Essas atividades conduzem à conjunção entre os conhecimentos técnicos e científicos com os saberes tradicionais das comunidades do campo e quilombolas. Conforme o Edital N° 027/2023/GS/SEDUC-MT⁶³, os projetos submetidos pelas unidades escolares selecionados contemplaram pelo menos uma destas categorias: horta medicinal, horta automatizada, horta agroecológica, sistema agroflorestal e horta inovadora. A Escola Estadual Madre Cristina foi uma das unidades escolares do campo contemplada no projeto, por conseguinte, recebeu recursos no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para implantação e manutenção da horta.

A SEDUC, em parceria com o SENAR, oferece às escolas da rede estadual na modalidade Campo cursos técnicos desenvolvidos dentro das trilhas de aprofundamento integradas aos Itinerários Formativos⁶⁴ de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Novo Ensino Médio⁶⁵. Ao final, os jovens cursistas recebem certificação de conclusão emitida pela escola e pelo SENAR, contendo a carga horária cursada na formação técnica e na Formação Geral Básica (FGB) composta pelas quatro áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Ademais, destacamos outra parceria no viés dos Itinerários Formativos da EPT, firmada entre a SEDUC e a Universidade do Estado de Mato Grosso. No ano de 2022, as instituições em conjunto iniciaram as ações com um projeto piloto do curso Técnico em Agricultura ofertado aos estudantes do Ensino Médio matriculados na Escola Estadual Patriarca da Independência, localizada no Distrito de Progresso, município de Tangará da Serra - MT.

⁶²Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/escolas-do-campo-e-quilombolas-de-tempo-integral>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

⁶³Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/22557546/diario_oficial_2023-12-04_pa%CC%81ginas+45-47.pdf/68b9e8e5-add0-52b6-e10e-edba63ea982b?t=1701721431632>. Acesso em: 28 jun. 2024.

⁶⁴Os Itinerários Formativos são parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que possibilita aos estudantes cursarem as áreas de conhecimento e/ou formação técnica conforme suas escolhas para ampliação das aprendizagens.

⁶⁵O Ensino Médio passou por uma nova organização curricular com a Lei nº 13.415/2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/13415.htm>. Acesso em: 01 fev. 2024.

Conforme a notícia publicada no portal *online* da UNEMAT⁶⁶, o curso tem como objetivo proporcionar aprendizagens significativas direcionadas à realidade do jovem que vive no campo, além de contribuir para a redução da migração juvenil em direção à cidade. Os estudantes receberam a certificação ao final dos três anos de formação (2022-2023-2024), com a carga horária do Ensino Médio e da EPT cursada.

Nesse contexto de pensar o processo formativo para os estudantes do campo, a SEDUC desenvolve o Projeto Pedagogia da Alternância em três unidades escolares: Escola Estadual Jaraguá, Escola Estadual Dep. Oscar Soares, Escola Estadual Terra Nova. A Pedagogia da Alternância considera as peculiaridades dos estudantes que vivem e trabalham no meio rural. Segundo Camacho (2024a, p. 10), a Pedagogia da Alternância propõe uma organização da aprendizagem articulada às vivências cotidianas:

Desse modo, a Alternância vem ao encontro dos objetivos da Educação do Campo. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem, pois a relação entre trabalho, cultura e a vida, com a educação [...].

As unidades escolares, com interesse no ensino pautado na Pedagogia da Alternância, elaboram o projeto, posteriormente, encaminham para a COCQ, setor responsável pela etapa de análise da solicitação.

Seguindo o rol de ações específicas à Educação do Campo, o Projeto Laboratório de Aprendizagem⁶⁷ permite realizar a recomposição e o enfrentamento das defasagens, por meio da intervenção e acompanhamento de um professor articulador. As escolas do campo possuem autonomia na organização do atendimento aos estudantes, possibilitando ofertar em horário regular ou no contraturno, a depender das particularidades.

De volta ao ciclo de parcerias, a SEDUC juntamente com a Universidade Federal de Mato Grosso e o Ministério de Educação (MEC), oferece aos professores das unidades escolares do campo pertencentes à rede estadual e municipal, especialização em Educação do Campo pelo Programa Escola da Terra (PET). A finalidade é aprimorar a formação dos docentes que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental para atender as diferentes realidades dos estudantes do campo.

⁶⁶Disponível em: <https://unemat.br/noticias/18-2-2022-parceria-entre-unemat-e-seduc-possibilita-oferta-de-curso-tecnico-em-agricultura#:~:text=18%2F02%2F2022&text=Uma%20parceria%20entre%20Unemat%2C%20por,Agricultura%20com%20%C3%AAanfase%20em%20Horticultura.>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

⁶⁷Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/portal-do-articulador>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

Em continuidade às ações da Política de Educação do Campo, destacamos o projeto AGROPEC 4.0, que apresenta como proposta a formação técnica destinada aos jovens do Ensino Médio matriculados nas escolas estaduais agrícolas, a fim de formá-los na auto-organização da produção e colocar em ação o protagonismo juvenil. Como ressaltamos, em Mato Grosso há três escolas estaduais (Figura 22) que desenvolvem ensino centrado na Pedagogia da Alternância e, por sua vez, são também as mesmas unidades escolares agrícolas inseridas no projeto AGROPEC 4.0 até o ano de 2022: Escola Estadual Jaraguá, localizada no município de Água Boa; Escola Estadual Dep. Oscar Soares, situada em Alto Garças e a Escola Estadual Terra Nova, em Terra Nova do Norte.

Figura 22 – Mato Grosso: localização das Escolas Agrícolas da rede estadual



Fonte: Plataforma da SEDUC⁶⁸

O CIPEC/MT junto aos representantes da sociedade civil que o compõe acompanham esse processo e lutam pela ampliação do quantitativo de escolas estaduais agrícolas, de modo que tenha pelo menos uma unidade em cada polo das DRE's. A preocupação em questão situa-se na coerência do processo educativo, para não correr o risco de conduzir uma educação mediada pela lógica produtiva do capital, ou seja, formar mão de obra e alienados do sistema, ao ponto de deslegitimar os princípios da Educação do Campo. Caldart (2009, p. 49) traz essa alerta:

⁶⁸Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/projeto-agropec-4.0>>. Acesso em: 01 jul. 2024.

[...] onde afinal existirem escolas para as famílias trabalhadoras do campo, seja pela pressão dos movimentos sociais ou por concessão de empresas ‘humanitárias’, elas podem ser (já foram em outros tempos) um bom veículo de difusão da ideologia do agronegócio: através da nova geração ‘modernizar’ as mentes para a nova ‘revolução verde’, a dos transgênicos, da tecnologia ‘terminator’, da monocultura para negócio, dos insumos químicos industriais, da maquinaria agrícola pesada, completamente submetida à lógica da reprodução do capital.

Outra ação coordenada pela Superintendência de Diversidades refere-se ao Projeto de Nucleação⁶⁹. Trata-se da criação de núcleos escolares dentro da própria comunidade de vivência dos estudantes, mediante a oferta de turmas unisseriadas pautadas no ensino da Pedagogia da Alternância. Com essa reorganização do sistema escolar, o fechamento de escolas no campo brasileiro se tornou uma possível consequência do processo de nucleação, em razão do redirecionamento dos estudantes para escolas-polo. De acordo com os dados do INEP⁷⁰, entre os anos de 2010 a 2020, foram fechadas 179 escolas na área rural no estado de Mato Grosso, em contraposição, abriram-se 159 escolas estaduais nas cidades. Essa medida excludente do Estado, retira-se o direito de estudar próximo à residência, desvincula as crianças, jovens e adultos da sua realidade local, portanto, o processo de nucleação é determinante no fechamento de escolas do campo e deve ser contestado, sob risco de colocar em crise essas conquistas da Educação do Campo em Mato Grosso.

Para difundir ao público as pesquisas centradas na abordagem da Educação do Campo e Quilombola, criou-se a Revista CAMPOQUI (Figura 23), composta de publicações de artigos científicos elaborados por professores-pesquisadores com intuito de promover visibilidade aos trabalhos e as práticas da sala de aula nas escolas do campo. A primeira e segunda edição da Revista CAMPOQUI foi publicada semestralmente, em 2022, e a terceira edição no primeiro semestre de 2023.

⁶⁹Importa destacar que, o projeto de nucleação foi implementado na educação indígena de 33 aldeias da etnia Xavante, divididas em 4 núcleos: Campo Belo (9 aldeias), Baixão (8 aldeias), São Felipe (4 aldeias) e São Pedro (12 aldeias). Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/-/18955841-xavantes-participam-de-aula-inaugural-de-projeto-na-aldeia-sao-pedro-em-campinapolis>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

⁷⁰Dados divulgados pelo G1MT. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/21/quase-200-escolas-rurais-sao-fechadas-em-mt-nos-ultimos-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 16 out. 2024.

Figura 23 – Revista CAMPOQUI: Primeira, Segunda e Terceira Edição



Fonte: SEDUC-MT⁷¹.

Os artigos contemplam temas diversos que abrangem: comunidade, identidade cultural, vivências, saberes, autonomia, produção, hortas, Agroecologia, sustentabilidade, educação, currículo, práticas pedagógicas, questão racial, gênero, escolas do campo e escolas quilombolas.

Ao dar sequência nas ações da Educação do Campo, destacamos o Projeto *Web* Formação, desenvolvido com os professores do campo. As formações acontecem de maneira presencial e também *online*, mediante o acesso à plataforma virtual e palestras.

O último ícone dos projetos refere-se aos “Dados Escolas do Campo 2022/2023”, um espaço para armazenagem de arquivos, organizados por planilhas, gráficos, painéis, mapas temáticos e interativos das escolas, possibilitando melhor acompanhamento da equipe técnica da COCQ e divulgação dos projetos realizados nas unidades escolares.

Algumas dessas ações apresentadas neste subcapítulo possuem propostas significativas com ênfase na Educação do Campo que ajudam a minimizar os impactos da desigualdade educacional. No entanto, os contornos na construção de um ensino de qualidade, imprescindivelmente, deveriam se aproximar das especificidades dos estudantes camponeses em todas as intervenções projetivas, assegurando o direito dos jovens camponeses serem

⁷¹As edições da Revista CAMPOQUI estão disponíveis na plataforma da SEDUC-MT. Disponível em: <<https://www3.seduc.mt.gov.br/educacao-do-campo-e-quilombola/revista-digital-campoqui>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

educados onde vivem. Exemplo dessa contradição, são os processos de nucleação enquanto sinônimo de fechamento de escolas no campo brasileiro e o deslocamento das crianças e jovens por longos percursos em estradas sem infraestrutura.

Na luta política dos povos do campo para ter acesso à Educação do Campo é resistência, do contrário, o processo educativo tomará outros rumos. Caldart (2002, p. 24) sinaliza para essa objetividade:

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer a escola desde o projeto educativo dos sujeitos do campo, tendo o cuidado de não projetar para ela o que sua materialidade própria não permite; trazer para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais; combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo.

Apesar dos esforços nas políticas educacionais direcionadas ao campo, ainda existem lacunas que expressam ausências e fragilidades, identificadas no apoio especializado aos alunos especiais, na inserção de equipamentos tecnológicos nas salas de aula, conexão nas redes de internet, no fomento à bolsa de estudos e vagas de intercâmbios culturais em âmbitos nacionais e internacionais destinadas aos estudantes do campo, na implementação de novas escolas para ampliar a oferta de matrículas, na organização curricular que valorize a diversidade de saberes nos contextos étnico-culturais e na educação em áreas de Reforma Agrária.

Os projetos educacionais elaborados pela política pública de Educação do Campo precisam, necessariamente, atrelar-se às lutas inerentes ao povo camponês, a fim de superar os conflitos gerados pela territorialização do capital, logo, sua defesa precisa ser radical para proporcionar autonomia aos filhos do campo. Desse modo, entendemos que não há possibilidade de realizar uma Educação do Campo (camponesa) se houver relações estabelecidas com a agricultura capitalista, pois, a sua lógica é excludente, concentradora de terras e provocadora de impactos ambientais (Camacho, 2014). O debate da Educação do Campo no estado de Mato Grosso ainda está em construção, todavia, representam avanços decorrentes das mobilizações da população camponesa, em luta por políticas públicas educacionais para assegurar os seus direitos. Contudo, reafirma-se o necessário e constante empenho do CIPEC/MT junto aos movimentos sociais para que o próximo plano estadual seja fecundo de possibilidades aos estudantes e profissionais das escolas do campo, para proporcionar um significativo processo de ensino e aprendizagem, associado à cultura camponesa.

Dessa forma, iniciaremos a nova subseção com a finalidade de apresentar a trajetória de conquistas da primeira escola do campo em Mato Grosso - Escola Estadual Madre Cristina, localizada dentro do Assentamento Roseli Nunes. A Escola representa um espaço político

porque defende e valoriza o protagonismo juvenil e suas raízes culturais camponesas brotadas na luta pela Reforma Agrária e por condições para permanecer dignamente no campo.

5.3 ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA: UMA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO CAMPONESA

Eu quero uma escola do campo
Que tenha a ver com a vida com a gente
Querida e organizada
E conduzida coletivamente.
Eu quero uma escola do campo
Que não enxerga apenas equações
Que tenha como chave mestra
O trabalho e os mutirões.
Eu quero uma escola do campo
Que não tenha cercas que não tenha muros
Onde iremos aprender
A sermos construtores do futuro
(Composição: Gilvan Santos. Música: Construtores do futuro⁷²).

Iniciamos a presente subseção com a música “Construtores do futuro”, composição de Gilvan Santos que retrata o anseio dos sujeitos por escola do campo, no caso voltada à especificidade da vida camponesa. Essa busca pela construção da Educação do Campo tornou-se parte dos debates dos movimentos socioterritoriais em defesa do direito de ser educado onde se vive.

Atrelada as reivindicações por terra, a luta pela educação pública gratuita e de qualidade, em todos os níveis de ensino, nos acampamentos, nas áreas de Reforma Agrária, passou a ser um eixo temático das discussões de organicidade do MST desde 1984, com o propósito de assegurar escolarização às crianças, jovens e aos acampados e assentados que não tiveram acesso na idade própria (MST, 2010). Nessas circunstâncias, o Movimento produz experiências educativas construídas no seio da luta coletiva pela mudança social, repassadas aos filhos que caminham num itinerário de mobilização e, desenvolvimento de ações por igualdade e dignidade. Essa dinâmica de formação é reproduzida nas escolas itinerantes pela Educação Popular. Conforme esclarece Bahniuk e Camini (2012, p. 331):

Denominam-se Itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. Desta forma a escola itinerante, em seus objetivos gerais, não se diferencia das demais escolas do MST; o

⁷²Disponível em: <<https://www.lettras.com.br/gilvan-santos/construtores-do-futuro>>. Acesso em: 30 ago. 2023.

que altera são as circunstâncias em que ela está inserida: em um acampamento, que, em geral, tende a ser um espaço no qual a luta de classe é mais evidente.

A proposta pedagógica do ensino ofertado na escola itinerante desenvolve nas crianças um sentimento de pertença ao Movimento, pois, elas vivenciam na íntegra o processo de mobilização e desenvolvimento de ações pela Reforma Agrária, suscitadas nas marchas calorosas realizadas pelos acampados.

Para Dalmagro (2017), no momento inicial de ocupação da terra surgem duas questões: a necessidade da escola e a escola como necessidade de luta. Primeiramente, a necessidade da escola expressa uma condição de acesso à cultura produzida na sociedade, enquanto, a escola como necessidade de luta refere-se à instituição escolar atuante como instrumento de emancipação dos sujeitos sociais, que contribua com a luta da classe trabalhadora para anunciar a sua oposição à territorialização do capital no campo. Conforme a luta pela terra avança, outras demandas são incluídas, prioritariamente, a educação de qualidade é condição estruturante para a formação dos sujeitos. Daí a preocupação por parte dos educadores que estavam no acampamento Roseli Nunes para integrar as crianças na dinâmica educativa do MST. Seguem as narrativas sobre essa dinâmica educativa no processo de conquista do Assentamento Roseli Nunes:

Nós montamos o acampamento, e de início tinham 600 famílias acampadas, depois chegaram mais e no final estávamos em 1200 famílias no acampamento dentro da Fazenda Facão. Então era muita criança, principalmente em idade de alfabetização, aí veio a pergunta, o que fazer com elas? Essas crianças precisavam de ter acesso a escolarização, e também precisavam entender desde pequenas o motivo da gente estar ali, da nossa luta, daquelas ações que estávamos desenvolvendo pra conseguir uma terra, que no futuro será delas mesmo (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 4 na Escola Estadual Madre Cristina).

Havia muitas crianças lá no acampamento, pra você ter uma noção, eram 1200 famílias. Foi aí que eu, mais uns companheiros e algumas mães, juntamos e começamos a ensinar os nossos pequenos companheirinhos (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 3 na Escola Estadual Madre Cristina).

Nesse contexto, a escola itinerante acontecia dentro do acampamento Roseli Nunes na ocupação da Fazenda Facão no ano de 1997, onde um barracão de lona preta exposto ao calor, chuva e vento era o espaço designado à sala de aula dos Sem Terrinha⁷³, para atender os filhos e filhas dos acampados que lutavam por um pedaço de terra.

A escola surgiu como resposta à necessidade de oferecer educação acessível aos filhos dos acampados, enquanto lutavam pela terra. Na continuidade da luta pela terra as

⁷³Sem Terrinha é a expressão designada a um nome próprio a ser herdado e honrado por filhos e filhas de famílias acampadas não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas (Caldart, 1999).

peças foram movimentando rumo a outros espaços e durante essa movimentação a formação, estudos foram marcados como forma de resistências (PPP, 2024, p. 03).

No mesmo ano, as crianças acampadas foram recebidas na “Escola Municipal Vera Ligia Baldo” (Figura 24), localizada na área rural do município de Cáceres. A escola ofertava, na época, os anos iniciais do Ensino Fundamental, com turmas da primeira até a quarta série (Paezano, 2019).

Figura 24 – Cáceres (MT): Escola Municipal Vera Ligia Baldo⁷⁴



Fonte: Trabalho de campo, 19 abr. 2023. Foto: da autora.

Em abril de 1998, os acampados foram direcionados ao comodato na Fazenda Prata em Mirassol D'Oeste, onde aguardaram a vistoria da propriedade rural. Nesse período de espera, houve constantes dificuldades, no entanto, a continuidade da oferta escolar se tornou possível devido à colaboração dos primeiros educadores: Jair Furlan, Ana Luiza Furlan, Sônia Inês Neves, Valdirene Balduino, Geralda S. G. Miranda, Maria José de Souza Gomes, Marinalva Paula da Silva, José Genivaldo da Vitória, Valdenice Barbosa Ferreira, Marta Justina dos Reis Lima e Luiza Avelino (PPP, 2024). Esses educadores são, também, trabalhadores da terra, participantes do processo coletivo do MST que resultou na origem do Assentamento Roseli Nunes, portanto, as suas histórias de vida estão entrelaçadas à luta pela Educação do Campo.

⁷⁴A Escola Municipal Vera Ligia Baldo foi criada no dia 23 de março de 1992 e funcionou regularmente até o mês de abril de 2018. Disponível em: <<https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/1305071/>>. Acesso em: 02 nov. 2024.

Caldart (2000, p. 13) sintetiza a significância da força educativa realizada pelos próprios acampados para contribuir com a formação das crianças inseridas na luta pela terra junto aos seus pais.

Os educadores e as educadoras das escolas do campo vão descobrindo que são mais que alfabetizadores quando alfabetizam, mais do que ensinantes quando ensinam. Eles e elas fazem parte também de uma dinâmica social, cultural e formadora extremamente rica que dá às suas práticas novos sentidos.

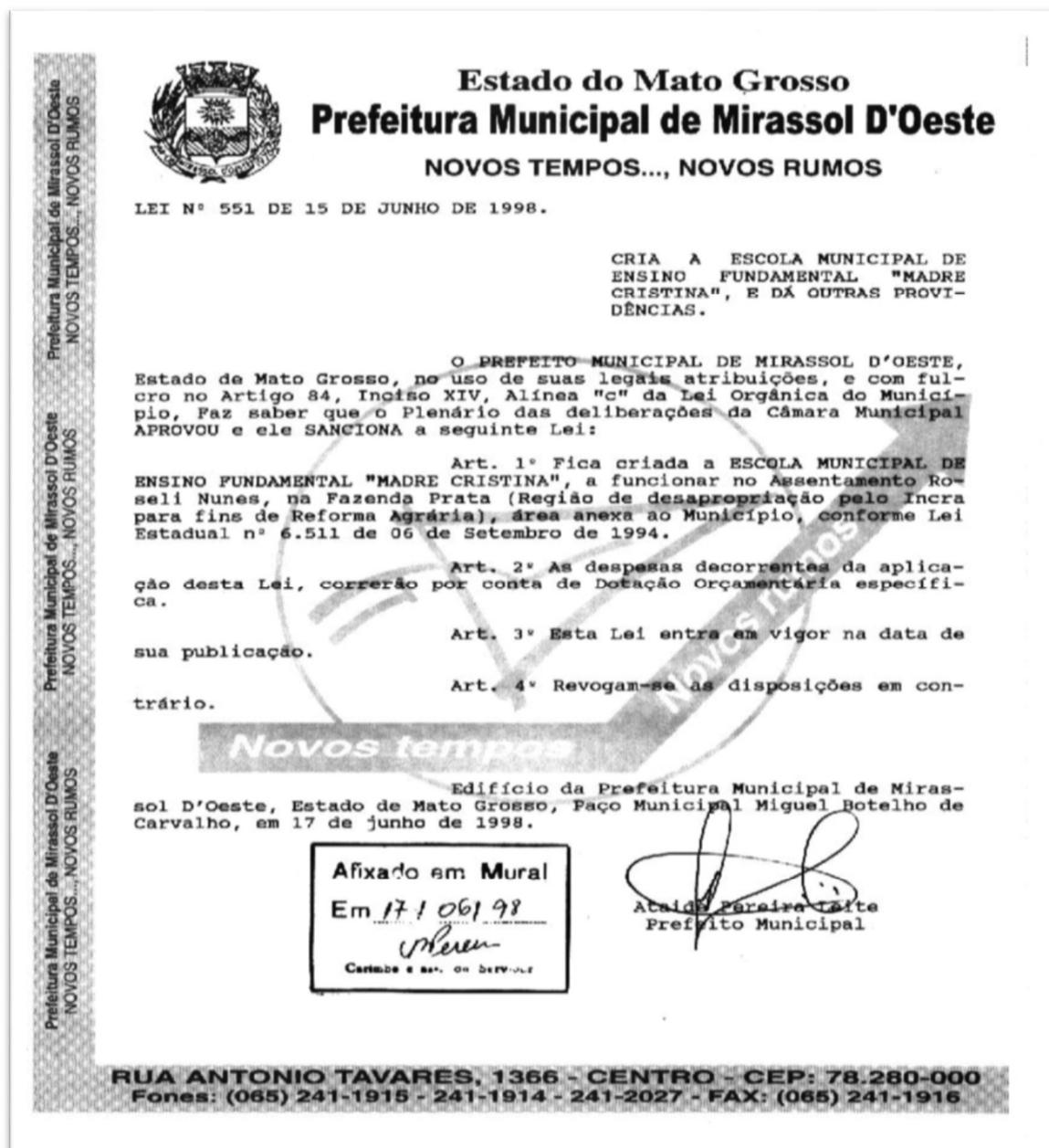
Nesse cenário, a Escola Madre Cristina, edificada pelas mãos dos trabalhadores, dava os seus primeiros passos. No ano de 1999, tornou-se possível ofertar entre a primeira à sexta série, a princípio, a sala de aula era feita de coqueiro coberto de lona. Conversamos com um dos primeiros educadores que trilhou o caminho da escola no Acampamento na Fazenda Facão, posteriormente, no comodato dentro da Fazenda Prata, na formação do Assentamento Roseli Nunes e, atualmente, pertence ao quadro de docentes da Escola Estadual Madre Cristina. Segue o relato sobre o início da oferta escolar na etapa do comodato:

Foi em 98 mesmo, que saiu de lá da Fazenda Facão, e viemos aqui para o pré-assentamento, para o comodato, foi em 98, abril de 98. E a escola de lá já veio pra cá também. Aí depois no outro ano em 99, eu estava vendo aqui o histórico do assentamento e o histórico da Escola Madre Cristina, que a gente vai passando o tempo e a gente vai perdendo um pouco da história [risos], ainda bem que a gente tem um pouco aqui anotado. Mas, é, foi em 98 mesmo, aí em 99 a gente conseguiu já a quinta e a sexta série. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 4 na Escola Estadual Madre Cristina).

A Escola Madre Cristina foi criada e consolidada pelos sujeitos que estavam acampados. A denominação da escola se deu em homenagem a uma mulher guerreira chamada Célia Dória Sodré, popularmente conhecida como Madre Cristina. Além de religiosa católica da Congregação de Santo Agostinho, Madre Cristina também foi psicóloga, educadora, militante e defensora da liberdade, pois, mesmo diante de ameaças, lutou levando consigo os preceitos da igualdade e justiça aos oprimidos (PPP, 2024).

Em outros momentos, a aula acontecia no pátio da prefeitura de Mirassol D'Oeste, como forma de manifesto por um espaço de qualidade destinado à oferta educacional. A situação sucedeu-se na legalização do funcionamento escolar pela Lei Nº 551 de 15 de junho de 1998, que criou a “Escola Municipal de Ensino Fundamental Madre Cristina” (Soares; Senra, 2019). Segue o documento legislativo (Figura 25):

Figura 25 – Mirassol D'Oeste (MT): Documento de criação da Escola Municipal Madre Cristina



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste (1998).

As dificuldades estruturais do espaço escolar no Assentamento Roseli Nunes eram inúmeras, no entanto, a luta por recursos e melhorias eram constantes, logo, nos anos 2000 e 2001, os assentados, preocupados com o ensino dos filhos, construíram algumas salas com tábuas e telhas, onde implantou-se a sétima e a oitava série⁷⁵ (PPP, 2024).

Em meados do ano de 2002, o parcelamento dos lotes interviu na continuidade das aulas, pois a distância e a péssima estrutura da estrada dificultavam o deslocamento dos estudantes,

⁷⁵A sétima e a oitava série correspondem, respectivamente, ao oitavo e nono ano do Ensino Fundamental.

cujos os sítios ficavam mais longe da escola, portanto, a única alternativa naquele momento, àqueles que pudessem frequentar as aulas, foi a extensão escolar localizada na comunidade Conquista da Fronteira (PPP, 2024).

Segue o relato de um dos primeiros educadores da Escola Madre Cristina a respeito dos conflitos com a secretaria estadual à época de formação do assentamento:

Me recordo dessa época, houveram muitos conflitos com a Secretaria Municipal de Educação, porque isso não era certo, nossas crianças tinham o direito de frequentar uma escola próxima ao sítio e não se deslocarem a tantas distâncias, e aí o que foi acontecendo, eles já não queriam mais estudar (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 4 na Escola Estadual Madre Cristina).

Em 2003, a dificuldade com a estrada ainda se fazia presente, fator culminante na evasão escolar do ano anterior, nesse caso, um ônibus buscava os alunos e levava-os por aproximadamente 30 km para estudar na Escola Municipal São José, localizada na comunidade Veredinha, área rural do município de Mirassol D’oeste (PPP, 2024).

Na disputa pela terra de trabalho, enraizou-se, também, a luta pela oferta do ensino centrado na Educação do Campo, alinhado aos interesses dos camponeses, ao desejo de ver seus filhos estudando perto do sítio, dentro do assentamento, em uma escola construída no campo com processo educativo fermentado na realidade vivida. Diante de muita persistência, a coletividade mais uma vez esteve presente por parte de membros dos núcleos familiares: “[...] toda ajuda era bem-vinda, porque todo mundo aqui queria ver os filhos estudando”. De forma voluntária, os sujeitos envolvidos na luta pela construção da escola contribuíram, também, com a compra de materiais e juntos construíram o espaço destinado à oferta educacional no próprio assentamento.

O pessoal se reuniu, quem podia colaborar com dinheiro ou com mão de obra, toda ajuda era bem-vinda, porque todo mundo aqui queria ver os filhos estudando. Foi difícil, não tinha energia elétrica no começo, mas as coisas foram se ajustando e hoje a gente tem essa escola grande e bonita (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Camponesa B do Assentamento Roseli Nunes).

De acordo com o título da reportagem especial da Revista Sem Terra (Figura 26), publicada no site do MST⁷⁶, “De tijolo em tijolo, Sem Terra construíram a primeira escola do campo em MT”, torna-se notável o destaque da Escola Madre Cristina, pois, além de ser a primeira instituição escolar do campo no estado de Mato Grosso construída a partir da cooperação de assentados, também se tornou uma simbologia de resistência, sobretudo,

⁷⁶Reportagem especial da Revista Sem Terra, por José Coutinho Junior. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/05/06/de-tijolo-em-tijolo-sem-terra-construiram-a-primeira-escola-do-campo-em-mt/>>. Acesso: em 20 out. 2022.

referência de organização por carregar em sua matriz curricular a Agroecologia e a formação de sujeitos críticos e participativos.

Figura 26 – Revista Sem Terra



Fonte: Reportagem de José Coutinho Júnior (2015).

Gradativamente, a escola se consolidou e acompanhou a conquista da terra, sofreu dificuldades estruturais e temporais, passou pelo comodato na Fazenda Prata, pela formação do Assentamento Roseli Nunes, até concretizar a Escola Madre Cristina, portanto, da luta pela territorialização camponesa, emergiu, também, a luta pela construção da Educação do Campo. Conforme Camacho (2014, p. 340): “É no diálogo e no conflito, na resistência e na superação, que o campesinato constrói a sua educação com sua identidade territorial”. E assim se tornou possível a escola do Assentamento, a partir do avanço das reivindicações iniciadas na ocupação organizada pelo MST na Fazenda Facão.

As palavras do jovem egresso da Escola Estadual Madre Cristina, onde também trabalhou na função do apoio administrativo, demonstram o anseio e a força pela materialização do espaço escolar dentro do Assentamento Roseli Nunes.

[...] quando começou eu era bem pequeno na época, era aluno, foi atrás de muitas lutas para conseguir esta conquista, de ter uma escola no campo. Foi através de várias reuniões que conseguimos trazer a escola para a zona rural (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 19 jun. 2024. Jovem camponês 13, egresso da Escola Estadual Madre Cristina).

No ano de 2004, concluíram o primeiro bloco com recursos advindos do Governo do Estado de Mato Grosso, disponibilizaram ônibus escolares para transporte dos estudantes, logo, a escola passou a pertencer à rede pública estadual de educação, nomeada como Escola Estadual Madre Cristina (Soares; Senra, 2019). A existência da escola, dentro da comunidade Roseli Nunes é resultado da mobilização e do esforço coletivo dos assentados, que juntos e compromissados construíram um espaço de formação escolar enraizado na resistência, na Educação do Campo e na solidariedade.

A educação oferecida pela escola não se limita apenas aos conteúdos curriculares da base comum, mas também incorpora em sua base diversificada a história e as vivências dos assentados e acampados oportunizando uma ligação significativa entre o currículo escolar e a realidade local, tornando a aprendizagem mais relevante e envolvente para os alunos. A unidade escolar atua como um espaço aberto e colaborativo, onde membros da comunidade são frequentemente envolvidos em projetos educacionais e atividades extracurriculares. Essa parceria fortalece os laços entre a escola e a comunidade, promovendo um senso de pertencimento e cooperação (PPP, 2024).

Esta trajetória da escola sintonizada com a luta pela terra, contada e recontada pelos assentados do Roseli Nunes, é fonte de orgulho, mas, também, de força para a caminhada dos jovens no tempo presente.

Atualmente, a Escola Estadual Madre Cristina (Figura 27) possui estrutura adequada de atendimento aos estudantes, se comparada ao espaço usado na oferta do ensino nos momentos do acampamento na Fazenda Facão, no comodato na Fazenda Prata e na formação do Assentamento Roseli Nunes. No entanto, necessita de reparos e pinturas, construção de salas, banheiros e laboratórios, aquisição de mobiliários e equipamentos, melhorias no espaço da cozinha e do refeitório, adequações de acessibilidade aos alunos com deficiências, e ampliação do acervo bibliográfico da biblioteca escolar, para assim, continuar a promover Educação do Campo de qualidade.

Figura 27 – Assentamento Roseli Nunes: Escola Estadual Madre Cristina



Fonte: Trabalho de campo, 13 set. 2023. Foto: da autora.

As etapas de ensino da educação básica ofertadas na escola, são: Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) e II (6º ao 9º ano), e Ensino Médio (1º, 2º e 3º ano). Também é oferecida a Educação de Jovens e Adultos (EJA) às pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade adequada.

A Escola Madre Cristina carrega em sua práxis pedagógica a bagagem histórica de caminhada do seu povo, iniciada nos tempos do acampamento, quando se procediam os estudos na perspectiva Itinerante para garantir educação aos filhos dos acampados que se deslocavam com suas famílias. Soares (2020, p. 67-68) ressalta essa trajetória da escola:

A Escola Estadual Madre Cristina nasceu da luta de um povo que rompeu com o latifúndio do saber, e, em movimento, acampados, em luta pela reforma agrária e organizados pelo MST, os camponeses se reuniram e formaram o coletivo de educação para a construção e organização da escola itinerante, escola que nasceu vinculada à luta pela terra e acompanhou o itinerário das famílias acampadas até a conquista da terra, seja nas mobilizações, nas caminhadas, nos despejos, nas ocupações, a escola se deslocava conforme a necessidade do Movimento.

Mais que um espaço organizativo onde acontecem o ensino-aprendizagem, a Escola Estadual Madre Cristina é, também, símbolo da unidade camponesa na luta pelo Assentamento Roseli Nunes, desde a cooperação iniciada no Acampamento Facão. Assim, brotou das lutas do movimento pela terra de trabalho, portanto, promove um ensino comprometido com a transformação social do campo e à permanência dos jovens na comunidade de Reforma Agrária, como apontado no regimento da escola.

I - Buscar uma ação educativa baseada no interesse, criatividade, disposição aos estudos no ensino, procurando desenvolver um conteúdo significativo para o educando, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

II - Promover a integração dos conteúdos (ética, meio, ambiente, saúde, pluralidade cultural, sexualidade, trabalho, consumo e cidadania) nas diversas disciplinas.

III - Incentivar a continuidade dos estudos mostrando ser o melhor caminho para formação geral e preparação para a vida, valorização do estudo na escola do campo.

IV - Fortalecer o compromisso com o sucesso do educando reduzindo o índice de repetência e garantir sua permanência na escola criando ambiente que fortaleça as relações entre educador, diretor, educando, pais, funcionários. E desta forma promovermos uma escola participativa e de qualidade.

V - Proporcionar o desenvolvimento e aprendizagem aos educandos (as) com necessidades especiais como distúrbios de aprendizagem e deficiência mental leve com a finalidade de facilitar sua integração entre educandos especiais e os considerados normais.

VI - Buscar junto a Secretaria de Estado de Educação a valorização do Magistério no sentido de garantir ao professor condições funcionais, financeiros, técnicas e materiais para melhor desempenho de suas funções.

VII - Manter seus objetivos de acordo com a proposta pedagógica como conteúdo que venha atender aos anseios e realidade da comunidade como proporcionais alterações visando integrar o educando as mudanças sociais.

VIII - Sensibilizar os educandos e educadores, comunidade do Assentamento ao desenvolvimento de estudo de pesquisa com foco a sustentabilidade e outros para fortalecimento da discussão do manejo da terra e sua conservação. (REGIMENTO ESCOLAR – ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA, 2023).

A Escola Estadual Madre Cristina representa um espaço educativo alçado nos princípios do respeito e valorização dos sujeitos sociais que vivem e trabalham no campo, é fruto da perseverança e da força de resistência do campesinato. Na fala que segue, notamos a importância da escola do campo na terra de Reforma Agrária: “[...] enfim a educação só traz coisas boas para o assentamento”.

A escola tem uma importância muito grande para o assentamento, primeiro é um cartão postal para toda região. Porque na região não tem uma escola de qualidade igual a Madre Cristina na zona rural e com o prédio que tem, também é muito bom os pais ter seus filhos estudando ali no assentamento até o Ensino Médio. Os alunos só vão sair dali quando for fazer um curso de nível superior. Através da escola tem que ter uma estrada boa, e também construiu o posto de Saúde de frente a escola, próxima a escola temos duas igrejas, e enfim a educação só traz coisas boas para o assentamento então a importância é muito grande para todos nós. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 19 jun. 2024. Jovem camponês 13, egresso da Escola Estadual Madre Cristina).

Diante da situação estrutural da escola, desde o início até a sua concretização, percebemos que a esperança e a força de vontade dos assentados foram os sentimentos que moveram “paus e pedras” para ver os Sem Terra estudando, simultaneamente, lutando com seus pais pela Reforma Agrária, por Educação do Campo e pelo futuro da agricultura camponesa. Neste sentido, a escola passa a ser o lugar político da reprodução social do campesinato, conforme ressalta Soares e Senra (2019, p. 24):

É uma escola que acompanha o itinerário das famílias Sem Terra, garantindo o direito à educação e à escolarização de crianças, jovens e adultos, desde o período do acampamento, que caminhou com as famílias, que foi itinerante e construída com o apoio financeiro e trabalho voluntário dos assentados, e tem como objetivo, auxiliar na formação humana dos sujeitos que a compõem e, portanto, busca socializar os conhecimentos produzidos ao longo da história e que, tantas vezes, foram negados.

Enquanto instituição formativa da Educação do Campo, a Escola Estadual Madre Cristina representa a herança de luta, não apenas por ser fruto da conquista dos Sem Terra, mas porque promove formação humana e social assentada numa visão crítica do mundo, junto aos filhos dos assentados e de muitas crianças que ainda poderão herdar uma educação camponesa, baseada nos princípios da Terra de Trabalho e da Agroecologia.

5.4 AGROECOLOGIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA

A educação contribui na criação e recriação do campo porque através dela renovam-se os valores e as atitudes, os conhecimentos e as práticas de pertença à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos do campo na luta, e em luta pela terra como um direito social porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, assim busca saídas e alternativas para o modelo de desenvolvimento rural, passando a pautar-se pelos princípios da agroecologia e da sócio-economia solidária (RECK, 2007, p. 21).

Iniciamos este subcapítulo com a citação de Reck (2007) como forma de reforçar a importância em articular a Educação do Campo ao modelo produtivo da Agroecologia. Ofertar uma formação integrada à realidade social e produtiva em que os jovens estão inseridos, traduz-se no fortalecimento da agricultura camponesa sustentável, na geração de renda, autonomia, para que a juventude assuma tarefas na dinâmica organizacional da unidade de produção camponesa.

A territorialização da Agroecologia no Assentamento Roseli Nunes inserida no processo educativo dos filhos dos camponeses (por meio de projetos pedagógicos, cursos técnicos,

parcerias com associações e instituições, encontros formativos, aulas de campo e oficinas), torna-se instrumento de oposição à ideologia da agricultura capitalista.

A importância de construir uma escola comprometida com a educação e trabalho, pensada, especialmente, para os jovens que estão iniciando o Ensino Médio e vão dar sequência nos estudos, esteve em pauta de discussão no I Seminário Nacional Sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária, realizado no ano de 2006 em Luziânia-GO.

Trata-se de pensar uma escola para os jovens e dos jovens, vistos como pessoas e como sujeito coletivo que integra uma identidade social mais ampla: de Sem Terra, de camponeses, de classe trabalhadora. E pensar especialmente em uma escola para aqueles jovens que estão concluindo a educação fundamental e devem ter alternativas para o prosseguimento regular de seus estudos escolares sem ter que sair do campo (MST, 2006, p. 06).

Por ser um locus formativo no Assentamento Roseli Nunes, a Escola Estadual Madre Cristina atua na articulação entre educação e trabalho⁷⁷, o saber e a prática, pois em sala de aula é possível discutir conceitos que possuem relação com a realidade vivida e, assim, estimular a participação crítica dos estudantes. Também possui um currículo estruturado conforme a Base Nacional Comum Curricular, segue o Documento de Referência Curricular (DRC/MT) em consonância às orientações curriculares para Educação do Campo em Mato Grosso, a fim de integrar às práticas pedagógicas, os conhecimentos da cultura camponesa, as questões ambientais, sociais, econômicas e políticas da sociedade.

O currículo da Escola Madre Cristina, voltada para o contexto do campo, é desenvolvido com base nas especificidades e demandas dessa realidade. Inspirado nas orientações curriculares para Educação do Campo em Mato Grosso, o currículo da escola se pauta pela valorização dos saberes e práticas próprios do campo, incorporando a temporalidade e os conhecimentos locais dos estudantes. Nesse sentido, o currículo da escola do campo se propõe a ser um instrumento de fortalecimento da identidade cultural e social dos alunos, reconhecendo a importância da sucessão camponesa e o respeito pela história e memória coletiva dos assentamentos. Além disso, busca-se promover uma educação contextualizada e emancipatória, que estimule a participação ativa dos estudantes na transformação de sua realidade e na construção de uma sociedade mais justa e sustentável (PPP, 2024, p. 21).

A escola desenvolve projetos educativos que promovem a consciência ambiental, aprendizados práticos e teóricos sobre a Agroecologia. Destacamos os projetos (Quadro 13): Minhocário, Horta Escolar, Produção de Mudas, Pesquisa e Análise Crítica.

⁷⁷No MST existe “uma intrínseca relação entre educação e trabalho” (Bauer, 2008, p. 93).

Quadro 13 – Escola Estadual Madre Cristina: projetos

PROJETOS	OBJETIVOS
MINHOCÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> • Observar e compreender diretamente o ciclo de vida das minhocas e seu papel crucial na manutenção da saúde do solo. • Proporcionar uma fonte de renda para os estudantes, pois, os alunos podem vender o húmus produzido para agricultores locais, jardins comunitários e até mesmo para o público geral em feiras e mercado.
HORTA ESCOLAR	<ul style="list-style-type: none"> • Despertar nos alunos o trabalho em equipe e a preservação do meio ambiente. • Experimentar novas formas de produção sustentável por meio da prática da Agroecologia.
PRODUÇÃO DE MUDAS	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os biomas locais através da produção de mudas da flora local, refletindo também na valorização da fauna.
PESQUISA E ANÁLISE CRÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Despertar no aluno a importância da pesquisa e análise crítica sobre as diversidades culturais, históricas, da fauna e flora regionais.

Fonte: PPP (2024). Organizado pela autora.

Comprometida em oferecer um ensino de qualidade, a Escola Estadual Madre Cristina busca parcerias para fortalecer o vínculo entre educação, terra, trabalho e família, de modo a avançar na matriz curricular e nas práticas educativas emancipatórias atreladas aos saberes do campesinato. Destaca-se no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2024) da escola, as parcerias com associações e instituições de ensino público superior: Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), Centro de Tecnologia Alternativa (CTA), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE).

A escola também se destaca por suas parcerias com movimentos sociais e instituições educacionais que promovem a ideologia da Educação do Campo e fortalecem a identidade camponesa. Dentre esses, a ARPA (Associação Regional) colabora em iniciativas que valorizam a cultura e a economia local, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário. O CTA (Produtores Agroecológicos) incentiva práticas agrícolas sustentáveis e a integração dos alunos com a realidade agrícola, fortalecendo a educação contextualizada e prática. As parcerias com instituições de Ensino Superior, como a UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) e a UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso), são igualmente importantes. A UNEMAT participa de programas de formação continuada para os professores e desenvolve projetos de extensão que beneficiam a comunidade escolar, enquanto a UFMT contribui com pesquisas e projetos que visam o desenvolvimento educacional e social da região, promovendo a integração entre teoria e prática. A FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) oferece suporte técnico e pedagógico, auxiliando na implementação de políticas educacionais que valorizam o contexto rural e camponês (PPP, 2024, p. 14-15).

As parcerias realizadas pelas instituições de ensino e associações de produção de alimentos saudáveis contribuem no fortalecimento da abordagem agroecológica inserida em disciplinas, projetos de pesquisas, núcleos de estudos e cursos de extensão destinados aos estudantes.

As atividades desenvolvidas no coletivo representam estímulos aos jovens camponeses, devido as alternativas de gerar renda com a produção diversificada na perspectiva agroecológica, visando a auto-organização da juventude dentro do assentamento. Essas ações desenvolvidas pelas parcerias propiciaram aprendizados e entrelaçaram dois processos dinâmicos: Educação e Agroecologia.

Incorporar a Agroecologia no processo de ensino e aprendizagem da Educação do Campo, se traduz na significância de propiciar aos estudantes conhecimentos e práticas de conservação da natureza em contraposição à produção capitalista e todas as formas de agressão ao meio ambiente e à vida. Conforme afirma Zart (2017, p. 06): “A agroecologia é entendida como uma ciência que estabelece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar e avaliar os agroecossistemas”.

Ao pensar um processo educativo com um currículo que contempla o trabalho na terra e valoriza a produção camponesa, no ano de 2012 a Escola Estadual Madre Cristina conseguiu a implantação do Ensino Médio Diversificado (EMD), nessa modalidade, os jovens estudantes tiveram a oportunidade de cursar mais quatro disciplinas voltadas ao interesse e realidade dos alunos que vivem e trabalham no campo: Agroecologia, Olericultura Orgânica, Economia Solidária⁷⁸ e Agricultura familiar.

As disciplinas diversificadas foram ofertadas em horário oposto ao ensino regular, devido a junção de aulas teóricas e atividades de campo que, por sua vez, oportunizavam os jovens colocar em prática no próprio sítio, o aprendizado teórico adquirido em sala de aula.

O Ensino Médio Diversificado representa o início da propagação do conhecimento agroecológico dentro do currículo da Escola Estadual Madre Cristina, entretanto, apenas duas turmas tiveram a oportunidade de obter formação nessa modalidade. A primeira turma iniciou o ano letivo em 2012 e concluiu em 2014, a segunda, iniciou em 2013 e concluiu em 2015. Posteriormente, o Ensino Médio Diversificado foi retirado da oferta curricular, devido a implementação do Curso Técnico em Agroecologia, conforme a fala que segue:

Nós ficamos muito tristes quando encerrou a oferta do Ensino Médio Diversificado, porque os alunos saíam do terceiro ano com outra visão, mas era pra implementar o Curso Técnico em Agroecologia, então, pensamos que poderia ser mais vantajoso para

⁷⁸Inserir a Economia Solidária no currículo da Educação do Campo, consiste em formar sujeitos estimulados à prática da produção organizada com base no trabalho associado. De acordo com Zart (2017, p. 05), esse caminho permite “[...] a construção de valores social de valores, práticas e, por conseguinte, de estruturas e relações sociais que promovam a existência humana substanciada na cooperação, na colaboração, na reciprocidade, na participação, na igualdade social e no reconhecimento das diversas culturas que constituem o mosaico da sociedade brasileira”.

a formação profissional e também pela continuidade dos jovens aqui no Assentamento, nos sítios, ter a própria produção e até trabalhar na ARPA (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Colaborador (a) B na Escola Estadual Madre Cristina).

Em 2014, implantou-se na Escola Estadual Madre Cristina o Curso Técnico em Agroecologia por meio do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) – ofertado, conforme o Decreto Federal Nº. 5.154/2004, aos alunos que possuem a conclusão do Ensino Fundamental e, assim, de forma integrada, conduzir à habilitação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2004). Até o final da década de 1990, a formação do Ensino Médio e cursos técnicos profissionalizantes eram etapas separadas, com a revogação do Decreto 2.208/97⁷⁹, tornou-se possível fazer a junção entre o nível médio e tecnológico em escolas públicas de educação básica, possibilitando qualificação profissional na escolarização.

A gestão da Escola Estadual Madre Cristina nos repassou documentos que serviram de orientação para analisar o desenvolvimento do curso técnico em Agroecologia. Entre esses documentos, tivemos acesso ao Plano de Curso do EMIEP (Quadro 14), anexado ao Regimento Escolar do ano de 2014, que possibilitou a compreensão dos princípios, objetivo geral, objetivos específicos, justificativa, metas, procedimentos metodológicos, conteúdos, formas de avaliação, tempo de duração, e, formação continuada.

⁷⁹ Fruto de uma intensa mobilização sobre a necessidade de superação, tanto de um "Ensino Médio" generalista e descolado das questões do mundo do trabalho organizativo da luta social, como de uma educação profissional fragmentada e adestradora de mão de obra. Com a revogação do decreto 2.208/97, tornou-se possível inspirar práticas na perspectiva de uma educação básica integral e politécnica (MST, 2006).

Quadro 14 – Escola Estadual Madre Cristina: Plano de Curso – EMIEP em Agroecologia

PRINCÍPIOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Educação de qualidade social para todos os estudantes; • Compromisso com a educação básica do campo; • Educação voltada ao cultivo de valores morais e sociais; • Educação para o trabalho em cooperação; • Educação como processo de formação e transformação humana em diálogo com o desenvolvimento sustentável.
OBJETIVO GERAL:	<p>O Ensino Médio Integrado a Educação Profissional – Técnico em Agroecologia – ofertado na Escola Estadual Madre Cristina, visa proporcionar aos alunos, formação integral do cidadão, profissional crítico, reflexivo, competente, e, comprometido com as transformações sociais, políticas, e, culturais, em condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva da edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, contribuindo com a redução das desigualdades sociais.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Levar os jovens do campo a pesquisar e conhecer manejos alternativos e organização de produção, melhorando o relacionamento do ser humano com a meio onde vive; • Aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; • Preparar o educando para o trabalho e exercer a cidadania como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; • Compreender os fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina; • Oferecer aos educandos do campo uma educação de qualidade, adequando os conteúdos a sua realidade e necessidade, sendo flexível e respeitando a diversidade do campo em todos os seus aspectos; • Propiciar uma preparação básica para o trabalho dando condições a observação, pesquisa a novas descobertas fazendo a integração dos conhecimentos já adquiridos e aperfeiçoar; • Incentivar a produção diversificada na forma de policultura, priorizando a produção camponesa.
JUSTIFICATIVA:	<p>A oferta do Curso Ensino Médio Integrado a Educação Profissional - Técnico Agroecologia - na Escola Estadual Madre Cristina, justifica-se pela necessidade de profissionais treinados na área de agroecologia em nosso município, devido à qualificação e requalificação da mão-de-obra para as mudanças que emergem a todo instante no mercado de trabalho, como, a crescente comercialização de produtos agroecológicos.</p>
METAS:	<p>O Ensino Médio Integrado a educação profissional em Agroecologia, tem como metas desenvolver ações projetadas às práticas pedagógicas voltadas a sustentabilidade, que fortaleçam novas formas de desenvolvimento no campo, baseada na justiça social, cooperação agrícola, no respeito à vida, e, na valorização da cultura camponesa.</p> <p>Busca-se também, garantir não só a permanência do jovem, mas, também, a sua aprendizagem significativa para que ele atue no campo com qualificação.</p>
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas interdisciplinares; • Seminários; • Oficinas; • Visitas técnicas; • Projetos; • Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

CONTEÚDOS:	<p>Os conteúdos são voltados à representação dos valores culturais, artísticos e ambientais da região em que se localiza a Escola Madre Cristina, pensados a partir da realidade dos sujeitos do campo, a contemplar a produção da agricultura camponesa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução a agroecologia; • Manejo ecológico do agroecossistema; • Agro-biodiversidade em unidades de produção familiar; • Uso e manejo Sustentável do solo; • Levantamento topográfico; • Mecanização na agricultura familiar; • Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável; • Cooperação e agroindústria familiar; • Agropecuária de base ecológica e produtos alternativos utilizáveis na produção; • Planejamento e administração nas unidades de produção agroecológica; • Uso e manejo dos recursos hídricos; • Sistema de produção agroflorestal; • Projetos e instalações agroecológicas; • Economia solidaria; • Legislação ambiental e certificação de produtos agroecológicos.
AValiação:	<p>O processo de avaliação da escola Madre Cristina acontece pelo processo contínuo, considerando o desenvolvimento, e, a participação dos educandos nas atividades propostas em sala e extra sala, levando em conta a formação humana e o contexto da escola, participativa com elementos sequenciais na qual garantimos avançar no conhecimento pedagógicos, que as práticas sejam voltadas à realidade do campo, respeitando as diversidades existentes, tais como, cultura, economia e as questões sociais valorizando as experiências do campo e a permanência na mesma, bem como, a formação dos cidadãos responsáveis pelos cultivos e preservação do meio ambiente.</p> <p>Para a conclusão do curso EMIEP é necessária a entrega e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, para uma banca constituída por professores do curso. A avaliação do TCC irá considerar os critérios de: domínio do conteúdo, linguagem clara, postura, interação, nível de participação e envolvimento, e, material didático (recursos utilizados e roteiro de apresentação). O mesmo deverá estar dentro das normas padrão da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).</p>
DURAÇÃO:	Três anos para conclusão.
FORMAÇÃO CONTINUADA:	<p>A formação continuada no EMIEP Curso Técnico em Agroecologia consiste em uma sistemática de aperfeiçoamento técnico profissional dos educadores, onde os princípios pedagógicos, filosóficos e legais que subsidiam a organização, conduzem a um fazer pedagógico. O trabalho coletivo acontece entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento, professores de base científica, e, da base tecnológica específica. Para tanto, os professores, articulados pela equipe técnico-pedagógica deverão desenvolver reuniões mensais objetivando a integração do curso, sendo necessária a existência de um professor Coordenador de Curso, com graduação na área de Agroecologia, responsável pela organização, decisões, encaminhamentos e, acompanhamento do Curso.</p>

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Madre Cristina (2014). Organizado pela autora.

Conforme o Plano de Curso, durante o EMIEP cada estudante, acompanhado por um professor orientador, desenvolvia uma pesquisa que resultava na entrega e apresentação do

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente curricular obrigatório à obtenção do título de Técnico em Agroecologia. A apresentação do TCC acontecia perante uma banca de defesa, constituída por docentes internos da escola e profissionais externos, convidados de outras instituições de ensino para compor a banca, prontos a avaliar o processo metodológico, a pertinência do desenvolvimento da pesquisa antagônica à visão ideológica da agricultura capitalista.

A inserção da matriz agroecológica na Educação do Campo, principalmente nas áreas de Reforma Agrária, propõe uma base de organicidade fundamentada na formação para o trabalho, produção sustentável e educação de qualidade pensada para a juventude camponesa como alternativa de (re)criação, sem a necessidade de sair da terra conquistada.

Uma atividade prática do EMIEP em Agroecologia, desenvolvida no espaço escolar com muito êxito, refere-se a horta agroecológica (Figura 28), construída pelos jovens estudantes que, muitas vezes, replicavam a atividade no sítio dos pais, ou seja, uma aprendizagem aplicada na vivência do seu cotidiano. A elaboração da horta possibilitou o entrelaçamento entre os conhecimentos teóricos da sala de aula e a prática no preparo do solo, cultivo das plantas, aplicação de caldas agroecológicas, enfim, no cuidado com a terra.

Figura 28 – Escola Estadual Madre Cristina: horta do EMIEP em Agroecologia



Fonte: Arquivo do EMIEP em Agroecologia.

De acordo com a juventude egressa do EMIEP em Agroecologia, o curso representou grande importância na sua prática social, devido aos conhecimentos adquiridos de promoção da resistência ao monocultivo, evidenciando que é possível construir áreas livres de agrotóxicos e transgênicos: “[...] Esse curso me ajudou muito, aonde hoje eu trabalho, que é sobre

agroecologia, comercialização, enfim, sobre tudo”. “[...] Os aprendizados que eu tive com o curso são todos usados na produção das coisas no sítio” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovens camponeses 3 e 6).

Então foi muito importante esse curso na minha vida, inclusive hoje eu trabalho numa associação que é a ARPA - Associação Regional de Produtores Agroecológicos. Esse curso me ajudou muito, aonde hoje eu trabalho, que é sobre agroecologia, comercialização, enfim, sobre tudo. E, assim, agora eu vejo o quanto hoje ele foi importante pra mim, mas, na época eu não via. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 3).

Os aprendizados que eu tive com o curso são todos usados na produção das coisas no sítio. Foi uma grande experiência, ensinou muita coisa que as vezes a gente não tinha consciência, mas com os professores explicando, mostrando as consequências dos agrotóxicos, foi muito importante. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 6).

No relato de outro (a) jovem egresso (a) do EMIEP, observamos a sua percepção acerca das contribuições profissionais e as experiências obtidas com o desenvolvimento pedagógico das disciplinas.

Esse curso teve importância sim, porquê, como o próprio nome já diz: EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Desde então, a gente tinha uma experiência, tinha um cronograma, tinha que acompanhar as aulas nesse período, tinha essas responsabilidades, a gente fazia visitas técnicas, enfim, a gente tinha um cronograma pra seguir, pra acompanhar, tinha uma disciplina relacionada a Administração Rural, aí já ajuda né? A gente tem uma certa ideia pra trabalhar em relação a essa área aí, então ajudou também nessa questão, entendeu? Da área profissional, de ter uma experiência, aí você tem uma responsabilidade de acompanhar as aulas, de acompanhar o cronograma, assim como acontece de fora, como na faculdade, que você tem que fazer a mesma coisa, tem que acompanhar o cronograma dos professores, enfim, traz mais responsabilidade, e estão ajudando nessas questões. Bom é isso! (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 1).

O conhecimento obtido na teoria da sala de aula foi colocado em prática na unidade de produção camponesa por muitos jovens estudantes egressos (as) do EMIEP em Agroecologia, senão vejamos: “[...] Eu tenho muitos colegas que hoje trabalham no Assentamento produzindo produtos orgânicos e levaram os conhecimentos deles pro dia a dia. A gente tem alunos ali vivendo de horta, de leite [...]”.

Eu tenho 20 anos. Eu participei da última turma do EMIEP que é o Ensino Médio integrado em agroecologia ali da ‘Madre Cristina’, me formei em 2020. Eu sou muito grata ao curso, eu aprendi muito, ele era bem puxado, a gente estudava em período integral, e aí era puxado pra gente, bem puxado. Eu tenho muitos colegas que hoje trabalham no Assentamento produzindo produtos orgânicos e levaram os conhecimentos deles pro dia a dia. A gente tem alunos ali vivendo de horta, de leite, a gente aprendia muito sobre tudo, a gente estudava sobre agropecuária, com manejo de gado, sobre as leis que defendia o produtor, o que era nosso direito o que não era, eu aprendi bastante. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 4).

Percebemos que as contribuições do curso não foram apenas na dimensão pedagógica sobre o trabalho na terra, mas, sobretudo, na formação política para o conhecimento dos direitos, conforme o relato que segue: “[...] a gente aprendia muito sobre tudo [...] sobre as leis que defendia o produtor, o que era nosso direito o que não era, eu aprendi bastante”.

Segundo Zart (2012), a dinâmica organizacional realizada no processo formativo do EMIEP em Agroecologia com suas disciplinas e atividades, contribuiu no desenvolvimento da autonomia da juventude camponesa. Afirmção corroborada na entrevista:

Eu fiz o curso técnico em Agroecologia e hoje eu tenho a minha produção agroecológica, de onde eu tiro o sustento da minha família e também posso comercializar esses produtos na feira e nos mercados. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 6).

Muitos jovens migram da sua terra de vida por não ter outras formas de sustento para subsidiar a permanência. Ao finalizar o curso em Agroecologia, os jovens se sentiram motivados a continuar no território camponês, com geração de renda viabilizada pela comercialização dos produtos agroecológicos produzidos nas unidades familiares camponesas – o que evidencia concretamente o papel fundamental que a Educação do Campo e a Agroecologia desempenham para a permanência da juventude camponesa. Situação que pode ser apreendida neste relato do (a) entrevistado: “[...] aqui mesmo eu tenho a minha própria renda e se eu fosse pra cidade teria que gastar pra me manter”.

Então, antes de terminar o curso técnico em Agroecologia eu até pensava em sair do Assentamento depois que terminasse, pra poder trabalhar, mas aí quando eu me formei eu comecei a ajudar meu pai na horta, na plantação, levava os produtos pra vender nas feiras, uma feira da cidade e a outra daqui mesmo, então, eu fui ficando porque aqui mesmo eu tenho a minha própria renda e se eu fosse pra cidade teria que gastar pra me manter. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 2).

Autonomia e liberdade foram elementos adquiridos na formação técnica do EMIEP que, por sua vez, proporcionou experiências para realização da própria produção agroecológica no Assentamento Roseli Nunes. A partir da fala: “Aqui no sítio a gente que faz o horário de trabalhar [...] Eu não troco essa vida calma pra trabalhar pros outros não”.

Aqui no sítio a gente que faz o horário de trabalhar, tem dia que a gente levanta mais cedo, tem época que tá mais sossegado, de tarde quando o sol refresca a gente dá uma capinada. Eu não troco essa vida calma pra trabalhar pros outros não. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 6).

A partir da fala, notamos a auto-organização na realização da sua rotina de trabalho, o respeito ao tempo da terra, a liberdade de controle da sua produção e de escolha, a não se sujeitar ao trabalho assalariado da agricultura capitalista. Essa autonomia da unidade camponesa, “[...]”

diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço” (Bombardi, 2004, p. 200).

Houve significativas contribuições trazidas pelo EMIEP em Agroecologia, não somente à obtenção de conhecimentos formais, mas no encaminhamento da juventude camponesa em direção ao trabalho solidário exercido pelos estudantes na horta agroecológica da escola, na práxis das disciplinas, de modo a valorizar os saberes do campo, a preservar o meio ambiente e a vida.

Neste sentido, seguem os relatos de estudantes egressos sobre as contribuições do EMIEP em Agroecologia:

Esse curso em agroecologia que eu fiz, foi o EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, formei nesse curso aí no Ensino Médio, e ele trouxe uma importância pra mim no que se refere a visão que eu tinha e que tive depois de fazer o curso. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 2).

Nesse curso, a gente abre várias temáticas nele, é conservação do solo até disciplinas de administração, é de impactos no meio ambiente, demais temáticas em relação à agroecologia. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 4).

A formação no curso técnico em Agroecologia representou grande significância à continuidade da juventude camponesa. A partir dos conhecimentos adquiridos no curso, juntamente aos conhecimentos prévios de vivência no campo, os jovens puderam organizar a sua própria produção de base agroecológica, gerar renda para o sustento do núcleo familiar e alimentar-se de forma saudável (Ribeiro, 2019).

Essa contribuição do curso encontra respaldo nas falas dos (as) jovens egressos (as) do EMIEP em Agroecologia: “[...] contribui muito pro meu conhecimento e na permanência do campo. [...] Não tenho a mínima vontade de morar na cidade”.

O curso que eu fiz foi o Técnico em Agroecologia do EMIEP aqui da Escola Madre Cristina, no começo eu não queria muito, eu não gostava muito da área, mas ele contribuiu muito pro meu conhecimento e na permanência do campo. Por que? Eu queria ir de qualquer forma pra cidade, pra estudar. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 1).

Graças ao conhecimento que eu obtive no curso, eu aprendi a gostar e de viver ali, e de contribuir de alguma outra forma ali no campo mesmo né, à minha permanência no campo. Já tem dois anos que eu terminei e eu ainda continuo morando no campo. Não tenho a mínima vontade de morar na cidade. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 2).

Por meio das entrevistas, entendemos que as possibilidades de permanência da juventude camponesa estão relacionadas com a percepção dos jovens do campo enquanto lugar de oportunidades, de inovação, e a produção agroecológica é parte desta visão do novo, trata-

se de produzir alimentos saudáveis ao autoconsumo da unidade familiar, comercializar e consolidar a sua autonomia financeira, além disso, ter uma vida mais tranquila. Portanto, enfatizamos nesta Tese a importância de políticas públicas sociais desenvolvidas no campo para permanência na terra dos filhos (as) da Reforma Agrária, voltadas à educação em todos os níveis de ensino, acesso à terra, créditos para produzir, vias de comercialização dos produtos agroecológicos, para, assim, os jovens obterem sustento com seu trabalho e vida digna.

No que tange a compreensão de um (a) educador (a) do campo do Ensino Médio, da Escola Estadual Madre Cristina, é nítida a influência positiva da inserção das práticas camponesas no currículo escolar do EMIEP para a permanência da juventude: “O EMIEP em Agroecologia mudou a visão de muitos jovens que cursaram o Técnico, a maioria que concluíram continuaram aqui no Assentamento” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 1 do EMIEP em Agroecologia).

Os relatos confirmam que existe um forte sentimento de pertencimento enraizado no Assentamento Roseli Nunes, consolidado no modo de ser jovem camponês, onde a luta pela/na terra e educação simbolizam um ato de resistência, uma possibilidade de reprodução do campesinato, das práticas agroecológicas, a continuidade da vida e dos sonhos de emancipação social, enquanto sujeito da/na terra. Essa leitura é confirmada pelo (a) educador (a) do campo da Escola Estadual Madre Cristina: “Percebi que aflorou o sentimento de pertencimento aos jovens que participaram diretamente do EMIEP. Inclusive, uma grande parte destes jovens desenvolviam atividades que aprendiam no curso, em seus lotes”. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 3 do EMIEP em Agroecologia).

As experiências agroecológicas manifestadas no cotidiano dos jovens assentados foram obtidas nas práticas educativas do EMIEP por meio da conjunção entre os saberes tradicionais aos conhecimentos científicos, vistos em sala de aula. Situação mencionada na fala do (a) jovem que cursou a última turma do EMIEP: “[...] Minha mãe tinha sítio, então a gente produzia horta lá, mexia com gado, eu usava bastante do meu conhecimento no meu dia a dia”.

O curso me mostrou muitas concepções sobre a forma de produzir corretamente, que a gente tem como trabalhar na terra sem prejudicar o meio ambiente, viver em harmonia ali, contribuindo pra preservação da natureza, produzir produtos orgânicos e livres de agrotóxicos pra população, nos ensinava a empreender. Minha mãe tinha sítio, então a gente produzia horta lá, mexia com gado, eu usava bastante do meu conhecimento no meu dia a dia, mas tem outros colegas que vivem disso hoje, entendeu? (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 5).

A Agroecologia destaca-se como centralidade na (re)criação camponesa, carregada de conhecimentos fundamentados na inter-relação com a natureza e seus recursos, em respeito à

continuidade da vida humana. Preocupação evidenciada no relato do (a) jovem que cursou o EMIEP em Agroecologia.

Então, lá nesse curso mostra que a aplicação de agrotóxicos, por exemplo, que é o que mais acontece no meio rural, nos sítios, até pra minha família fazer aplicação, agrotóxicos, traz uma visão que isso pode ser prejudicial de acordo com o tempo, futuramente. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 4).

O curso EMIEP em Agroecologia formou jovens profissionais com competência técnica e com saberes sobre o trabalho no cotidiano da terra. Entretanto, foi retirado da matriz curricular, nesse caso, coube à escola ofertar aos jovens do campo apenas o Ensino Médio regular. Diante dos relatos concedidos por alunos egressos, entendemos que o Técnico em Agroecologia não só potencializou a aprendizagem sobre a sustentabilidade ambiental, soberania alimentar e produção agroecológica no campo, como também, oportunizou a auto-organização da juventude camponesa para o trabalho, experiências, estudos, visitas e aprendizados, adquiridos pelos jovens estudantes nos três anos de formação no Ensino Médio profissionalizante.

5.5 A RETIRADA DO EMIEP EM AGROECOLOGIA NA ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA: RETROCESSO E CONSEQUÊNCIAS PARA A JUVENTUDE CAMPONESA

A escola do campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los, coletivamente (Caldart, 2002, p. 24).

A Educação do Campo é território em disputa, portanto, apesar dos avanços pedagógicos e formativos da Escola Estadual Madre Cristina, as dificuldades continuaram em razão das investidas do Estado direcionado em acabar com as conquistas alcançadas no bojo da Reforma Agrária, buscando impedir o ensino participativo e qualificado que nasceu das ações coletivas e enfrentamentos via encontros, reuniões, protagonizadas pelos movimentos e organizações sociais em prol de projetos voltados aos sujeitos sociais do campo. De acordo com Soares e Senra (2019, p. 13):

A cada ano são novas investidas do Estado em acabar com estas turmas, e juntamente com os/as assentados/as e representantes do MST, marcam audiência na Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer – SEDUC/MT, fazem atas, justificativas e recolhem assinaturas, para que estas modalidades de ensino continuem com salas abertas e possibilitem uma educação diferenciada e de qualidade.

O EMIEP em Agroecologia teve atuação de sete anos na Escola Estadual Madre Cristina, a primeira turma iniciou-se no ano de 2014 e a quinta e última turma formou-se em 2020, que totalizaram a oferta de cinco turmas, como demonstrado na tabela 7.

Tabela 7 – Escola Estadual Madre Cristina: turmas do EMIEP em Agroecologia

TURMAS	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
1ª	2014	2016
2ª	2015	2017
3ª	2016	2018
4ª	2017	2019
5ª	2018	2020

Fonte: Dados da Escola Estadual Madre Cristina. Organizado pela autora.

O EMIEP ofertado na modalidade da Educação Profissional, representou uma motivação extra para os alunos matriculados, pois, ao concluir teriam o diploma do Ensino Médio e mais a formação no Técnico em Agroecologia, além dos conhecimentos adquiridos durante o curso. De acordo com a Secretaria Escolar: “[...] Entre as turmas de formandos dos anos 2016 a 2020, foram 70 alunos matriculados, dentre esses estão os 50 alunos concluintes, o restante entre desistentes e transferidos para outras escolas e de turma” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Secretaria da Escola Estadual Madre Cristina).

Os dados apresentados pela Secretaria Escolar mostram êxito do curso, ou seja, um quantitativo de 20 alunos que desistiram do EMIEP ou foram transferidos de turmas e escola, logo, foram 50 alunos concluintes entre os anos 2016 a 2020. Portanto, 50 jovens alcançaram o término do Ensino Médio na Escola Estadual Madre Cristina com um diploma complementar, devido a habilitação no curso Técnico em Agroecologia. Entretanto, foi retirado da matriz curricular, nesse caso, coube a escola ofertar aos jovens do campo apenas o Ensino Médio Regular, que contém a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos.

Depois que terminou o EMIEP não teve mais nenhum curso técnico. Agora a gente só tem Ensino Médio regular, e os anos iniciais também. Mas não tem mais curso técnico pra cá, infelizmente, porque era uma demanda muito importante. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 05 jun. 2024. Secretaria da Escola Estadual Madre Cristina).

O encerramento do curso desvelou o grande descaso do Estado. De acordo com a Secretaria da Escola Estadual Madre Cristina, nenhum órgão do Governo Estadual de Educação deu satisfação à comunidade escolar: “Não mandaram nenhuma documentação apresentando a justificativa do motivo de parar de ofertar o curso técnico em Agroecologia” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 19 abr. 2024. Secretaria da Escola Estadual Madre Cristina).

A retirada do curso representou perda não somente à escola, mas, ao Assentamento Roseli Nunes, pois o desenvolvimento do curso tinha relação com o processo de permanência e (re)criação dos jovens no campo.

Quando eu ia começar o Ensino Médio no ano de 2019 aí já não teve mais porque o último foi da turma que começou em 2018, e em 2018 eu ainda estava no nono ano. Antes eu pensava, vou fazer o curso técnico em Agroecologia, me profissionalizar na área e ter a minha produção de produtos agroecológicos, mas não foi possível fazer o curso porque não teve mais aqui na escola Madre Cristina (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 12 do Assentamento Roseli Nunes).

A escola lutou pela continuidade do EMIEP, justamente por entender as possibilidades que a formação técnica na área Agroecológica proporcionava aos jovens do campo. Portanto, na luta contra-hegemônica, a escola Madre Cristina organizou ações coletivas com a comunidade: “[...] fizeram atas, recolheram assinaturas, reuniram com a Secretária de Educação do Estado, a SEDUC, mas, nada se resolveu”.

Em entrevista, os docentes do curso destacaram a importância da inserção das práticas camponesas no currículo escolar do EMIEP, uma vez que influenciam na permanência da juventude. E teceram comentários a respeito da extinção do curso na Escola Estadual Madre Cristina: “[...] O motivo do encerramento se deu devido o Estado mudar a política de oferta do Ensino Médio”.

A gestão junto com os professores, alunos e toda a comunidade fizeram atas, recolheram assinaturas, reuniram com a Secretária de Educação do Estado, a SEDUC, mas, nada se resolveu, fizeram o que eles queriam, encerrar com o EMIEP na escola. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 2 do EMIEP em Agroecologia).

O estado de Mato Grosso, ofertou de 2009 a 2019 o EMIEP (Ensino Médio Integrado e Profissionalizante) em três modalidades. Uma das modalidades é o Técnico em agroecologia, no assentamento Roseli Nunes foi ofertado de 2014 a 2020, quando formou a última turma. O curso foi muito importante pois trabalhou a realidade dos educandos na agricultura familiar. O motivo do encerramento se deu devido o estado mudar a política de oferta do Ensino Médio. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Educador (a) do campo 3 na Escola Estadual Madre Cristina).

Alunos egressos, pais e responsáveis, também realizaram ações contra a decisão do Estado de fechamento do curso. Conforme os relatos que seguem, este projeto de fechar o curso se insere nas ações golpistas realizadas durante um período caracterizado pela regência neoliberal no Brasil, instaurada pelo ex-presidente Michel Temer (2016-2018), empenhado em cortes de políticas públicas destinadas aos povos do campo, e alçado no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Um projeto político para impedir o avanço da luta pela terra,

desmobilizar os movimentos sociais e dificultar a implantação da educação de qualidade no campo.

Mas porque que não deu continuidade, porque não foi de interesse dos governantes né. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Responsável 1 de egresso do EMIEP em Agroecologia).

O governo não interessou mais em continuar com aquele curso aqui dentro da sala de aula. Aí por isso que foi parado, e não teve continuidade por esse motivo. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Responsável 2 de egresso do EMIEP em Agroecologia).

Ficamos muito aborrecidos, mas foi a decisão lá de cima, a escola não teve como fazer nada. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 abr. 2023. Responsável 3 de egresso do EMIEP em Agroecologia).

Assim, foram realizadas mobilizações de resistência e procedimentos questionando esta decisão, conduzidos por esta comunidade escolar ativa e preocupada com o futuro dos jovens estudantes. Segue o depoimento do jovem egresso da Escola Estadual Madre Cristina e que também trabalhou na instituição na época.

Na escola Madre Cristina, quando acontece algum corte que prejudica a educação, a direção e toda a comunidade não aceita, a direção vai atrás de buscar uma solução para continuar o projeto. Se for possível faz ata, abaixo assinado e tudo que for cabível para não perder o curso (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 19 jun. 2024. Jovem camponês 13, egresso da Escola Estadual Madre Cristina).

O Estado enquanto centro do exercício de poder não só colaborada com as classes dominantes, mas, também, desarranja a organização das classes dominadas e oprimidas. Desse modo, a retirada do EMIEP em Agroecologia da Escola Estadual Madre Cristina, comandada pelo próprio Estado, representou um corte na oferta curricular da escola do campo, a desconstrução formativa de referência pedagógica na educação camponesa, além da amputação de direitos conquistados a muito custo pela luta político-social dos assentados.

Estes interditos têm sido denunciados e enfrentados pela Escola Estadual Madre Cristina e pelos jovens do Assentamento Roseli Nunes, que sabem que o futuro depende da realização de parcerias no âmbito educacional, no desenvolvimento de estratégias de (re)criação para resistência ao modelo hegemônico baseado nos monocultivos, que ao introduzir-se no campo, dificulta a produção agroecológica das famílias assentadas.

CAPÍTULO VI – A PERMANÊNCIA DA JUVENTUDE CAMPONESA EM QUESTÃO: CONQUISTAS E LIMITES NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

[...] ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens ou como eles deveriam ser (Stropasolas, 2007, p. 280).

Antes de iniciarmos este capítulo, foi necessário ressaltarmos, nas seções e subseções anteriores, o processo de luta pela territorialização camponesa até a formação do Assentamento Roseli Nunes, para então, enfatizarmos as estratégias de permanência na terra de trabalho, organizadas pelos sujeitos que fazem parte da categoria social⁸⁰ juventude camponesa. São jovens que encontraram na Agroecologia a possibilidade de (re)criação no campo, portanto, a terra de Reforma Agrária é a ferramenta de existência e resistência contra o capital. Para “jovens do campo” consideramos os jovens que vivem no Assentamento Roseli Nunes, aqueles que participam da luta pela permanência junto à unidade familiar camponesa e buscam estratégias de (re)criação e inovação no campo. Portanto, a palavra “jovens” evidenciada neste texto, não se restringe apenas a faixa etária entre 15 a 29 anos de idade, como fundamenta o Estatuto da Juventude⁸¹, pois consideramos, também, além da idade, a participação efetiva na organização do território camponês, na produção agroecológica e nas tomadas de decisões voltadas à transformação social do campo.

Nesse sentido, refletimos sobre as práticas de (re)criação/inovação camponesa que os jovens integrantes do Assentamento Roseli Nunes ativamente constroem em seu território, para fortalecerem o seu povo e o seu segmento geracional.

6.1 OS JOVENS DO CAMPO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: UM OLHAR SOBRE A PESQUISA

Se olharmos para a centralidade dos debates acadêmicos realizados sobre a juventude, fica nítido a ênfase dada a população jovem do espaço urbano brasileiro. Situação que pode explicar o fato da juventude do campo não ter ganhado tanta visibilidade no eixo das discussões e ações governamentais (Carneiro, 2007).

⁸⁰ De acordo com Carneiro (2007), uma categorial social se forma a partir da interação entre os sujeitos que possuem uma identidade social em comum, desse modo, articulam ações de transformação da sociedade ou de conservação de valores.

⁸¹ De acordo com a Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (Brasil, 2013).

Na tentativa analítica de compreender a expressividade da juventude residente em áreas rurais, enquanto objeto de investigação, Weisheimer (2005) realizou um levantamento de pesquisas publicadas no período de 1992 a 2004, classificadas por: artigos, dissertação, livro e tese. Conforme os dados da tabela 8 foram registrados 50 trabalhos, composto por 27 artigos científicos, 18 dissertações de mestrado, três livros e duas teses.

Tabela 8 – Brasil: ano e tipo de publicação sobre juventude rural (1992-2004)

TIPO DE PUBLICAÇÃO					
ANO	ARTIGO	DISSERTAÇÃO	LIVRO	TESE	TOTAL
1992	0	1	0	0	1
1996	0	1	0	0	1
1998	1	1	1	0	3
1999	2	0	0	0	2
2000	1	7	0	0	8
2001	1	2	1	0	4
2002	8	2	0	1	11
2003	9	2	1	1	13
2004	5	2	0	0	7
TOTAL	27	18	3	2	50

Fonte: Elaborado por Weisheimer (2005).

A baixa expressividade nas pesquisas acadêmicas sobre a juventude rural perdurou até o final da década de 1990, posteriormente, inicia-se um crescimento bibliográfico relacional ao tema nos anos 2000. Conforme retrata Weisheimer (2005, p. 11):

Percebe-se que a produção acadêmica sobre juventude rural vem registrando um paulatino aumento, que já se fazia notar no final da década de 1990. [...] Essas informações demonstram que, apesar de serem ainda poucos os estudos, vem ocorrendo uma ampliação do interesse sobre o tema indicando uma tendência de consolidação desse campo de investigação.

Essa ampliação nas investigações científicas sobre a juventude camponesa, intensificada no começo do século 21, demarcou o avanço de interesse sobre o tema, “momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação” (Sposito, 2009, p. 123). Na tentativa de compreender o surgimento da visibilidade social conquistada pelos jovens do campo, consideramos algumas hipóteses: a participação da juventude em ações do MST, e, os espaços de diálogos conduzidos por eventos regionais e nacionais.

Os anos 1990 correspondem a um período marcado pela intensificação dos debates organizados pelo MST, em contraposição à política atuante que acionavam bloqueios constantes à Reforma Agrária no país. Nesse momento, os filhos acompanhavam seus pais nos espaços de socialização, especialmente nas discussões que envolviam temáticas como: educação de qualidade, saúde, geração de empregos e autonomia. Essa situação impeliu na

participação mais efetiva dos jovens, inclusive de representatividade social da juventude do campo enquanto categoria militante dentro do Movimento. Consequentemente, essa atuação contribuiu a tornar-se centro de pesquisas acadêmicas.

De acordo com Castro (2008), os espaços de diálogos para demandas da categoria juventude do campo, nos cenários regional e nacional, avançaram-se no início dos anos 2000 em decorrência de eventos, (Quadro 15), organizados por setores do MST, Pastoral da Juventude Rural, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), e da Via Campesina.

Quadro 15 – Brasil: eventos sobre a juventude do campo (2000-2006)

EVENTO	ANO
Congresso Nacional da Juventude Rural	2000
I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade	2002
I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar	2003
Seminário Jovem Saber	2006
II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural	2006
II Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar	2006

Fonte: Dados de Castro (2008). Organizado pela autora.

Os eventos foram espaços de debates para pensar a juventude e as suas demandas, diante da realidade do campo brasileiro modernizado, produtor de desigualdades e exclusão. Esses momentos reforçaram a representatividade do jovem na construção de um ideário por políticas públicas que conduzam à transformação social do campo.

O engajamento da juventude camponesa influenciou na sua visibilidade em estudos acadêmicos, todavia, ainda são recentes e carecem de incentivos. Conforme Sposito (2009, p. 24): “Há uma nascente de produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade”.

Como salientamos no início deste capítulo, a juventude camponesa foi pouco explorada pelas produções acadêmicas até o final dos anos 1990, posteriormente aos anos 2000, começou a ganhar cena como personagem principal no processo de manutenção da vida no campo e no futuro da agricultura camponesa, portanto, compreender os desafios de ser jovem no campo e as possíveis condições para permanecer têm sido alvo de discussões no meio acadêmico.

A juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes se tornou elemento de discussão abordado em pesquisas, conforme o Catálogo de dissertações e teses sobre o Assentamento Roseli Nunes (2005 – 2022) – Plataforma Sucupira (CAPES), exposto no item 1.1.2 desta tese. Devido a expressiva quantidade de produções, identificamos as intenções dos autores de dissertações de mestrado da Universidade Estadual de Mato Grosso que, por sua vez, produziram trabalhos em linhas temáticas centradas nesses jovens.

A resistência ao modelo hegemônico rentista das monoculturas concentradas nos arredores do Assentamento Roseli Nunes foi tema da dissertação de mestrado de um jovem que também fez parte do corpo docente da Escola Estadual Madre Cristina, onde lecionou a disciplina de Geografia no EMIEP em Agroecologia. Na oportunidade, desenvolveu o trabalho pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT, intitulado “Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’oeste/MT: Território de luta e resistência”. Em sua pesquisa, relatou sobre o início da sua trajetória como educador do Campo e as novas experiências que o instigou a conhecer e pesquisar a luta dos assentados para permanecer na terra de trabalho, diante da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar nos arredores do Assentamento Roseli Nunes.

Eu cheguei no Assentamento para lecionar em 2013, é uma experiência nova, nunca tinha dado aula, nunca tinha lecionado, praticamente tinha acabado de me formar. Cheguei no Assentamento assim, tudo muito novo porque não conhecia de fato os movimentos sociais, principalmente o MST, que é um dos Movimentos que está dentro do Assentamento Roseli Nunes, que tem toda questão da educação popular. Me interagi muito bem com o pessoal de lá, com os assentados, com os líderes do Movimento, com os alunos inclusive. Foi uma experiência única e rica, foi a melhor forma de começar a lecionar.

[...] Mas o que mais me levou foi essa questão da resistência deles, de produzir agroecologicamente, mesmo sabendo que o agrotóxico é forte ao redor do assentamento, a questão da resistência de fazer movimentações, manifestações, contrárias a monocultura ali presente, ao redor do assentamento. O que mais foi cativante, que eles têm uma Associação de produção agroecológica, isso me deu mais satisfação a desenvolver o meu trabalho e entender melhor essa cultura deles, poderem desenvolver sem o veneno, de estar levando esses alimentos para as escolas, para os assentados, para as feiras livres, e assim, foi muito gratificante, mas eu acho que a questão mais da resistência mesmo que me cativou a fazer a pesquisa dentro do assentamento.

Conforme foi passando eu ví que era um assentamento que tinha preocupações com algumas coisas que aconteciam ao redor, principalmente, a questão do agronegócio, com a monocultura que é muito forte não dentro do assentamento, mas ao redor. Antes de você entrar no assentamento você tem uma grande produção de cana-de-açúcar que rodeia totalmente o assentamento. Então tem a questão do agrotóxico que chega pelo ar, pelos mananciais do rio, que tem toda essa preocupação com a produção, porque lá dentro tem a produção agroecológica, sem veneno, não algo só da produção, mas da vivência dos assentados. Exatamente, essa preocupação de presenciar essa questão do agrotóxico que me levou a desenvolver essa pesquisa dentro do assentamento. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 15 ago. 2023. Pesquisador A do Assentamento Roseli Nunes).

O Assentamento Roseli Nunes é espaço político de disputa territorial contra o latifúndio. A pesquisa trouxe visibilidade à reprodução social do campesinato, sobretudo, aos jovens que se mobilizam para permanecer na comunidade e encontraram na produção agroecológica uma forma de (re)criação camponesa.

Na ocasião, uma jovem pesquisadora expressou a sua motivação ao escrever a dissertação intitulada: “Processo de formação e organização para o coletivo, da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D’oeste/MT”. No período de mestrado, atuou como bolsista no núcleo de pesquisa da UNEMAT e, posteriormente, na coordenação pedagógica do projeto juventude camponesa, desenvolvido no Assentamento Roseli Nunes.

Sou educadora na rede municipal da cidade de Cáceres-MT, a escolha pelo objeto de pesquisa no mestrado está diretamente ligada à minha inserção enquanto pesquisadora no Assentamento Roseli Nunes como coordenadora pedagógica e bolsista de extensão nível B do CNPq e técnica da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis – INCUBEES, no projeto Juventude Camponesa, no período de 2015 a 2017, que por meio do planejamento e acompanhamento das atividades me vi frente a questões desafiadoras da realidade daqueles jovens do campo.

Outro fator fundamental para a realização desta pesquisa, é que ao me colocar frente à realidade dos/das jovens do campo, pude perceber, em meio às experiências vivenciadas por eles/as, principalmente, em relação às jovens mulheres, grandes semelhanças com minha trajetória de vida naquele momento, principalmente na condição de mulher, mãe, esposa, militante das questões ligadas ao campo, por estar estudando e desafiando as questões de gênero, rompendo contradições familiares, e exercendo o papel de pesquisadora. Tais questões me fizeram resgatar lembranças familiares e me perceber em relação a este contexto, por ser filha de camponeses e ter vivido toda a infância no campo, quando pude conhecer os desafios e as fortalezas do ser do campo. Neste sentido, a minha trajetória de vida me instiga a realizar esta pesquisa na busca por compreender a realidade desta juventude camponesa.

No desenvolvimento do projeto Juventude Camponesa as atividades foram sendo refletidas e identificadas por meio da práxis; na medida em que as experiências eram vivenciadas, eram, também, refletidas teoricamente, sistematizadas e publicadas em forma de artigos científicos, na realização da Especialização em “Economia Solidária e Políticas Públicas” (2017), com a pesquisa intitulada: “Análise do Processo de Formação no Curso de Economia Solidária: um olhar acerca da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D’Oeste – MT”, e teve como objetivo geral: analisar o processo de formação do curso de Economia Solidária com vistas ao fortalecimento da organização e da autonomia econômica, cultural, social e política. E culminou na realização do Mestrado em Educação (2018), com a Dissertação intitulada: “Processo de Formação e Organização para o Trabalho Coletivo, da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D’Oeste/MT”, cujo objetivo central da pesquisa consistiu em: analisar o processo de formação da juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes, para o trabalho coletivo.

Para tanto, buscamos conhecer a realidade da juventude e analisar de que maneira a formação que vivenciaram, por meio da articulação entre trabalho e educação, favoreceram a construção de relações sociais igualitárias e de cunho coletivo. Vivenciar o processo de planejamento e acompanhamento da juventude camponesa na realização de atividades que resultaram na organização de hortas coletivas pensadas a partir da produção agroecológica, contribuíram de forma significativa para a delimitação do tema da minha pesquisa de doutorado, considerando as mudanças que se fizeram necessárias e a opção pelo tema horta escolar.

Atualmente estou cursando o Doutorado em Educação que se situa na linha de pesquisa Movimento Sociais, Política e Educação Popular do Programa de Pós-

graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e estou finalizando a versão final da tese de doutorado aprovada na defesa pública no dia 30/07/2023, intitulada: Hortas Escolares na Literatura Acadêmica: o universo histórico-dialético do trabalho. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 18 ago. 2023. Pesquisadora B do Assentamento Roseli Nunes).

Em sua pesquisa, ressaltou a participação dos jovens na produção da horta escolar e do núcleo familiar, a luta para acessar os seus direitos e permanecerem no Assentamento Roseli Nunes, juntamente com seus pais ou em sítio próprio. Essas questões pesquisadas objetivam contribuir para avançar as discussões por políticas sociais que sejam eficazes e contemplem os jovens do campo, a fim de conduzi-los à reprodução social dos êxitos da vida camponesa.

Apresentamos outra pesquisa que se refere à autoria da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) pela UNEMAT, intitulada: “A docência camponesa na escola estadual Madre Cristina e a pedagogia do trabalho associado camponês para a auto-organização da juventude do Assentamento Roseli Nunes”. A autora é docente da Educação do Campo, camponesa do Assentamento Roseli Nunes e militante da Reforma Agrária.

A pesquisa é parte da minha vida. Sou assentada no Assentamento Roseli Nunes e vivencio experiências com a juventude camponesa a partir da Escola do Campo Madre Cristina. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 12 jun. 2024. Pesquisadora C do Assentamento Roseli Nunes).

O trabalho acadêmico da pesquisadora C teve o intuito de anunciar as práticas pedagógicas desenvolvidas por educadores e educadoras da Escola Estadual Madre Cristina, compromissados com a juventude. Pensar nas possibilidades de melhorias à população juvenil, justifica, na visão da autora, a centralidade que os jovens do Assentamento Roseli Nunes tomaram nas pesquisas, por representarem a continuidade da (re)criação camponesa na terra de Reforma Agrária.

A visibilidade conquistada pela juventude, atuante nas organizações e movimentos sociais, nas marchas pela terra de trabalho e pela permanência digna no campo, colocou o jovem na posição de sujeito investigativo ressaltado significativamente em trabalhos acadêmicos, como demonstrado nesta subseção, todavia, a invisibilidade desta categoria perante a elaboração de políticas públicas afeta a sua organização social.

A atuação dos jovens em busca de oportunidades para superar as dificuldades do campo, conquistou visibilidade nas produções acadêmicas. Desse modo, defendemos a significância do estudo da juventude camponesa, por ser composta de sujeitos sociais que se encontraram em área de Reforma Agrária, firmes na resistência, pois, são filhos e filhas herdeiros do trabalho na terra, dos saberes camponeses, sujeitos protagonistas da luta pela igualdade numa sociedade

tão excludente e injusta como a nossa que, historicamente, impõem cortes, privatizações e retrocessos na educação e no país.

6.2 CONQUISTAS E POSSIBILIDADES DE PERMANÊNCIA SOB A ÓTICA DA JUVENTUDE CAMPONESA NO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

‘Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração, juventude e fé’

(Trechos da música Coração de Estudante. Composição: Milton Nascimento).

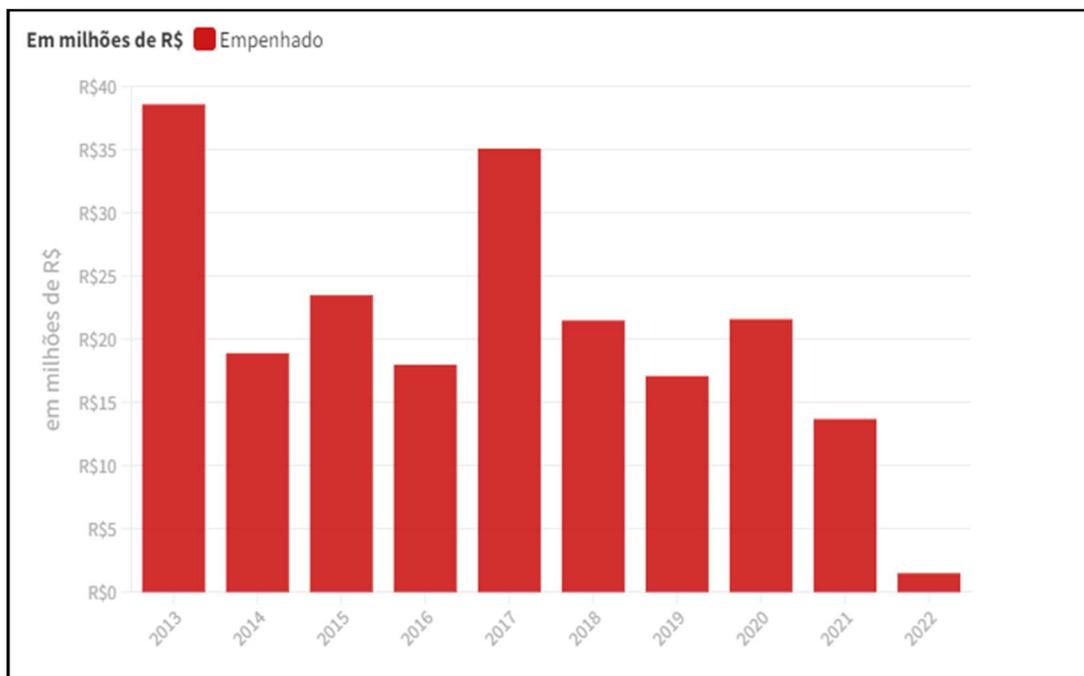
Entendermos a juventude camponesa e as possibilidades de permanência no campo é uma questão necessária, pois a continuidade da luta pela Reforma Agrária e a reprodução do campesinato dependem do segmento juvenil.

Inúmeros são os fatores que influenciam a decisão de um jovem camponês em permanecer ou sair do campo, ao completar a maior idade. Essa dualidade carrega um conjunto de circunstâncias que agirão em direções distintas, logo, o ficar no campo dependerá sempre das estratégias de luta. Ou seja, o que provoca a escolha por um lugar ou outro, tem relação com a perspectiva de possibilidades que favoreçam o ficar ou migrar, seja no espaço urbano ou no rural, esta perspectiva tem relação com a valorização do modo de vida, com relações de hierarquia e poder no próprio núcleo familiar, desigualdade de gênero no interior da luta pela terra, trabalho e renda, inovações na educação profissional e superior, lazer, créditos e políticas sociais executadas pelo poder público. Todas são ações que poderiam fazer parte da política fundiária do Estado, porém sua efetividade depende, lamentavelmente, do nível de organização e luta dos camponeses e, neste caso, em especial dos jovens.

As limitações para obtenção de recursos do Governo Federal destinados aos jovens do país, estrategicamente, os fragiliza. O ano de 2022 bateu o *record* devido ao corte de 93,5% no orçamento da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)⁸² (Gráfico 1), um descaso pelo desenvolvimento das políticas públicas designadas à população juvenil.

⁸² Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2022/06/27/bolsonaro-cortou-93-do-orcamento-da-secretaria-de-juventude-e-acabou-com-politicas-publicas>>. Acesso em: 12 set. 2023.

Gráfico 1 – Brasil: orçamento da Secretaria Nacional da Juventude (2013-2022)



Fonte: Plataforma Brasil de Fato.

No gráfico 1 elaborado pela plataforma *online* do “Brasil de Fato”, com base em dados do Sistema Tesouro Gerencial, identificamos que as políticas públicas destinadas à juventude sofreram um processo de desconstrução e paralisia no mandato de Bolsonaro no ano de 2022, com redução dos espaços de diálogos designados às discussões sobre o segmento social dos jovens. Entendemos que a atitude do poder público de não executar ações de educação, saúde, trabalho e cultura, vai contra a garantia da Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013⁸³, sancionada pela Presidenta da República na época, Dilma Rousseff, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas direcionadas à juventude brasileira.

Nesse sentido, pensar em políticas públicas para a juventude significa tratar da multiplicidade de dimensões da vivência e da condição juvenil e entender, portanto, que ainda que apresentem enfoque setorial, as políticas devem ser analisadas a partir da integralidade dessas diversas dimensões (CONJUVE⁸⁴, 2011, p. 26).

⁸³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 12 set. 2023.

⁸⁴ O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) foi criado em 2005 pela Lei nº 11.129, cujo objetivo encontra-se em formular diretrizes voltadas às políticas públicas de juventude; fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais; e também centraliza suas ações para desenvolver pesquisas e debates sobre a realidade dos jovens na sociedade. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/o-conselho8>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

O levantamento de dados realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) demonstrou um fenômeno de decréscimo no quantitativo de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que residiam no campo nos anos correspondentes a 2004 e 2014, perfazendo um cenário relativo a uma década, conforme demonstramos na tabela 9:

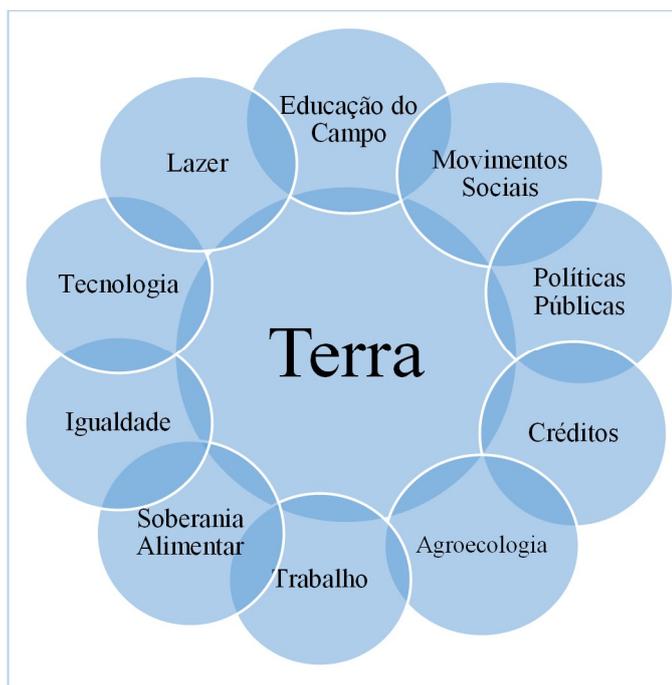
Tabela 9 – Brasil: decréscimo na população juvenil – 15 a 29 anos (2004-2014)

PERÍODO	POPULAÇÃO JUVENIL – CIDADE E CAMPO	POPULAÇÃO JUVENIL DO CAMPO
2004	49,6 milhões	8.366.777
2014	48,9 milhões	6.997.498

Fonte: Dados do PNAD/IBGE. Organizado pela autora.

No ano de 2004, a população juvenil do campo atingiu 8.366.777 pessoas, passado uma década, em 2014, decaiu para 6.997.498. Os indicadores dessa queda demonstraram redução de 1,3 milhões (16,3%) de jovens na faixa etária entre 15 a 29 anos que viviam em área rural. Necessariamente, é preciso compreendermos os motivos que levam os jovens a ficar ou sair do seu território de morada, pois sabemos da importância que esse segmento possui para a reprodução da agricultura camponesa. No entanto, há muitas limitações que repercutem no processo de exclusão da juventude e alargam o movimento migratório do campo. Elaboramos de forma esquematizada (Figura 29) a exposição das possibilidades de permanência no Assentamento Roseli Nunes que podem favorecer o seguimento social do jovem, entretanto, o desfecho da luta pode interferir na efetivação destas perspectivas e, portanto, no complexo movimento de ficar ou sair do campo.

Figura 29 – Assentamento Roseli Nunes: possibilidades de permanência do jovem no campo



Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa exposição, sinalizamos os elementos que foram apontados pelos jovens e que se configuram indispensáveis à permanência no território camponês que, por sua vez, vão ao encontro das demandas para construção da auto-organização dos jovens dentro do Assentamento Roseli Nunes. Tratam-se de condições elementares, identificadas nas entrevistas: terra, Educação do Campo, movimentos sociais, políticas públicas, créditos, Agroecologia, trabalho, soberania alimentar, igualdade, tecnologia e lazer.

A terra é elemento central para construir a sua identidade e a sua autonomia, nela os jovens encontram a possibilidade de (re)criar no campo, produzir alimentos e obter renda para o sustento da unidade familiar. Nesse sentido, a vontade de ficar na terra é exposta pelos jovens do Assentamento Roseli Nunes: “[...] Não tenho a mínima vontade de morar na cidade”. “[...] o que a gente valoriza mesmo é com isso [produção agroecológica] poder continuar morando aqui, gostamos de viver no Assentamento”.

[...] Já tem dois anos que eu terminei [Curso técnico em Agroecologia] e eu ainda continuo morando no campo. Não tenho a mínima vontade de morar na cidade. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 2).

A produção agroecológica que eu tenho aqui no sítio com meus pais é boa, a gente consegue uma renda pra manter a casa e ainda sobra no final do mês, mas o que a gente valoriza mesmo é com isso poder continuar morando aqui, gostamos de viver no Assentamento. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 3).

O anseio de continuar vivendo no assentamento com a sua produção agroecológica não se trata apenas de obter lucros, mas se refere à valores da vida, ao apego à terra e ao que ela proporciona, o que confirma o pensamento de Carneiro (2007), ao dizer que os jovens atualmente já não sentem o mesmo fascínio pela cidade.

De acordo com Martins (2019, p. 176), além da terra, existem outros fatores determinantes à permanência ou saída dos jovens, como o acesso à créditos, geração de renda, apoio familiar, respeito, autonomia e reconhecimento: “Este parece ser o conjunto de condições objetivas e subjetivas que subjazem às escolhas juvenis e pesam na elaboração de seus projetos de vida - na sua dimensão existencial e produtiva -, sobretudo, aqueles que têm nas áreas rurais o espaço de sua realização”.

Apesar da presença precária do Estado no incentivo à população juvenil do campo, encontramos jovens no Assentamento Roseli Nunes que desejam continuar na terra de Reforma Agrária, portanto, buscam maneiras de encontrar essa satisfação por meio de ações em conjunto, via participação em encontros formativos e reuniões, no desenvolvimento de projetos, para que a perspectiva de permanência no campo seja alcançada.

[...] Eu me considero uma jovem ativa no assentamento, sempre participo das reuniões do Movimento, procuro me envolver mais nas questões que diz respeito à juventude, nas formações da Arpa. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 1).

[...] a minha expectativa é continuar vivendo aqui no assentamento e fazer o que puder pra melhorar pra gente, pra minha família, para o coletivo. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 11).

[...] eu gosto de viver aqui no assentamento, o povo daqui é unido pra buscar melhorias, eu também procuro sempre participar dos projetos, das reuniões, porque eu sei que é aqui que eu quero ficar. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 12).

O compromisso e a valorização das ações que demandam a participação coletiva dos sujeitos são repetidamente reconhecimentos nas falas dos entrevistados. Diante da falta de oportunidades de acesso aos recursos públicos, que dificultam a organização produtiva e social, os jovens encaram os desafios e mesmo conscientes dos bloqueios, lutam pela vivência no assentamento. Esse interesse pelo campo é parte essencial da luta por parte da juventude, o que reforça a visibilidade dessa categoria e dá sentido à luta por condições básicas de vida no campo.

A atuação dos jovens nos movimentos sociais se configura como protagonismo na luta pela Reforma Agrária, o que os permite adentrar espaços de sociabilidade para fincar raízes nas discussões prioritárias à juventude. Encontramos no Assentamento Roseli Nunes, jovens participantes do MST que expressaram a importância do Movimento por meio da forte presença

da mística representada nos adereços vermelhos: “[...] é o nosso símbolo, é a força que fez a gente chegar até aqui e continuar com a nossa luta. [...] Quando tem alguma mobilização aí a gente já tem o que vestir pra representar o MST” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovens camponeses 8 e 9). Esses adereços são muito usados também nos momentos de ocupações de terras, nas místicas, reuniões, encontros formativos e nas marchas, ajudam a assumir uma identidade de posicionamento político, de luta e resistência.

Aqui no Assentamento não tem um que não tem alguma coisa do MST pra usar ou colocado na sua casa. Até as crianças tem camiseta, usam o boné na cabeça, porque, esse é o nosso símbolo, é a força que fez a gente chegar até aqui e continuar com a nossa luta. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 8).

O MST representa pra mim um importante movimento que atua na articulação pra conquistar os nossos direitos. Quando tem alguma mobilização aí a gente já tem o que vestir pra representar o MST, que é camiseta, boné, a gente leva bandeira, cartazes, sempre com o símbolo do nosso Movimento. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2013. Jovem camponês 9).

Conforme mencionamos, os movimentos sociais rurais exercem importância na organização dos jovens do campo como sujeitos políticos, para se reconhecerem enquanto categoria de interesse no processo de conquista e permanência na terra (Castro *et al*, 2009).

O setor da juventude no MST abre possibilidades ao jovem a participar da luta como sujeito de direitos, do mesmo modo, articula momentos de reflexões, encontros, jornadas, conferências estaduais, regionais e nacionais, organizados para o público juvenil do campo e da cidade. Bogo (1999, p. 84) orienta que a juventude precisa tomar consciência da significância em democratizar a distribuição de terras neste país: “Nossa juventude deve aprender de fato pela prática o que significa a reforma agrária, seu caráter, sua importância e as tarefas que esta tem de cumprir enquanto política social”.

Outro elemento identificado como condição indispensável na permanência do jovem refere-se a igualdade no tocante às distribuições das tarefas dentro da unidade familiar, situação ressaltada na fala que segue: “Quem ajuda meu pai no trabalho aqui do sítio é o meu irmão mais velho, e eu ajudo minha mãe nas tarefas da casa, a gente cuida da horta também”. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 10).

Apesar das conquistas de gênero, o protagonismo de sucessor ou responsável pela unidade familiar na ausência do pai, ainda é repassado ao filho. Diferenciadamente, para as filhas, o desenvolvimento de atividades domésticas, como cuidar da casa, do quintal, da horta e das crianças, são relações de inferioridade e limita a oportunidade de trabalho, situação que implica na saída da mulher jovem camponesa à cidade, deslocamento caracterizado como êxodo

feminino. Castro (2008, p. 124) problematiza a posição de ser mulher e jovem residente do meio rural.

Ser 'jovem rural' carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão. Mas ser 'jovem rural' e mulher representa uma situação de 'inferioridade' na hierarquia social, ainda maior. As 'jovens' vivenciam intenso controle social, dentro e fora da família, exclusão dos processos de produção agropecuária, de sucessão e herança, e ainda, dos espaços de decisão.

Com a intensificação da migração dos jovens ao espaço urbano, a alternativa de sobrevivência fora da unidade familiar e dentro da cidade, é ofertar a sua força de trabalho enquanto valor de troca à produção capitalista, que configura a expropriação juvenil do campo, resultado da situação de exclusão no acesso as políticas governamentais específicas. A migração para a cidade, prejudica o protagonismo da juventude no campo ao repartir o seu tempo entre trabalho e estudos ou, até mesmo, interromper a possibilidade de uma profissionalização escolar para trabalhar na cidade.

O dilema da juventude por permanecer ou sair da terra familiar conquistada a duras lutas, muitas vezes, não se remete a optar entre um território ou outro, visto que a vontade de continuar no campo (ou não) pode não representar uma estratégia individual, mas, sim, estratégia social de manutenção da vida. Por exemplo, um jovem que vive com seus pais no assentamento, ao completar 18 anos, vê a necessidade de garantir renda para suprir os seus gastos com saúde, educação, deslocamentos, entre outras primazias, nesse caso, ele entende que, ir para área urbana estudar e buscar um trabalho assalariado é a melhor decisão articulada no momento, mesmo que seu sentimento de pertença local esteja aflorado e o anseio por permanecer no campo seja grande, todavia, a escassez de recursos advindos de programas sociais do Estado acaba influenciando neste dilema.

Em conversa com o (a) jovem que se formou no curso Técnico em Agroecologia pelo EMIEP da Escola Estadual Madre Cristina, notamos a migração juvenil também como uma estratégia de continuidade nos estudos no Ensino Superior, todavia, isso não impede a perspectiva do retorno ao campo. Senão vejamos:

Com o curso técnico que me forneceu bastante conhecimento a mais do que outros do Ensino Médio, é uma pena ter acabado. Graças a Deus, hoje eu estou no quarto semestre da minha faculdade, eu passei em Biologia na Unemat, que era um dos meus objetivos pra voltar pro Assentamento algum dia pra contribuir lá dentro. Eu lembro que foi até uma dessas falas que eu fiz na minha carta convite, pra mim voltar e contribuir né? Era um curso bem importante, hoje eu não estou mais nele estou em outro. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 4).

Acreditar que no campo os jovens podem construir autonomia, é o sentimento que move esta juventude para permanecer no Roseli Nunes: “[...] eu acredito que o jovem pode sim

conquistar a sua autonomia no campo, ter sua renda, a sua produção, sem precisar ir trabalhar na cidade” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 10 mai. 2023. Jovem camponês 1). O conteúdo do relato é bastante significativo, pois revela as possibilidades de comprometimento com as transformações sociais do campo: Autonomia, produção e renda.

Nesse sentido, percebemos o desejo de ficar na unidade familiar, porém, existe um processo de bloqueio estruturante devido a realidade do campo brasileiro de cerco do agronegócio somado às limitações de recursos das políticas públicas de suporte ao jovem camponês para resistir e se (re) criar no campo. Portanto, não se trata de uma decisão pessoal, mas, da luta mais ampla contra uma condição social de exclusão da juventude camponesa na efetivação de seus direitos.

Mesmo com a dificuldade de produzir de forma agroecológica, devido aos monocultivos de cana-de-açúcar e soja estabelecidas no entorno do Assentamento, os jovens continuam acreditando na Agroecologia como inovação do modelo produtivo e almejam por políticas públicas que possam se efetivar e dar suporte à manutenção da agricultura camponesa. Enfim, anseiam pela continuidade na terra dos pais ou, até mesmo, conseguir a própria terra de trabalho: “hoje eu moro numa parte que é do sítio da família até conseguir ter o meu próprio pedaço de terra” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 11).

Por meio da produção camponesa, mesmo que não seja agroecológica, é importante reafirmar que é possível aos pais e filhos obterem renda para a manutenção da vida na terra de trabalho, fazendo se cumprir a tríade terra-família-trabalho. Silva, Almeida e Kudlavicz (2012, p. 80) ressaltam os benefícios da agricultura camponesa para as famílias assentadas:

Isto significa que o desenvolvimento da agricultura camponesa em áreas de reforma agrária tem proporcionado as famílias assentadas uma melhor qualidade de vida e de trabalho. Isso porque a produção agrícola das famílias assentadas é destinada em sua maior parte ao autoconsumo familiar, sendo somente o excedente comercializado, pois o que essas famílias buscam, de forma geral, é a manutenção da terra e a sobrevivência da família.

Para Abramovay *et al* (1998), os programas de capacitação e linhas de créditos são fundamentais à manutenção da vida dos jovens, especialmente os do campo, pois além de propiciar a reprodução social desses sujeitos, também mudaria demograficamente os indicadores da migração juvenil. Os critérios exigidos à juventude para liberação de créditos de produção, como o PRONAF-Jovem, dificultam o acesso ao programa. Essa limitação implica na autogestão do jovem no campo, situação ressaltada na fala que segue: “Sobre o acesso a crédito de produção, é difícil conseguir porque exige muito documento, se faltar uma coisinha

já não consegue, só que é muito importante quando dá certo, porque não precisa preocupar de ter que trabalhar pra fora” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 11).

Além dos fatores identificados que bloqueiam a permanência da juventude na terra, os cortes na Educação do Campo também favorecem o aumento da migração da população juvenil do campo. Conforme já ressaltado, a Escola Estadual Madre Cristina, localizada dentro do Assentamento Roseli Nunes, parou de ofertar o EMIEP em Agroecologia aos alunos assentados, o que representa uma grande perda, pois o curso técnico proporcionava inovações sobre as formas sustentáveis de produzir, comercializar, e assim, permanecer no campo com renda própria.

A juventude de áreas de Reforma Agrária também tem direito a educação-profissional ofertada nos cursos técnicos-profissionais, bem como, de continuar os estudos no Ensino Superior (MST, 2006), nesse caso, os programas sociais são cruciais à continuidade dos jovens no campo por meio de formações acadêmicas a nível técnico, profissionalizante e superior.

Apesar do destaque que o Assentamento Roseli Nunes possui, seja na sua organização e mobilização, ou por ter em seu território a Escola Estadual Madre Cristina como uma instituição modelo no âmbito da Educação do Campo, a juventude sofre constantes conflitos para permanecer no assentamento, principalmente, pela falta de respaldo do Estado nas políticas sociais voltadas à população juvenil do campesinato, portanto, viver a categoria de juventude camponesa é fazer parte de um amplo processo de resistência, tanto em relação as contradições do Estado como do mercado capitalista.

Claramente, existe a limitação nas políticas públicas de estruturação do público juvenil do campo, em contraposição, há significativa expressão no desejo de continuar a viver na terra de trabalho, e ser incluído nesta categoria. É esta determinação de querer viver no campo que não pode se esgotar, portanto inserir tecnologias de comunicação em áreas de Reforma Agrária, ampliar o acesso à internet, implementar comunicação digital para que as vozes das classes populares do campo sejam ouvidas, são condições que podem reduzir o processo de migração juvenil do campo, sobretudo, realizar a troca de informações por meio de ferramentas eletrônicas e mostrar à sociedade as práticas camponesas desenvolvidas pela (re)criação da juventude.

Aqui no assentamento pega celular, mas tem lugares que a internet não pega, na escola mesmo, a internet é horrível. Eu tenho notebook, só que eu uso mais quando estou na cidade porque lá o sinal é bom, tem wifi pra todo lado, até nas lanchonete (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 12).

A terra camponesa não é lugar apenas da produção de alimentos, da economia, é também uma unidade demográfica e isso implica em ampliar a visão de modo de vida para direcionar investimentos de lazer, práticas recreativas e culturais e estruturas esportivas no campo, são demandas da juventude associadas aos benefícios à saúde física e mental, inclusive, alegam que a qualidade de vida da população do campo seria melhor, pois as atividades ajudariam na promoção do bem-estar, no controle do estresse, da depressão e da ansiedade, além das possibilidades de socialização.

O nosso lazer aqui no sítio é ir pro rio final de semana, tomar banho, pescar, joga bola com os amigos no final do dia, alguém toca um violão, a gente procura fazer algo pra distrair um pouco da semana de trabalho, estudos. Seria legal se tivesse daquelas praças da cidade, com os equipamentos de academia, campeonatos de futebol, vôlei, festival de música, de comida, essas coisas (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 10).

Eu vejo o lazer como algo que motiva, porque é bom ter um lugar pra distrair a mente, e não é só pra gente nova não, as crianças, os mais velhos, todo mundo aqui poderia estar mais junto nesses lugares, conversar, divertir ((Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 8).

Mesmo com a ausência de incentivos do Estado para esse segmento, a juventude se mobiliza para evitar a sua saída do campo, pois, “[...] o campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural” (Fernandes, 2002, p. 63). Essa valorização do território camponês se constrói por meio da luta pela terra e na resistência para nela permanecer, e, assim, dar seguimento a produção no núcleo familiar. O anseio em permanecer no Assentamento Roseli Nunes, nos remete as singelas palavras de Freire (1981, p. 48): “Não há como falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera. [...] A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado, que vai nascendo na denúncia militante”.

A partir das narrativas, percebemos a participação dos jovens na reprodução social da vida camponesa, de diversas formas: a) O envolvimento no trabalho familiar, na produção agroecológica, inclusive, propagam a conscientização das consequências causadas com o uso de fertilizantes químicos; b) Atuantes nos grupos produtivos da ARPA com suas famílias, e também realizam a comercialização dos produtos em feiras, mercados da região e por meio de programas sociais; c) São participantes de Movimentos Sociais na luta política para permanecer dignamente na terra, e desempenham ações de resistência contra o capital; d) Valorizam a Educação do Campo ofertada na Escola Estadual Madre Cristina, especialmente, o Curso Técnico em Agroecologia – instrumento formativo que conduziu à autonomia de muitos jovens com sua própria produção.

Ativamente, os jovens do campo se organizam e buscam meios de driblar a ausência de oportunidades que limitam a continuidade, sobretudo, à vida camponesa. Nesse sentido, “há um reconhecimento dos próprios jovens, que afirmam que podem ocupar um papel estratégico na disputa por mudanças no campo, como categoria política marcada por especificidades” (Castro *et al*, 2009, p. 194). Em janeiro de 2023, realizou-se em Mato Grosso um grande evento à militância jovem “Escola de Formação da Juventude Sem Terra da região Centro Oeste⁸⁵”, após 7 dias de Encontro, contendo palestras, oficinas, plantio de mudas e diversas atividades de formações políticas. Durante o evento, os jovens participantes elaboraram um documento contendo nove comprometerimentos, expressados na “Carta de Compromisso da Juventude Sem Terra do Centro Oeste”:

1. Nos somarmos junto a Luta Ambiental, ampliando planos como o “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis” e fazer o enfrentamento direto contra o agronegócio.
2. Para massificação da nossa luta, nos comprometemos a intensificar e mobilizar a juventude camponesa.
3. Dentre as várias faces da crise capitalista, temos a crise civilizatória, que expressa suas diversas formas de violências, não recuaremos frente a este cenário e avançaremos na construção de novas relações humanas, justas fraternas e livres de toda forma de opressão.
4. Enquanto Juventude Sem Terra, temos a tarefa de organizar a produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, e com ela viabilizar a autossustentação da juventude para permanência no campo e organização desses sujeitos.
5. Educação: diante do cenário de precarização dos direitos sociais, nós, juventude Sem Terra temos a missão de organizar a luta contra o fechamento de escolas, assim como massificar a luta por uma educação do campo e para o campo, que contribua para a formação integral de nosso povo.
6. Formação: compreendendo a centralidade da batalha das ideias nesse período e a disputa por corações e mentes que estamos travando contra o sistema de morte do capitalismo, nos comprometemos a seguir construindo espaços de formação que preparem nossa juventude de corpo, alma e mente para contribuir com a nossa organização no conjunto de desafios postos pela luta de classes ao MST.
7. Luta institucional: a partir da vitória eleitoral que tivemos o tema da institucionalidade ganha maior relevância na vida política do movimento, temos espaço para arrancar conquistas a partir da luta institucional, construindo articulação e cobrando políticas públicas que fortaleçam a agricultura camponesa e a reforma agrária popular, juntamente com o conjunto dos direitos tirados do povo trabalhador no último período.
8. Atualização do programa agrário: o nosso movimento caminha para os 40 anos de existência e resistência e nosso programa agrário completará 10 anos em 2024, está em curso no conjunto da organização a atualização das nossas propostas para o campo brasileiro e é fundamental a juventude se somar neste amplo processo de trabalho de base e de síntese inserindo no nosso programa agrário os acúmulos e as propostas da juventude Sem Terra para a construção da reforma agrária popular.
9. Desafios organizativos: por fim para conseguirmos cumprir com todos os desafios aos quais nos comprometemos é fundamental que a juventude do MST se lance em um amplo processo de formação e organização, que seja criativa e inventiva, para projetar novos batalhões de lutadores e lutadoras para assumir o conjunto de tarefas que o movimento tem se colocado, oxigenando a organização nos territórios garantindo o vínculo das instâncias com nossa base e movimentando nossos territórios

⁸⁵ Reportagem na íntegra, disponível em: <<https://mst.org.br/2023/01/20/mato-grosso-recebe-escola-de-formacao-da-juventude-sem-terra-da-regiao-centro-oeste/>>. Acesso em 20 fev. 2023.

para a luta política, econômica e de massas. (CARTA DE COMPROMISSO DA JUVENTUDE SEM TERRA DO CENTRO-OESTE⁸⁶, 2023).

Nesse escrito coletivo, há palavras de anseios por Reforma Agrária e políticas públicas voltadas à agricultura camponesa que possam ser efetivadas e acessadas democraticamente por todos, pois é gritante o anseio por direitos constitucionais violados e não efetivados, que representam bloqueios à (re)criação da juventude camponesa. De acordo com Castro (2012, p. 442):

Esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado, e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude camponesa, jovem agricultor familiar são categorias aglutinadoras de atuação política.

A autoafirmação da juventude camponesa enquanto sujeitos políticos conduz a visibilidade daqueles que lutam pela defesa do seu território. Segundo Caldart (2000, p. 25), o fato dos jovens se tornarem sujeitos políticos está relacionado ao posicionamento juvenil nas pautas reivindicatórias que abrangem seus interesses, sobretudo na busca pela efetivação dos seus direitos sociais e condições suscetíveis ao seguimento no campo.

À medida que estes sujeitos passam a ter um lugar significativos nestes embates, o que pode ser percebido pelo papel que desempenham na inclusão das suas questões específicas na agenda política de uma sociedade, [...] passam a se configurar também como sujeitos políticos.

Estrategicamente, a categoria juvenil ativa do campo posiciona-se em rebatimento ao projeto hegemônico alçado por governos centralizadores, que usam a terra como um negócio rentável para extrair lucros exacerbados, contrariamente, ao objetivo da unidade camponesa centrada no trabalho familiar.

Em síntese, demonstramos nesta subseção a necessidade de políticas públicas eficazes para a juventude brasileira do campo, esta eficiência tem relação com a geração do novo capaz de proporcionar oportunidades de geração de renda e autonomia, a fim de, conduzi-los à reprodução da vida camponesa. A geração juvenil do campesinato na comunidade Roseli Nunes encontrou na Educação do Campo e na produção agroecológica, um ambiente de desafios que cria esperança e os fortalece para resistir às adversidades do capital e da migração que limitam a (re)criação camponesa.

⁸⁶ A “Carta de compromisso da juventude Sem Terra do Centro-Oeste” encontra-se no Anexo 1 desta tese.

6.3 PARCERIAS PARA SUPERAR OS LIMITES DA DISPUTA TERRITORIAL: EDUCAÇÃO DO CAMPO, ARPA E JUVENTUDE CAMPONESA

O Assentamento Roseli Nunes não é somente um produto da Reforma Agrária, mas também simboliza um ponto de referência pelas parcerias firmadas em prol da reprodução social do campesinato. Existem duas dinâmicas organizativas no assentamento que são constituídas em espaços coletivos para atuação dos assentados, especialmente da juventude - que representa o futuro do campo. Zart (2012, p. 254-255) explica a finalidade desses dois processos:

A primeira dinâmica de defesa e de construção da escola e a segunda é a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), que tem como finalidade a organização da produção dos camponeses, promover a formação para a agroecologia e o trabalho associado, a mobilização política para a conquista de estruturas necessárias para o trabalho em cooperação e a viabilidade de meios e mercados para a comercialização da produção dos camponeses.

Nesse sentido, três processos - Escola Estadual Madre Cristina, ARPA e jovens do Assentamento Roseli Nunes – encontram-se imbricados contribuindo para a permanência dos jovens e a (re)criação camponesa. Portanto, essas parcerias são fundamentais para promover uma educação que valoriza a cultura local e uma produção que se articula com a sustentabilidade, oportunizando a participação da população juvenil nas discussões sobre o futuro no campo.

A ARPA, junto com a escola, tem promovido formações destinadas aos jovens camponeses, com o princípio de orientar os estudantes sobre a importância da Agroecologia enquanto modelo de agricultura sustentável. De acordo com o (a) colaborador/associado (a) à ARPA, essa parceria entre escola e a associação de produção agroecológica, fortalece o desenvolvimento de projetos, encontros formativos e oficinas, momentos construtores da consciência crítica:

A Escola Madre Cristina está parceira da ARPA, sempre podendo contar com ajuda de uma e outra, existem projetos de agroecologia na escola e algumas vezes é solicitado parcerias de execuções destes projetos. Recebem também doações de alimentos. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Colaborador (a) e associado (a) a ARPA).

Os momentos de debates e discussões anunciam aos jovens do campo o modelo socioprodutivo da Agroecologia, integrando o equilíbrio dos recursos naturais ao conhecimento do campesinato, e assim prioriza a soberania alimentar, o respeito ao meio ambiente e obtenção de renda para permanência no campo.

A discussão com a juventude é boa. Em seus quintais junto à suas famílias, existe uma diversidade de produção. Ainda nos organizamos para que haja mais produção. Pretende-se começar, no mês de maio deste ano [2023], um projeto para produção de sementes, um coletivo de juventudes estão responsáveis para produzir variados tipos de sementes. Hoje temos pelo menos 15 jovens, maioria do Assentamento Roseli Nunes. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

Nos encontros formativos acontecem a participação de agricultores agroecológicos integrantes há mais tempo na ARPA (Figura 30). Estes, repassam os saberes e experiências de sua produção livre de agrotóxicos aos jovens estudantes da Escola Madre Cristina, com a finalidade de conscientização da Agroecologia enquanto forma de produção e sustento familiar, uma alternativa de (re)criação camponesa para garantir a existência e permanência da juventude no campo.

Figura 30 – ARPA: encontro formativo da ARPA



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

De acordo com Almeida (2003a, p. 330), esse repasse de conhecimentos por pessoas mais experientes expressa a hierarquia no trabalho da unidade produtiva camponesa, pois, “são os jovens que aprendem com os velhos”, diante do aprendizado, o *habitus* de classe

camponesa⁸⁷, intimamente adquirido na vivência com a terra, é repassado às novas gerações como herança do modo de vida do campesinato, sua autonomia nas relações não-capitalistas e nas ações de resistência ao capital.

Figura 31 – ARPA: reflexões com a juventude na ARPA



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

Os debates da soberania alimentar e da produção agroecológica proporcionam conhecimentos de práticas sustentáveis que são vivenciadas pela juventude e por todos que se despertarem à importância da sustentabilidade da agricultura para o meio ambiente e anseiam pela consolidação de uma vida digna no campo. Trata-se de uma geração jovem que busca transformações estabelecendo relações de socialização com outras gerações, agregando assim saberes tradicionais do campesinato na construção do futuro. Segue o relato do camponês que esteve nas etapas de ocupação, acampamento, comodato e formação do assentamento, portanto, possui uma bagagem de saberes adquiridos na trajetória de luta pela territorialização camponesa e faz esses repasses à juventude.

Eu vivi no acampamento na Fazenda Facão lá em Cáceres, depois nós viemos pra cá, para o Assentamento Roseli Nunes, e eu sempre conversei com as crianças sobre a nossa luta pra plantar e colher alimentos saudáveis. Hoje a juventude que vem aqui conversar comigo, saber da minha experiência no cultivo das plantas. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 mar. 2023. Camponês A do Assentamento Roseli Nunes, 2023).

⁸⁷ Sobre o *habitus* de classe camponesa, indicamos a leitura do livro “(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe”, escrito por Rosemeire Aparecida de Almeida.

As oficinas formativas da ARPA tem sido um diferencial nesta caminhada de resistência porque ensinam aos jovens métodos naturais para combater às pragas (Figura 32) e, assim, evitar o uso de fertilizantes químicos em obtenção de uma produtividade sustentável com alimentos saudáveis. Bogo (1999, p. 86) considera esses aprendizados como valiosos na preparação do jovem a serviço da agricultura camponesa: “Ensinar a juventude a utilizar a terra, evitar uso de venenos e insumos químicos, desenvolver infinitas formas de adubação natural. Ensiná-los a administrar, falar, cantar, organizar etc. são formas de valorizar as capacidades e as habilidades de nossa juventude”.

Figura 32 – ARPA: Oficina Formativa de Calda Agroecológica



Fonte: Arquivo da ARPA (2023).

Em contraposição ao capital, os jovens assentados encontraram na Agroecologia uma via nova de sustento e autonomia para sua (re)criação camponesa, insistentemente, se organizam para introduzir a mudança agroecológica em seus núcleos familiares, além de alertar as pessoas sobre as consequências ao aplicar fertilizantes químicos nas produções: “[...] inclusive a minha família também faz [uso de agrotóxico], mas depois que a gente começou a dar conselho, diminuiu, bom mudou muito”.

Então a gente sempre orienta, mostra os impactos que isso, que os agrotóxicos podem trazer para a sociedade, pra tentar mudar um pouco a cabeça desse pessoal né? Que faz esse tipo de aplicação, inclusive a minha família também faz, mas depois que a gente começou a dar conselho, diminuiu, bom mudou muito, melhorou muito, em relação a quantidade que era aplicado antigamente de agrotóxicos. (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 21 jul. 2023. Jovem camponês 4).

As técnicas e conhecimentos usados na produção camponesa são oriundos da experiência local, saberes construídos historicamente pelo campesinato no trabalho com a terra, no manejo dos animais e dos recursos naturais. Conforme Fabrini (2008, p. 263): “Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado”.

A associação auxilia no desenvolvimento de pesquisas dentro do Assentamento Roseli Nunes, inclusive, muitas informações referentes à juventude camponesa, assim como envios de fotos e compartilhamentos de contatos de alguns jovens assentados que cursaram o Técnico em Agroecologia na Escola Estadual Madre Cristina, foram concedidas pela coordenação da ARPA: “Acredito que todos esses trabalhos de pesquisas são ferramentas importantes, podendo contribuir muito à comunidade, de muito valor para nossa resistência e nossas lutas!” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 20 abr. 2023. Coordenação do Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” da ARPA).

Constantemente, a ARPA incentiva a inserção de mais grupos familiares na associação, busca estrategicamente aumentar a produção diversificada, e organiza ações de comercialização, no entanto, enfrenta desafios externos e internos no processo organizativo que limitam o avanço da produção agroecológica, como exposto anteriormente.

Encerramos este capítulo compreendendo a relevância da parceria entre Escola-ARPA-Juventude, em razão de exercer papel fundamental não só na formação crítica dos jovens, como também, na influência da permanência dos sujeitos no campo. A Escola Estadual Madre Cristina representa o alicerce para a continuidade da juventude camponesa, e as experiências agroecológicas adquiridas no curso técnico em Agroecologia, bem como, os encontros formativos da ARPA, são estratégias de (re)criação para na terra permanecer. Em síntese, nosso posicionamento encontra-se em defesa da territorialidade dos jovens camponeses, protagonistas da nova geração do campesinato, são, também, sujeitos conscientes das expropriações causadas pelo sistema capitalista, portanto, enxergam na Educação do Campo e na Agroecologia possibilidades de resistência para conquistar a autonomia e não cair na subordinação do trabalho ao capital.

CONCLUSÃO

Finalizamos esta tese com a compreensão da existência de três processos/estratégias que permitem a permanência dos jovens no Assentamento Roseli Nunes, a saber: a luta e conquista da terra de trabalho para reprodução social da família, a conquista da Escola Estadual Madre Cristina com seu currículo voltado à Educação no/do Campo e a produção agroecológica que representa um novo caminho produtivo na consolidação da autonomia e da alimentação saudável. Como demonstramos na tese, estes elementos articulados foram importantes para a permanência do jovem no campo, evitando a sua saída, e garantindo a continuidade da agricultura camponesa no Assentamento Roseli Nunes.

Não tivemos a pretensão de evidenciar dados quantitativos da permanência da juventude no Assentamento Roseli Nunes, mas, sim, de demonstrar o processo de resistência dos jovens e os motivos que os fizeram continuar no território camponês ou, ao contrário, sair do campo.

Para entendermos a resistência dos jovens foi necessário compreendermos os desafios oriundos da etapa de ocupação na Fazenda Facão no município de Cáceres-MT, onde os filhos dos acampados faziam parte da luta pela territorialização camponesa e acompanhavam o processo de enfrentamento para desapropriação do latifúndio da Fazenda Prata, em Mirassol D'Oeste-MT, terra de negócio que deu lugar à terra de trabalho com a formação do Assentamento Roseli Nunes, onde uma nova frente de luta se iniciou: organizar para não ser expropriado e ter uma vida digna no campo.

O trabalho de campo nos permitiu ouvir testemunhos de assentados que protagonizaram o processo do movimento de luta pela terra e, também, de jovens atuantes da luta para na terra permanecer. Portanto, entendemos que a busca por educação, produção e renda foi iniciativa dos Sem Terra desde os tempos de acampamento, logo, a bagagem de conhecimentos e saberes foi levada ao Assentamento Roseli Nunes e inserida como práxis pedagógica da Educação do Campo na Escola Madre Cristina, escola fruto da resistência e elemento primordial para continuidade e permanência da juventude no campo.

A partir da oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP) na Escola Estadual Madre Cristina, os jovens encontraram na Agroecologia uma estratégia de (re)criação, a fim de produzir alimentação saudável, obter renda e autonomia dentro da comunidade camponesa. A modalidade da Educação Profissional representou uma motivação extra para os alunos matriculados no ensino médio, pois, ao concluírem teriam o diploma do Ensino Médio, juntamente, a formação no Técnico em Agroecologia.

O curso formou jovens profissionais com competência técnica e com saberes do cotidiano da terra. Entretanto, foi retirado da matriz curricular, nesse caso, coube a escola ofertar aos jovens do campo apenas o Ensino Médio regular. Diante dos relatos concedidos por alunos egressos, entendemos que o Técnico em Agroecologia potencializou a aprendizagem sobre a sustentabilidade ambiental, soberania alimentar e produção agroecológica no campo.

Nos trabalhos de campo, identificamos jovens que, após a conclusão do EMIEP em Agroecologia, se estabeleceram no Assentamento Roseli Nunes com sua própria produção agroecológica, ou, trabalham na Associação Regional dos Produtores Agroecológicos. Outros jovens optaram pela continuidade dos estudos em universidades da região, nesse caso, houve a necessidade de morar na cidade para facilitar a logística de deslocamento, todavia, não perderam o vínculo com o campo, pois, nos relatos desses jovens ficaram explícitos os anseios e perspectivas por retornar à comunidade camponesa, contribuir com os conhecimentos adquiridos no Ensino Superior e, novamente, fazer parte da categoria “juventude camponesa”.

Por meio das falas dos sujeitos obtidas em entrevistas, compreendemos que a retirada do curso aconteceu durante um período caracterizado pelo recrudescimento da política econômica neoliberal no Brasil, instaurada pelos ex-presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), governos que se empenharam em cortes de recursos para políticas públicas destinadas aos povos do campo para impedir o avanço da luta pela terra, desmobilizar os movimentos sociais, e dificultar a implantação da educação de qualidade no campo. Nesse cenário, a extinção do EMIEP em Agroecologia se configura em mais uma violência contra a escola camponesa e (re)criação da juventude em prol de um projeto empresarial de agricultura que domina os campos de Mato Grosso, excluindo o campesinato.

As estratégias para na terra permanecer são contínuas, portanto, ressaltamos a importância de políticas públicas sociais desenvolvidas no campo voltadas à educação em todos os níveis de ensino, ao acesso a créditos para produzir e as vias de comercialização dos produtos agroecológicos.

As fontes orais que dão ressonância às vozes dos sujeitos sociais pesquisados e dialogadas com a teoria que fundamentam os capítulos que compõem esta tese, revelaram sonhos, conquistas, dificuldades, desafios e diversos significados vigorados na tríade terra-família-trabalho, logo, sustentaram a relação necessária entre teoria e empiria e dão sentido para a exposição dos resultados desta tese.

Identificamos na pesquisa um forte sentimento de pertencimento enraizado na comunidade de Reforma Agrária Roseli Nunes, um orgulho de ser deste chão, uma história consolidada no modo de ser jovem camponês, portanto, permanecer na terra simboliza um ato

de resistência, uma possibilidade de reprodução do campesinato, das práticas agroecológicas, a continuidade da vida e dos sonhos de emancipação social, enquanto sujeito da/na terra. Contudo, como forma de reiterar o tema desta tese nos remetemos às palavras ditas por um camponês, que passou pela trajetória de luta pela conquista do Assentamento Roseli Nunes: “[...] um assentamento de Reforma Agrária sem a juventude, é como uma árvore sem as flores” (Entrevista cedida à Érica N. S. Nascimento, 11 jul. 2023. Camponês I do Assentamento Roseli Nunes), essa frase demonstra a importância da existência dos jovens no campo, enquanto sujeitos fundamentais para reprodução e (re) criação do campesinato.

O término desta reflexão não poderia ser outro senão a defesa da Reforma Agrária, da Agroecologia e da Educação no Campo de qualidade, ou seja, com políticas públicas que possam dar suporte ao desenvolvimento articulado deste tríplice processo, para que mais jovens camponeses tenham o desejo de viver no campo alicerçados na herança da terra de seus pais, tecendo estratégias de educação agroecológica e de um futuro melhor na terra. É por representar toda essa gama de conquistas à contrapelo que o assentamento de reforma agrária Roseli Nunes tem sido um ícone da recriação camponesa no Mato Grosso, berço histórico das lutas populares no campo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC/ UNESCO, 2007.
- ALENTEJANO, Paulo. Questão agrária no Brasil do século XXI: Uma abordagem a partir da Geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 69-65, Jan-Jun. 2011.
- _____. A Centralidade da questão fundiária no cenário brasileiro do século XXI. In: **XV Encontro de Geógrafos da América Latina**, Cuba, 6 a 10 de Abril de 2015.
- _____. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. **Revista Trabalho necessário**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 01-30, jan-abr. 2022.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente-SP, 2003a.
- _____. O conceito de classe camponesa em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, v. 2, n. 21, p. 73-88, jul-dez. 2003b.
- _____. (Org). **Pequeno Glossário da Questão Agrária**. Três Lagoas-MS: [s.n], 2004. (Mimeografado).
- _____. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006a.
- _____. A herança da terra no trabalho com fontes orais. In: BORGES, Maria Celma; OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. (Org.). **Cultura, trabalho e memória: faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2006b, p. 155-187.
- _____. **O sentido da terra camponesa: Práticas e distinção**. In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” Campesinato em Movimento. Londrina, 2007.
- _____. A Agroecologia da classe camponesa. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; NARDOQUE, Sedeval. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: Subordinação e resistências**. Campo Grande-MS, Editora UFMS, 2023, p. 195-223.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v.9, n.2, p. 113-127, jul-dez. 2000.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARAÚJO, Devanir Oliveira de. **Mulheres na produção de hortaliças – processos agroecológicos numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social no campo**. 2. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

AZEVEDO, Eva Emília Freire do Nascimento. **Trabalho, educação e produção associada: Experiências de jovens e mulheres do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’oeste/MT**. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, 2020.

BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 333-339.

BALBUENA, Ronilson Farias Majjione. **Assentamento Roseli Nunes em Mirassol Do Oeste-MT: Território de luta e resistência**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2020.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **Terra, Estado e Capital: A centralidade da renda da terra nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas-MS**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2022.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Territorialidades e representações: perspectivas da cartografia geográfica como representação social e gestão territorial**. Relatório do Projeto de Extensão em Interface com a Pesquisa. UFMT: FAPEMAT, 2011.

_____. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2014.

_____. Reflexões sobre o Acesso a Terra e as Relações de Trabalho em Mirassol D’Oeste (MT). In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tânia Paula da. (Orgs). **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combinado e Contraditório em Mato Grosso**. Campo Grande-MS: Editora PROPP/ UFMS, 2015, p. 109-139.

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Xamã Editora, 2008.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial da Letras, 1999.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablune, 2004.

_____. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União europeia.** São Paulo: FFLCH/ USP, 2017.

BOTELHO, Rosana Ulhôa; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. Sair ou não sair da casa dos pais: explorando a questão à luz de bases informacionais censitárias – Brasil (1991, 2000, 2010). In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2016. p. 97-122.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural.** Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Capítulo III - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Brasília, 1988. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657347/artigo-184-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 13 jan. 2022.

_____. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão,** Brasília: SECADI, 2012, 96 p.

_____. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 09 mar. 2022.

CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo.** Caxambu: Anped/GT nº 3 – Movimentos Sociais e Educação, 1999.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: CALDART, Roseli Saete (Org.). **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Caderno 4, 2002, p. 18-25.

_____. **Educação de Jovens e Adultos, Sempre é Tempo de Aprender**. Caderno de Educação nº11, Expressão popular, 2004a.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2004b.

_____. Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CALIXTO, Andréa Pereira. **Assentamento Roseli Nunes como contra-espço: Trajetória e repercussões na dinâmica espacial de Mirassol D'Oeste - Mato Grosso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 13, p. 169-195, dezembro, 2010.

_____. **Paradigmas em Disputa na Educação do Campo**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2014.

_____. O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 22, n. 50, p. 64-90, set./dez., 2019.

_____. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: Política de Formação Emancipatória de Educadores (as) - Camponeses (as) por meio da Pedagogia da Alternância. **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, v. 27, n. 2, e9829, abr./jun., 2024a.

_____. A contribuição do pensamento de Carlos Rodrigues Brandão para a Educação do Campo: diálogos pedagógicos e camponeses, interdisciplinares e interdependentes. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 53, p. 51-80, abr. 2024b.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, MDA, 2006, 26p.

CARNEIRO, Maria José; Juventudes e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 51 – 69.

CASTRO, Elisa Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona (Orgs.). **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. MDA, Brasília-DF, 2008, p. 112-130.

_____. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Izabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio; (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 439-446.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *et al.* **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CASTRO, Francileia Paula de. **Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONJUVE. **Reflexões Sobre a Política Nacional de Juventude 2003 - 2010**. Brasília, 2011.

CORTÊS, Geraldo de Menezes. **Migração e colonização no Brasil - 1911-1962**. Livraria J. Olympio; Rio de Janeiro, 1958.

COSTA, Marilda de Oliveira. Da participação social ao controle externo: tecendo as tramas do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17517, p. 01-19, 2023.

CRUZ, Márcia Aparecida de Barros da. **Processo de formação e organização para o coletivo, da juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Mirassol D’oeste/MT**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2018.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **A escola no Contexto das lutas do MST**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2010.

_____. História da escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.3 [73], p.782-810, jul./set. 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 81-112.

DICKEL, Simone Lopes. **Terras da Annoni: entre a propriedade e a função social**. Curitiba: Prismas, 2017.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de Trabalhadores Sem Terra: Experiências de Lutas no Paraná**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2002.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edimilson Fabrini. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-272.

_____. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan-jul. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1994.

_____. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Questões Teórico-Metodológica da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária**. 2. Presidente Prudente: UNESP/ NERA, 1998. (Série Estudos).

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST (1979-1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1999.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 9-23, 2000.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Diretrizes de uma caminhada. In: CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, Caderno 4, 2002, p. 61-70.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente-SP, v. 8, n. 6, jan-jun. 2005.

_____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008a. p. 27-52.

_____. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA**, p. 01-10, dez. 2008b.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edimilson Fabrini. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c. p. 273-302.

_____. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 746 - 750.

_____. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Orgs.). **A questão agrária no Brasil: O debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-237.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: Contribuições para um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004, p. 53 – 89.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 19. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do império**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas-SP, 2001.

GASPARIN, G.; WITCEL, R.; SANTOS, M. Acampamentos e Assentamentos. In: DIAS, Alexandre Pessoa. *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 23-28.

GODOI, Dayane Pricila Alves. **Resistência camponesa frente à influência do sistema cárstico no contexto hídrico do Assentamento Roseli Nunes/MT**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá-MT, 2016.

GOMES, Maria José de Souza. **Práticas educativas da educação do campo na escola estadual Madre Cristina, Assentamento Roseli Nunes**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste**. RJ: EDUFF, 1997.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HACK, Leni. **As concepções de corpo na escola do MST do Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’Oeste: um estudo de caso**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre-RS, 2005.

HESPANHOL, Nivaldo. Manutenção e reprodução na pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Revista Campo-Território**, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 18, p. 01-17, junho. 2014.

IMAFLOA. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil – O mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em Debate**, n. 10, p. 01-21, abril. 2020.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000350&m=1028&n=90000>. Acesso em: 08 nov. 2023.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD):** microdados 2004. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>>. Acesso em: 04 out. 2022.

_____. **Notas metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/microdados.shtm>>. Acesso em: 04 out. 2022.

JÚNIOR, José Coutinho. De tijolo em tijolo, Sem Terra construíram a primeira escola do campo em MT. **Revista Sem Terra**. Reportagens Especiais, maio. 2015. Disponível em <<https://mst.org.br/2015/05/06/de-tijolo-em-tijolo-sem-terra-construiram-a-primeira-escola-do-campo-em-mt/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAUER, Munir. **Dos pioneiros do MST às políticas educacionais do campo:** uma narrativa a partir da ocupação da Fazenda Annoni. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia:** O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. Tradução e apresentação de José Paulo Netto. 2 Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Eloisa Aparecida Cerino Rosa. **Educação do campo:** Rompendo cercas e disputando territórios Estudo das práticas do Assentamento Roseli Nunes e Escola Madre Cristina. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo-SP, 2017.

MALERBA, Julianna (Org.). **Diferentes formas de dizer não:** Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência:** A questão política no campo. 3. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O Cativoiro da Terra**. 9. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Leonardo Rauta. **Permanecer no campo como projeto de vida de jovens rurais**: experiências de formandos e egressos de Escolas Família Agrícola no Estado do Espírito Santo. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília-DF, 2019.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v. 6.

_____. **O capital – Crítica da Economia Política**. Tradução Rubens Enderle, Editora Boitempo, São Paulo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MATO GROSSO. **Resolução N° 126/03 – CEE/MT**. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. Cuiabá, 2003. Disponível em:

<<https://www.cge.mt.gov.br/documents/8125245/8532755/RESOLUCAO+126-03+-+CEE-MT+EDUCACAO+PARA+O+CAMPO.pdf/3a00e238-c5f9-4aed-832e-d0a4a78ee890>>.

Acesso em: 15 abr. 2024.

_____. **Lei N° 8.469 de 07 de abril de 2006**. Cuiabá, 2006. Disponível em:

<<https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-8469-2006-mato-grosso-dispoe-sobre-o-transporte-de-alunos-da-rede-estadual-de-ensino-residentes-na-zona-rural-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

_____. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. **Orientações Curriculares**: Concepções para a Educação Básica. Cuiabá, SEDUC-MT, 2010.

_____. **Resolução Normativa N° 03/2013- CEE/MT**. Dispõe sobre a oferta de Educação do Campo no estado de Mato Grosso. Cuiabá: 2013. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-MT_cee-mt_00313.pdf>.

Acesso em: 15 abr. 2024.

_____. **Lei N° 10.111, de 06 de junho de 2014**. Dispõe sobre a revisão e alteração do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei n° 8.806, de 10 de janeiro de 2008. Cuiabá, 2014.

_____. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**: Concepções para a Educação Básica. Mato Grosso, 2018.

_____. **Lei N° 11.422, de 14 de junho de 2021**. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. Cuiabá, 2021.

_____. **Decreto N° 1497, de 10 de outubro de 2022**. Dispõe sobre o Programa de Educação 10 anos. Cuiabá, 2022a.

_____. **Certificação participativa na agricultura familiar**: possibilidades para melhorar o acesso ao mercado. FASE/Fundo Amazônia, 2022b.

_____. **Caderno Horta Pedagógica**. SEDUC, Cuiabá, 2023a.

_____. **1º Relatório de monitoramento das metas do Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso – Período (2019-2022)**. SEDUC, Cuiabá, 2023b.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de agronegócio**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, M. R.; JÚNIOR, A. T. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: Os povos cerradeiros na luta por um território livre. **Revista Pegada**, São Paulo, vol. 12, n. 2, p. 23-47, dezembro. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 378-400, jul-dez. 2015.

MORENO, Gislaene. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, jan-jun. 1999.

_____. **Terra e Poder em Mato Grosso**. Política e Mecanismos de Burla (1892–1992). Cuiabá: UFMT/Entrelinhas, 2007.

MST. **Princípios da educação no MST**. Porto Alegre: MST, 1996.

_____. **Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a Juventude das Áreas de Reforma Agrária**. Documento final 1º seminário nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária. 2006.

_____. **Lutas e conquistas**. São Paulo: MST, 2010.

_____. **Educação no MST – memória: documentos 1987-2015**. Setor de Educação do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros e a luta contra o capital: A terra é de ninguém. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 3, p. 09-22, 1982.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: EUFRRGS, 1994. p. 45-67.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206. 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, corrupção e violência.** Landé Editorial, São Paulo, 2016, 530p.

OLIVEIRA, Siomara Santos. **(Des) caminhos da resistência camponesa nos assentamentos de reforma agrária:** avaliação da sustentabilidade socioeconômica e ambiental no assentamento Roseli Nunes – Município de Mirassol D'Oeste- MT. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis-SC, 2015.

OLIVEIRA, Silmara Santos; ASEVEDO, Tayrone Roger Antunes de. Do latifúndio ao assentamento: recriando a agricultura camponesa no Mato Grosso. **Revista Agriculturas**, v. 11, n. 2, p. 21-34, julho. 2014.

PAEZANO, Eliane dos Santos Martinez. **Formação Dos/as Educadores/as do Campo e a Territorialização da Educação do Campo:** Concepções e Práticas dos sujeitos da Escola Estadual Madre Cristina. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2019.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edimilson Fabrini. **Campeinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 213-238.

_____. Território e campeinato: da teoria à práxis. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.1, p. 199-211, jul./dez., 2008b.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 4-8, dezembro. 2009.

PNERA. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária.** Brasília, 2015.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abril. 1997.

RAFFESTIN, Claude. Ecogénèse territoriale. In: AURIAC, E.; BRUNET, R. **Espaces, jeux etenjeux.** Paris: Fayard: Diderot, 1986.

_____. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RECK, Jair (Org). **Novas perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso – Contextos e concepções: (Re)significando a aprendizagem e a vida.** SEDUC-MT, Cuiabá-MT, 2007.

REIS, Vander Antônio dos. **As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) no contexto da região sudoeste de Mato Grosso.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro-RJ, 2018.

RIBEIRO, Cristiane Gonçalves. **Vozes da Juventude: Práticas e aprendizados de jovens no processo socioespacial de recriação camponesa no Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D’oeste-MT.** 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2019.

RIGOTTO, R. M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, Presidente Prudente-SP, v. 12, n. 1, p. 123- 140, junho. 2011.

SAMPAIO, Patrícia Wolff. **Campesinato, Estado e Reforma Agrária: Expressões territoriais da luta pela permanência na terra no Assentamento Roseli Nunes – MT.** 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá-MT, 2015.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEographia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, setembro. 1999.

SANTOS, Edinéia Natalino da Silva. **Educação de Jovens e Adultos no campo: um estudo a partir das capturas de concepções do trabalho pedagógico que embasam as experiências educativas de duas escolas no estado de Mato Grosso 2018-2019.** 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro-SP, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Agricultura Camponesa e Práticas (Agro) Ecológicas. Abordagem Territorial Histórico-Crítica, Relacional e Pluridimensional. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014.

SARANDÓN, Santiago Javier; FLORES, Claudia Cecilia. **Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de agroecosistemas sustentables.** La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza; VILELA, Elane da Silva Matos; MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Comitê de Educação do Campo de Mato Grosso: Após 10 anos de existência, quais desafios em tempos obscuros?. **Revista Humanidades e Inovação**, v.9, n.03, p. 320-244, 2022.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edimilson Fabrini. **Campesinato e Territórios em Disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SILVA, Édison Félix. **Educação do Campo: processos de formação política da Juventude Camponesa do Assentamento Roseli Nunes – Município de Mirassol D'Oeste/MT.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2016.

SILVA, José Gomes da. **A escola do campo Madre Cristina e sua práxis na formação dos educandos em relação às experiências agroecológicas.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade de Brasília (UNB), Planaltina-DF, 2015.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa. **Revista NERA, Presidente Prudente**, v. 17, n. 25, p. 88-101, Jul-dez. 2014.

SILVA, Tania Paula da; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; KUDLAVICZ, Mie. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: Espaço de vida e luta camponesa. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas-MS**, v. 8, n. 15, p. 62-82, maio. 2012.

SILVA, Tania Paula da; BINZSTOK, Jacob. Vida e Luta Camponesa em Cáceres-MT: um Olhar sobre os Assentamentos Rurais na Região de Fronteira Brasil-Bolívia. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tania Paula da. **Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual-Combinado e Contraditório em Mato Grosso.** Campo Grande: UFMS, 2015.

SILVA, Valéria de Souza. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) NA Escola Estadual Madre Cristina: Práticas pedagógicas e processos de auto-organização associativa.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2022.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição.** São Paulo. Brasiliense. 1990.

SOARES, Sandra Maria; SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. Da teimosa resistência nasce a Escola Estadual do Campo Madre Cristina. **Revista Brasileira de Educação do Campo.** Tocantinópolis, v. 4, e5786, p. 01-27, maio. 2019.

SOARES, Sandra Maria. **A docência camponesa na Escola Estadual Madre Cristina e a Pedagogia do Trabalho Associado Camponês para a Auto-organização da juventude do Assentamento Roseli Nunes.** 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres-MT, 2020.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para a o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. A Pesquisa sobre Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). In: SPOSITO, Marília Pontes. **Estado da arte sobre juventude: Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999–2006).** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 17-56.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006.

_____. Renda da terra. In: DIAS, A. P. (Org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

STÉDILE, João Pedro; GÖRGEN, Sérgio. **A Luta Pela Terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

TAGLIETTI, Dablio Batista. A Natureza Social e Econômica da Lei de Terras de 1850. **Revista de Ciências Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 7, p. 01-16, 2005.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VÉLEZ, Jorge Alberto Rendón. La Unidad Económica Familiar Campesina (UEFC): conceptualización teórica general y dinámica en el contexto colombiano. **Libre Empresa**, Bogotá, v. 9, n. 2, Julio – Diciembre, p. 199 – 222, 2012.

VICINI, Jennifer Paola. **A Territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná: Sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon-PR, 2019.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: Tempo Brasileiro, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1990.

WEISHEIMER, Nilson. **Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico**. Brasília: Nead/MDA, 2005.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 327-252.

ZART, Laudemir Luiz. **Produção social do conhecimento na experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC): Interação da UNEMAT e de Movimentos Sociais do Campo**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas-SP, 2012.

_____. **Caderno Pedagógico:** glossário da economia solidária. Série Sociedade Solidária. v. 5, n. 1. Editora: UNEMAT, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS CAMPONESES (AS) DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

1. PERFIL
Idade: Gênero: Estado Civil: Possui filhos? Se sim, quantos?
2. HISTÓRICO-CULTURAL
Como foi o processo de acampamento na luta pela conquista da terra? Há um repasse de aprendizados da agricultura camponesa às novas gerações?
3. PRODUÇÃO, CONSUMO E RENDA
Como é feita a repartição das tarefas na unidade familiar? O que é produzido no lote? São produtos produzidos de forma agroecológica? A produção agroecológica pode proporcionar renda para manter-se no campo? Quais alimentos produzidos no lote são consumidos pela família? Participa de feiras, cooperativas, associações ou programas do governo, para comercialização dos produtos? Como você avalia a importância de associações e cooperativas para a renda do assentamento?
4. RESISTÊNCIA AO CAPITAL
A produção agroecológica é prejudicada devido às monoculturas se espalharem no entorno do assentamento? A empresa mineradora BEMISA realizou ações para desapropriá-los da terra?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS COLABORADORES DA “ESCOLA ESTADUAL MADRE CRISTINA”

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

Qual a sua função na Escola Estadual Madre Cristina?
Há quanto tempo trabalha na Escola Estadual Madre Cristina?
Participou do processo de abertura da Escola Madre Cristina?
Haviam disciplinas diversificadas na grade curricular do EMIEP em Agroecologia?
Por que o curso do EMIEP em Agroecologia foi ofertado por um curto período e, posteriormente, foi retirado da grade curricular do Ensino Médio?
Quantos estudantes foram matriculados no EMIEP em Agroecologia durante os anos de 2014 a 2018?
No total, quantos estudantes concluíram o EMIEP em Agroecologia?
Quando a escola precisou interromper a oferta do curso técnico em Agroecologia, a comunidade aceitou passivamente ou houveram reclamações?
Há preocupação da escola para que o jovem possa permanecer no campo?
Os alimentos da merenda escolar são advindos da produção camponesa do próprio assentamento?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA À JUVENTUDE CAMPONESA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

1. PERFIL
Idade: Gênero: Estado Civil: Você se identifica ser um jovem camponês? Se a resposta for afirmativa, relate sobre esta autodefinição.
2. ESTUDOS E PROFISSIONALIZAÇÕES
Qual é o seu grau de escolaridade completo ou em andamento? O curso técnico em Agroecologia ajudou na formação da juventude e a permanecer no campo?
3. PRODUÇÃO, CONSUMO E RENDA
Como é feita a repartição das tarefas na unidade familiar? Houve aprendizado sobre o modo de produção no lote repassado por geração de parentesco? O que é produzido no lote? São produtos produzidos de forma agroecológica? A produção agroecológica pode proporcionar renda para manter-se no campo? Participa de feiras, cooperativas, associações ou programas do governo, para comercialização dos produtos?
4. SOCIAL
Possui acesso à terra própria? Você participa de algum programa do Governo Federal ou possui acesso a crédito social destinado à produção ou manutenção no lote? Acredita que os acessos às políticas públicas estimulam a permanência da juventude no campo? Você participa de encontros, reuniões e demais ações lideradas pelo MST?
5. RESISTÊNCIA AO CAPITAL
A produção agroecológica é prejudicada devido às monoculturas se espalharem no entorno do Assentamento Roseli Nunes?
6. PERSPECTIVAS
Qual são as maiores dificuldades enfrentadas pelo jovem para a continuidade no campo? Terra, trabalho, educação e família são elementos que influenciam na permanência do jovem no campo? Se para você houverem outros elementos, cite-os:

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PAIS/RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES EGRESSOS DO EMIEP EM AGROECOLOGIA

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

O EMIEP em Agroecologia trouxe benefícios à juventude do Assentamento Roseli Nunes?

A continuidade da oferta do curso poderia auxiliar na permanência de mais jovens?

Houveram atitudes em conjunto entre a comunidade escolar, pais/responsáveis e estudantes perante a extinção do EMIEP em Agroecologia?

Por qual motivo o curso foi extinto da oferta curricular?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA À ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICOS (ARPA)

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

Quando a ARPA foi criada?
Quais foram os objetivos propostos para fundar a Associação?
Os associados à ARPA pagam alguma mensalidade?
Quem são os associados?
Quantos associados pertencem ao Assentamento Roseli Nunes?
Há participação de jovens na associação? Quantos?
Como é desenvolvido o Projeto “Agroecologia de Grupo a Grupo” na ARPA?
Quais produtos são entregues pelos associados?
A ARPA possui acesso à programas do Governo Federal?
Quantas escolas recebem os produtos da ARPA?
Quais ações de comercialização são adotadas?
A ARPA desenvolve parceria com a Escola Madre Cristina e a juventude camponesa?
As empresas de monocultivos estabelecidas no entorno da comunidade de Reforma Agrária atrapalham a produção agroecológica dos camponeses?

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS PESQUISADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO COM PESQUISAS SOBRE A JUVENTUDE CAMPONESA

Este roteiro de entrevista refere-se à produção de dados para uma pesquisa de doutorado em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Buscamos apenas o seu relato, ao modo que você conhece e deseja expor. Este material será divulgado ou entregue a outras pessoas, no entanto, as falas pronunciadas nas fontes orais serão livres de qualquer elemento que cause a sua identificação. Muito obrigada pela contribuição!

Qual é o anúncio da sua pesquisa?
Quais as motivações levaram a pesquisar o Assentamento Roseli Nunes, especialmente, a juventude camponesa?
As pesquisas acadêmicas proporcionam visibilidade aos jovens do Assentamento Roseli Nunes e às suas práticas de (re)criação no campo?

ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE COMPROMISSO DA JUVENTUDE SEM TERRA DO CENTRO-OESTE



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST
SECRETARIA ESTADUAL MST-MT

Assentamento Dorcelina Folador, Zona Rural de Várzea Grande- MT
 WhatsApp: 65 3056-6970. Correio Eletrônico: mstmt@mst.org.br

CARTA DE COMPROMISSO DA JUVENTUDE SEM TERRA DO CENTRO OESTE

“Eu vou à luta com essa Juventude
 que não foge da raia a troco de nada,
 eu vou no bloco dessa mocidade
 que não tá pra saudade
 e constrói a manhã desejada”

(Gonzaguinha)

Companheirada, como temos visto e vivenciado, durante este último período e na nossa Escola Regional de Formação da Juventude Sem Terra do Centro Oeste, “na luta, brotam vozes de liberdade” e com elas podemos aprender coletivamente a construir a nossa organização, contribuindo para a solução dos nossos inúmeros desafios colocados para o conjunto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Somos filhas e filhos de uma história de luta, forjados dentro do processo de resistência do povo Sem Terra! Em nossos Assentamentos, Acampamentos, Cooperativas, Escolas e demais espaços conquistados pela organização, durante esses 39 anos de existência. Aprendemos com a história que as conquistas do povo trabalhador nascem com a organização e com o enfrentamento aos nossos inimigos, e sabemos também que a Juventude Sem Terra teve e tem um papel fundamental para a continuidade da Luta Popular.

Diante do atual período de crise, vivenciado pela sociedade capitalista, onde o fascismo, o racismo, a misoginia, a LGBTfobia, avançam à passos largos em nosso país, violentando corpore existências. Nós Juventude Sem Terra do Centro Oeste, temos a tarefa de ocuparmos o fronte na batalha, com punhos cerrados, em nossos territórios contra qualquer forma e expressão de violência.

Sabemos também que nossa contribuição para uma sociedade justa e livre de opressões é a construção da Reforma Agrária Popular que acumula para a libertação da Classe Trabalhadora, construindo as novas sujeitas e sujeitos da sociedade socialista, e por isso temos também a responsabilidade coletiva de nos inserirmos no conjunto de tarefas que o MST se propõe frente a esse cenário de barbárie.

Camaradas, “se eles semeiam ódio, nós semeamos amor”! E para seguirmos semeando

nos comprometemos à:

1. Nos somarmos junto a **Luta Ambiental**, ampliando planos como o “Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis” e fazer o enfrentamento direto contra o agronegócio.
2. Para **massificação** da nossa luta, nos comprometemos a intensificar e mobilizar a juventude camponesa.
3. Dentre as várias faces da crise capitalista, temos a crise civilizatória, que expressa suas diversas formas de violências, não recuaremos frente a este cenário e avançaremos na construção de novas **relações humanas**, justas fraternas e livres de toda forma de opressão.
4. Enquanto Juventude Sem Terra, temos a tarefa de organizar a **produção** de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos, e com ela viabilizar a **autossustentação** da juventude para permanência no campo e organização desses sujeitos.
5. **Educação:** diante do cenário de precarização dos direitos sociais, nós, juventude Sem Terra temos a missão de organizar a luta contra o fechamento de escolas, assim como massificar a luta por uma educação do campo e para o campo, que contribua para a formação integral de nosso povo.
6. **Formação:** compreendendo a centralidade da batalha das ideias nesse período e a disputa por corações e mentes que estamos travando contra o sistema de morte do capitalismo, nos comprometemos a seguir construindo espaços de formação que preparem nossa juventude de corpo, alma e mente para contribuir com a nossa organização no conjunto de desafios postos pela luta de classes ao MST.
7. **Luta institucional:** a partir da vitória eleitoral que tivemos o tema da institucionalidade ganha maior relevância na vida política do movimento, temos espaço para arrancar conquistas a partir da luta institucional, construindo articulação e cobrando políticas públicas que fortaleçam a agricultura camponesa e a reforma agrária popular, juntamente com o conjunto dos direitos tirados do povo trabalhador no último período.
8. **Atualização do programa agrário:** o nosso movimento caminha para os 40 anos de existência e resistência e nosso programa agrário completará 10 anos em 2024, está em curso no conjunto da organização a atualização das nossas propostas para o campo brasileiro e é fundamental a juventude se somar neste amplo processo de trabalho de base e de síntese inserindo no nosso programa agrário os acúmulos e as propostas da juventude Sem Terra para a construção da reforma agrária popular.
9. **Desafios organizativos:** por fim para conseguirmos cumprir com todos os desafios aos quais nos comprometemos é fundamental que a juventude do MST se lance em um

amplo processo de formação e organização, que seja criativa e inventiva, para projetar novos batalhões de lutadores e lutadoras para assumir o conjunto de tarefas que o movimento tem se colocado, oxigenando a organização nos territórios garantindo o vínculo das instâncias com nossa base e movimentando nossos territórios para a luta política, econômica e de massas.

***“Juventude Sem Terra em construção, reverberando amor e cultivando consciência
para uma nova nação”***

“Juventude em luta, pela terra e por soberania”

ANEXO 2 – PA ROSELI NUNES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA INFORMAÇÕES DO PROJETO

01 - CONTROLE

01	Código do Projeto MT0278000
02	DATA DA CONSULTA: 28/03/2023 PÁGINA: 1

02 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

01 NOME DO PROJETO (TABELA I) PA ROSELI NUNES																															
02 TIPO DO PROJETO 1 -Assentamento Federal																															
03 MODALIDADE DO PROJETO																															
04 MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	05 ÁREA DO PROJETO (ha)																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>CÓDIGO</th> <th>DENOMINAÇÃO</th> <th>UF</th> <th>% DE ÁREA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MUNICÍPIO 1</td> <td>902039</td> <td>MIRASSOL D'OESTE</td> <td>MT</td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 2</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 3</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 4</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>MUNICÍPIO 5</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA	MUNICÍPIO 1	902039	MIRASSOL D'OESTE	MT		MUNICÍPIO 2					MUNICÍPIO 3					MUNICÍPIO 4					MUNICÍPIO 5					10611,0000
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	UF	% DE ÁREA																											
MUNICÍPIO 1	902039	MIRASSOL D'OESTE	MT																												
MUNICÍPIO 2																															
MUNICÍPIO 3																															
MUNICÍPIO 4																															
MUNICÍPIO 5																															
06 DISTÂNCIAS DA SEDE DO PROJ. EM RELAÇÃO A:		07 ESFERA DE RESPONSABILIDADE																													
CAPITAL DO ESTADO 300 (Km) SEDE DO MUNICÍPIO 25 (Km)		1 - FEDERAL																													
08 APTO PARA TITULAÇÃO		09 Número Processo SEI:																													

03 - ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO

01 PROCESSO DE CRIAÇÃO					
NÚMERO: 54242/00194/01-58	DATA: 22/04/2001				
02 CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO					
ATO DE CRIAÇÃO/RETIFICAÇÃO					
TIPO	NÚMERO	DATA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	
POR	00003	02/04/2001	331	26/04/2001	
03 FASE		04 ADMINISTRAÇÃO			
03 - Assentamento Criado		3 - BENEFICIÁRIOS+INCRA+OUTROS			
05 EMANCIPAÇÃO					
DEC - DECRETO	ATO	NÚMERO	DATA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
POR - PORTARIA					
RES - RESOLUÇÃO					
OUT - OUTROS					0,0000

04 - INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO PROJETO

01 DESCRIÇÃO DA ORIGEM
IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA PRATA, DESAPROPRIADO PARA FINS DA REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DO DECRETO DE 25 DE SETEMBRO DE 1998, CUJA IMISSÃO DE POSSE SE DEU EM 16 DE MARÇO DE 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA
 AGRÁRIA - SIPRA**

INFORMAÇÕES DO PROJETO

01 - CONTROLE

01 Código do Projeto
MT0278000

02 DATA DA CONSULTA: **28/03/2023**
 PÁGINA: **2**

05 - ASPECTOS DE OBTENÇÃO DO IMÓVEL

01 IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL CÓDIGO: 9020120625024 NOME: PA ROSELI NUNES			
02 MUNICÍPIO DO IMÓVEL (TABELA II) DENOMINAÇÃO: MIRASSOL D'OESTE CÓDIGO:902039		03 ÁREA DO IMÓVEL (ha) 10611,4000	
04 FASE/FAMÍLIAS EXISTENTES			05 PROCESSO ADMINISTRATIVO OBTENÇÃO
VISTORIA/AVALIAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS .331	DATA 26/09/2000	NÚMERO: 215420003079616 DATA: 16/03/2001
06 FORMA DE OBTENÇÃO 01 - Desapropriação			
07 ATO DE OBTENÇÃO			
TIPO	NÚMERO	DATA	ÁREA (ha)
DEC	25	25/09/1998	10611,4000
TIPO DE OBTENÇÃO DEC - DECRETO POR - PORTARIA ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA OUT - OUTROS			DATA PUBLICAÇÃO D.O. 28/09/1998
08 IMISSÃO DE POSSE DATA: 16/03/2001		09 REGISTRO MATRÍCULA/REGISTRO/AVERBAÇÃO LIVRO FOLHA/FICHA DATA R-4/1191 2A1 252-A 06/02/1984 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS 1º OFÍCIO MUNICÍPIO MIRASSOL D'OESTE CÓDIGO TABELA(II)UF 902039 MT	
10 VALOR DA INDENIZAÇÃO DO IMÓVEL			
PAGAMENTO	DEPÓSITO INICIAL		DEPÓSITO DEFINITIVO
TERRA NUA	R\$ 7.454.551,00		R\$ 0,00
BENEFITÓRIA	R\$ 1.277.632,78		R\$ 0,00
DATA			

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

**SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA
 AGRÁRIA - SIPRA**

INFORMAÇÕES DO PROJETO

CONTROLE

Código do Projeto

MT0278000DATA DA CONSULTA: **28/03/2023**

PÁGINA: 5

08 - ASSOCIATIVISMO

01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE

NOME:
 CÓDIGO: TOTAL DE ASSOCIADOS: TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES:
 CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO: NÚMERO DO C.G.C.:
 NOME DO PRESIDENTE: TELEFONE:

01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE

NOME:
 CÓDIGO: TOTAL DE ASSOCIADOS: TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES:
 CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO: NÚMERO DO C.G.C.:
 NOME DO PRESIDENTE: TELEFONE:

09 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO - PDA

01 NÍVEL DE ELABORAÇÃO DO PDA

-

02 FASES (CONCLUSÃO)

ELABORAÇÃO:
 APROVAÇÃO:

10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

01 RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA

-

02 NÍVEL DE ATENDIMENTO

11 - PROBLEMAS NO PROJETO

01 PROBLEMAS (LISTAGEM DE CINCO)

DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO
-----------	---------------	------	-------------	----------------

ANEXO 3 – CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES: A LUTA POR UM TERRITÓRIO LIVRE



CARTA DO ASSENTAMENTO ROSELI NUNES/ MT

A luta por um território livre! Mirassol D'Oeste, março de 2017.

O Assentamento Roseli Nunes é constituído por 331 famílias oriundas de várias regiões do estado de Mato Grosso e do país, com culturas, costumes e saberes diversos.

Localiza-se a aproximadamente a 50 quilômetros da cidade de Mirassol D'Oeste, ao sudoeste do estado de Mato Grosso.

Este assentamento é fruto da luta pela terra, organizada pelo MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, com parcerias do sindicato dos trabalhadores/as Rurais de Cáceres e da FASE, entre outros.

Desde o período de acampamento, as famílias vêm sofrendo repressões por lutar pelos seus direitos, que foram negados ao longo da história. Mas, mesmo assim não desistiram, sempre acreditaram e conquistaram a fazenda denominada Agropastoril Prata, que se tornou assentamento em 2002.

E mesmo conquistando a tão sonhada terra, os conflitos não pararam e muito menos as repressões, pois este assentamento é um território em disputa.

Hoje, o assentamento se encontra ameaçado de extinção pelo modelo de fazer agricultura imposto pelo agronegócio, que nos pressiona de todos os lados, que tem como base de produção a monocultura, o avanço da fronteira agrícola, o uso intensivo de agrotóxicos e o mau uso do solo. Isso vem dificultando a cada dia a permanência dessas famílias neste território.

“É um modelo que não é viável para nós, é contrário de tudo que aqui colocamos como anúncio e acreditamos: a agroecologia, educação no campo, sementes crioulas, organização social, trabalho digno”.

Apesar de todos esses impactos vivenciados, permanecemos aqui e continuamos firmes na proposta de produzir alimentos agroecológicos, livres de agrotóxicos e transgênicos, para nossa sobrevivência e ainda matar a fome de outras famílias. Mas toda essa nossa resistência e persistência em fazer uma agricultura para a vida se encontra ameaçada.

O assentamento está cercado de grandes monoculturas de cana-de-açúcar para produção de biocombustível, monocultivos de Teca para exportação de madeiras, soja transgênica em grande escala, e extensas áreas de pastagens para criação de gado de corte. E devido as pulverizações aéreas e terrestre de agrotóxicos, que são contínuas nessas áreas de

monocultivos, a nossa produção agroecológica está sendo contaminada pelo vento, pela chuva, afetando diretamente nossos rios, mantendo toda forma de vida e levando a uma perda irreparável da biodiversidade.

“Daqui a pouco não vai nascer nem cana, o caminho que anda as coisas, da maneira que está, com a quantidade de agrotóxicos usada, a tendência é essa. São muitas coisas que estamos perdendo, variedades de espécies nativas, os peixes as nossas sementes”.

Com o avanço desses empreendimentos, só aumentaram os conflitos com as famílias que moram e constroem seu projeto de vida neste assentamento. Como não bastasse os impactos provocados pelo avanço do agronegócio, que nos acua cada vez mais, surge outro para nos aterrorizar, a Mineração.

“Uma pratica que não condiz com a nossa realidade, que vai degradar a nossa terra e tirar a vida do nosso povo”.

A ameaça da implantação de um projeto de Mineração dentro da área do assentamento vem nos tirando o sono, e causando transtorno para as famílias que temem pela perda do seu território.

“Essas empresas colocam na cabeça das pessoas, que esses empreendimentos são bons para o desenvolvimento da região, vem como essa propaganda do progresso, e as pessoas acreditam nisso! Assim que eles fazem, vão colocando as famílias umas contra as outras, e quem fica no meio dessa confusão, fica sem saída para lutar e se defender! Isso nos preocupa, porque esses projetos capitalistas de desenvolvimento vêm pressionando muitas famílias do assentamento a se renderem e a ficarem dependentes do pacote do agronegócio, adotando o uso de agrotóxicos nas pastagens e nas lavouras de seus lotes”.

Então, esses impactos não ficam só lá fora, são refletidos aqui dentro do nosso assentamento, e isso tem dificultado e muito as nossas iniciativas para a promoção da Agroecologia.

“Complicado falar de liberdade, se eu não consigo ser livre nem no meu território”.

Denunciamos também as ameaças que nossas lideranças vêm sofrendo, ao assumir a luta pela vida, pela agroecologia.

Anunciamos que estamos na contraposição ao projeto do agronegócio, que vem matando a vida dos camponeses, tirando a nossa cultura, costumes e saberes. Pois entendemos que o nosso território tem muito valor, conquistamos nossa terra e daquítamos o nosso sustento

para nossas famílias.

Construímos aqui uma escola que é referência em educação do e no campo, a Escola Madre Cristina, que foi constituída pela luta do MST. Uma escola do campo que está engajada na luta em defesa do território e da luta do MST em sua formação para a libertação das pessoas.

Temos aqui uma diversidade de produção: banana, leite, milho, abóbora, mandioca, batata, hortas e roçados coletivos, artesanatos, entre outros.

“A nossa saúde tinha tudo para aparecer como um anúncio, pois aqui trabalhamos com agroecologia que promove a vida, mas como o nosso território não acaba aqui e sofremos com o uso abusivo de agrotóxicos no entorno do nosso assentamento, a contaminação da nossa água, vai além, e a gente não vive só dos produtos daqui, ainda compramos alguns produtos do mercado, industrializados, cheios de venenos”.

Destacamos aqui a valorização das mulheres agricultoras que tem autonomia para participarem de diversos espaços organizativos no assentamento. Elas possuem o orgulho de serem camponesas, de sua identidade, dos valores que foram atribuídos devido a nossa participação e atuação no movimento social.

Da mesma forma, valorizamos os processos de organização social que se deram ao longo dos anos, como as criações das associações de agricultores. A ARPA é uma delas, a Associação Regional de Produtores/as Agroecológicos possui um papel muito importante para a qualidade de vida do assentamento, pelo seu objetivo de produzir de forma agroecológica, possibilitando a produção e o consumo de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos e transgênicos.

Além dessa produção ser consumida aqui pelas famílias, chega até a nossa própria escola do assentamento, ou seja, alimenta nossas crianças e ainda é ofertada na alimentação escolar da cidade vizinha, Mirassol D'Oeste, através do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de abastecer mais 750 famílias de bairros carentes neste mesmo município por meio do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

Estamos em constante mobilização para garantir a permanência da nossa juventude em nosso assentamento, correndo atrás de projetos, ações no campo da produção e cultura para que possamos dar condições de fixação deles em seu território, evitando assim o êxodo dos nossos jovens para as áreas urbanas. Lutamos para que as oportunidades de geração de renda e educação saiam daqui.

Possuímos um sentimento por nosso pedaço de terra, pelo assentamento, existe uma memória que é viva em todos que aqui foram assentados.

Entendemos que construímos a nossa própria história neste processo de luta pela terra e pelo nosso território, desde a época de acampamento até os dias de hoje.

“Como todos nós entendemos que o direito do ser humano a viver com dignidade, ter moradia digna, ter trabalho, ter lazer, ter ar puro, se alimentar bem, relacionamento com a natureza e entre si com o ser humano, porém vivemos um contexto de muitos conflitos”.

E temos consciência de que nunca teremos um território livre de agrotóxicos enquanto o agronegócio continuar a avançar sobre nossas áreas, nos pressionando e afetando nossas vidas direta e indiretamente. Pois mesmo que consigamos proibir o uso de agrotóxicos, o desmatamento continua, o trabalho escravo continua, os monocultivos continuam, a mineração continua, o agronegócio continua.

Para nós, trabalhadores/as do assentamento Roseli Nunes, o conceito de ser livre, se associa e se aproxima: da liberdade para falar, se expressar: dizer aquilo que sente, é estar fora dos agrotóxicos, fora da Mineração; liberdade de lutar, buscar alternativas e autonomia; liberdade de plantar, colher suas próprias sementes – direito de produzir; ter autonomia; ter qualidade de vida; poder brincar, fazer o que quiser; conquistar a terra; ter vez e voz; ter coragem; ter direitos; coletividade; vida digna e saudável; livrar-se das injustiças, viver sem ter medo; falar o que pensa; direito de ir e vir; dizer não ao capital. Liberdade é um processo de resistência!

Entendemos que a nossa luta é contra este modelo de desenvolvimento capitalista e que só conseguiremos sermos de fato livres quando rompermos com esse sistema. E por isso a Indignação é um sentimento coletivo.

O caminho é esse de dizer todo dia, nós não estamos errados não: dizer todo dia que não queremos esse modelo e não podemos deixar de dizer, insistir e continuar dizendo que não vamos deixar de lutar pelo nosso território, pela reforma agrária e pela agroecologia!

Assentados/as da Reforma Agrária – Assentamento Roseli Nunes, MT.

ANEXO 4 – MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO

TER ②

**MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES
DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO**

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
10. Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.
11. Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização.
12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.
13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho...
14. Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.

MST
REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS
1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
Homenagem aos educadores Paulo Freire e Chê Guevara
Brasília, 28 a 31 de julho de 1997.

SET 1997